UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

YARA LOPES

O ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO DAS MATÉRIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O TRABALHO DAS JORNALISTAS DA GAZETA ES

Vitória
2021

YARA LOPES

O ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO DAS MATÉRIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O TRABALHO DAS JORNALISTAS DA GAZETA ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Territorialidades.

Orientador: Professor Rafael Bellan Rodrigues de Souza

Vitória
2021

YARA LOPES

O ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO DAS MATÉRIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O TRABALHO DAS JORNALISTAS DA GAZETA ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Territorialidades.

Vitória, 30 de agosto de 2021

BANCA EXAMINADORA

_____

Rafael Bellan Rodrigues de Souza
Universidade Federal do Espírito Santo

_____

Rafael da Silva Paes Henriques
Universidade Federal do Espírito Santo

_____

Paula Melani Rocha
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

Lopes, Yara, 1992-
L864e O enquadramento jornalístico das matérias de violência contra a mulher e o trabalho das jornalistasna Gazeta ES / Yara Lopes. - 2021.
359 f. : il.

Orientador: Rafael de Souza.
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. jornalismo. 2. trabalho. 3. violência contra a mulher. 4. mídia. 5. comunicação. 6. gênero. I. de Souza, Rafael. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 316.77

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, preciso agradecer a Deus por ter me acompanhado em cada passo desta jornada, me dando força, sabedoria e persistência. Ele sempre nos prova que é possível chegar aos mais intensos sonhos e nos conforta nos momentos de dificuldades.

Agradeço aos meus pais, Lígia e Alberto, por desde a infância terem se dedicado à minha educação, me incentivando e oferecendo muito mais do que poderiam para que eu chegasse onde cheguei. Eu não estaria aqui se não fosse por tudo que vocês fizeram por mim. A todos os meus irmãos, fica também o meu agradecimento pelo apoio, em especial a Lalinha, que me ajudou muito no período de seleção, e a Sara que ouviu muito as minhas dificuldades nesses anos de mestrado.

Ao meu marido, Pitágoras, pelo suporte diário, só posso agradecer de todo o meu coração. Nós dois sabemos dos nossos planos e de tudo que precisamos abdicar para chegar até eles. Muito obrigada por ser o meu eixo e por não me deixar desistir de chegar à minha melhor versão.

A minha amiga Lanna, por toda fé sempre depositada em mim, pela companhia de todos os anos e amizade incondicional.

Na UFES, conheci grandes amigos, que fizeram desse período uma fase inesquecível. Que turma! Minhas meninas, Letícia, Amanda e Liliana, sem vocês não teria sido possível concluir. Thiago, Tadeu, Stefane, vocês foram marcantes em minha vida, obrigada! Um obrigada especial à Patricia, Rebeca e vó Mery, que me receberam em casa como uma família, gentileza que jamais esquecerei.

E por último, mas porque foi quem segurou a onda até o último instante, o meu orientador Rafael Bellan, que esteve desde a entrevista de seleção até a defesa ao meu lado. Você é um exemplo pra mim, admiro o seu trabalho e tenho muito orgulho de ter sido selecionada para sua orientanda. Esta pesquisa tem o seu toque do início ao fim. Que sorte a minha.

Ao universo, o que mais é possível? Quantas coisas maravilhosas ainda podem me acontecer? Obrigada, vida, e a todas as mulheres incríveis que vieram antes de mim lutando para que a nossa história seja mais do que já foi até aqui.

Dedico este trabalho a todas as mulheres. Mães, filhas, irmãs, trabalhadoras, sonhadoras, lutadoras, um universo inteiro de possibilidades. Mulheres que fizeram ciência, ensinaram, aprenderam e transformaram o nosso mundo, que tiveram suas histórias invisibilizadas, apagadas e desconsideradas. Que foram enganadas, oprimidas e violentadas. Que perderam suas vidas para um mundo machista que até hoje nos diminui, nos bate, nos mata. Esta pesquisa é mais um passo de resistência por todas as mulheres.

"Os filósofos têm apenas interpretado o mundo. A questão é transformá-lo." (Karl Marx)

RESUMO

O trabalho levanta uma discussão em relação ao que a imprensa brasileira apresenta nas matérias de violência contra a mulher que veicula, observando o enquadramento que é feito. A intenção foi analisar o enquadramento, a fim de entender se pautar o já significaria uma vitória para as lutas de gênero, com um rompimento da hegemonia machista, patriarcal e misógina existente na sociedade em contexto capitalista, ou se os textos trazem na verdade uma manutenção da hegemonia e do status quo. Foi buscado também entender como se dá o trabalho das mulheres que criam este conteúdo, para ver os dois lados dessa história e chegar a uma compreensão mais ampla dos resultados que chega ao público, fazendo entrevistas com repórteres que atuam e atuavam no veículo de comunicação. Assim, foram analisadas 20 matérias da Gazeta, 12 de 2019, em sua maioria no caderno policial, e 8 de uma nova editoria criada pelo jornal chamada Todas Elas, que segundo o que foi publicado por eles tem como objetivo fazer uma abordagem diferente dos assuntos de gênero. Para buscar essa compreensão, fez-se primeiro um panorama sobre jornalismo, poder, hegemonia e contra-hegemonia na sociedade capitalista, a partir de Genro Filho (2012), Moraes (2018), Kohan (2001) e Coutinho (2008). A partir de Entman (1993), analisamos as matérias sob a ótica do enquadramento jornalístico, ou News framing. Para embasar a análise em relação ao gênero, utilizamos o feminismo marxista com autoras como Davis (2016) e Gago (2020). No caso do trabalho e em especial do trabalho das jornalistas, autores como Marx (2017) e Fígaro (2015) nortearam o trabalho. A partir da análise de enquadramento, ou news framing, e das entrevistas feitas com as mulheres percebeu-se que ainda existe reprodução de traços machistas, racistas e classistas nas matérias sobre violência contra a mulher, mas que isso é resultado tanto dos interesses que existem no veículo de massa quanto da própria socialização das pessoas, inclusive as trabalhadoras. Mas que mesmo com este resultado, é possível acreditar em novos caminhos e possibilidades de produzir informação jornalística diferente e transformadora.

Palavras-chave: Mídia. Jornalismo. Hegemonia. Violência contra a mulher. Gênero.

ABSTRACT

This research brings a discussion about what the brasilian press presents in the articles of violence against woman, observing the framings that are made. The intention was to analyze the content, in orther to understand if talk about the issue already means a victory to the gender's battle, with a disruption of the sexist, patriarchal e misoginist hegemony that is present on our society in a capitalist context, or if the articles actually bring a mainteinence of the status quo. We also tried to understand how is done the work of the woman who creat this type of content to see both sides of this history and conclude a whole comprehension of the results tha arrive to the public, and for that, we made interviews with reporters who work and worked in the paper. Therefore, we analysed 20 articles of the Gazeta, 12 from 2019, the majority in the policy editorial, e 8 in a news editorial made by the paper and called Todas Elas, that the company announced that had the goal to do a differeent approach on the gender's matter. To arrive in this comprehension, we first made a panamora about journalism, power, hegemony e counter-hegemony in the capitalit society, using Genro Filho (2012), Moraes (2018), Kohan (2001) e Coutinho (2008). We used Entman (1993) to analyse the articles with framing. To discuss gender, we used authors such as Davis (2016) and Gago (2020). To discuss gender and labor, we used Marx (2017) and Fígaro (2015). With the news faming analysis and the enterviews with the womans, we noticed that there is still the reoproduction of sexists, racists e classists signs on the articles about gender violence, but that those are results of the papeer's interest and the socialization tha of the people, including the workers. But even with this result, it's posible to believe em news paths and possibilities of producing a diferente and transforming content.

Keywords: Journalism. Gender. Labor. Violence against woman. Framing.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

No dia trinta do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às dezessete horas, por meio de plataforma virtual, iniciou-se o exame público do trabalho de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO da candidata **Yara Karolinne Sousa Lopes,** intitulado "O enquadramento jornalístico da violência contra a mulher na Gazeta ES". A banca examinadora, sob a presidência do Prof. Dr. Rafael Bellan Rodrigues de Souza (Orientador – PÓSCOM/UFES), foi composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. Rafael da Silva Paes Henriques (Examinador Interno – PÓSCOM/UFES) e Profa. Dra. Paula Melani Rocha (Examinador Externo – PPGJOR/UEPG). A banca, após o exame do trabalho da candidata, considerou-a:

APROVADA (X)

REPROVADA ( )

Observações:

Prof. Dr. Rafael Bellan Rodrigues de Souza

Prof. Dr. Rafael da Silva Paes Henriques

Profa. Dra. Paula Melani Rocha

Este documento foi assinado digitalmente por RAFAEL BELLAN RODRIGUES DE SOUZA
Para verificar o original visite: https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/259230?tipoArquivo=O

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RAFAEL BELLAN RODRIGUES DE SOUZA - SIAPE 1549808
Colegiado de Comunicação Social - Jornalismo - CCCSJ/CAr
Em 31/08/2021 às 11:19

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/259220?tipoArquivo=O

Este documento foi assinado digitalmente por RAFAEL BELLAN RODRIGUES DE SOUZA
Para verificar o original visite: https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/259220?tipoArquivo=O

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RAFAEL DA SILVA PAES HENRIQUES - SIAPE 2623361
Departamento de Comunicação Social - DCS/CAr
Em 31/08/2021 às 13:42

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/259354?tipoArquivo=O

Este documento foi assinado digitalmente por RAFAEL DA SILVA PAES HENRIQUES
Para verificar o original visite: https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/259354?tipoArquivo=O

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO**.....11
2. **- JORNALISMO, HEGEMONIA E PODER**.....20
2.1 – JORNAL A GAZETA ES.....23
2.2 – COMUNICAÇÃO DE MASSA, HEGEMONIA E IDEOLOGIA.....31
2.3 _ JORNALISMO E PODER……...40
2.4 _ ENQUADRAMENTO NOTICIOSO……...63
3. **– VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÍDIA**.....64
3.1 – GÊNERO, PATRIARCADO, OPRESSÃO E VIOLÊNCIA.....65
3.2 – ANÁLISE DAS MATÉRIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....76
3.2.1 **– ANÁLISE DE MATÉRIAS DA GAZETA DE 2019**.....77
3.2.1.1 "Vendedora afirma ter sido espancada pelo namorado, diz irmão".....77
3.2.1.2 - "Corpo de Jonas Amaral deve ser liberado nos próximos dias no Sul do ES" 82
3.2.1.3 – "Jovem é abandonada no mato após ter seu rosto desfigurado pelo marido no ES".....86
3.2.1.4 – "Idoso é preso acusado de abusar de amiga da neta em Linhares"…..91
3.2.1.5 – "Criança de 11 anos denuncia padrasto por estupro em Vila Velha"….94
3.2.1.6 – "Adolescente é suspeito de estuprar criança de 3 anos em Pinheiros".96
3.2.1.7 – "Justiça condena à pena máxima jovem que matou ex com canivete no ES" 99
3.2.1.8 – "Caso Thayná: Justiça nega recurso da defesa de assassino".....101
3.2.1.9 - "Acusado de matar namorada com fio de celular no ES é condenado"107
3.2.1.10 – "Veja 14 dúvidas e respostas sobre violência contra a mulher no ES"110
3.2.1.11 – "Medida protetiva: a cada hora, uma mulher pede socorro no ES".....118
3.2.1.12 - "Crianças vítimas de abuso sexual dão sinais. Saiba como identificá-los" 124
3.2.2 **– Resultado das análises das matérias de 2019**.....127
3.3 – PROJETO TODAS ELAS.....130
3.3.1 **– "Jovem é agredida com socos e pauladas por marido e sogra na Serra"** 131
3.3.2 **– "Duas mulheres são agredidas pelos companheiros e salvas pela polícia no ES"**.....134
3.3.3 **– "Estupradores podem ser pessoas que trabalham, usam transporte público, vão ao supermercado"**.....136
3.3.4 **– "Por dia, um caso de estupro é denunciado à polícia no Espírito Santo"** 142
3.3.5 **– "Marido diz que matou mulher na Serra após discussão por ela ter xingado"** 148
3.3.6 **– "Há dois meses separada, Paloma sonhava em montar casa para viver com filhos"**.....150
3.3.7 **– "Ana Paula Araújo: '"A cultura é de que a vontade dos homens prevalece sobre a das mulheres'"**.....153
3.3.8 **– "Como terminar um relacionamento abusivo e não voltar para o abusador"**.....156
3.4 – RESULTADO DAS ANÁLISES DAS MATÉRIAS DO TODAS ELAS..161
4. **– O TRABALHO DA JORNALISTA**.....164
4.1 – AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....165

4.2 – JORNALISTAS QUE ESCREVEM SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA GAZETA ES.....178

4.2.1 **– Trabalho das jornalistas em matérias policiais e outras editorias** 180
4.2.2 **Aproximações e distanciamentos nos depoimentos das jornalistas** 204
4.3 – A RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO DAS JORNALISTAS E AS MATÉRIAS PUBLICADAS.....209
5. CONCLUSÃO.....218
REFERÊNCIAS.....225
APÊNDICE A — ENTREVISTAS COM JORNALISTAS.....229
ANEXO A — MATÉRIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....245

1. **INTRODUÇÃO**

Segundo dados selecionados pelo Instituto Patrícia Galvão, no Brasil, uma mulher é vítima de estupro a cada 9 minutos, três mulheres são vítimas de feminicídio a cada dia, uma mulher registra agressão sob a Lei Maria da Penha a cada dois minutos e uma pessoa trans ou gênero-diversa é assassinada a cada dois dias[1]. O dossiê que traz a violência contra a mulher em dados informa também que a casa ainda é o local mais perigoso para as mulheres e que o fim do relacionamento é o momento mais perigoso para suas vidas. Apesar de estarmos inseridos em uma época considerada evoluída e marcada por conquistas de liberdade e autonomia, os números de violência de gênero são altíssimos.

A legislação brasileira criou aparatos para punir esse tipo de crime, como a Lei Maria da Penha[2], que tem mecanismos para coibir a violência doméstica (física, sexual, verbal, psicológica e patrimonial) e está em vigor desde 2006, a Lei do Feminicídio[3], o assassinato de mulheres marcado pela questão de gênero, neste caso em vigor desde 2015, e mais recentemente a Lei da Importunação Sexual, em vigor desde 2018[4]. Principalmente com a especificação da violência contra a mulher em lei, o tema virou pauta jornalística, vez que a atividade profissional, segundo Biroli (2017), pode ser definida como o sistema que seleciona e narra informações, que reporta para a população os fatos. Um boletim de ocorrência com algum dos tipos de violência mencionados acima, números desse tipo de crime e falas de especialistas passam então a constar nos noticiários de forma mais constante, principalmente nos cadernos policiais.

Existem muitas discussões sobre o que é o jornalismo, qual o seu papel e até que ponto consegue influenciar o leitor. Mas é possível dizer que esta atividade que remonta ao século XIII - época em que surgiu a necessidade de saber informações que pudessem influenciar a vida econômica (MORETZSOHN, 2007)- não é um espelho da realidade, mas a construção de uma suposta realidade a partir do

[1]Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/ Acesso em 09/04/2020

[2]Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 02/08/2018

[3] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em 02/08/2018

[4] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm Acesso em 25/03/2019

processo de produção de discursos jornalísticos chamados de notícias (PENA, 2018). Apesar de atualmente, com o advento das tecnologias digitais, o modo de consumir informações e até notícias esteja muito diferente do que era há poucas décadas, a produção de conteúdo jornalístico continua forte em nossa sociedade.

Diminuiu-se a leitura de impressos e passou-se a ler no computador e principalmente celular. Sentar em frente à televisão em um horário fixo para assistir ao jornal já não é algo tão massivo quanto costumava ser, mas os vídeos no Youtube ou veiculados no whatsapp batem milhões de visualizações. Ouve-se rádio de dentro do carro ou substitui-se pelos podcasts, mais direcionados a um público específico. As manchetes têm um impacto ainda maior, visto que muitas vezes ao olhar as notícias pela internet, apenas esses títulos que realmente são consumidos, ou um resumo postado nas diferentes redes sociais.

Ao passo que a maneira de consumir mudou, a maneira de produzir também passou por transformações. O jornalismo hoje também está em todas essas plataformas digitais e busca maneiras de continuar uma fonte para seu público. Mesmo com a grande disseminação de informação falsa ou recortes em redes sociais, ainda é um costume acreditar de fato em alguma notícia quando ela é veiculada por um meio de comunicação conhecido, de credibilidade. Assim, apesar de diferentes críticas e questionamentos que são e podem ser feitos, o jornalismo garante que apresenta uma realidade ao público e o recorte dado por ele a uma determinada história tem mais força por ser amplificada e ganha mais legitimidade pelo reconhecimento social que existe na capacidade do jornalista de selecionar o que é mais relevante e merecedor de relato para a população (BIROLI, 2017).

No caso do jornalismo online, modalidade que teve significativo crescimento na disseminação devido ao uso de computador e celular por uma parcela maior da população e pelo custo mais alto de produzir o impresso, é preciso considerar algumas particularidades. É preciso entender o contexto histórico no qual estamos inseridos, chamado por autores como Srnicek (2017) de capitalismo de plataforma, com uma ascensão de plataformas criadas e geridas digitalmente, e as informações e anúncios são parte importante para esta modalidade da economia. Assim, tendo o jornalismo a dependência da audiência para garantir o seu lucro, que antes vinha do conjunto de assinaturas e propagandas e agora em maior parte das propagandas,

os cliques em cada matéria têm ainda mais peso e a preferência do leitor um papel mais determinante na produção noticiosa.

Entendendo a existência de veículos de comunicação de massa que transmitem recortes selecionados da realidade, as chamadas notícias, e que a violência contra a mulher tem números crescentes e registros policiais, é importante entender como o jornalismo retrata essa violência com recorte de gênero, já que essa representação ao longo do tempo pode ajudar a criar, reafirmar ou até mudar a ideia que se tem de uma determinada situação. É possível afirmar, com base apenas em uma observação informal e até do chamado “senso comum”, que existem muitas matérias que falam sobre a violência contra a mulher, estejam elas nos jornais impressos ou digitais, rádio ou televisão. Ser pauta, no entanto, não significa que o assunto seja tratado de forma responsável ou que as questões de gênero sejam apresentadas fora da ideologia dominante. É imprescindível saber o que está sendo dito, quais são as informações e como as narrativas são construídas.

Para compreender e analisar o que e como o jornalismo fala sobre a violência contra a mulher, a dissertação se propõe a analisar matérias sobre o assunto veiculadas na plataforma digital do jornal A Gazeta ES, chamado Gazeta Online, no período de março a agosto de 2019, ou seja, um espaço de seis meses. Esse período foi selecionado para retratar a contemporaneidade e por marcar duas datas emblemáticas para o assunto, o mês internacional da mulher e o mês em que foi criada a Lei Maria da Penha. Normalmente, essas datas comemorativas influenciam na produção de mais matérias sobre o assunto nos jornais, ponto que deve ser observado na pesquisa, mas ao mesmo tempo é preciso entender também como o veículo se comporta fora desses períodos marcados por dias importantes. Incluindo os dois meses e outros quatro quando não há nenhuma comemoração especial é possível observar como a imprensa se comporta nos dois momentos e ter assim uma ideia mais ampla.

O Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Discurso (GRUDI) da UFES, apoio Fapes, realizou a coleta em seu laboratório de matérias do site da Gazeta ES Online com as palavras-chave “violência”, “mulher”, “estupro”, “feminicídio”, “marido”, sendo que a escolha do termo marido foi feita devido aos

altos índices de crimes de violência contra a mulher cometidos por maridos e ex, assim, o vocábulo contribuiria para a pesquisa dos dados. A coleta resultou em uma tabela com 649 matérias, mas este compilado contava também com matérias de outros veículos e que A Gazeta Online apenas republica e coloca créditos, além de matérias que não tinham relação com o objeto da pesquisa, mas que o programa selecionou devido às palavras-chave. Assim, como o interesse é o de estudar o enquadramento jornalístico da Gazeta ES Online nas matérias de violência contra a mulher, foi feita uma limpeza dessa tabela, excluindo tanto o que não estava relacionado ao assunto quanto o que não foi produção do jornal. A lista foi diminuída para 250 matérias, contando com notícias que relatam estupros, feminicídios, diversas agressões, suítes de casos que repercutiram mais na mídia, como o de Jane Cherubim, e apanhados de números em relação a esse tipo de violência.

Foi feita uma divisão inicial desse material em grupos menores a partir dos tipos de violência e de matéria, sendo agrupadas 25,5% em “estupro”, 31,9% em “agressão”, 24,7% em “feminicídio” e 17,9% em “geral”, que são matérias com dados e explicações em geral sobre violência contra a mulher e não sobre casos específicos, textos que apareceram principalmente nos meses março e agosto, quando existem as datas emblemáticas sobre o assunto. Para trabalhar com todos os meses e categorias, a análise utilizará ao total três matérias de cada categoria, totalizando 12 textos, dois textos de cada mês, porém a cada mês não entram todas as categorias, visto que isso daria uma extensão maior ao trabalho do que foi proposto.

Além desse recorte, há também a análise de matérias da editoria criada pelo veículo em 2020, o Todas Elas. O projeto tornou-se uma espécie de editoria fixa do jornal, no qual são publicados especificamente assuntos sobre mulheres, com a proposta de trabalhar o tema de uma forma mais crítica e responsável, diferenciada e com a promoção de conscientização também em relação à violência contra a mulher. Dessa forma, é possível analisar dois momentos diferentes do veículo em um período temporal muito próximo, na mesma territorialidade digital e de capitalismo de plataforma.

Neste segundo momento, foi feita uma coleta manual das matérias, coletando 188 links de matérias que estavam dispostas na página Todas Elas. Foi feita uma

limpeza desses dados, selecionando apenas as matérias que tinham a mesma temática do estudo, para assim manter a mesma linha que iniciou o trabalho. Ficamos com 115 matérias de estupro, agressão, feminicídio e informações gerais sobre violência. Porém, dentre as matérias colocadas na página Todas Elas, havia também matérias das editorias de Polícia, Entretenimento, Revista AG, que não foram feitas diretamente para compor o projeto. Por isso, retiramos também esses links, assim a análise seria focada no que o veículo está fazendo para esta página. Nesta segunda filtragem, ficamos com 30 matérias do Todas Elas, e sorteamos duas de cada grupo classificatório.

A escolha por analisar A Gazeta Online se deu por se tratar do veículo de comunicação mais antigo do Espírito Santo, com circulação iniciada em 11 de setembro de 1928, segundo informações fornecidas pelo próprio jornal. Em setembro de 2019, o jornal deixou de ser impresso e passou ser produzido apenas para as plataformas digitais e por observar essa tendência ao digital e uma maior facilidade de acesso deste conteúdo online até mesmo por quem não está em Vitória ou no Espírito Santo, foi escolhido também analisar as matérias da Gazeta Online. O Espírito Santo tem um alto índice de violência contra a mulher: em todo o ano de 2018, 6.785 pedidos de medida protetiva foram feitos; de janeiro a junho de 2019 há registro de 15 casos de feminicídio, uma média de dois por mês, e cerca de 24 pedidos de medida protetiva por dia.

Pesquisas de longo prazo mostram que o Estado tem um caso curioso. Segundo o Atlas da Violência 2019[5], produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, o Espírito Santo é uma das unidades federativas com maior taxa de homicídio de mulheres a cada 100 mil habitantes, aparecendo com 7,5, acima da média nacional, que é de 4,5, e ficando atrás apenas de Rio Grande do Norte, Ceará, Goiás e Pará. No comparativo de 10 anos, entre 2007 e 2017, aparece também entre os Estados com maiores reduções dessas taxas, junto ao Distrito Federal e a São Paulo. Segundo a pesquisa, esta era a unidade com maior taxa de homicídios de mulheres do país até 2012, com um crescimento em 2016 e 2017, mas redução na comparação dos 10 anos.

[5]Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784 Acesso em 08/04/2020

Quais teriam sido os motivos para essas variações nos números de mortes de mulheres no Espírito Santo? A diminuição em geral dos números poderia ter relação com as políticas públicas ou com uma maior conscientização das pessoas em relação à divulgação sobre a violência contra a mulher? Perguntas como essas são difíceis de serem respondidas, mas as pesquisas acadêmicas ajudam justamente a trilhar esse caminho. A grande pergunta dessa dissertação é em relação ao enquadramento noticioso que o jornal A Gazeta Online faz nas matérias de violência contra a mulher. O enquadramento, ou *news framing*, é definido por Entman (1993) como o processo de selecionar determinadas partes de uma situação para salientar um aspecto desejado.

Através dessa ferramenta metodológica, é possível ressaltar pontos considerados mais importantes ou que se deseja que o público entenda como importantes. É possível ainda verificar a definição de problemas, diagnóstico de causas, julgamentos morais e sugestão de soluções. Existe ainda a modalidade de viés de enquadramento (ENTMAN, 2007), quando há um favorecimento de um lado em relação a outro ou quando o próprio posicionamento do jornalista interfere na produção noticiosa. Uma matéria isolada não faria um efeito de mudança em pensamentos, posicionamentos ou crenças de forma significativa e geral, mas uma repetição de um padrão de enquadramento que seja consumido diariamente (como acontece com as notícias de jornais diários) pode ajudar a construir uma imagem ou opinião sobre determinado assunto, ou até mesmo reforçar a que já se tem.

O enquadramento da violência contra a mulher na Gazeta Online reforça os ideais machistas e misóginos presentes na sociedade patriarcal e capitalista que levam à continuidade desta violência, aponta para uma mudança no status quo com uma transformação no pensamento em relação à opressão da mulher pelo homem ou tem uma mistura equilibrada dos dois? Quais fontes são utilizadas e privilegiadas ao passo que quais estariam silenciadas nestas matérias? E quais são os casos de violência que são noticiados pelo jornal e que recebem mais destaque e espaço? Houve alguma mudança significativa no enquadramento das matérias veiculadas em 2019, em sua maioria no caderno policial, e nas matérias de 2020 da nova editoria? Além da pergunta principal, essas são algumas outras que norteiam a pesquisa e que se tentará resposta ou ao menos algum direcionamento.

Além da análise das matérias, o trabalho busca também observar o outro lado da moeda, que é o da produção deste material pelos jornalistas da Gazeta, visto que o texto pronto é apenas um fragmento deste processo ao qual o leitor tem acesso. Tentar entender como é o trabalho, a rotina de produção, os caminhos percorridos para a construção textual, os pedidos da chefia e as limitações que são encontradas em todo esse processo podem deixar a análise mais ampla e contextualizada. Para isso, foram entrevistadas cinco jornalistas que trabalharam e ainda trabalham na Gazeta e que escreveram e ainda escrevem sobre violência contra a mulher a fim de contar suas experiências inseridas neste contexto.

Outros números também foram importantes para nortear conceitos e procedimentos deste trabalho. O Atlas da Violência de 2019[6] indica que houve um pequeno aumento no número de homicídios de mulheres entre 2012 e 2017, de 1,7%, mas quando observa-se os crimes que aconteceram dentro e fora de casa, verifica-se que, neste período, os homicídios fora de casa diminuíram 3,3%, enquanto dentro de casa aumentaram 17,1%. Entre 2007 e 2017, o número de homicídios que acontecem dentro de casa utilizando arma de fogo subiu 29,8%. Só em 2017, há registro de que mais de 221 mulheres denunciaram agressão enquadrada em violência doméstica.

Levando em consideração o fato de que as denúncias ainda não retratam o número real de agressões, o crescimento de homicídios de mulheres por arma de fogo dentro de casa e a maior possibilidade de cidadãos brasileiros terem posse de arma, a reflete-se que a mulher pode ficar em situação de cada vez mais vulnerabilidade. Outro dado existente no documento do Ipea é uma taxa praticamente estável no número de homicídios de mulheres brancas no Brasil entre 2007 e 2017 e um aumento nesta mesma taxa no caso de mulheres negras. Não é possível, então, deixar de fazer um recorte racial ao falar de gênero e de violência e observar ainda se essa diferença tem sido discutida e ressaltada também pela mídia.

A opressão de gênero é definida por Arruza et al (2019) como originária da opressão de classe. Neste contexto, gênero, raça, classe e orientação sexual ditam privilégios na sociedade, que é patriarcal e capitalista. Saffioti (2015) ressalta que,

[6]Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784 Acesso em 08/04/2020

inseridos na sociedade de classes, tanto homens quanto mulheres não se apropriam totalmente do valor do que produzem, mas estas ficam com uma parcela menor do que estes. Em relação à violência contra a mulher, a autora define como uma ruptura da integridade, seja ela física, psíquica, sexual ou moral. Em qualquer tipo de agressão, as modalidades emocional e moral aparecem. Destaca também que a dificuldade é conseguir, nos casos de violência doméstica, diferenciar o que a ruptura da integridade e o que é uma obrigação histórica devido ao gênero. Já Arruza et al (2019) definem a violência como particularidade da sociedade capitalista, argumentando que este sistema se sustenta em uma mistura de consentimento e coerção. Ressaltam que a violência de gênero que está presente com tanta frequência na sociedade atual é resultado tanto dos efeitos do capitalismo quanto das dinâmicas familiares. Assim, a agressão estaria institucionalizada e instrumentalizada como uma forma de controle e poder, em uma hierarquia de gênero, raça e classe.

As leis criadas com a justificativa de proteger a mulher também não são vistas como as melhores alternativas. Apesar da compreensão de que as violências descritas na legislação podem não corresponder a toda complexidade de agressões, inclusive simbólicas, elas são a maneira mais palpável de, ao menos inicialmente, abordar o assunto. Tratando-se de jornalismo, a existência dessas leis ajuda a pautar o noticiário, além de também ser uma forma da comunicação tocar neste assunto. Mas não basta apenas tematizar e fazer a violência contra a mulher ser pauta, a maneira como essa abordagem é feita também deve ser analisada. Ainda em um contexto de comunicação de massa e hegemônica, o enquadramento jornalístico nessas matérias pode auxiliar a compreensão do que ainda se pensa sobre as mulheres e suas questões.

Em relação à contribuição das informações passadas pelas jornalistas que produzem o conteúdo, também permite ressaltar que há ali um ser humano que está utilizando a sua força de trabalho para garantir o seu sustento, que recebe ordens e não necessariamente escreve o que quer ou o que acredita. É preciso levar em consideração ainda a socialização (SAFFIOTI, 2013) que essas trabalhadoras tiveram e o seu próprio nível de compreensão e criticidade em relação ao tema para que assim possam também escrever um material crítico e responsável ou não.

Como referencial teórico, utilizamos para falar de comunicação e de jornalismo autores como Mattelart (2001), Adorno e Horkheimer (2002), Genro Filho (2012), Moretzsohn (2007) e Biroli (2017). Para tratar de comunicação, hegemonia e ideologia, o apoio dá-se em Dantas (2008),Moraes (2008), Gruppi (1978), Kohan (2001) e Coutinho (2008). No caso do jornalismo digital e do capitalismo de plataforma e de dados, Souza (2017), Fuchs (2016) e Srnicek (2017.

Para tratar de gênero, serão utilizadas autoras que falam da história da mulher como Beauvoir (2016), Federici (2017 e 2019) e Lerner (2019). As lutas de maneira mais atualizadas, com a perspectiva das greves em vários lugares do mundo, serão abordadas pela obra de Gago (2020). Para trazer a perspectiva de raça, Davis (2016) e também hooks (2018). Situando a discussão no campo do feminismo marxista, além de Davis, serão utilizadas também Arruza, Bhattacharya, Fraser (2019) e Saffiotti (2013 e 2015).

A análise das matérias coletadas na Gazeta será feita utilizando a metodologia de enquadramento jornalístico, seguindo as teorias apontadas por Entman (1993 e 2007) e Porto (2002). No caso do mundo do trabalho, trazemos Marx (2017 e 2020) e Fígaro (2015 e 2020). Esses são alguns dos autores utilizados, além das matérias da Gazeta, das entrevistas das jornalistas e de dados de pesquisas de institutos e organizações que também foram essenciais para a fundamentação da pesquisa.

A divisão de capítulos se deu em capítulo 1 tratando de jornalismo, hegemonia e poder, com a apresentação dos conceitos da comunicação, as mudanças na história do jornalismo até o momento do digital onde atualmente nos encontramos e o contexto sócio-econômico que também interfere nesses conceitos; o capítulo 2 que fala sobre gênero e violência e traz as análises de 20 matérias, 12 de 2019 e 8 de 2020; e o capítulo 3 que aborda o trabalho e traz as entrevistas das cinco jornalistas que atuaram e atuam na área da violência contra a mulher na Gazeta. Apesar da divisão de capítulos, todos estão bastante interligados pela linha norteadora da pesquisa, que é a busca por uma análise de como é feita a cobertura da violência de gênero no veículo e a mensagem que por fim é deixada para a população leitora.

2. - JORNALISMO, HEGEMONIA E PODER

Teóricos da comunicação apontaram a produção de material de um único polo para transmissão unidirecional a muitos receptores como Comunicação de Massa. Ela englobaria os jornais, as revistas, os programas de rádio, entre outros. Essa possibilidade de enviar conteúdo para um grande grupo pôde ser usada de diferentes formas, com intuito de informar, entreter e até educar. Em determinado momento, pensou-se que essa mensagem seria absorvida de forma integral pelas pessoas, da mesma forma como foi enviada, e por isso seria uma fonte importante de poder. Apesar dessa ideia não ter durado muito tempo, os estudos ainda apontam que existe sim uma influência e possibilidade desses meios de comunicação de massa ajudarem a construir os mapas de sentido das pessoas.

As teorias da Comunicação acompanharam também a criação da indústria cultural, que para os teóricos da Escola de Frankfurt seria uma produção massiva de textos, vídeos e áudios que serviriam para manipular as pessoas e evitar que elas tenham um pensamento crítico, colocando sempre o lucro acima de tudo. Essa teoria apontaria para uma falta de possibilidade de mudança e foi rejeitada posteriormente por vários estudiosos, mas ela foi um marco da Economia Crítica da Comunicação. Teorias importantes que abordam por exemplo a tentativa de padronização de gostos e valores podem ser consideradas legados deste momento. Esses produtos da comunicação massiva podem ser utilizados pelos grupos dominantes para incutir sua ideologia e normalizar o sistema vigente.

Os veículos de comunicação não agem sozinhos, mas fazem parte de um sistema com diretrizes e valores. Como empresas, em um mundo capitalista e competitivo, podem fazer escolhas que os façam ganham público, para manterem-se fortes dentro de um território. Este capítulo tem como objetivo mostrar as teorias da Comunicação de massa e da indústria cultural dialogando com o debate sobre hegemonia e ideologia, buscando discutir como os veículos podem agir como aparelhos que auxiliam na engrenagem do sistema, ou o negam, podendo ir contra as ideias dominantes. Essa comunicação em massa agora atua nos meios digitais, com o jornalismo online, com a presença de veículos que eram tradicionalmente impressos e outros que já surgiram na internet.

Esse percurso sobre a comunicação social, o jornalismo em seu início e mais recentemente com o advento do digital nos ajudará a entender as matérias que são veiculadas hoje no veículo escolhido para a pesquisa, a Gazeta, conseguindo analisar não somente o texto e as fotos que estão colocadas a público, mas o que existe por trás desse material, a empresa, os trabalhadores que nela atuam, os interesses e o que é comum não apenas ao veículo, mas ao próprio setor. As adaptações que o jornalismo precisou fazer para atuar na realidade digital também serão destacadas porque fazem diferença também no conteúdo e não só na forma de trabalhar e de apresentar os textos, vídeos e áudios.

A análise sobre os veículos será embasada também nas questões históricas e sociais, para conseguir compreender em qual contexto essa mídia está inserida e como isso interfere também na produção de conteúdo. O sistema vigente atualmente é o capitalismo, modelo que é baseado na circulação de mercadorias, com a produção e comercialização, que segundo Marx (2017) tem no viés puramente econômico o dinheiro como produto final. Mas é preciso considerar também os outros elementos inseridos nesse sistema, visto que a economia e o dinheiro não podem ser descolados do elemento humano, que é fundamental para a compreensão ampla e mais real da problemática. Assim, para a pesquisa que estamos propondo de análise da violência contra a mulher no jornalismo, é importante entender onde se situa a mulher na sociedade capitalista, assim como a notícia. Ainda seguindo o que é posto pelo teórico alemão, em um sistema no qual o produto final é o dinheiro e precisa-se da circulação constante da mercadoria, vende-se também a força de trabalho para garantir a manutenção da produção, força esta que é remunerada através do salário. O trabalhador diferencia-se do capitalista, visto que este detém os meios de produção e o primeiro tem apenas a si mesmo para ofertar nesse mercado, o que já aponta as diferenças existentes entre as classes sociais, ponto que é vigente até hoje.

Estamos inseridos então em uma sociedade capitalista que também é patriarcal, o que significa que existe além da classe uma diferenciação em relação ao gênero, onde as mulheres ainda são consideradas inferiores aos homens. O processo de criação do patriarcado está intimamente ligado à propriedade privada, segundo Engels (2012), quando houve a grande derrota histórica das mulheres, que deixaram de ser as chefes de família e passaram esse domínio aos homens a fim de

que estes passassem os seus bens, na época animais e terras, aos seus filhos, a herança. Com a posse restrita aos homens e o âmbito doméstico direcionado às mulheres, tomou forma uma estrutura de poder e opressão que ainda é vigente, em uma construção que foi colocada ao longo de milênio através tanto de pensamentos quanto de materialidade. As lutas pela igualdade de gênero em todo o mundo garantiram direitos importantes para as mulheres, mas é preciso entender que ainda nos encontramos no processo de transformação, inclusive para garantir o fim da violência contra a mulher, que está inserida nesse modelo de opressão que foi implementado. Em relação à notícia, ela atualmente é também uma mercadoria à venda, ou seja, está inserida na lógica do capital e a ele serve, e os jornalistas responsáveis por sua confecção são trabalhadores que vendem a sua força de trabalho ao detentor desse meio de produção, os donos dos veículos.

No Brasil, existem atualmente diversas leis de proteção à mulher contra vários tipos de violência e essas ocorrências são noticiadas de formas variadas pelos veículos de comunicação social. Se considerarmos o processo histórico, a existência dessa legislação e a veiculação das notícias pode parecer um avanço social, visto que há na teoria uma proteção do Estado e um espaço em um local hegemônico de posicionamento de ideias. Mas a pergunta que guia a pesquisa é como essa violência contra a mulher tem sido narrada pelos veículos de comunicação. Assim, primeiramente apresentamos o veículo que foi escolhido para a análise, que é a Gazeta do Espírito Santo, o jornal mais antigo do Estado e que também é ligado ao Grupo Globo, o que por si só já é bastante significativo do ponto de vista ideológico e também mercadológico, dois pontos essenciais nesta pesquisa. Esse entendimento do veículo é importante para que sejam posteriormente costuradas as observações em relação ao jornalismo e à veiculação de notícias sobre violência contra a mulher.

Neste capítulo, especialmente, o caminho é o de discutir o jornal como um desses produtos de comunicação de massa e de certa forma também de indústria cultural, como se dão as relações de poder nesse tipo de veículo, as disputas de hegemonia e ideologia, as influências que as mensagens podem ter no público e a importância de observar como as narrativas se constroem dentro desses veículos, e em especial do veículo escolhido para fazer este trabalho. A análise será feita com a ferramenta metodológica do enquadramento, também conhecida como *news*

framing, teorizada principalmente por Porto (2002) e Entman (1993), depois dos estudos de Goffman sobre o estudo sistemático de fame analysis. O enquadramento noticioso observa as saliências que são feitas em um texto e a mensagem que é passada para o público de acordo com a maneira como é feita esta construção, que no caso do jornalismo diário é algo contínuo e com capacidade de realmente direcionar pelo menos o olhar deste leito para determinados pontos em detrimento de outros.

Tendo as questões históricas, sociais, ideológicas em mente, e ainda ressaltando aspectos essenciais do jornalismo como os critérios de noticiabilidade e objetividade, é possível utilizar as escolhas do enquadramento para fazer as análises de violência contra a mulher no citado veículo de comunicação. Levantaremos questionamentos e discussões que consideramos importantes não apenas para esta análise, mas para contribuir com o debate e a pesquisa na área que já foi feita e para as próximas que virão. Ressaltamos ainda que para esta pesquisa, utilizamos o materialismo histórico e dialético e as teorias marxistas, tanto do ponto de vista jornalístico quanto de gênero, visto que é uma teoria abrangente que considera as questões de classe, de raça e de gênero dentro do contexto histórico.

2.1 – JORNAL A GAZETA ES

Segundo o que está disposto no site do veículo,[7] o Jornal A Gazeta ES foi fundado em 1928, o primeiro veículo de comunicação do Grupo A Gazeta, por isso é considerado o jornal capixaba mais antigo em circulação. Sua primeira edição saiu no dia 11 de setembro, quando ainda era um periódico vespertino. A família Lindberg assumiu o controle acionário do jornal em 1949 e o grupo atualmente é formado por oito rádios, quatro emissoras afiliadas à Rede Globo, os sites G1 Espírito Santo e Globo Esporte Espírito Santo. Ou seja, a mesma família controla uma série de veículos de comunicação no Estado, os com nome mais forte e conhecidos. Durante muitas décadas, o jornal era impresso em preto e branco, e em 1992 começou a ter suas edições coloridas. Considerado um jornal mais elitizado, em 2000 lança uma versão mais popular, o tabloide Notícia Agora, forma de

[7]Disponível em https://www.redegazeta.com.br/a-empresa/historia/ Acesso em 11/07/2021

concorrer com o jornal A Tribuna. O parque gráfico da Gazeta recebeu inovações também no século 21, com novos maquinários e tecnologia divulgada pela empresa como pioneira.

No caso das mídias digitais, o portal Gazeta Online foi lançado em 23 de maio de 1996. Ao longo do tempo o site passou por reformulações e foi mais integrado aos demais veículos de comunicação do Grupo, sendo que o lançamento do site agazeta.com.br aconteceu em 2010. Com as mudanças constantes no mercado da Comunicação e da economia como um todo, em setembro de 2019 o jornal impresso deixou de circular diariamente, passando a ter apenas uma edição por semana, aos sábados. O grupo deixou de chamar o site de Gazeta Online, agora o portal é apenas Gazeta, apontado como também reformulado e tecnológico.

O fechamento do parque gráfico e encerramento de atividades para diversos profissionais foram sinais de tempos difíceis para o jornalismo brasileiro, mas anunciados como modernização e acompanhamento das tendências. Para os funcionários do parque que foram todos demitidos, segundo informou a própria instituição, os 19 profissionais de jornalismo e outros da área administrativa, um momento trágico, assim como para a comunidade profissional da comunicação que assistiu mais um encolhimento das possibilidades profissionais da área.

A empresa divulga ainda que o site possuía uma média de 180 mil visitantes por dia, de acordo com dados colhidos em setembro de 2019. O objetivo é ter mais atualizações e para ter uma adequação ainda maior com as demandas comerciais tecnológicas foram incorporados ao quadro não apenas jornalistas, mas analistas de dados, profissionais de marketing e SEO. A Gazeta em seu site se coloca como a primeira redação jornalística brasileira funcionando neste modelo com integração de diversos profissionais, que teria sido construído após analisar jornais em diversos lugares do mundo. A Gazeta tem algumas editorias e dentro delas existem as subdivisões. Capixaba (Política; Economia; Polícia; Região norte; Região serrana; Região sul; Grande Vitória; Trânsito; Obituário; Agronegócio; Imóveis; Capixapédia; Desaparecidos; Religião), Geral (Minuto a minuto; Brasil; Mundo; Economia nacional; Carnaval; Motor; Conteúdo patrocinado), Esportes (Futebol; Mais Esportes), Mídia (Podcasts; Stories), Opinião (Opinião da Gazeta; Artigos; Colunas; Um tema, Duas visões; Fala leitor; Charge), Revista.AG (Moda e Beleza;

Comportamento; Bem-estar e saúde; Decoração; Pet), Divirta-se (Gastronomia; Cinema; Cultura; Famosos; Agenda cultural; Turismo) e Concursos e Empregos. O internauta comum não tem acesso a todo o conteúdo do site, mas o assinante tem direito a acesso ilimitado aos conteúdos exclusivos, acesso à versão digital semanal de A Gazeta e ainda benefícios do clube caso opte por um plano um pouco mais caro. Ter parte do material liberado e mais conteúdo disponível apenas para os assinantes é uma tendência que não começou com o periódico capixaba, mas que tem sido visto em vários portais brasileiros, uma forma de continuar a ter condições de arcar os custos com a produção, uma vez que com a criação de vários veículos de comunicação, principalmente os digitais, a verba publicitária foi pulverizada.

A Rede Gazeta se define como uma empresa que trabalha com a informação seguindo padrões éticos e estéticos bem rigorosos e definidos, que busca o respeito ao ser humano e ao ambiente de trabalho com ética e qualidade de vida, que tem participação ativa na comunidade através de desenvolvimento social e cultural, liberdade de expressão e fortalecimento da democracia e livre iniciativa. O produto editorial é descrito como ético e de qualidade, além de isento, múltiplo, independente e com clara diferencial entre os materiais jornalísticos e os comerciais. Ressalta dentro dessa gama de valores da empresa que o sucesso é fruto de clientes satisfeitos com o atendimento às expectativas, as relações duradouras, a ética e a transparência. A proposta estratégica é ser a opção preferida dos capixabas, servindo a sociedade, mas também como líderes do mercado e com crescimento da empresa. Quando citam a busca por resultados, o primeiro ponto da lista é a rentabilidade, seguido pela valorização do negócio e, por último, contribuição social. No caso da linha editorial do jornal, a empresa diz que é bem clara: “colocamos o jornalismo profissional e as diferentes formas de comunicar a serviço do cidadão capixaba e da contribuição para um Espírito Santo mais desenvolvido e forte”[8].

Diversos questionamentos e reflexões podem ser feitos a partir das descrições que o site institucional da Rede Gazeta coloca sobre a empresa e especialmente o veículo estudado, que é o jornal online. Seguindo a linha desta pesquisa, chama atenção a mistura tão explícita feita entre servir a sociedade e lucrar apresentado nos valores empresariais. O jornal se coloca como transparente, isento e independente, mas é possível uma empresa que sobrevive de patrocínios,

[8]Disponível em https://www.redegazeta.com.br/a-empresa/historia/ Acesso em 11/07/2021

de interesses comerciais e políticos e de assinantes que possam pagar valores mensais para ter acesso aos conteúdos se manter com essas características? O que de fato são essa isenção e independência que pregam? Se dentre os objetivos principais da empresa estão ser líder de audiência e estar sempre em crescimento de lucros, possivelmente o material apresentado deve ser atrativo para a maioria das pessoas, seguindo então uma lógica hegemônica que caminha junto com o capitalismo.

Genro Filho (2012) aponta que é possível identificar os interesses e quais são os sujeitos por trás da notícia quando se tem uma consciência de classe para observar os interesses em jogo e teórica para entender que não há objetividade ou imparcialidade totais no jornalismo. No caso dos veículos, tendo essa consciência, deve-se observar a diversidade que por vezes existe para comparar as abordagens que são feitas e a própria maneira como o veículo se descreve ajuda a entender qual é esse posicionamento.

A descrição da Gazeta já mostra que existe esse grande interesse mercadológico nada velado, mesmo que haja uma tentativa de se apresentar como imparcial e popular. Tratando-se das matérias de violência contra a mulher feitas pelo jornal, de pronto já deve-se pensar no significado desse assunto costumar estar inserido nos cadernos policiais. Outro questionamento é em relação à repetição de determinados casos de violência contra a mulher, cobrindo cada desdobramento, enquanto outros recebem apenas uma nota ou nem ao menos aparecem. Se a notícia também se transforma em mercadoria e o veículo tem como principal objetivo o lucro, a lógica editorial deve priorizar as notícias que “vendem mais”.

Genro Filho (2012) ressalta que nem sempre o jornalismo será mercadoria e que ainda assim, nem todas as mercadorias são iguais. Assim, a análise dos enquadramentos feitos pelo jornal A Gazeta nas matérias de gênero e em especial de violência contra a mulher permite entender, por exemplo, a capacidade de inserção de pautas sociais nos conteúdos (não se pode tentar encontrar necessariamente contra-hegemonia em um veículo que se coloca como comercial, mas como toda hegemonia pressupõe uma contra e os jornalistas também conseguem fazer algumas ações mais independentes, é possível encontrar matérias

diferentes) e também os próprios interesses da população, pois a comunicação de massa acaba atuando também como um termômetro social.

Salles (2012) aponta que essa postura de imparcialidade política que o jornal prometeu desde a sua fundação no primeiro editorial, em 1928, foi quebrada um ano depois, quando mostrou apoio à Aliança Liberal e em 1930 apoiando a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Foi vendido algumas vezes, também com intenções políticas, antes de ser comprado e mantido pela família Lindenberg. Em suas mãos, o periódico se manteve como conservador e seu público é principalmente das classes A e B. Gentilli e Guerra (2017) destacam que o jornal A Gazeta manteve um direcionamento político explícito depois de ser vendido para o então governador Carlos Lindenberg, oscilando entre a favor e contra o governo até o golpe de 1964. Efetuou diversas mudanças, de formato e de conteúdo, na tentativa de se manter como o jornal mais popular entre os capixabas, depois de perder bastante espaço para o concorrente A Tribuna.

Mariano (2019) trata da dramaticidade excessiva do jornal nas matérias policiais, que também podemos chamar de sensacionalismo. Apesar de o veículo ter recentemente se colocado como uma empresa de responsabilidade social e as pautas feministas estarem em voga pela atenção que conseguiram chamar, para a autora essa postura não chegou de fato às notícias de feminicídio. Da Silva (2019) confirma sua hipótese de que o jornal privilegia os discursos das classes dominantes ao analisar os enquadramentos das notícias publicadas sobre a disputa por áreas quilombolas no interior do estado, identificando posicionamentos racistas e apagamento de pontos importantes para esses povos. A cada pesquisa que é realizada analisando o veículo é possível juntar mais uma peça ao quebra-cabeça do trabalho jornalístico no território capixaba.

2.2 – Comunicação de massa, hegemonia e ideologia

Quando se fala em Comunicação, é possível encontrar diferentes significados, como o ato de uma pessoa se comunicar com outra, a possibilidade de tornar algo comum ou partilhado e a comunicação feita pelos veículos de informação, a mídia. Apesar de a pesquisa analisar um veículo de imprensa e as relações de hegemonia ou contra-hegemonia, utilizará também a perspectiva marxista que coloca o sujeito no centro da comunicação. Para Grohman (2018), o

marxismo se afasta de uma abordagem de comunicação como simplesmente transmissão ou mídia, entendendo que a base dela seria as relações sociais.

Tratando da *mass media*, Lima (2001) destaca que a tradição brasileira de comunicação e jornalismo está muito atrelada à trajetória estado-unidense. As pesquisas em comunicação nos Estados Unidos foram impulsionadas e direcionadas pelas necessidades de um país em plena guerra. Mattelart (2001) faz um grande resumo das teorias da comunicação, sendo que a *mass communication research,* ou pesquisa em comunicação de massa, é uma das primeiras abordagens.

Wolf (1999) também destaca a evolução das pesquisas sobre a comunicação de massa dentro das teorias da comunicação. O autor primeiro define o que é a massa, apontando que para além das definições filosóficas, ela consiste em um conjunto homogêneo de indivíduos, que independentemente de grupo social ou origem, são iguais. Esses indivíduos também não se conhecem e estão isolados dentro dessa massa, característica que seria indispensável para as teorias de *mass media*, uma vez que é justamente esse isolamento que permitiria um convencimento das pessoas por parte dos veículos de comunicação. Nessa obra também há o relato de que a teoria da agulha hipodérmica, ou *bullet theory*, idealizada pelo sociólogo Harold Lasswell que entende a comunicação como uma via única entre emissor e receptor com um convencimento completo, foi superada por outras que previam abordagens empíricas, funcionais ou estruturais.

A persuasão de massa neste início era algo completamente novo para as pessoas, uma teoria ainda em construção. Tais técnicas eram usadas inicialmente nos períodos de guerra e por governos totalitários, e com os resultados que foram alcançados, foi possível de certa maneira provar sua eficácia, tomando as grandes massas como alienadas e até mesmo primitivas.

Wolf (1999) destaca que existem quatro fatores em uma mensagem que devem ser observados nas pesquisas sobre comunicação de massa: a credibilidade da fonte, a ordem da argumentação, a integralidade das argumentações e a explicitação das conclusões. Apesar da apresentação de um viés bastante sistematizado e funcionalista, existe já neste momento o apontamento de que os meios de comunicação em massa deixariam a população mais passiva, contribuindo para uma espécie de conformidade com o sistema econômico vigente, vez que os

veículos são sustentados pelas grandes empresas, diretamente ou indiretamente através das propagandas.

Esse entendimento é importante para o trabalho porque demonstra que apesar de não ter um efeito direto, as narrativas colocadas em um jornal, repetidamente, podem ajudar a criar um mapa mental de sentidos e a colaborar para o sistema vigente. No caso da violência contra a mulher, objeto desta pesquisa, deve-se observar o que se repete nas matérias, as fontes que são apresentadas, a importância que o veículo tem para a comunidade e as argumentações que são feitas. A isso, deve ser juntado o que temos de *status quo*, com o que a população tem mais tendência a concordar e os valores que costumam ser pregados.

Com o avanço do eletrônico, pode-se perguntar se essas características não mudam, já que teoricamente existe uma democratização maior dos veículos e uma pluralidade de vozes. Ianni (1999) chama de príncipe eletrônico essa entidade que permeia, visível ou invisivelmente, todos os âmbitos sociais, políticos e econômicos. Explica que existe uma grande competição entre os veículos, com produção dos mais diferentes intelectuais que conferem de fato essa pluralidade da mídia. Porém, apesar de existirem as perspectivas das classes sociais dominantes e das subalternizadas, ainda existe uma prevalência no digital da mesma forma que acontecia nos meios anteriores: “Em geral, no entanto, o príncipe eletrônico expressa sobretudo a visão de mundo prevalecente nos blocos de poder predominantes, em escala nacional, regional e mundial, habitualmente articulados.” (IANNI, 1999, p. 15)

Voltando à história das teorias da comunicação, a reflexão que cita um aspecto de possível influência negativa dos veículos é bastante associado à indústria cultural e teoria crítica da comunicação. Mattelart (2001) relata que alguns intelectuais criaram um instituto de pesquisa ligado à Universidade de Frankfurt, instituição de inspiração marxista que estudava a economia alemã e os movimentos operários.

Max Horkheimer assume pouco depois da criação a direção do Instituto, passando a estudar criticamente a política partidária nacional. Quando Hitler ascende ao poder, Horkheimer é tirado do posto e as pesquisas são deslocadas de lugar, alojando-se nos Estados Unidos, Universidade de Columbia. Neste momento,

passa a integrar a equipe o filósofo e musicólogo Theodor Adorno. A dupla Adorno e Horkheimer é famosa no meio da comunicação social. Nos anos 40, depois de sentirem que não era possível aceitar certas imposições de financiadores que solicitavam pesquisas, os estudiosos criaram o termo “indústria cultural”, que revolucionou o pensamento comunicacional da época e que até hoje tem grande relevância para estudantes e pesquisadores da área.

> Analisaram a produção industrial dos bens culturais como movimento global de produção, da cultura como mercadoria. Os produtos culturais, os filmes, os programas radiofônicos, as revistas ilustram a mesma racionalidade técnica, o mesmo esquema de organização e de planejamento administrativo que a fabricação de automóveis em série ou os projetos de urbanismo. (MATTELART, 2001, p.77)

O famoso texto “A indústria cultural: o Iluminismo como mistificação das massas” escrito em conjunto pelos alemães aponta a cultura contemporânea como um caos que busca a semelhança, a produção em larga escala, os moldes industriais e não mais artísticos. Cinema e rádio tornaram-se apenas negócios interessados em lucro, e o viés econômico é a ideologia dessas empresas. Os produtores culturais entregam às pessoas um material padronizado, que aceitam devido ao sistema que faz uma manipulação quase impenetrável, basicamente um círculo vicioso. Ao passo que as pessoas consomem o que é produzido por essa indústria dominada por um pequeno núcleo, elas passam a absorver essas características e ideais, passando a adotar o pensamento homogêneo que é transmitido como se fosse o seu próprio.

Existiria uma ligação estreita entre setores tradicionais da indústria, como os bancos, com essas produções culturais, como o cinema, com financiamentos e perspectivas de lucros, e essa seria uma das explicações para que elementos como música e filmes fossem transformados em mercadorias. E este mercado busca ser o mais amplo possível, pensando em itens específicos para os diferentes grupos sociais ou até mesmo classes econômicas, apontando, inclusive, com essas distinções, os comportamentos que eram esperados de cada grupo. As diferenças entre o que é produzido entre um canal e outro são muito pequenas, mas ter muitos canais, por exemplo, cria uma ideia de que existe variedade e larga possibilidade de escolhas, quando na realidade é uma mesma indústria que cria esses diferentes produtos para conseguir atingir o maior número de pessoas possível.

> Até os mínimos detalhes modelados segundo a sua receita. A indústria cultural, mediante suas proibições, fixa positivamente – como a sua antítese, a arte de vanguarda – uma linguagem sua, com uma sintaxe e um léxico próprios. A necessidade permanente de efeitos novos, que permanecem todavia ligados ao velho esquema, só faz acrescentar, como regra supletiva, a autoridade do que já foi transmitido, ao qual cada efeito particular desejaria esquivar-se. Tudo o que surge é submetido a um estigma tão profundo que, por fim, nada aparece que já não traga antecipadamente as marcas do jargão sabido (ADORNO, HORKHEIMER, 2002, p. 11)

Em outro período e com uma perspectiva marxista, Harvey (1992) discute as relações entre capitalismo, tempo e espaço e pós-modernidade. O autor explica que o sistema capitalista só consegue se manter ao passo que exista demanda e produção constantes. Depois da década de 1970, houve uma aceleração no tempo de giro, que significou um aumento na produção e consequentemente aumento também do consumo. Sistemas mais avançados tanto de comunicação e informação quanto de produção permitiram que as mercadorias circulassem de maneira muito mais rápida.

Para incentivar esse modelo, foram impulsionadas duas diferentes formas de consumir: a primeira é que as classes mais baixas foram vistas e entendidas também como um mercado consumidor forte, tendo assim mercadorias produzidas especificamente para elas e não mais só com foco nas classes mais altas; a segunda foi o investimento não só em mercadorias materiais, mas na prestação de serviços, como ir ao cinema ou fazer uma massagem. Mesmo que exista hoje uma tendência a trocar o que se compra com muita rapidez e acumular uma grande quantidade de itens em casa, existe um limite para isso, e a compra desses serviços ajuda o sistema capitalista a continuar girando. Assim, tudo vira mercadoria, inclusive a informação.

Aplicando esse pensamento ao âmbito do jornalismo, também é possível pensar nessa produção a larga escala e feita por um mesmo grupo. Apesar da existência de vários canais de televisão, emissoras de rádio, jornais digitais e até a presença nas redes sociais, ao comparar os assuntos e direcionamentos trazidos nos veículos de maior visibilidade encontramos muitas semelhanças. Coloca-se a ideia de que temos toda a informação possível disponível na palma da mão, mas não se pensa com frequência em quem domina essa produção e quais são os interesses existentes por trás disso.

No caso da representação da mulher na mídia e das matérias de violência contra a mulher, é preciso observar se existe diferença na cobertura e nesta apresentação dentre os vários veículos existentes ou se a narrativa segue um padrão hegemônico. Nesta pesquisa, a análise é da Gazeta do Espírito Santo, e com os resultados é possível fazer uma comparação com outras pesquisas que sigam a mesma linha, mas analisem veículos diferentes.

Mas muitos autores criticam esse conceito de indústria cultural trabalhado pelos teóricos alemães, devido a motivos diversos. Grohman (2018) indica que o marxismo não concorda com entender a comunicação como “manipulação”, tanto quando são teorias mais funcionalistas como da “agulha hipodérmica” quanto a visão de uma mídia totalizadora de Adorno e Horkheimer. Entende a importância de uma teoria crítica dentro do pensamento frankfurtiano para o avanço da ideia de uma comunicação também transformada em mercadoria, mas destaca que limitar-se à manipulação é “antidialético e simplista” (GROHMAN, 2018, p. 66).

A crítica, então, deve ser feita olhando para exageros ou lacunas, não desconsiderando a importância que esse pensamento mais descrente em relação aos meios de comunicação teve para o campo. Genro Filho (2012) é um dos estudiosos que discordam de algumas formulações apontadas no texto feito na década de 1940, não sem antes ressaltar a importância deste, apontando que existe um patrimônio nas teorias cunhadas pelos frankfurtianos.

> O predomínio do critério mercantil desde a concepção até a produção das obras, o forte traço manipulatório da ideologia dominante nessa cultura, sua tendência à padronização e ao rebaixamento do nível estético da maioria de seus produtos são algumas das características indiscutivelmente reais da cultura burguesa. (GENRO FILHO, 2012, p. 105)

A grande crítica que costuma ser feita à teoria da indústria cultural é que existe um pessimismo exagerado em relação aos meios de comunicação e uma crença em uma manipulação total da população consumidora. O jornalista gaúcho pondera que há quem critique os autores alemães e cometa erros parecidos, levando as generalizações para o lado exatamente oposto. A questão do pessimismo também é uma observação feita por ele, destacando que a cultura não poderia ficar totalmente subjugada ao aspecto mercantil porque deixaria de ser práxis e consequentemente deixaria também de ser cultura. Além disso, apesar de

existirem grandes tentativas do mercado de dominar a cultura e a comunicação, essa tendência nunca é total, existindo as brechas e a resistência.

Elenca então as principais ponderações que são feitas à indústria cultural: não há uma consideração real das possibilidades que a tecnologia pode trazer para a sociedade; a técnica é considerada como negativa levando em consideração apenas a maneira como é utilizada no momento, de forma mais alienadora; a manipulação feita pela indústria é vista como onipotente, sem chance de uma resistência; a cultura padrão é a tradicional, vista como superior, enquanto o sistema industrial produz uma cultura inferior, de menos qualidade; o próprio termo indústria cultural pode causar uma ideia diferente do que a teoria traz, como se a responsabilidade por tornar a cultura algo manipulatório fosse simplesmente da base industrial e não de outras relações.

Quanto ao jornalismo, especificamente, Genro Filho (2012) discorda que esta seja uma atividade que possa se reduzir ao aspecto mercadológico, simplesmente com função alienadora, e mesmo que a informação trazida pelo jornalismo tenha sido transformada em mercadoria, elas não são todas iguais e não necessariamente serão sempre assim. Muito além do pessimismo que coloca os meios de comunicação e a cultura sempre como instrumentos de dominação, pura e simplesmente, o autor acredita na potencialidade de transformação da sociedade com a contribuição do jornalismo.

> Nem toda mensagem-consumo é jornalismo e nem a informação jornalística obedece, exclusivamente, a critérios de consumo mercantil. A necessidade de informação jornalística surgiu na forma de um *mercado* consumidor de notícias, à medida que, com a emergência do capitalismo, todas as necessidades sociais aparecem como mercado consumidor e todos os valores de uso na forma de mercadorias. Portanto, a relação do fenômeno jornalístico com a *indústria cultural* – definida esta segundo Adorno/Horkheimer – é de unidade e contradição. Uma relação tensa, de mútua pertinência em certos momentos, mas não de identidade. (GENRO FILHO, 2012, p. 132)

Há teóricos e intelectuais que abordam a importância que a comunicação de massa tem na sociedade capitalista. Coutinho argumenta que os que seguem a linha gramsciana entendem “os meios de comunicação, como instrumento de hegemonia por meio dos quais uma classe ou fração de classe impõe sua liderança intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade” (COUTINHO, 2008, p. 8). Para entender melhor a afirmação, é preciso primeiro compreender o conceito a partir de Antonio Gramsci.

Moraes (2010) explica que, de acordo com o italiano, a hegemonia acontece quando um grupo ou classe social consegue colocar seus pensamentos culturais e políticos como dominantes sobre os demais grupos e classes. A hegemonia não estaria ligada apenas a questões econômicas, mas envolveria também cultura, ética, percepções e representações. Assim, a hegemonia não se dá por coerção e força simplesmente, pois se trata na verdade de um consentimento coletivo de determinadas regras morais e crenças. Luciano Gruppi também é comentador da hegemonia em Gramsci, e aponta que o processo para conseguir conquistar essa hegemonia é longo e pode ser feito justamente por um grupo que tenha liderança histórica e que articule diversos grupos sociais.

> uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder (GRUPPI 1978, p. 67)

Essa fala está presente também no texto de Moraes para mostrar brevemente que a hegemonia não é algo imutável e eterno, mas passível de mudança e construção social. O pensamento de que algo “sempre foi assim” e de que é impossível encontrar uma nova maneira de produzir, de pensar, de se relacionar, é justamente positivo para a classe hegemônica, que não quer uma mudança no *status quo*. A história das mulheres é uma prova justamente desta tentativa de manter as coisas como são, e até hoje ainda existe um pensamento de inferioridade em relação ao gênero. Mas só o fato de hoje a violência física, sexual e até psicológica e moral contra elas ser considerada crime e estar narrada nos jornais mostra que de fato a hegemonia não é imutável.

Ainda no texto de Moraes, há uma fala de Gramsci que também traz uma reflexão sobre a possibilidade de transformação, que depende da coletividade:

> Toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação (GRAMSCI apud MORAES, 2010, p. 56-61)

A hegemonia é um conceito no qual há confluência entre Gramsci e Lênin. Gruppi (1978) explica que para o italiano, uma das grandes contribuições do político e teórico russo foi a chamada ditadura do proletariado, a Revolução de Outubro.

Lênin não utiliza propriamente o termo “hegemonia”, mas cria os pressupostos dessa ideia ao analisar a situação concreta da Rússia com suas particularidades históricas. Para ele, a classe operária só pode conseguir lutar por sua própria liberdade se puder ter alguma influência sobre o Estado e as leis. Ou seja, é importante existir uma inserção dentro da sociedade como ela está antes de conseguir uma transformação e mudança do *status quo*.

Mas para que essa mudança aconteça, a classe operária deve dominar o que chama de teoria revolucionária, que é a consciência de classe. A partir também de sua experiência e recuperando as teorias marxistas, consegue apontar para o fato de que não existe necessariamente a dicotomia de que o capitalismo promove uma revolução burguesa e a crise do capitalismo uma revolução proletária, mas que pode acontecer do proletário se tornar hegemônico mesmo numa revolução democrático burguesa.

Por teorizar a partir dos fatos concretos e não abstratos, o pensamento leninista é de que a consciência de classe se faz através do partido, ele que dá direção à população para alcançar a hegemonia. Assim, disserta que a luta operária é também política porque os trabalhadores não conseguiriam lutar sem ter algum tipo de influência no Estado. Tanto para Lênin quanto para Gramsci, a hegemonia só é possível quando se pratica teoria e ação, pois deve existir uma consciência em relação ao que se faz. A diferença entre o pensamento dos dois é que para o italiano a hegemonia pode ser tanto direção quanto dominação, enquanto para o russo é basicamente a função de direção, tanto política quanto ideológica e moral.

Ainda sobre hegemonia para os dois marxistas, Kohan (2001) faz algumas considerações importantes. Primeiro pontua que é através do que o Gramsci escreveu sobre hegemonia que houve uma tradução da práxis de Marx, saindo da lógica economicista que muitos teóricos utilizavam para tratar das teorias do alemão. Em sequência, destaca que a espécie de tradução dos pensamentos leninistas feitas por ele colocam a hegemonia como o local mais alto na política, mas que a guerra e o militarismo são também decisivos:

> Para Gramsci a teoria da hegemonia não é entendida unicamente como uma teoria do consenso, mas que, pelo contrário, ele a concebe como “um complemento da doutrina do Estado-força”. Hegemonizar implica, dentro de seu laboratório mental, dirigir aos aliados (mediante o consenso e estabelecendo com

> eles todo tipo de alianças, compromissos, transações e acordos) e exercer a coerção sobre as classes inimigas. (KOHAN, 2001, p. 52)

Voltando à explicação de Moraes (2010), para Gramsci existem duas esferas dentro da superestrutura que se diferenciam pela maneira como ajudam a organizar a sociedade e exercer o poder e que juntas formam o que se considera Estado: sociedade civil e sociedade política. A sociedade política tem a seu dispor elementos de coerção para dominar os demais, como por exemplo a polícia e as leis. Já a sociedade civil propaga a ideologia e as noções do mundo através de instituições como escola, igreja, meios de comunicação, entre outros. Assim, para haver uma mudança na hegemonia, as classes dominadas precisariam conseguir convencer a população de suas ideias, tornando-se hegemônicas primeiramente neste campo, aliando outras ações políticas efetivas que pudessem desencadear em transformações também materiais. Não é um processo fácil ou rápido, mas tampouco é impossível.

As noções de mundo em relação à mulher são pregados por esses diversos órgãos da sociedade civil. O jornalismo não é uma instituição à parte, ele também se retroalimenta do que está posto, o que não significa que não possa também pregar noções diferentes e ajudar neste processo de mudança. Entender esses avanços e manutenções feitos pela imprensa ajudam também enxergar o processo que acontece no mundo.

Moraes (2010) explica ainda as nuances enxergadas na sociedade civil, que seria como uma arena de disputa de poder através da cultura, da educação, da religião, da política e de vários outros pontos. O pensamento gramsciano não concorda com uma noção de sociedade civil como terceiro setor, separado da economia e da política, um local onde seria possível harmonizar os interesses e ideias. Para ele, ao passo que a sociedade política tem apoio de elementos de coerção estatais, a sociedade civil conta com os aparelhos privados de hegemonia, que têm certo nível de autonomia do Estado. Esses aparelhos reúnem diversas instituições, como a imprensa, as igrejas, os partidos políticos, os movimentos sociais, a escola e os sindicatos. Apesar do nome, eles não são necessariamente privados, visto que também atuam ao redor do Estado dando sustento à sua dominação, difundindo e legitimando suas ideias.

A definição de hegemonia envolve ainda uma interseção entre materialidade e imaterialidade. Dantas (2008) aponta que as condições de produção e propriedade que fazem um grupo ser a classe dominante vão além e garantem a ela não só a possibilidade de produzir o material mas também de ter a produção intelectual. Quando um grupo consegue ter o controle sobre as relações de produção, as forças de trabalho e até da produção de conhecimento, possui também meios para se afirmar hegemonicamente dentro dessa sociedade. Ressalta também que essa condição hegemônica costuma se dar quando existe esse domínio das ideias e das instituições porque assim não existe a necessidade de coerção, de violência física.

Em relação a uma contra-hegemonia que poderia transformar o curso da história, pondera que apenas um questionamento dessa totalidade histórica com alto potencial destrutivo do meio ambiente poderia fazer a diferença neste processo capitalista. O proletariado precisaria então se transformar em uma "classe da consciência", uma vez que o processo hegemônico de alto consumo e acumulação de capital produzido pela burguesia traz uma ameaça para a espécie por não ser sustentável, mas essa transformação só será possível quando sua consciência de classe e suas práticas não ficarem mais confinadas aos limites e à ordem do capital. Coutinho parafraseia Marx dizendo que a existência da hegemonia pressupõe uma contra-hegemonia: "A contra-hegemonia se coloca como possibilidade no momento em que a dominação de classe já não se dá apenas pela coerção, mas também pelo consenso" (COUTINHO, 2008, p. 77).

No que tange à Comunicação, a indústria cultural é uma forma de manter a estrutura da sociedade capitalista, a sua hegemonia. Segundo Ana Lúcia Enne no livro organizado por Coutinho (2008) podemos partir da premissa de que a mídia contribui para a formação de nossa realidade, ajuda a construir memórias e identidades e apresenta visões de mundo que têm por trás interesses classistas e mercadológicos:

> para nós, a mídia é: a) um instrumento de discurso e poder; b) gerenciada por sujeitos sociais que são agentes concretos, cujos interesses e posições obviamente interferem em suas práticas discursivas; c) lugar estratégico para a implementação da dominação hegemônica, atrelada, como já indicamos acima, a interesses econômicos e políticos, marcadamente de classe social; d) uma das principais agências para a construção de memórias e identidades sociais, num jogo de representação e construção da realidade social que implica, necessariamente, reconhecer seu lugar-chave na formação do mundo contemporâneo. (COUTINHO, 2008, p. 197)

Concordando com essa definição, é possível mais uma vez criar aproximação com a teoria crítica da Escola de Frankfurt, que teve limitações à época por se apresentar um pouco fatalista. Entendendo que os discursos, inclusive os midiáticos, são locais de disputa, e que a hegemonia pressupõe uma contra-hegemonia, é possível entender que as representações ideológicas hegemônicas que costumam ser transmitidas pelos veículos de comunicação de massa têm grande poder e influência, mas não são imutáveis.

Além das possibilidades de criação de veículos alternativos e contra-hegemônicos, que segundo Coutinho (2008) existem no Brasil desde a República Velha, é possível também existirem alguns contrapontos dentro dos próprios discursos mais tradicionais nos meios de comunicação. Observar se existem esses contrapontos dentro da Gazeta, que é um veículo tradicional, é um dos caminhos da análise que será feita neste trabalho.

Rodrigo Dantas explica que ideologia é a construção das condições subjetivas da hegemonia de uma classe:

> A relação que nela se desenvolve é essencialmente dialética: se a hegemonia de uma classe depende de sua capacidade de assegurar seu controle sobre os meios de produção material e intelectual, esse controle só pode ser assegurado na medida em que a propriedade dos meios de produção consiga se traduzir em domínio (ideológico) sobre a formação da consciência e o próprio processo de socialização e de subjetivação dos indivíduos (DANTAS, 2008, p. 93)

Ele argumenta que a ideologia não é simplesmente uma manipulação da realidade, uma falsidade, mas uma expressão da socialização dos indivíduos dominados na sociedade hegemônica, uma naturalização da reprodução social, que é absorvida pela classe subalterna como seu próprio modo de vida e pensamento. A ideologia dominante se apresenta como genérica e universal, e por isso precisa negar a historicidade, para que se afirme como eterna e esconda as mutações que aconteceram e que ainda podem acontecer, a depender das ações de indivíduos e grupos sociais.

Para isso, jamais pode ser mostrada como a ideologia de determinada classe social, mas como a verdade universal, e assim se legitima através de especialistas da “ciência” ou de vozes da “religião”. É preciso que o antagonismo de classes presente no Estado pareça ser algo comum e universal, essa ideia precisa ser dissolvida na mentalidade do proletariado. O capital faz isso criando um desejo de

consumo na própria classe trabalhadora, que enxerga um gozo nesse estilo tido como universal de consumo.

O proletário não pode ser apenas a base que produz, mas deve também ser consumidor, inclusive em seu tempo livre e de lazer, que deve ser também um espaço para o consumo pelo que é produzido pelo capitalismo, tornando um objetivo único e comum a continuidade da produção e da compra. A ideologia do capitalismo não carrega em si apenas as questões econômicas, mas são perpassadas também ideias de gênero e raça, essenciais para a manutenção do sistema (DAVIS, 2016). Assim, a opressão e a violência contra a mulher também fazem parte dessa ideologia.

Milton Santos (2001) aponta como características da globalização e do momento atual do capitalismo a tirania do dinheiro e a tirania da informação, que juntas possibilitam que as pessoas aceitem as questões mercadológicas que são colocadas. A atuação das duas tiranias ajudaria a manter a hegemonia, a ideologia dominante, enquanto acaba por diminuir, invisibilizar ou até mesmo fisicamente massacrar iniciativas contra-hegemônicas.

Na contemporaneidade, Dantas relaciona a ideologia ao espetáculo, uma forma permanente de fascínio pela mercadoria, uma forma de mostrar ao sujeito qual deve ser o seu desejo. Assim, a ideologia atinge o seu ponto máximo, não sendo mais percebida como tal, mas já enraizada nos processos produtivos da sociedade e com todos os requisitos necessários para dominar o pensamento, a comunicação e cultura. Com os meios de comunicação de massa, a ideologia finalmente dispõe da técnica necessária para conectar os indivíduos que formam multidões.

> O espetáculo se afirma, assim, como a mediação universal que produz a consciência ilusória da unidade e da universalidade abstrata que é de fato antagonicamente dividido. Os efeitos desse processo sobre a subjetividade antagônica do trabalho se encarregam de produzir as condições do consentimento, da legitimação e da normalização dessas relações opressivas que organizam a ordem hierárquica do capital. (DANTAS, 2008, p. 98)

O autor exemplifica o poder da ofensiva ideológica quando houve a derrota soviética e os ideólogos burgueses insistiram na ideia de que o capitalismo era o único sistema possível e que esse era o fim da história, jargão pós-moderno. Mas da mesma maneira que ele e outros teóricos já apontaram as saídas através da contra-

hegemonia, a ideologia segue uma lógica parecida, podendo estar presente de outra maneira, também em veículos alternativos ou nos próprios veículos tradicionais, mas com textos que fogem à lógica dominante.

Veremos no próximo mais especificações sobre o jornalismo e as relações de poder que permeiam esta atividade, inclusive agora com a era da comunicação digital e o jornalismo online. O objetivo é apresentar algumas questões-chave do jornalismo, como objetividade e imparcialidade, além de práticas como a aplicação de estereótipos e o fetiche da velocidade, dentro do contexto capitalista e neoliberal.

2.2 – JORNALISMO E PODER

Se pensarmos no que é o jornalismo e qual a sua função na sociedade atual podemos dizer que basicamente é a atividade que passa informações relevantes para a população. Assim, em linhas gerais, isso não é muito diferente do que se definiu como o jornalismo em sua fundação. Segundo Moretzsohn (2007), a atividade teria surgido pela necessidade que foi apresentada de saber sobre qualquer coisa que pudesse interferir na vida econômica, ou seja, fatos sobre a política, o clima, o transporte, entre outros. Nesse primeiro momento, os jornais que foram impressos traziam questões comerciais, políticas ou até histórias mais leves como o que estava acontecendo na sociedade com as pessoas e situações curiosas.

Ressalta-se, entretanto, que esse era um período de mudanças profundas no conhecimento, entre o fim do século XVII e o início do século XVIII. A influência do Iluminismo levaria o ainda incipiente jornalismo a uma faceta diferente, com a defesa aberta de causas, bem “partidário” como hoje poderíamos dizer. Atualmente, notícias que são claramente posicionadas para um lado são criticadas, vistas como parciais, mas ao longo deste subcapítulo veremos que segundo alguns autores, imparcialidade e objetividade são conceitos caros à profissão e ao profissional, mas que de certa forma não são tão simples e exatos como se pode imaginar.

Genro Filho (2012) também cita as diferentes grandes fases do jornalismo desde a sua criação, explicando que a primeira satisfazia os interesses comerciais da época, com informações pertinentes a um capitalismo inicial, a segunda trazia uma imprensa partidária, opinativa e até literária, com textos que adentravam a luta

política, e a terceira voltaria aos interesses comerciais que apareceram na primeira, mas de forma muito mais organizada e industrial, visto que também o capitalismo se encontrava mais avançado neste momento.

Segundo o jornalista marxista, autores como Habermas apontam um saudosismo em relação à segunda fase, como se aquele fosse o verdadeiro espírito jornalístico, mas ele rebate que a atividade passou por uma superação e que a sociedade não precisa de informações que sirvam apenas ao comércio e nem de panfletos claramente ideológicos, mas de informações mais gerais que de fato constituem a natureza jornalística. Assim, para Genro Filho (2012) essas duas primeiras fases podem ser consideradas a pré-história dessa modalidade de conhecimento.

O jornalismo nasceu de fato das necessidades de um capitalismo também inicial, teve como origens a burguesia, mas isso não significa que ele esteja limitado a essas origens. Ainda assim, não é possível ignorar essas raízes e sua relação forte com o capital. A terceira fase, ou o jornalismo moderno, pode ser enquadrado como um dos produtos da indústria cultural, que para os teóricos da Escola de Frankfurt serve apenas como um aparelho ideológico de manipulação das massas com objetivo de manutenção do *status quo*.

Autores com certa tradição frankfurtiana levam essa criticidade da comunicação de massa proposta há cerca de 80 anos a um quase extremismo, reiterando mesmo mais recentemente que o jornalismo serve apenas aos interesses do capital. Marcondes Filho (1989) faz discussões com esse tipo de reflexão, chegando a colocar imprensa e capitalismo como gêmeos.

Genro Filho (2012) desconstrói esse tipo de argumentação, apontando como o sistema econômico passou a direcionar grande parte de nossas atividades e necessidades, inclusive o jornalismo, mas que “o modo de produção capitalista não existe apenas para satisfazer os interesses particularistas da burguesia, mas também como um momento da história universal” (p. 115). A curiosidade sobre o que está acontecendo é algo que sempre existiu, mas com a intensificação desses acontecimentos, com o aumento do tempo de giro (Harvey, 1992) e com o chamado mundo globalizado, passar informações transformou-se em uma indústria própria, justamente porque o capitalismo só se sustenta com produção e consumo

constantes e os serviços passaram a ser comercializadas com mais afinco visto que existe um limite para acumulação física de coisas, informação neste cenário é um excelente negócio.

A necessidade por essa quantidade de informação que temos hoje foi colocada pelo sistema em que estamos, mas sendo ele superado, essa necessidade permanecerá na sociedade. Apesar de o capitalismo ter transformado a notícia em mercadoria (assim como faz com quase tudo), ela não é exclusivamente mercadoria, pode ser outra coisa ou uma mercadoria diferente, por assim dizer. Pode-se então questionar se o jornalismo que consumimos segue essa lógica capitalista e tem também como objetivo perpetuar a hegemonia ou se tem um viés diferente e propõe uma contra-hegemonia. Ou se pelo menos existem contrapontos, como apontou Coutinho (2008) dentro do discurso hegemônico dos veículos tradicionais de jornalismo aos quais temos acesso atualmente.

Primeiro é preciso entender que estamos em uma sociedade capitalista e, assim, as empresas terão como objetivo o lucro. Saffiotti (2013), utilizando conceitos de Marx, explica que o surgimento da sociedade capitalista se ampara em pessoas que se dispõe livremente a oferecer sua força de trabalho e que em cada período histórico o excedente deste trabalho foi apropriado de uma forma diferente. No caso do capitalismo, o pagamento de um salário mascara essa apropriação, mas ela também acontece da mesma forma que acontecia com os escravos e os servos, mas agora apresenta-se como um sistema que disponibiliza um pagamento integral do trabalho, embora isso não possa ser real ou não haveria acumulação por parte dos capitalistas.

Usa-se o termo “livremente” porque o trabalho no contexto capitalista não é compulsório como se via a escravidão, mas não se pode deixar de refletir o quanto os trabalhadores atuais muitas vezes também não se vêem com opções e são quase obrigados a aceitar o que vier em suas obrigações como funcionário. Entre isso e o desemprego, junto dele a incapacidade de prover o mínimo para sua reprodução social, não se parece ter muita escolha.

Ricardo Antunes (2011), no prefácio da obra de Mészáros, destaca que o valor de troca tornou-se o mais importante na cadeia produtiva, ainda mais do que o próprio valor de uso:

> As funções produtivas e reprodutivas básicas foram radicalmente separadas entre aqueles que *produzem* (os trabalhadores) e aqueles que *controlam* (os capitalistas e seus gestores). Tendo sido o primeiro *modo de produção* a criar uma lógica que não leva em conta prioritariamente as reais necessidades societais, o capital instaurou, segundo a rica indicação de Mészáros, um sistema voltado para sua autovalorização. (ANTUNES, 2011, p. 16)

Os veículos jornalísticos de comunicação de massa também são empresas, que tem nas informações trazidas ao público um valor de uso e nos espaços publicitários ou no pagamento para ter acesso às notícias um valor de troca. Os jornais precisam ter algo que atraia o público para que seu espaço de propaganda seja comercializado e ao mesmo tempo, devem seguir uma linha editorial, que costuma ter interesses políticos e econômicos bem definidos (mesmo que essa definição não seja tão clara para o público e o veículo se defina como imparcial e neutro).

Além disso, se a população foi socializada nos moldes capitalistas, esse possivelmente será o caminho dos textos dos jornalistas, que para conseguir inserir uma proposta diferente precisa ter essa consciência e também um pensamento crítico e que fuja da ideologia hegemônica. O advento da tecnologia apareceu para muitos estudiosos da área como uma alternativa para fugir dos moldes capitalistas de produção noticiosa, uma vez que todos poderiam publicar livremente e a informação estaria ao alcance de todos. Mas não foi exatamente isso que aconteceu. Moraes (2008) explica que na verdade a tecnologia necessita também de gestão, de investimento financeiro, de logística, e que quem agrega tudo isso é justamente as grandes empresas.

> Mas seria de se esperar purezas na megarrede, sendo ela uma extensão da imperfeita inteligência humana que a concebeu? Como realcei em outro texto (Moraes, 2005, p. 72), é um erro supor que as aberturas na internet possam sobrepujar o cenário de transnacionalização da comunicação, inclusive no campo virtual, em que as corporações midiáticas fincam seus tentáculos com agressividade, controlando os sites mais populares, e com isso atraindo crescentemente anúncios e patrocínios. (MORAES , 2008, p. 54,55)

Ou seja, mesmo que acessos possam acontecer livremente com a internet, ela possibilitou que o capital se aglomerasse ainda mais, essa chamada desterritorialização pregada pelo digital e pela globalização contribui para mostrar quão poderosos são os territórios, pois estes seguem ocupados e controlados por quem detém poder econômico e político. Podemos exemplificar essa situação

pensando em quais são os veículos digitais que fazem mais sucesso e têm mais audiência, se um independente criado por uma pessoa comum ou jornalista sozinho ou uma empresa que migrou do impresso tradicional com estrutura para contratar muitos funcionários e aparecer constantemente nas telas através de anúncios. O digital não pode ser encarado como um aparato revolucionário por si só, pois ele é controlado pelas pessoas e pelo sistema, que continuam capitalistas.

Os veículos de imprensa, mesmo os digitais, estariam inseridos nesta lógica capitalista de priorizar os seus valores mais do que as demais necessidades da humanidade. Por mais que o jornalismo moderno costume se colocar como imparcial, neutro, a serviço da comunidade, objetivo e tantas outras características que já foram debatidas e questionadas por vários teóricos e que trataremos logo mais, não se pode esquecer que trata-se de empresas e que os jornalistas são funcionários que seguem regras, são de certa forma peças dentro de um tabuleiro. O jornalismo funciona de certa forma de maneira taylorista, entregando um produto finalizado para a sociedade (SOUZA, 2017).

Para Fuchs (2016) a internet deve ser enxergada da mesma maneira que Marx enxergava a tecnologia, ou seja, dentro do binômio relações de produção e forças produtivas. Ressalta a vigilância que existe no território digital e a utilização dos dados do usuário, além da contradição entre a produção online e o discurso de liberdade e democratização, visto que há grande desigualdade no acesso e na distribuição deste conteúdo.

Srnicek (2017) aponta que é na crise que o sistema capitalista costuma ser reestruturado. O autor argumenta que o capitalismo do século 21 está centrado na extração dos dados, eles tornaram-se a matéria-prima e as atividades dos usuários são a fonte de retirada desses dados. Com o avanço da internet e uma maior necessidade de utilização da comunicação digital, os dados ficam cada vez mais relevantes.

Martins (2020) lembra que as crises são comuns nesse contexto neoliberal, momento em que muitos países optaram por medidas mais austeras, aumentando a desigualdade e causando até mesmo alguns questionamentos ao próprio sistema. Em meio a esse caos, a tecnologia se faz presente com a datificação, a vigilância e

transformações nas relações de trabalho. O capitalismo de vigilância utiliza os dados para ampliar a venda de mercadorias, influenciar de alguma forma o comportamento e opinião das pessoas e ainda facilita o controle através dessa vigilância constante: “Por fim, os mesmos instrumentos que facilitam a vigilância também servem para a ampliação da exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras. O perfil multitarefa exigido de muitos profissionais, entre eles jornalistas, é exemplo disso.” (MARTINS, 2020. p. 56)

Já Srnicek (2017) nomeia esse período como capitalismo de plataforma, devido à ascensão de infraestruturas de grandes companhias que conseguem monopolizar, extrair e utilizar esses dados, como Google, Facebook e Uber. Segundo o autor, existem cinco tipos de plataforma, e a primeira delas é a plataforma de propaganda, onde se encaixam melhor as relações com os veículos de comunicação. Essas infraestruturas oferecem serviços gratuitos aos seus usuários, mas utilizam os dados das interações feitas nas plataformas para oferecer espaço publicitário a empresas.

No caso das plataformas de propaganda (SRNICEK, 2017), o lucro advém de quanto mais o anúncio é visto, quanto maior o fluxo, mais lucrativo e interessante a nível comercial. Ou seja, veículos jornalísticos que já tem um nome consolidado continuarão tendo uma fatia maior da audiência, mesmo no mundo digital. A alternativa é a de explorar as emoções, trazer conteúdos sensacionalistas, ser o primeiro a publicar, independentemente da qualidade da apuração e conseguir o maior número de visualizações possível (FIGARO, 2020)

Neste contexto, outras questões vieram à tona. A produção de conteúdo feita pelas pessoas em blogs e redes sociais gera lucro às companhias, uma espécie de “trabalho gratuito” (SRNICEK, 2017) que alimenta o fluxo constante característico das plataformas. Os usuários acostumaram-se a consumir gratuitamente, mesmo sabendo que seus dados são utilizados como moeda, e as notícias também entram nesse rol de produtos que precisam chegar sem custo ao receptor. E com o avanço tecnológico, não é somente em texto, mas em áudio, em vídeo e com constância.

Existe, no entanto, um custo para essa produção de conteúdo, que no caso dos veículos de imprensa, é feito pelos jornalistas. Esses profissionais estão a cada

dia trabalhando mais para dar conta de toda a demanda e fazer a empresa jornalística seguir lucrativa para os gestores. Além disso, há acúmulo de funções na rotina do profissional, que precisa ser multifuncional nesse novo modelo de redações digitais.

> Em vez de ajudar na atividade laboral, como muitos acreditam, as tecnologias têm uma característica que intensifica a exploração do trabalho, aumentando o controle sobre o tempo e a vida do jornalista. Tecnologias da comunicação e suas diferentes aplicabilidades representam o ápice do capitalismo contemporâneo, sendo parte dele. (SOUZA, 2017, 138,)

São diferentes impactos que isso traz para a imprensa, desde a necessidade de ter matérias com títulos chamativos que ganhem muitos cliques e mostrem aos patrocinadores que o veículo é um bom lugar para anunciar seus produtos até uma necessidade de atualização constante devido ao grande volume de informação existente na internet, o que gera menos tempo para apuração e desdobramentos importantes que deveriam ser feitos pelos jornalistas. No caso das matérias de violência contra a mulher em jornais online, deve-se perguntar se nessas condições quanto o jornalista pode ir além do boletim de ocorrência fornecido pela polícia e entrevistar alguém que já esteja disponível na delegacia ou local do crime.

Independentemente do meio onde esse jornalismo é feito (rádio, TV, impresso ou digital), é importante entender o que é colocado pelos veículos de comunicação de massa e os efeitos que essas informações veiculadas diariamente têm nesta sociedade capitalista. Para refletir sobre a importância das informações que aparecem nos grandes veículos dentro da sociedade capitalista, é preciso primeiro entender um pouco mais sobre o jornalismo em si.

Existem frases quase canônicas de que o bom jornalismo é imparcial e objetivo, sua credibilidade está na neutralidade e na busca pelas notícias que interessem à maioria da população. Essa ideia do que é a atividade jornalística está no imaginário tanto dos consumidores de informação quanto dos próprios jornalistas, que muitas vezes seguem buscando essas metas ou acreditando que já as praticam em seu cotidiano de trabalho, mesmo que elas na verdade sejam um grande paradigma

Moretzsohn (2007) questiona a definição de jornalismo como o “quarto poder” como parte desse ideal de imparcialidade e objetividade que permeiam a atividade

até hoje. O termo teria sido proposto por Thomas Macaulay em 1828 seguindo a divisão de poderes de Montesquieu, e a imprensa seria o órgão fiscalizador dos três demais, isento. Isso já não seria possível porque os veículos podem até não estar necessariamente submissos ao Estado, mas sempre estiveram atrelados ao mercado e ao capital, e estes também têm interesses próprios que macularam essa isenção que é pregada.

A objetividade, para a autora, também é vista de maneira muito simplista, como a ideia de que a notícia traz os fatos falando por si, sem nenhum tipo de interferência, enquanto outros textos trariam opiniões. Prega-se que ao expor os fatos as pessoas poderão tirar suas próprias conclusões, “pensar por si mesmas”, mas não é considerado o próprio modo de fazer notícia, que logo ao selecionar o que entra ou não em uma edição já está fazendo um direcionamento. No caso do procedimento metodológico utilizada para este trabalho, o que é salientado e o que é excluído formam o enquadramento da notícia, que pode ajudar a dar elementos ao leitor para uma aproximação da ideologia hegemônica ou não.

A noção de que é possível relatar as coisas tais como são é uma ideia positivista que atualmente já pode ser considerada como reducionista quando se compreende que o processo de conhecimento é uma construção e que todo esse processo é permeado por subjetividade, é feito por seres humanos que tem criações, sensações, impressões e modos de se expressar diferentes uns dos outros: “A rigor, não existe objetividade nem no jornalismo nem em qualquer atividade humana, se pretendermos tomar a objetividade de maneira absoluta, ou seja, como algo que exija a exclusão do sujeito” (MORETZSOHN, 2007, p. 184).

Outra característica que é quase uma lei jornalística para se mostrar objetivo e confiável é ouvir os dois lados da história, mas que, segundo a professora e jornalista, torna-se na prática mais uma atividade mecânica e confia-se nas fontes que têm credibilidade no veículo, tudo isso não para de fato ir atrás de uma suposta verdade, mas para se apresentar ao público como um jornal que tem credibilidade. Colocar todas as informações entre aspas, ou no jargão jornalísticos “na boca do entrevistado”, também é uma maneira de se mostrar objetivo e imparcial, como se assim o veículo estivesse fora da responsabilidade pela informação que foi ali colocada porque ela veio da fonte.

Em casos considerados muito polêmicos, coloca-se como se realmente não tivesse nenhum lado e desse oportunidades iguais para ambos exporem suas ideias, para que o público decida no que acreditar. Mas dificilmente a oportunidade de fala é dada de forma tão igualitária dentro das matérias, até mesmo a maneira como as falas são introduzidas e onde são posicionadas poderia tirar essa aura da objetividade e imparcialidade da maneira como é posta.

Ainda segundo Moretzsohn (2007), chamamos os fatos de acontecimentos desprendidos de teorias, de filosofias, e no caso específico do jornalismo situações que simplesmente acontecem e são relatadas fielmente pelos bons veículos de comunicação. Mas a verdade é que isso não tem como ser real, os fatos jornalísticos estarão sempre ligados à máquina de produzir informação, os fatos seriam sempre apreendidos através de alguma teoria, então dizer que o jornalismo seria pura prática não é uma afirmação que se sustenta.

O que acontece no dia a dia dos profissionais é uma naturalização dessa apreensão dos fatos, uma apresentação do que aconteceu de forma a ser compreendido pelo público e muitas vezes para isso já enquadrando dentro do que já se deu como senso comum, então os fatos não são apresentados “tais como são”, como se gosta de repetir.

> Seria, entretanto, impróprio acusar as rotinas de produção, ou a lógica do “sistema”, pelo desvirtuamento de uma suposta pureza original do jornalismo a ser recuperada, ou pela constituição de uma atividade que seria intrinsecamente alienante. Não só porque ambas as posturas – de um idealismo inserido na melhor tradição do pensamento mítico, no primeiro caso, ou de um niilismo apocalíptico, no segundo – conduzem à inação por falta de alternativas concretas ao objeto da crítica, que é assim preservado; mas também porque, associadas, terminam por configurar um círculo vicioso para o qual não se vislumbra saída. (MORETZSOHN, 2007, p. 209)

Genro Filho (2012) também traz uma discussão em relação à imparcialidade e à objetividade que emana dos fatos como são no considerado bom jornalismo. Aponta a inconsistência argumentativa de o jornalismo ser imparcial e ao mesmo tempo precisar guiar o leitor, interpretar os fatos: “Fica evidente que há uma interpretação e um sentido que deve brotar naturalmente dos próprios fatos, com base, portanto, nos preconceitos e concepções dominantes na sociedade, que se manifestam no chamado ‘bom senso’, expressão individual da ideologia hegemônica” (GENRO FILHO, 2012, p. 38).

Não é possível excluir completamente a ideia de que a notícia não deve ser explicitamente opinativa, mas é preciso também ter consciência de que implicitamente esse juízo de valor ou opinião acabam aparecendo na escolha das fontes, no enquadramento da notícia, no que é colocado primeiro e o que vem por último e na forma que a narrativa escrita e visual é constituída. No caso das matérias de violência contra a mulher, deve-se observar qual espaço foi dado para a vítima e para o suspeito ou acusado, o que é trazido no lide, como é conduzida a escrita que explica os acontecimentos e até mesmo se a imagem da mulher é explorada, trazendo constrangimento para ela e para a família.

Mas o autor amplia a explicação, mostrando que o problema não é simplesmente existir na descrição dos fatos uma subjetividade puramente pessoal do jornalista, pois esta faria a teoria da objetividade ser real e os leitores poderiam captar a essência desses fatos tidos como objetivos. A grande questão que impede a imparcialidade e a objetividade é que devido aos fatos estarem inseridos em questões históricas e sociais, eles próprios não podem ser puramente objetivos.

> Não se trata, então, da simples interferência das emoções do relato – o que constituiria uma espécie de “desvio” produzido pela subjetividade – mas da dimensão ontológica dos *fatos sociais* antes mesmo de serem apresentados sob a forma de notícias ou reportagens. […] Assim, o julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião não formam um discurso que se agrega aos fenômenos tão somente depois da percepção, mas são sua pré-condição, o pressuposto mesmo da sua existência como fato social. (GENRO FILHO, 2012, p. 45)

O teórico brasileiro argumenta ainda que o jornalismo “objetivo” tornou-se algo buscado pelos repórteres, porém, não se costuma ter uma análise filosófica da objetividade que contribua para a elaboração de uma consistente teoria do jornalismo. A singularidade seria o objeto do jornalismo, que vai além da simples compreensão do jornalista, mas que faz parte da objetividade da realidade juntamente à particularidade e a universalidade. A universalidade é o mais amplo, o particular é o intermediário e o singular tem tanto o particular quanto o universal em sua identidade. No caso do jornalismo, as três dimensões estão presentes, porém, o aspecto singular é o primeiro que deve ser abordado. Para o autor, essa especificidade – que muitos chamam de objetividade - tornou-se algo descolado da história e da dialética.

Souza (2021) utiliza Genro Filho (2012) para falar dessa objetividade no jornalismo, reiterando que não se trata nem da possibilidade de acessar de forma pura os fatos objetivos nem da falta de possibilidade de separar jornalismo e ação política. A tentativa de fazer uma apuração dos fatos pode tornar-se uma prática utilitarista, visto que se não existe criticidade, não há possibilidade real de compreender os fatos como de fato são, de maneira dialética,

> A manipulação da sociedade capitalista apresenta uma aparência fenomênica da realidade que, para correntes expressivas do pensamento contemporâneo, são elevadas à própria realidade. Assim, mesmo quando expressam um interesse genuíno em conhecer os fenômenos, tornam--se presas do seu caráter fetichista aparente. (SOUZA, 2021, p. 231)

Analisar as matérias que vemos nos jornais então vai então muito além de entender que não existe objetividade e imparcialidade nos moldes do senso comum e tentar apreender qual foi a interpretação que aquele jornalista teve dos fatos que relatou. É também mais do que entender que o veículo de comunicação faz parte de um sistema capitalista que objetiva prioritariamente o lucro e, portanto, segue determinados interesses mercadológicos que pedem foco em determinados assuntos e exclusão de outros. Faz-se necessário uma compreensão de toda a nossa construção histórica, do momento no qual nos encontramos, da forma como fomos socializados, do que acreditamos ser o comum e da naturalização que fazemos de certas situações que se tornaram cotidianas.

No caso específico da violência contra a mulher, atualmente as notícias são dadas no caderno policial, como mais um caso de violência. Não pensamos na verdade no que é essa violência geral, o que nos leva a ela e até a eficácia do sistema punitivista. Tratando-se da violência de gênero, com as leis que foram promulgadas e as campanhas que são feitas diz-se entender ser errado bater em mulher, mas percebe-se que as atitudes machistas e patriarcais seguem presentes nas pessoas, porque elas assim foram socializadas.

Logo, se desde a mudança do sistema feudal para o capitalista, a partir do século XV, em função de garantir a manutenção desse sistema econômico que visa o lucro acima de tudo, o trabalho da mulher passa a ser desvalorizado, seu corpo torna-se um objeto que pertence à sociedade para reproduzir e cuidar dos filhos, seus conhecimentos da natureza são desprezados e criminalizados, seu próprio ser fica condicionado ao marido ou a algum homem da família e suas necessidades e

protagonismo são apagados (FEDERICI, 2017), o feminino fica para as pessoas desvalorizado, é uma naturalização, uma socialização desses ideais.

Os comentários que costumamos ver (tanto de homens quanto de mulheres visto que todos foram educados e socializados de forma machista) em notícias de violência contra a mulher ainda são de que a vítima deveria ter tomado cuidado, que o problema foi da roupa que usou, que não deveria estar em determinado lugar, que o homem foi provocado, que foi por ciúmes, entre tantos outros absurdos.

Voltando ao argumento de Genro Filho em relação aos próprios fatos não serem objetivos, deve-se pensar que existem muitas questões por trás do “simples” fato, que é a agressão física, o estupro e o próprio feminicídio. Tanto para o jornalista quanto para a população, entender as questões que nos trouxeram até aqui aos casos numerosos de violência de gênero auxiliam a pensar contra esses fatos (MORETZSOHN, 2007).

No caso desta pesquisa, que pretende analisar os enquadramentos noticiosos da violência contra a mulher, pode-se ainda pensar na questão dos estereótipos que se fazem presentes nos veículos de comunicação. Segundo Biroli (2017), os estereótipos são uma forma de imposição das ideias dos grupos dominantes, auxiliando nas naturalizações de determinados valores e participando do exercício de poder.

A mídia tem papel relevante na difusão desses estereótipos, pois é um dos aparatos sociais que constroem as noções de mundo atualmente. Estereótipo e realidade se retroalimentam, vez que a imagem estereotipada coloca um padrão que acaba sendo reproduzido e, assim, tornado real. Os estereótipos dispensam análises racionais, são colocados como algo natural, e impactam as relações de poder justamente por estarem inseridos no âmbito ideológico.

> Os estereótipos são peças-chave para que essas narrativas cristalizadas tenham eficácia. As imagens tipificadas dos grupos sociais permitem mobilizar, mais do que referências comuns, julgamentos que, compartilhados, dão sentido aos acontecimentos. Os enquadramentos e os estereótipos que lhes dão sustentação se exprimem por meio de códigos morais relativamente estáveis. Ao colocá-los mais uma vez em circulação, o jornalismo contribui para essa estabilidade. (BIROLI, 2017, p. 139)

Assim, os estereótipos de gênero e os enquadramentos que os confirmam repetidos pela grande mídia podem não necessariamente fazer com que as pessoas

pensem de determinada maneira, mas indicam quais são as discussões e auxiliam na manutenção de um *status quo.* Tudo isso costuma ser feito sem perder a aparência de imparcialidade, objetividade e credibilidade do jornalismo, sem omitir opinião explícita, trazendo dois lados da história e colocando falas entre aspas para mostrar que aquela é opinião da fonte e não do veículo.

A presença de estereótipos e de fatos objetivos que são permeados pelas questões histórico-sociais de nossa realidade nas matérias jornalísticas é constatada pelos autores aqui colocados. O que deve ser pensado agora é como esses estereótipos e esses fatos contribuem para as relações de poder e para a manutenção ou transformação da sociedade. A ideia de que o jornalismo seria o quarto poder, fiscalizando os três primeiros e priorizando os interesses da população, não se sustenta, mas isso não significa que a atividade esteja fora dessas relações ou não exerça também poder de alguma forma.

Kohan (2001) aborda as relações de poder e a hegemonia na teoria marxista utilizando Marx e Gramsci. Ressalta primeiramente que defende a ideia de relações de poder como participativas das relações sociais no capitalismo, não como causa ou estritamente ligadas à superestrutura. Diferentemente do que prega o economicismo, o poder não teria sido formulado a partir da violência e das armas, mas justamente o Estado e seu militarismo vieram do poder.

O poder está não nas coisas ou na natureza, mas nas relações que existem entre as pessoas, sejam elas sociais ou políticas, e nesse campo de forças podem ser produzidas e reproduzidas novas relações caso as anteriores sejam dissolvidas. Para o autor, esses confrontos que fazem parte das relações de poder costumam ser esquecidos pelo grupo que foi vencido, e é esse o interesse do dominador, passar uma noção de que as coisas sempre foram assim para que haja uma certa paz e para que os vencidos não tentem retomar esse conflito e tomar esse poder.

> A aparência nos indica que esta existência tem um caráter ahistórico, eterno, e o sentido comum o esquematiza e legitima mediante o lugar comum que sustenta “sempre foi assim e sempre será”. Muitos anos de exercício de hegemonia foram necessários para inocular semelhante crença nas massas populares. Mas Marx, desnaturalizando as relações sociais capitalistas, afirma que isto não é mais do que um resultado do processo histórico que funciona no modo de produção capitalista como um dos supostos necessários para constituir a relação social de capital. (KOHAN, 2001, p. 22)

No caso das relações de poder, o jornalismo contribui para sua naturalização e manutenção da hegemonia e ideologia dominantes, colaborando para a que os valores colocados sejam aceitos pelas massas. Chauí (2019) defende que a mídia tem um poder através da ideologia da competência, que coloca especialistas como detentores de saberes, são eles quem devem falar e o público deve ouvir. Nessa mesma ideologia está o comunicador, uma espécie de grande especialista, que irá resumir, interpretar e enquadrar os acontecimentos. Esse é um poder que pode desencadear em “manipulação e intimidação social e cultural” (CHAUÍ, 2019, p.20) visto que é o comunicador quem sabe de todas as coisas, autoridade que é conferida tanto pela estrutura de hierarquia e saber da sociedade quanto da presença quase constante dos meios de comunicação no cotidiano.

Mesmo existindo padrões e técnicas para fazer o jornalismo, a redação costuma ter uma rotina e determinados valores, e ainda assim pode-se dizer que as notícias são ideológicas. O jornalista tem ainda o poder de escolher suas fontes, os assuntos e até mesmo o espaço e a periodicidade que determinada pauta terá no veículo. Como atualmente grande parte de nossas relações sociais é mediada por aparatos tecnológicos, o que circula nesses meios têm grande impacto, chega a muitas pessoas, principalmente quando isso acontece de maneira repetida, diária, caso dos jornais. Mas as pessoas não têm o mesmo acesso a colocar suas ideias nesses veículos de comunicação. Diferenças de gênero, de raça e de classe aparecem fortemente nesses momentos, basta observar com um pouco mais de atenção. Até mesmo quando o espaço é dado para tratar assuntos de minorias, costumamos encontrar discrepâncias nas abordagens, e apontar essas variações é também um dos objetivos da análise do trabalho.

A nossa hipótese é de que quando a violência contra a mulher acontece com uma mulher branca ou de classe média e alta, as matérias tendem a ter mais destaque, o caso pode ser explorado durante dias e até meses, vários âmbitos são abordados, há grande comoção. Se a situação é com uma mulher negra ou periférica (grupo que inclusive mais sofre violência) o espaço tende a ser menor, e às vezes não há nem espaço no jornal para essa divulgação. Observando o material que foi coletado na Gazeta Online durante seis meses de 2019, um caso em especial teve grande repercussão, o de Jane Cherubim. A mulher de 36 anos foi espancada pelo namorado e abandonada em uma estrada, demorando muito tempo

para se recuperar. Foi feita uma cobertura completa do caso, no jornal impresso, digital e também na televisão. Não foi notada a mesma repercussão ou ao menos suítes em casos de violência contra uma mulher negra e periférica.

Mostrar alguns dados são essenciais neste momento. Segundo o Atlas da Violência de 2019[9] do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 66% de todas as mulheres assassinadas no Brasil são negras. Entre 2001 e 2017, a taxa de homicídio de mulheres não negras cresceu 1,6% enquanto a de mulheres negras cresceu 29%. Segundo o Ipea, em 2017, no Espírito Santo, foram assassinadas 116 mulheres negras e 26 mulheres não negras. Se as matérias de violência estão enquadradas no caderno policial e são pautadas pelos acontecimentos, seria de se esperar que o grupo com um número tão mais expressivo de mortes (e possivelmente de outros tipos de violência) tivesse um número também mais expressivo de matérias. Mas essa lógica não parece se aplicar ao periódico capixaba.

Assim, as estruturas de poder são mantidas, reafirma-se nas entrelinhas que brancas e ricas valem mais do que negras e pobres e por isso merecem mais a nossa atenção e empatia. Os ideais que são colocados de alguma maneira, mesmo que não tão explicitamente, nos noticiários, contribuem para uma manutenção ou transformação da realidade, mantendo estereótipos ou ajudando a construir um novo padrão.

> Os meios de comunicação de massa consistem numa arena na qual estão em disputa representações diversas da realidade social. Estão em disputa, mais precisamente, a validação de valores e julgamentos que estão na base dessas representações. E essa disputa se coloca em vários níveis e graus, daí o fato de que os discursos colocados em circulação pela mídia recorram a tipificações, tenham como efeito potencial a naturalização de determinados estereótipos, mas não se restrinjam a uma versão coerente e linear dos grupos sociais e das relações de poder em que se inserem. (BIROLI, 2017, p. 144)

Voltando à questão da mídia como “quarto poder”, Moretzsohn (2007) reitera que não é possível pensar nessa expressão com a ideia inicial que teve, mas existe uma ressignificação a partir do momento que grandes empresas de mídia vinculam-se fortemente ao mercado e ao consumo, entendendo que precisa satisfazer seus clientes e atuando assim como um aparato que oferece ao mesmo tempo informação e possibilita que as pessoas ecoem suas vozes. Pode se colocar ainda

[9]Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784 Acesso em 08/04/2020

como uma substituta das instituições tanto quando apresenta casos de violência e crime que logo são “julgados” pela população antes mesmo do sistema judiciário fazer o seu papel quanto quando se coloca como local de reclamação e denúncias das pessoas que não conseguem ter acesso aos órgãos de justiça ou de administração pública. O ponto não é desvalorizar o trabalho do repórter ou a importância que algumas notícias têm para desmascarar determinadas situações, mas entender o contexto no qual esse jornalismo é feito e qual é a lógica dominante nisso tudo.

> Dizer que “as regras do jogo mudaram” e que a vítima “não comparece mais sozinha, mas acompanhada das equipes de televisão” implica ignorar a seletividade na definição de pautas e os interesses político-ideológicos que tornaram visíveis – e frequentemente espetaculares – determinados fatos, enquanto mantêm outros na sombra; no limite, significaria valorizar em si o recurso à câmera oculta, desprezando o processo de decisão que direciona o seu foco a certos ambientes e situações, e atraindo para eles a atenção escandalizada do público. (MORETZSOHN, 2007, p. 144)

Nesse exercício de hegemonia que coloca as ideias dominantes para as classes dominadas como se fossem delas também, está o jornalismo. Coutinho (2008) indica que cabem aos chamados intelectuais essa missão de hegemonizar as ideias dominantes, e que dentre eles existem os que defendem abertamente a manutenção do *status quo*, e os que mesmo com um pensamento mais crítico não conseguem apontar as inconsistências existentes no capitalismo, podendo ser inclusive contra machismo, homofobia e racismo, mas nunca contra o capital.

Ele defende ainda que a mídia tem um papel essencial no processo de reprodução social e a maioria dos intelectuais midiáticos fazem parte dessa rede que ajuda na manutenção dessa realidade, mas que existem pensadores que entendem os meios de comunicação como esse aparato mantenedor da hegemonia e a importância de sair desse ciclo. Esse pequeno grupo pode ser considerado contra-hegemônico, mas é preciso entender que são a minoria, até porque se suas ideias fossem as que prevalecessem a hegemonia seria outra, com ideologia dominante e lógica diferentes da atual.

Apesar das duras críticas que faz à atividade jornalística como se apresenta atualmente, Moretzsohn (2007) não tem uma postura pessimista ou niilista, mas defende que o jornalismo não está com um destino selado e que é possível mudar esse roteiro que o coloca sempre fazendo um “*mea culpa*” através do próprio dia-a-

dia da profissão, sem colocar o jornalista como um herói que empreenderá essa luta sozinho. Para ela, é preciso compreender que esse processo tem algumas aberturas e que a partir delas podem ser feitas críticas e passado pensamentos que contrariem a lógica dominante, mesmo dentro de um veículo hegemônico.

> A revolução no jornalismo, portanto, não é dissolvê-lo no cotidiano, mas desmistificar o cânone da imparcialidade para fazê-lo assumir seu papel no jogo de forças que compõe a sociedade. Apenas desta forma o jornalismo pode de fato cumprir sua promessa de esclarecimento, esclarecendo previamente que todo discurso é ideológico e que não há informação independente de interpretação, apesar da ancestral aspiração do público pelo relato dos fatos "tais quais são": estaria aí, aliás, ao mesmo tempo o resultado e a legitimação do processo de "pensar contra os fatos". (MORETZSOHN, 2007, p. 288)

Genro Filho (2012) também apresenta saídas para o jornalismo, entendendo que a comunicação faz parte da coletividade humana e da produção de conhecimento, logo está inserido produção histórica e social. Mesmo inseridos em um sistema capitalista, as informações são passadas por seres humanos, e a comunicação envolve tanto o material, que é objetivo, quanto a construção que as pessoas fazem da história, e isso é subjetivo. Os seres humanos não têm como objetivo apenas a sua reprodução, mas fazem uma construção histórica que está em constante transformação.

> A compreensão da informação jornalística sob outro ângulo ideológico, ou seja, como apreensão de uma realidade não reificada, reconhecendo seu processo dialético e apostando em suas melhores possibilidades, exige que o mundo seja entendendo como produção histórica em que se constroem e se revelam sujeito e objeto. Exige uma perspectiva revolucionária. (GENRO FILHO, 2012, p. 228)

Mas os grandes jornais não são os únicos propagadores dessas ideias no campo da comunicação, apesar de continuarem tendo grande importância em manter a classe dominante nesse local, não são sempre os jornalistas quem realmente pautam as notícias, e estas hoje estão bastante fragmentadas em diferentes veículos que se colocam definidos para públicos específicos.

> A imprensa e a grande mídia não perderam seu papel, mas ecoam um novo som, que se difunde e produz seus próprios intelectuais, que define estratégias, pautas e linhas de conduta. Não é apenas sobre o que a imprensa diz na atualidade que devemos nos interrogar, mas sobre quem são os novos intelectuais a exercerem as funções fundamentais que permitem uma nova pauta à imprensa, capaz de reduzir seu descrédito e dar novo fôlego, de cunho "democrático". (COUTINHO, 2008, p. 153)

Assim como a hegemonia pressupõe uma hegemonia, a internet e as plataformas também podem ser utilizadas de maneira um pouco diferente do que é colocado pelo sistema e a priori pelos grandes veículos de imprensa. Mesmo dentro da lógica hegemônica é possível fazer um trabalho alternativo, ainda que não seja um trabalho opositor em seu sentido estrito:

> O grau de existência dessas formas alternativas e opositoras é ele mesmo uma questão de variação histórica constante em circunstâncias reais. Em certas sociedades, é possível encontrar áreas da vida social em que as alternativas bastante reais são, no mínimo, deixadas de lado. […] A existência da possibilidade de oposição e de sua articulação, o grau de sua abertura, e assim por diante, mais uma vez dependem de forças sociais e políticas bastante precisas (WILLIAMS, 2011, 56)

Essas maneiras alternativas de fazer jornalismo existem no Brasil. Grupos de profissionais buscam fazer o trabalho opositor utilizando plataformas digitais como território de trabalho e pautando notícias de forma mais horizontal, com decisões tomadas em um grupo, que é o exemplo dos Jornalistas Livres: “A prática deles sintetiza a contradição que se necessita superar na atualidade. Temos meios de produção que nos convidam a socialização dos conhecimentos e das formas de distribuição de riquezas. No entanto, a organização social e política não superou o sistema de concentração imposto pela lógica do capital”. (FIGARO, 2020, p. 111).

Além de veículos que estão mais à margem dessa lógica capitalista, como foi exemplificado, é possível ver algumas iniciativas que, por diversas razões, surgem também dentro do sistema. O desafio é compreender o que essas iniciativas significam e como podem mudar a realidade. Para conseguir enxergar alguma mudança dentro de veículos hegemônicos, ou a manutenção da mesma ideologia, é possível utilizar como procedimento metodológico o enquadramento ou *news framing*.

2.4 – Enquadramento noticioso

O uso de enquadramento nas pesquisas sobre comunicação e jornalismo são relativamente recentes. Segundo Porto (2002), os estudos começaram com o livro *Frame Analysis*, escrito pelo sociólogo Erving Goffman, em 1974. A obra de Goffman é a primeira a fazer articulações teóricas mais sistematizadas, utilizando o conceito para fazer análises das interações sociais. A psicologia também tratou do tema de forma pioneira, com os estudos de Kahneman e Tversky (1984, 1986), que

mostraram as variações nas preferências pessoais de acordo com a maneira como um problema era formulado.

Um dos conhecidos experimentos da dupla foi com um grupo focal, ao qual foi solicitado imaginar que os Estados Unidos receberiam uma doença vinda da Ásia que poderia matar 600 pessoas. Dois programas foram criados para combater a doença e os autores pedem que as pessoas escolham qual seria o melhor. Para um grupo, no primeiro programa é possível salvar 200 pessoas, para o outro grupo o mesmo programa mataria 400 pessoas. Apesar de no fim das contas terem o mesmo resultado, o programa que promete salvar 200 pessoas é escolhido por 72% das pessoas. Dessa forma, pelo experimento infere-se que apresentar ganhos é melhor assimilado pelo público do que apresentar perdas.

No caso do campo da comunicação, Porto (2002) afirma que os estudos de enquadramento tornaram-se mais relevantes com a publicação do livro *Making News,* da socióloga Gaye Tuchman, em 1978, baseado na obra de Goffman.

> Tuchman argumenta que as notícias impõe um enquadramento que define e constrói a realidade. [...] Tuchman ofereceu uma análise interessante sobre a relação entre práticas de enquadramento e o processo de produção de notícias, mas como afirmar Scheufele (1999, p. 110), seu trabalho não definiu claramente o conceito e não investigou como os enquadramentos dão forma à realidade que é apresentada pelo noticiário. (PORTO, 2002, p. 5)

Ele cita outros autores com avanços nos estudos de enquadramento e jornalismo, como Todd Gitlin, em 1980, que analisou a cobertura do movimento contra a guerra do Vietnã feita pela mídia norte-americana e percebeu que com algumas práticas de enquadramento, a mídia conseguiu tanto conter algumas mensagens quanto transformar os líderes em celebridades. “Na definição acima, enquadramentos são entendidos como recursos que organizam o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão, etc.) e que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos” (PORTO, 2002. p. 6).

O autor discorre também sobre os efeitos que o enquadramento tem na audiência. Para isso, ele utiliza a obra de William Gamson, *Talking Politics*, de 1995, que verifica como os cidadãos comuns compreendem e conversam sobre temas políticos e a influência da mídia neste processo. Gamson fez uma análise extensa de mais de uma década, com notícias de televisão, charges, revistas, colunas de opinião, e organizou grupos focais para investigar como os quatro temas selecionados por ele foram absorvidos.

A conclusão foi de que as conversas das pessoas tinham informações coerentes e organizadas justamente de acordo com os enquadramentos noticiosos, mas eram formadas também por outras fontes e até mesmo sabedoria popular, o que levou à inferência de que a mídia tem uma influência em sua audiência, mas não é total. Porto (2002) também cita trabalhos de outros pesquisadores que fizeram esse estudo sobre enquadramento e audiência, mostrando diferentes metodologias, análises e períodos, mas que em algum nível apontam que há, sim, uma influência da mídia no imaginário da população que a consome.

Porto (2002) cita ainda três passos principais para sistematizar as pesquisas que utilizam o enquadramento: especificar os níveis de análise do conceito, identificar as principais controvérsias e os enquadramentos a elas relacionados e desenvolver uma análise de conteúdo sistemática. Importante destacar a diferenciação que o autor dá aos dois principais tipos de enquadramento, noticiosos e interpretativos, ponto essencial para evitar confusões nas pesquisas:

> Uma das características importantes dos enquadramentos noticiosos é o fato de que eles são resultados de escolhas feitas por jornalistas quanto ao formato das matérias, escolhas estas que têm como consequência a ênfase seletiva em determinados aspectos de uma realidade percebida. [...] Já os enquadramentos interpretativos operam em um nível mais específico e possuem uma independência em relação aos jornalistas que o relatam. [...] Uma diferença entre os dois tipos de enquadramento se refere, portanto, à sua fonte. Em geral, os enquadramentos noticiosos são criados por jornalistas e os interpretativos são elaborados por atores e políticos sociais. (PORTO, 2002, p 15)

Robert Entman também tornou-se referência nos estudos de enquadramento jornalístico e traz uma definição que resume o procedimento:

> Enquadramento essencialmente envolve *seleção* e *saliência*. Enquadrar é *selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de maneira a promover um problema de definição particular, uma interpretação causal, uma avaliação moral, e/ou tratamento recomendado* para o item descrito. (ENTMAN, 1993, p. 52; itálicos no original; tradução nossa)

O autor discorre em seu artigo sobre quatro pontos do enquadramento que podem estar presentes em um texto: definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções. Ele faz a ressalva de que uma única frase pode ter todos esses pontos e várias frases podem ter nenhum deles. Existem também quatro locais no processo comunicacional para o enquadramento: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura. E enquadrar, não importa em qual desses locais, tem funções parecidas, que são de selecionar e evidenciar, usando

essas evidências para construir um argumento sobre os problemas, suas causas e soluções.

Entman (1993) ressalta a palavra “saliência”, explicando que os textos podem deixar alguns aspectos mais salientes através da repetição, do posicionamento ou até de uma associação com símbolos conhecidos. Mesmo um trecho curto ou não tão salientado pode ser mais perceptível para o leitor caso tenha algo no escopo de ideias no qual esse leitor já acredite. Mas essa saliência é resultado não apenas do texto, mas de como o público recebe, portanto, não garante a sua influência no pensamento da audiência. Ou seja, a saliência não é como a Teoria da Agulha Hipodérmica, “termo forjado por Lasswell para designar o efeito ou impacto direto e indiferenciado sobre os indivíduos atomizados” (MATTELART, 1999, p. 37)

Para explicar como então o enquadramento pode funcionar, Entman (1993) também utiliza o exemplo dos programas sugeridos a grupos sobre como lidar com uma doença que chegaria aos Estados Unidos e poderia matar 600 pessoas. Ele aponta que o enquadramento pode determinar como as pessoas enxergam e se lembram de determinada situação, e até mesmo como escolhem agir em relação a ela. Também através dessa experiência é possível perceber que o enquadramento pode influenciar boa parte da audiência, mas não é algo total como dizia a agulha hipodérmica.

Em outro artigo, Entman (2007) usa o termo “viés de enquadramento”, discorrendo sobre o papel da mídia na distribuição de poder. Ele aponta que existem três principais significados para “viés”: viés de distorção, quando notícias propositalmente distorcem ou falsificam a realidade; viés de conteúdo, quando as notícias favorecem um lado em relação a outro em um conflito político; e viés de tomada de decisão, quando há um conteúdo supostamente manipulado pelas próprias motivações ou pensamentos dos jornalistas.

Para o autor, é possível fazer do viés uma teoria importante abandonando o primeiro significado e trabalhando os outros dois. Para esse processo, ele entende que é importante explicitar o conceito de *agenda setting*:

> *Agenda setting* pode ainda ser vista como outro nome para performar com sucesso a primeira função de enquadramento: definir problemas relevantes para atenção pública e do governo. Entre outras coisas, problemas na agenda podem colocar os holofotes em condições sociais, eventos mundiais, ou traços de caráter de um candidato. O segundo nível de agenda setting (McCombs & Ghanem, 2001) envolve centralmente três tipos de pontos que parecem abranger o cerne de negócios do enquadramento estratégico: evidenciar causas dos problemas, encorajar julgamentos morais

> (e associar a reações afetivas), e promover políticas favoráveis. (ENTMAN, 2007. p. 164. Tradução nossa)

Recorda no artigo a famosa frase que diz que a mídia pode não ter sucesso em dizer o que as pessoas devem pensar, mas que é excelente em dizer em sobre o que deve pensar. Ele argumenta que se a mídia consegue ter influência suficiente para pautar os temas discutidos pelas pessoas, elas também devem ter alguma influência em seus pensamentos. Isso reforça a ideia de poder que ainda perpassa os veículos de comunicação e a importância de estudar e entender a maneira como eles apresentam temas relevantes para a nossa sociedade, como a violência contra a mulher.

Segue diferenciando “viés” de “inclinação”, sendo este caracterizado matérias individuais cujos enquadramentos favorecem um lado em uma disputa recorrente, ressaltando ainda que isso não é uma exceção. Se os padrões de inclinação persistirem, é possível entender que a mídia pode estar ajudando algumas entidades a induzir um comportamento ou pensamento em outras pessoas, ou seja, a mídia ajudaria a distribuir poder político a determinados grupos. Pensando na definição dada por ele de que viés de conteúdo seria padrões de enquadramento de comunicação que influenciam apenas um lado em conflitos sobre o uso do poder governamental, conclui que:

> Por essa definição, para revelar um viés de conteúdo da mídia, devemos mostrar padrões de inclinação que regularmente estimulam a audiência, consciente ou inconscientemente, a apoiar interesses de certos detentores ou interessados em poder político. (ENTMAN, 2007, p. 166. Tradução nossa)

Entman cria neste artigo de 2007 uma fórmula matemática que serve como uma metáfora para mostrar como as decisões de viés têm também interação com vários outros fatores, como habilidades dos assessores de comunicação, o desenrolar do jogo político, a ideologia pessoal, o contexto da situação e, claro, os fatos em si. A equação mostra que é possível o viés pender para um dos lados ou até ser neutro, a depender de como é disposto cada elemento.

Utilizando desses conceitos e elementos de análise do enquadramento jornalístico em uma série de matérias de um veículo, caso da análise que será feita na pesquisa, é possível perceber se existe essa inclinação, ou se há neutralidade. No caso da inclinação, buscar entender se é sempre para o mesmo lado, se as justificativas morais costumam ser as mesmas, se por fim pode-se identificar ou não

um padrão que de alguma forma foi estabelecido nas matérias de violência contra a mulher na Gazeta do Espírito Santo.

Faremos a análise no próximo capítulo das matérias relacionadas à violência contra a mulher em um veículo de grande porte que a princípio está inserido em uma ideologia hegemônica, patriarcal, mas que pode ter sinais de mudanças, tanto para uma defesa de fato da causa feminista quanto minimamente de não culpabilizar a vítima, que será observado via enquadramento. Porém, entendemos que esta produção noticiosa que se apresenta como padrão da grande mídia, mesmo na atualidade com o crescimento do digital, não é a única forma de fazer jornalismo, e apesar de ainda ser o "padrão", é possível encontrar jornalistas da mídia tradicional que buscam uma prática transformadora e veículos alternativos que também entendem essa necessidade de criar uma nova realidade.

Fígaro (2015) cita nesta configuração do capitalismo de plataforma o veículo Jornalistas Livres, um site criado a partir de vários coletivos e onde o trabalho dos jornalistas é horizontal e não vertical, ou seja, não existem chefes ou editores nem patrões. A página de quem somos do site[10] aponta que esta é uma rede que se opõe à mídia tradicional, que defende radicalmente os direitos humanos e não aceita nenhum tipo de preconceito, que luta pela democratização da informação para a produção de conteúdos pautados de forma livre e não de acordo com publicidade ou lobby, e que é feita de forma colaborativa, sem competição, hierarquia, autoritarismo ou patriarcalismo. Em relação ao tema específico da pesquisa, destacamos que na mesma página encontra-se que "Combatemos frontalmente a misoginia, o racismo, a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, as fobias, os preconceitos de origem social, o fascismo, a desigualdade, o ódio à democracia e à coexistência democrática".

Citamos aqui outras iniciativas que se colocam como alternativas à grande mídia e abertamente se posicionam na defesa de minorias, mas não de forma individualizada no sentido neoliberal, mas pautando a transformação da sociedade para todos. O portal Notícia Preta em sua página de apresentação[11] se coloca como um jornal antirracista que tem como objetivo debater as questões racinais com constância, não apenas em datas comemorativas, acreditando no poder da imprensa como forma de educar e não reproduzir preconceitos e estigmas. A

[10]Disponível em https://jornalistaslivres.org/quem-somos/ Acesso em 11/07/2021
[11]Disponível em https://noticiapreta.com.br/sobre/ Acesso em 11/07/2021

Gênero e Número apresenta-se[12] como uma empresa social que tem como objetivo produzir e distribuir análise de dados sobre gênero e raça, contribuindo para um debate de mais qualidade que leve a uma sociedade com equidade. A partir do jornalismo de dados, são produzidos textos, vídeos, áudios e gráficos que facilitam o acesso a diferentes pesquisas e informações importantes sobre o assunto.

Existem outras pessoas produzindo conteúdo jornalístico anti-patriarcal e anti-capitalista, mas percebemos que para isso, é necessário sair da lógica do conteúdo como uma mercadoria à venda da forma como é feita pela maioria. Iniciativas como essas costumam ser mantidas pela economia criativa, através de doações, de vaquinhas e de outras formas de pagar os custos para a produção e para manter os profissionais, até porque ainda estamos inseridos em uma sociedade na qual o dinheiro é pré-requisito para a sobrevivência. Enxergar outras possibilidades além do que está posto é essencial para o jornalista que deseja mudar o mundo onde vivemos, pois acreditar que estas são as nossas únicas possibilidades faz parte da história que nos foi contada e do motivo que nos trouxe até aqui.

[12]Disponível em https://www.generonumero.media/institucional/ Acesso em 11/07/2021

3. – VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÍDIA

O Brasil tem legislações em relação à violência contra a mulher: Lei Maria da Penha, de 2006, que indica cinco tipos de violência que se enquadram como crimes, Lei do Feminicídio, de 2015, que tipifica o homicídio de mulheres em função apenas de seu gênero, e Lei da Importunação Sexual, de 2018, que tipifica atos libidinosos sem consentimento e a divulgação de estupro ou de pornografia (mesmo que a vítima tenha tido ou ainda tenha relações com o divulgador), e a Lei que criminaliza a Violência Psicológica, de 2021[13], que cria o programa Sinal Vermelho e coloca este tipo de violência no código penal. Com essas legislações que criminalizam algumas das violências milenares, tornou-se mais comum ver esse tipo de notícia nos jornais, especialmente nos cadernos policiais, visto que os jornalistas podiam ter acesso às informações inicialmente através de boletins de ocorrência.

Um dos objetivos deste trabalho é analisar essas matérias veiculadas na imprensa para entender qual é o enquadramento feito pela mídia desse conteúdo. A partir deste resultado é possível compreender qual mensagem a população tem recebido de forma massiva e contínua através do jornalismo. Iremos analisar 12 matérias veiculadas digitalmente na Gazeta ES entre março e agosto de 2019, e 6 matérias do novo projeto do jornal, o “Todas Elas”, que trazem matérias maiores e com mais profundidade.

Mas antes disso, precisamos deixar registrado o que entendemos como gênero, patriarcado, opressão e violência, conceitos a partir dos quais faremos essas análises, combinados aos procedimentos metodológicos de enquadramento. A nossa perspectiva vem essencialmente do feminismo marxista, pois as duas epistemologias têm muito em comum, principalmente no que se refere ao entendimento do que é necessário para o fim da opressão e da exploração, concordando em como construir uma sociedade melhor, com igualdade. (MARTUSCELLI, 2020, p. 89). As autoras apontam que o feminismo marxista engloba de forma geral duas teorias, a unitária e a dual:

> No primeiro caso, a postura dualista defende que a cada tipo de opressão/exploração lhe corresponde um sistema autônomo, com regras e

[13]Disponível em https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.188-de-28-de-julho-de-2021-334902612 Acesso em 14/08/21

> leis de funcionamento próprias: capitalismo, patriarcado, racismo – embora estreitamente interrelacionados. […] A teoria unitária defende a ideia de que as relações sociais de produção capitalista e as relações patriarcais não constituem sistemas independentes, autônomos; mas sim relações internamente integradas. (MARTUSCELLI, 2020, p. 90/91)

O próprio feminismo marxista tem algumas diferenças e dialoga de alguma forma com outras vertentes do feminismo anticapitalista, como feminismo materialista e feminismo negro. Assim, a construção de nosso raciocínio em relação às questões de gênero trará em determinados momentos autoras que não são necessariamente feministas marxistas, mas que contribuem com o debate em pontos correlacionados.

3.1 – GÊNERO, PATRIARCADO, OPRESSÃO E VIOLÊNCIA

Partimos aqui da compreensão de que estamos inseridos em uma sociedade patriarcal. Pode-se inferir que o patriarcado sempre existiu, que essa estrutura onde o homem está no centro e detém diversos privilégios é até mesmo natural. Lerner (2019) nos apresenta elementos da história de milhares de anos atrás, apontando que a criação do patriarcado foi um processo longo de aproximadamente 2.500 anos e contou com a participação tanto de homens quanto de mulheres. Apesar de ser um sistema prejudicial principalmente para as mulheres, foi essencial que elas colaborassem para seu estabelecimento, que foi assegurado com pouco acesso a recursos econômicos, políticos e educacionais, além de doutrinação, negação da história das mulheres e pequenas recompensas a quem obedecesse a ordem estabelecida.

Ainda segundo a autora, o Estado arcaico foi a primeira representação do patriarcado, através da família. Esse Estado foi afetado também pela definição de gênero, um sistema que concede privilégios a um sexo biológico atribuindo características socialmente construídas, como, por exemplo, a questão de que é um fato biológico a mulher engravidar e parir o filho, mas que ela seja a responsável por todos os cuidados desse filho é uma questão de gênero. Esses papéis dados a homens e mulheres foram consolidados ao longo do tempo através de costumes e também de leis. Antes da existência da civilização ocidental, já havia acontecido certo controle da sexualidade da mulher por sua capacidade de reprodução; no Período Neolítico, as necessidades econômicas orientavam a troca de mulheres, a

depender do sistema coletor ou de agricultura, que precisa de mais ou menos crianças. As mulheres viram sua sexualidade e sistema reprodutor mercantilizado pelos homens e ainda eram exploradas em sua força de trabalho.

A família patriarcal sempre esteve no centro de todas essas relações, não apenas seguindo as ordens estabelecidas pelo Estado como também criando e reiterando-as. Independentemente do local e da época, com a criação do patriarcado, esse tipo de família sempre esteve presente:

> O patriarcado oriental abrangia a poligamia e a prisão de mulheres nos haréns. O patriarcado na Antiguidade clássica e em seus desenvolvimentos europeus baseava-se na monogamia, porém, em todas as suas formas, um duplo padrão sexual – que colocava a mulher em desvantagem – era parte do sistema. Nos estados industriais modernos, tais como os Estados Unidos, as relações de propriedade dentro da família desenvolvem-se ao longo de linhas mais igualitárias do que aquelas em que o pai detém poder absoluto. Ainda assim, as relações de poder econômico e sexual dentro das famílias não se alteram necessariamente. Em alguns casos, as relações entre os sexos são mais igualitárias, enquanto as relações econômicas permanecem patriarcais, em outros casos, inverte-se o padrão. Entretanto, em todos os casos, tais mudanças dentro da família não alteram a dominação masculina básica no domínio do público, nas instituições e no governo. (LERNER, 2019, p. 266)

Citamos aqui então o Estado, a família e questões econômicas nessa formação do patriarcado. Engels (2012) foi pioneiro em fazer uma análise materialista da história, método criado por ele e Marx, explicando como se deu a criação da família, da propriedade privada e do Estado. O texto amplamente divulgado tem em primeiro lugar um pensamento revolucionário ao concluir que o Período Neolítico gerou um desenvolvimento da produção, criando assim o marco histórico do início da exploração do homem e consequente das classes sociais, da família e do Estado. Assim, para superar essa sociedade de classes, seria necessário também superar a família monogâmica, o Estado e a propriedade privada. Mas o texto também tem sido utilizado nos estudos sobre a mulher, visto que o autor aponta a relação desse momento com a exploração de gênero e com o que chama de “grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo” (ENGELS, 2012, p. 77).

Após descrever as três grandes épocas históricas – estado selvagem, barbárie e civilização – ele explica também os diferentes tipos de família. É na família sindiásmica que acontecem os momentos históricos que dão início à opressão e exploração sistemática das mulheres. No Velho Mundo, a criação e

domesticação de animais possibilitou riquezas, o que não existia antes na barbárie, quando as únicas posses eram a moradia e instrumentos de trabalho, até o alimento era conseguido no próprio dia. Esses rebanhos pertenciam inicialmente às gens e os chefes das comunidades não era proprietários no sentido que temos hoje. A escravidão já existia e começou a exploração de sua força de trabalho depois dessa criação de rebanho, da produção de tecidos e outros artefatos, que com o tempo passaram a de fato ser propriedade da família. A divisão familiar à época colocava o pai como responsável pela busca de alimentos e de instrumentos para este trabalho e a mãe era responsável pela casa e os utensílios domésticos. Cada um era dono desses itens e por isso, segundo esse costume, quando riquezas como o gado que ia se acumulando rapidamente surgiram, eles eram de direito do homem.

Ainda segundo o modelo da família sindiásmica, a linha hereditária era matrilinear, o que significa que os filhos eram da gens materna, assim só herdavam o que havia pertencido aos membros dessa gens. Quando os homens começaram a acumular essas propriedades e morriam, os filhos não tinham direito a elas, e quem as recebiam eram seus irmãos e irmãs. O homem começou a perceber que seu papel na família tinha mais importância que o da mulher e que seus filhos deveriam ter direito ao que ele conquistou. A filiação feminina foi extinta, agora a família era patrilinear:

> O desmoronamento do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de procriação. Essa degradada condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada e, em certos lugares até revestida de formas de maios suavidade, mas maneira alguma suprimida (ENGELS, 2012, p. 77).

Para o autor, a família romana é o maior exemplo de uma forma de família que é regida pela dominação. Os romanos teriam criado o nome, como utilizamos até hoje, para apresentar um novo sistema, onde o chefe tem poder sobre a mulher, os filhos e os escravos. Essa dominação e esse poder que apareceram com o surgimento da propriedade privada, não se delimitaram ao espaço doméstico e a essa época, mas foram levados a todos os espaços e perduram até a atualidade. Essa linha de pensamento proposta por Engels (2012) foi assumida pelo feminismo marxista e a construção histórica do percurso das mulheres foi descrito por várias

teóricas com foco em diferentes aspectos dessa realidade, mas sempre convergindo na ideia de que as questões de gênero não podem ser dissociadas de classe e de raça.

Seguindo o percurso histórico que nos trouxe à realidade atual que promove variadas violências contra as mulheres, entendemos o impacto que a caça às bruxas teve para a consolidação desse sistema. Federici (2017) relaciona o capitalismo à violência, explicando que esta foi a grande estratégia utilizada na acumulação primitiva. Mais especificamente nesse sistema econômico, as mulheres se viram quase destituídas da possibilidade de ter um trabalho que gerasse dinheiro para elas, relegadas ao trabalho doméstico, que apesar de ser responsável pela reprodução das pessoas não é remunerado. No caso da Europa do século XV, mulheres que buscaram um trabalho remunerado eram vistas como megeras, putas e bruxas. O Estado colaborava para que elas permanecessem fora do mercado, legalizando que homens tivessem direitos sobre qualquer rendimento de suas esposas, condições materiais para o que a autora chama de “patriarcado do salário”. Além das estratégias políticas e econômicas, havia também um trabalho cultural e social para a manutenção desse estado de dominação das mulheres pelos homens:

> As mulheres eram acusadas de ser pouco razoáveis, vaidosas, selvagens, esbanjadoras. A língua feminina era especialmente culpável, considerada um instrumento de insubordinação. Porém, a principal vilã era a esposa desobediente, que, ao lado da “desbocada”, da “bruxa” e da “puta”, era o alvo favorito de dramaturgos, escritores populares e moralistas. (FEDERICI, 2017, p. 202).

A autora italiana retoma o alemão ao dizer que a derrota histórica das mulheres que Engels apontou é equivalente à caça às bruxas, no sentido de momento decisivo para elas, uma vez que a caça eliminou as práticas femininas que conseguiram garantir algum poder a elas antes do capitalismo e até para resistir ao feudalismo. Surge então a mulher ideal, esposa, obediente, calada. Federici (2017) defende que a caça às bruxas foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo, pois a perseguição limitou o campesinato a resistir ao Estado e à aristocracia fundiária, mesmo que já estivesse completamente debilitado pela privatização das terras e altos impostos. Criou ainda nos homens medo do “poder” das mulheres, que seriam bruxas, demoníacas. E por fim foi a primeira perseguição

que ganhou muita atenção da mídia, para conseguir colocar a população em uma espécie de psicose.

Essa magia que as bruxas teriam sempre foi alvo no capitalismo, pois mostraria vida no mundo, possibilidades para além do sistema, imprevisibilidade. A caça às bruxas tinha várias práticas como condenáveis, mas buscava principalmente as mulheres que entendiam de ervas, as curandeiras e as adivinhas, pois elas tirariam o poder do Estado, dando confiança ao povo através de outros meios. A perseguição aconteceu de forma mais firme quando aumentou a crise econômica, e muitas revoltaram eclodiram em vários países, com a participação de homens, mulheres e crianças, sendo que eram justamente as mulheres que começavam e até mesmo estavam à frente dessas insurreições. Ou seja, houve, sim, resistência feminina às opressões diversas que são impostas, mas a não divulgação desse tipo de informação é intencional para que as mulheres sempre se vejam como pessoas sem história, sem luta, sem força.

Importante ressaltar que, ainda de acordo com Federici (2017) a caça às bruxas foi um movimento global e não restrito ao Velho Mundo. Na verdade, historiadores acreditam que os colonizadores levaram essa crença de mulheres demoníacas da América, o Novo Mundo, onde acreditavam que havia populações inteiras de idólatras e feiticeiros que faziam pacto com o diabo. A prática foi acontecendo em ondas até que antes do século XVIII já não era mais uma grande preocupação, essa magia popular começou a ser descrita como coisa de pessoas de pouco cultura. Apesar disso, ainda aconteceram no fim dos anos 90 movimentações de queima de mulheres consideradas bruxas em alguns locais, como em vários países da África e até no Brasil. Apesar de não estarmos necessariamente em uma caça às bruxas, os efeitos disso perduram até hoje e a sabedoria dessas mulheres infelizmente ainda é vista com maus olhos e pouco difundida.

A caça às bruxas é um grande exemplo de estratégias de controle social a partir dos mitos, no caso dos mitos femininos é a maneira de condicionar as mulheres aos papéis que o sistema designou a elas. Saffioti (2013) especifica que na sociedade de classes, esses mitos contribuem para que a mulher acredite em uma realização total apenas como esposa e mãe, não tenha expectativas quanto ao

mercado de trabalho e qualquer outra aspiração para que a estrutura familiar seja mantida e não haja revoltas, e se contente no máximo com alguma atividade de baixo prestígio que não cause nenhuma competição dentro da família e não traga risco às estruturas.

Essa mística funciona principalmente para mulheres e mães e também de uma classe um pouco mais elevada, visto que mulheres de classes mais baixas não conseguem estar fora do mercado e se dedicar exclusivamente à família. Dessa forma, a mulher que se encaixa nessas características é mais integrada à sociedade, enquanto a que não se encaixa é ainda mais marginalizada. A socióloga argumenta que as místicas seriam tão bem aceitas porque não existem outras técnicas mais racionais de controle social e as próprias tensões que elas geram possam fazer parte do equilíbrio do sistema; “Talvez a mística feminina possa ser considerada um mecanismo adequado de controle; nesta possibilidade pode existir a explicação mais convincente de sua persistência” (SAFFIOTI, 2013, p. 432)

As teóricas marxistas que estudam e analisam as questões da mulher concordam que o capitalismo e a sociedade de classes são determinantes em relação às desigualdades e explorações que foram construídas ao longo do tempo, e antes mesmo do capitalismo existir, a propriedade privada fazia esse papel. Saffioti (2013) aponta que o sistema capitalista de produção não permite que aconteçam soluções em relação aos problemas das mulheres, e que por isso, teoricamente, o socialismo possibilitaria o fim dessa situação, vez que se viveria em uma sociedade de abundância que dividiria os produtos e utilizaria tecnologia para que homens e mulheres trabalhassem menos:

> Nem teorica nem praticamente a perspectiva socialista resolveu de modo satisfatório as questões femininas. Teoricamente porque, porque assimilou as relações entre os sexos às relações entre as classes sociais, raciocínio inaceitável, uma vez que as categorias sociais em questão possuem natureza diversa. […] No terreno prático, embora as experiências socialistas não representem, de forma alguma, a solução definitiva dos problemas femininos, fizeram corresponder ao avanço do processo de emancipação feminina no terreno social uma posição economicamente segura para a mulher. Deste ângulo, pois, o desenvolvimento econômico-social das sociedades socialistas pode realmente, num futuro mais próximo ou mais remoto, vir a concretizar a igualdade social dos sexos. As sociedades de classes, ao contrário, tendem a fazer acompanhar o processo de libertação da mulher no terreno da sexualidade e da reprodução, assim como de sua igualdade meramente formal com os homens. (SAFFIOTI, 2013, p. 517)

Isso significa que apenas com uma total mudança estrutural do sistema podemos efetivamente visualizar um futuro sem as violências vividas por mulheres ao longo de milhares de anos, mas que mesmo antes e até já inseridos nessa nova sociedade será preciso ter em perspectiva os problemas de gênero e de raça. Assim como as opressões têm classe e podem ser mais intensas ou mais amenas a depender de em qual delas a mulher está, elas também têm raça. Davis (2016) enumera as várias questões que envolviam ser uma mulher escravizada: era trabalhadora em tempo integral e quando tivesse algum tempo poderia ser dedicar à família e à maternidade; explorada como um homem nas lavouras, não existia essa visão de fragilidade e necessidade de proteção quando se tratava de mulheres negras; eram estupradas frequentemente, com intuito de dominar e fragilizar, tornando a exploração mais fácil, e ainda de reproduzir crianças que eram vistas como mercadoria dos senhores, separadas das mães, vendidas e também largamente exploradas.

Enquanto mulheres brancas de classes intermediárias ou altas eram colocadas em uma posição de realização como mães e esposas, sem possibilidade de trabalhar fora e totalmente submissas aos homens da família, as mulheres negras e escravizadas tinham que trabalhar desde a infância. Enquanto as atividades domésticas eram vistas como prisão para as mulheres, os escravizados não eram regidos pela mesma ideologia dominante (DAVIS, 2016). Quando as crianças nasciam, apenas o nome da mãe era colocado no registro, suprimido o nome do pai, ou seja, eram famílias matrilocais, os filhos herdavam a escravidão das mães, visto que os pais muitas vezes eram os próprios senhores. No âmbito doméstico, homens e mulheres escravizados dividiam as tarefas de forma igualitária, sem também uma rigidez em relação às atividades. Apesar de todo sofrimento vivido, conseguiam criar um ambiente de maior igualdade sexual dentro das senzalas, com o adendo de que as mulheres costumavam defender seus companheiros, pois entendiam que se eles eram humilhados, elas também eram.

Assim como foi citado em relação às revoltas que aconteciam na Europa, muitas vezes convocadas e lideradas por mulheres, as escravizadas também não aceitavam essa exploração sem resistência, apesar do que pode ter sido disseminado:

> Resistiam ao assédio sexual dos homens brancos, defendiam sua família e participavam de paralisações e rebeliões. Como Herbert Aptheker mostra em sua precursora obra *American Negro Slave Revolts* [Rebeliões dos escravos negros estadunidenses], elas envenenavam os senhores, realizavam ações de sabotagem e, como os homens, se juntavam às comunidades de escravos fugitivos, seguindo com frequência rumo ao Norte em busca de liberdade. Dos numerosos registros sobre a repressão violenta que os feitores infligiam às mulheres, deve-se inferir que aquela que aceitava passivamente sua sina de escrava era a exceção, não a regra. (DAVIS, 2016, p. 31)

Quando começaram os movimentos de luta pelos direitos das mulheres, não eram todas as mulheres incluídas nesses ideais. Ainda segundo Davis (2106), mulheres negras e mulheres operárias não eram contempladas, um grande exemplo disso foi a Declaração de Seneca Falls, um resultado de anos de pensamentos que apontavam os problemas das mulheres, mas apenas das mulheres brancas de classe média. Dois anos depois disso, na primeira Convenção Nacional de Direitos das Mulheres, estava presente Sojourner Truth, que passou a participar frequentemente de outras reuniões e proferiu o famoso discurso “E eu não sou uma mulher?” que é utilizado até hoje. Ela apontou as desigualdades de classe e de raça ao dizer que sempre trabalhou duro e nunca foi ajudada ou vista como frágil e maternal, e questionou se apesar disso ela não era uma mulher.

O racismo existente nesses movimentos não ficou restrito ao século XIX, mas segundo hooks (2018), persistiu já nos chamados movimentos feministas, no século XX, com mulheres brancas e de classes altas, que receberam boa educação, acreditando que o feminismo lhes pertencia, e insistindo em pautas que incluíssem apenas esse grupo, ignorando que as mulheres operárias já tinham entendido que simplesmente poder trabalhar e ter um salário não mudaria sua realidade, e que as mulheres negras sofriam outras opressões também por sua cor. Isso porque mesmo com a abolição da escravidão, às mulheres negras continuou cabendo os trabalhos mais duros, e poucas delas conseguiram fugir da cozinha, da lavanderia, das lavouras.

Apesar do advento do feminismo negro, para alguns um tipo específico do feminismo e para o feminismo marxista uma categoria uma vez que o grupo já entende o tripé gênero, raça e classe (ESQUENAZI E MORAES, 2020), ainda existem mulheres que seguem lutando apenas por uma libertação individual ou por representatividade vazia, que é exatamente o que os grupos hegemônicos desejam. Mulheres negras seguem hipersexualizadas ou vistas ainda como inferiores.

Assim, as violências sofridas pelas mulheres têm raça e classe, até os dias de hoje. Quando falamos em violência contra a mulher é comum nos remetermos às que são tipificadas na legislação, mas principalmente as violências físicas, que são mais visíveis, como a agressão, o estupro e o feminicídio. Saffioti (2015) explica que a principal especificidade da violência doméstica é a rotinização e que o próprio gênero acaba se colocando em uma prisão no sentido de que o homem é o dominador e deve impor seu poder a qualquer custo, até mesmo pela agressão física, e a mulher é submissa e precisa aguentar a violência porque acredita que é assim que o mundo funciona, e também por ter uma relação de afetividade com o agressor e muitas vezes também de dependência econômica.

O Instituto Maria da Penha apresenta uma pesquisa feita pela psicóloga Leonore Walker, que identificou um ciclo que costuma se repetir nas agressões que acontecem em um relacionamento conjugal[14]. São três fases: aumento da tensão, ato violento e arrependimento. A primeira fase é quando o agressor começa a ficar muito nervoso, humilhando a vítima e fazendo ameaças, o que leva a mulher a tentar acalmá-lo, não fazer nada que possa aumentar essa ira e até negar o que está acontecendo. A segunda fase é quando o agressor tem uma explosão e concretiza a violência (física, verbal, moral, patrimonial e psicológica), um momento em que a mulher muitas vezes se vê totalmente à mercê e sem reação, gerando vários problemas psicológicos e até alguma reação de busca por ajuda. A fase três é quando o agressor se mostra arrependido, promete mudar e passa a tratar a mulher muito bem, um momento de relativa calma e ao mesmo tempo confusão mental da mulher. Após um tempo, ele volta para a fase um e reinicia o ciclo, em intervalos cada vez mais curtos de tempo.

Apesar das definições legais de violência e dos estudos em relação a essas especificidades da violência doméstica, entendemos que as violências sejam muito mais abrangentes. Gago (2020) aponta que a violência de gênero que atinge mulheres e corpos feminizados busca uma neutralização e anulação política. Coloca-se no âmbito da violência de gênero o feminicídio como o ápice da violência, mas é preciso entender que ela não se encerra na morte, e por isso é preciso pluralizar as violências:

[14]Disponível em: https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html Acesso em: 25/11/2020

> É um modo de cartografar sua simultaneidade e sua inter-relação, isto é, conectar os lares desestruturados às terras arrasadas pelo agronegócio, às diferenças salariais e ao trabalho doméstico invisibilizado; vincular a violência do ajuste neoliberal e a crise aos modos como esses são enfrentados a partir do protagonismo feminizado das economias populares, e relacionar tudo isso à exploração financeira pelo endividamento público e privado; vincular as formas de disciplinamento das desobediências nas mãos da repressão nua e crua do Estado e a perseguição aos movimentos de imigrantes à maneira como se encarceram as mulheres mais pobres, criminalizando economias de subsistência, e as mulheres que praticam o aborto à motivação racista de cada uma dessas violências. (GAGO, 2020, p. 72)

Assim, entende-se que é um cenário muito mais complexo que possibilita a violência de gênero, com pontos econômicos, institucionais, laborais, coloniais e midiáticas. Já apontamos as relações dessa violência com a propriedade privada e os vários sistemas econômicos vigentes, com uma ênfase no capitalismo. Mas até mesmo o capitalismo passa por diversas fases e a lógica do neoliberalismo apresenta uma leitura diferente da violência, com quatro situações de base:

> i) A violência que implode os lares como efeito da crise da figura do homem provedor e da des-hierarquização de seu papel no mundo do trabalho; ii) A organização de novas violências como princípio de autoridade nos bairros populares a partir da proliferação de economias ilegais que repõem, com outras lógicas, formas de provisão de recursos; iii) A espoliação e o saqueio de terras e recursos comuns por parte de transnacionais, que despojam de autonomia material outros tipos de economia; e iv) A articulação de formas de exploração e extração de valor que têm na financeirização da vida social – e, em particular, através do dispositivo da dívida – seu código comum (GAGO, 2020, p. 83)

Apontada a complexidade dessa rede que resulta nas violências, entendemos que legislações específicas para a violência de gênero, criação de algum órgão ou secretaria, divulgação na mídia e outras alternativas não resolvem de fato o problema, pois ele é sistemático e estrutural. ARRUZA (2019) argumenta inclusive que tais leis chegam a ser cruéis visto que não consideram o sexismo e o racismo que existem no sistema judiciário. Não é incomum ouvir relatos de mulheres que foram humilhadas e descreditadas ao tentar prestar queixa de violência das delegacias, até mesmo nas especializadas no atendimento à mulher, o que acontece até mesmo em julgamentos. O manifesto que busca um feminismo para os 99% rejeita a abordagem carcerária e a burocracia quando se trata de violência de gênero, já que ela é parte estruturante e não isolada do capitalismo:

> Profundamente ancorada na ordem social, ela não pode ser entendida nem reparada isoladamente em relação ao complexo mais amplo da violência capitalista: a violência biopolítica das leis que negam a liberdade reprodutiva; a violência econômica do mercado, do banco, do senhorio e do agiota; a violência estatal da polícia, dos tribunais e dos agentes prisionais; a violência transnacional

> de agentes de fronteira, regimes de imigração e exércitos imperiais; a violência simbólica da cultura predominante, que coloniza nossa mente, distorce nosso corpo e silencia nossa voz; a “lenta” violência ambiental que corrói nossas comunidades e nossos hábitos. (ARRUZA ET AL, 2019, p. 62)

Embora a ideia dominante e hegemônica apresente a violência contra a mulher como um comportamento que deva ser combatido, dificilmente apresentam-se as raízes dessa questão, o percurso histórico que levou o patriarcado a ser instaurado e as mudanças estruturais que precisam ser feitas para que efetivamente a violência termine. Não é contada às mulheres a sua história, suas lutas e resistências, e como o próprio sistema que deveria garantir sua segurança as manteve vulneráveis. Não mostram aos homens que o patriarcado é também prejudicial a eles, que precisam igualmente se encaixar em um estereótipo de masculinidade, de força física, emocional inabalável, coragem e até rispidez. Não discutem como classe e raça pesam a balança de grande parte das mulheres, com histórias invisibilizadas e apoio ainda menor.

As campanhas que são massivamente apresentadas pelo governo e outras instituições a fim de combater a violência indicam apenas um machismo que é parte da sociedade. Pede-se que as mulheres se atentem a com quem estão se relacionando, a ligar para o disque 180 – linha que recebe denúncias anônimas de violência contra mulheres e crianças – ou se dirigir às delegacias de atendimento. Além desse discurso ser insuficiente, as políticas públicas, dentro do que se propõe, também são, visto que muitas das estruturas que devem apoiar mulheres em situação de violência estão sucateadas e tem pessoal sem treinamento. Não há também ações que abarquem os homens, os agressores, que quando julgados, são apenas presos, com grandes chances de repetir os mesmos crimes ao ser liberado. Até porque, a violência faz parte da base do sistema capitalista de produção e não há interesse em desestruturar o que mantém as engrenagens girando (FEDERICI, 2017).

Falar, então, de feminismo ainda é visto de maneira negativa, principalmente com a ascensão do neoliberalismo e de governos de extrema direita que flertam com o fascismo, reafirmando esse ideal do Estado, da Família e de Deus acima de todas as coisas e de como o cidadão deve fazer o que for necessário para manter esse cenário. Lembrando que foi justamente a criação da família, da propriedade privada e do Estado que possibilitou o patriarcado (ENGELS, 2012). Mas a hegemonia não é

dada e muito menos permanece sem resistência, e por isso, constantemente são feitas algumas concessões, apenas o suficiente para parecer que as pautas e reivindicações são atendidas e que o sistema é amplo, universal. Hoje, palavras como “empoderamento”, “representatividade” e “sororidade” são vistas com frequência, mas muito poucas vezes contextualizadas e com seu real significado.

Não é possível analisar as questões sociais isoladamente, pois é através do conhecimento da história intrínseca de várias realidades é que encontramos, e seguimos buscando, algumas respostas. O feminismo marxista busca não apenas essas respostas, mas uma união de mulheres de forma global para que entendamos as contradições e buscarmos uma nova realidade que seja benéfica para os 99% (ARRUZA, 2019).

É com esse embasamento teórico, aliado às teorias da Comunicação e do Jornalismo que já foram apresentadas no primeiro capítulo, que faremos as análises das matérias sobre violência contra a mulher na Gazeta do Espírito Santo. Não esperamos que um veículo hegemônico tenha uma perspectiva revolucionária, porém, o objetivo é buscar o enquadramento que é feito dessas histórias e se são apresentadas marcas mais fortes de machismo e de misoginia ou se existe uma narrativa mais progressista, sem culpabilização da vítima ou condescendente com o agressor. Observaremos também se as questões de raça e de classe são abordadas, se existe diferença em matérias onde as vítimas são brancas e de classe média ou alta e as mulheres negras e periféricas. A partir disso, poderemos entender em algum nível qual é o posicionamento do veículo em relação a essas questões, visto que não é simplesmente publicar as matérias mas sim como as histórias são relatadas, e se existem resistências ao *status quo* na mensagem que é passada diariamente ao leitor.

3.2 – ANÁLISE DAS MATÉRIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

As matérias que serão analisadas foram retiradas do site A Gazeta em 2019, ano em que a pesquisa teve início. O laboratório do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Discurso, vinculado à Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, fez a coleta inicial dos links de matérias entre março e agosto de 2019, a partir das palavras-chave: mulher,

agressão, feminicídio, estupro, marido. A escolha dos meses se deve ao Dia da Mulher, comemorado em março, e o dia da promulgação da Lei Maria da Penha, em agosto, datas em que normalmente existe uma mobilização maior em relação ao tema, sendo que os outros meses trariam um equilíbrio por não ter datas específicas, ou seja, seriam textos realmente o dia a dia do jornal.

Obteve-se um arquivo com 600 links e assim foi feita uma "limpeza", para que houvesse apenas matérias de violência contra a mulher feitas pelo próprio jornal, visto que a pesquisa laboratorial foi ampla e abarcou matérias que não estavam no tema da pesquisa. Ficamos com 250 matérias e a partir da leitura das manchetes agrupamos, apenas a nível metodológico, em quatro grupos: agressão, estupro, feminicídio e geral. A princípio, fizemos um sorteio entre as matérias, para que cada grupo tivesse 6 textos, um de cada mês. Porém, com o avanço e ampliação da pesquisa para tratar também do trabalho das mulheres jornalistas que escrevem tais reportagens e o novo projeto Todas Elas iniciado pelo veículo em 2020, diminuímos o número de matérias para 12 no total, três de cada grupo, duas matérias de cada mês.

Analisaremos cada uma das matérias levando em consideração o referencial teórico já apresentado, usando como procedimento metodológico o enquadramento – ou *news framing* – que observa as saliências e os silêncios apresentados e também os quatro pontos colocados por Entman: definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções.

3.2.1 **– ANÁLISE DE MATÉRIAS DA GAZETA DE 2019**

3.2.1.1 "Vendedora afirma ter sido espancada pelo namorado, diz irmão"

A matéria foi publicada no dia 6 de março de 2019, na editoria de "Polícia", assinado por Laila Magesk, com a retranca "Jane Cherubim". A matéria é construída a partir de uma entrevista concedida por Cleiton Cherobin, irmão da vítima, dois dias depois da mulher de 36 anos ter sido encontrada agredida na beira de uma estrada de Pedra Menina. A jornalista inicia o texto apresentando ao leitor uma novidade – um lead clássico que apresenta logo no primeiro parágrafo a informação principal - em relação ao caso: a vítima teria confirmado para a família que seu namorado, Jonas Amaral, a teria espancado Jane estava se recuperando no hospital depois da

agressão, e devido ao inchaço no rosto, só teria conseguido falar neste momento em que afirmou a identidade do agressor.

O texto é intercalado por falas de Cleiton e subtítulos que introduzem informações sobre um tema específico, uma maneira de dividir o texto e conseguir prender a atenção do leitor. No subtítulo “Prisão decretada”, vem a informação de que o delegado responsável pelo caso pediu a prisão preventiva de Jones, suspeito de espancar a namorada. Em seguida, a matéria diz que o crime “teria sido cometido por causa de ciúmes”, e não é a única vez que o termo aparece, uma das palavras-chave dispostas no fim da página é justamente “ciúmes”, junto de “feminicídio”, “jane cherubim” e “mulher”.

É extremamente comum a utilização do termo tanto no mundo jurídico quanto na imprensa. O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás fez um levantamento em março de 2019 que apontava a existência de 67 mil processos relacionados à Lei Maria da Penha em trâmite, sendo que a palavra “ciúme” aparecia 51.760 vezes[15]. No relatório “Raio-X” do feminicídio publicado pelo Ministério Público de São Paulo em 2018, há a indicação de que das 364 denúncias de feminicídio feitas entre março de 2016 e março de 2017, 30% apresentam como motivo “ciúmes, sentimento de posse ou machismo”[16].

Justificar um crime de violência contra a mulher alegando ciúmes faz uma referência ao termo popular “crime passional”. O Código Penal de 1940 trazia no artigo 121[17] a afirmação de que a pena nos crimes de assassinatos poderiam ser reduzidas pelo juiz caso o agente tenha cometido “sob domínio de violenta emoção, logo em seguida a injustiça cometida pela vítima”, o que atenuava os assassinatos que hoje já chamamos de feminicídio. Mas o artigo 28 do atual Código Penal Brasileiro[18] diz que a emoção ou a paixão não excluem a imputabilidade penal. Apesar da tardia atualização, ainda se utiliza essa motivação como forma, mesmo

[15]Disponível em: tjgo.jus.br/index.php/institucional/centro-de-comunicacao-social/20-destaque/3422-semana-pela-paz-em-casa-palavra-ciumes-aparece-mais-de-50-mil-vezes-em-atos-judiciais Acesso em 30/11/2020

[16]Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Nucleo_de_Genero/Feminicidio/RaioXFeminicidioC.PDF Acesso em 30/11/2020

[17]Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10625629/artigo-121-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940 Acesso em 30/11/2020

[18]Disponível em: https://juridicocerto.com/p/marcusvgonzatti/artigos/codigo-penal-brasileiro-artigo-28-emocao-e-paixao-3249 Acesso em 30/11/2020

que sutil devido à hegemonia deste pensamento, de atenuar e justificar a ação do homem.

Além disso, dizer que o crime aconteceu por causa do ciúme é ignorar a milenar estrutura patriarcal de nossa sociedade que desde então subjuga a mulher (ENGELS, 2012; LERNER, 2019) com uma ampliação das violências depois do surgimento do capitalismo, deixando de destacar que esses crimes que acontecem com as mulheres (para além de várias outras violências já mencionadas neste capítulo) derivam do machismo e da misoginia que são intrínsecas à sociedade, uma vez que o sistema capitalista tem uma de suas bases a violência (FEDERICI, 2017). Até mesmo manuais da boa prática do jornalismo em matérias de violência contra a mulher indicam que não se deve utilizar esse tipo de construção[19].

O próximo subtitulo desta matéria é “JANE CHERUBIM: ESPANCADA E LARGADA NA ESTRADA, MAIS UMA MULHER AGREDIDA”, trazendo no texto o termo “cena de horror” para adjetivar o crime e lembrando outro caso que teve grande repercussão midiática na época, também de um espancamento de mulher em um relacionamento afetivo. Detalha que Jane foi encontrada pelos irmão seminua, desmaiada e torturada, depois de sair do trabalho com o namorado, além de enumerar suas marcas e sequelas. A violência e a criminalidade é um dos principais interesses dos leitores e telespectadores (RAMOS, 2007), ou seja, em tempos de busca intensa por audiência principalmente nos sites, explorar o tema é interessante.

Apesar da tecnologia e da internet terem aparecido no mundo da comunicação como a grande salvação, é preciso entender que o meio sozinho não faz a diferença, e sim a forma como as pessoas utilizam (FUCHS, 2016) e a exploração das emoções tem sido uma ferramenta também no jornalismo online para garantir audiência (FÍGARO, 2020). O como essa exploração é feita é a questão deste trabalho, pois uma cobertura mais crítica, analítica, que apresente as complexidades das relações poderia fazer diferença. O que aparece aqui é uma descrição dos fatos com palavras de efeito que chamam atenção do público, mas não necessariamente convida para uma reflexão ou debate.

[19]Disponível em: https://download.uol.com.br/files/2020/11/2694611179_cartilha-universa-violencia-contra-mulher_v10.pdf Acesso em 30/11/2020

O texto jornalístico publicado na Gazeta traz neste momento uma fala do irmão da vítima incentivando o uso das imagens de Jane espancada para alertar as mulheres, e uma dessas fotos foi utilizada na abertura da matéria, ao lado de uma foto dela de antes do crime. É preciso questionar até que ponto essas imagens gráficas realmente ajudam a alertar ou apenas reforçam o estereótipo (BIROLI, 2017) do homem forte e dominador e da mulher frágil e submissa.

Em seguida, o texto aparece no formato ping pong, com as perguntas da jornalista e a reposta do entrevistado, no caso, o irmão de Jane. Inicialmente ele conta o que aconteceu no dia do crime, desde o momento em que ele viu a irmã entrar no carro do namorado e seguir um caminho que não era o usual até encontrá-la agredida. No momento em que descreve o momento do encontro de Jane, o texto pausa a fala de Cleiton e faz um subtítulo “Cena de horror”, expressão utilizada pela segunda vez, uma maneira de espetacularizar o acontecimento (DEBORD, 2003), descrevendo em seguida, através da fala do entrevistado, vários detalhes da condição física da vítima.

A partir daí, a fala de Cleiton traz várias marcas que podem ser consideradas problemáticas, mas que por estarem entre aspas, protegem o veículo. Ele diz que é preciso usar as fotos para alertar essas mulheres porque “essas meninas estão perdidas”. A responsabilidade aqui é colocada mais uma vez sobre a mulher, elas é que estão “perdidas” e por isso, é um problema delas a violência, e não do homem que agride. São elas que precisam de conscientização, não eles. O sistema patriarcal e o capitalismo primeiro demonizou e caçou mulheres, depois as colocou em um padrão de obediência e subserviência, mas isso as mulheres brancas, porque mulheres negras e indígenas eram exploradas física e sexualmente de uma maneira ainda mais cruel (FEDERICI, 2017). Ainda assim, considerando que o homem detém os papéis centrais na sociedade até hoje, em um momento de assumir as responsabilidades, são as mulheres quem devem mostrar iniciativa.

Cleiton segue aconselhando as mulheres, alertando para se afastar se o companheiro for “agressivo, chato, enjoado, ciumento”. Esse conselho de forma descontextualizado desconsidera inúmeras questões, como a maneira pela qual fomos socializados (SAFFIOTI, 2013) e enxergamos as situações e as relações afetivas; o apego emocional que a mulher pode ter desenvolvido e até uma

dependência que a acreditar que apenas nesse relacionamento ela seria feliz; a dependência financeira; os filhos e o amor e senso de proteção por eles que desde quando começaram as guerras eram utilizados como maneira de ganhar a lealdade de mulheres sequestradas e escravizadas, mantendo-as em situação de exploração; a falta de apoio das instituições públicas que não tem uma política efetiva para acolher mulheres que passaram por violência doméstica; dentre outras.

Falando especificamente do caso de sua irmã, elogia Jones, dizendo que ele era “generoso e bacana, como um irmão”, mas que seu defeito era ser ciumento, porque sua irmã era muito bonita e o namorado muito feio. Novamente, as características emocionais masculinas são destacadas e todos os pontos negativos que poderiam vir desse “ciúme” (necessidade de dominação e controle, agressividade, ameaças) são apontadas como apenas um detalhe. O ciúme neste caso também é apontado como culpa da mulher, por ela ser bonita, implicando que atrairia outros homens e que o seu namorado, por não ter os mesmos atributos físicos, se sentiria ameaçado. Aqui vemos tanto os efeitos da pressão estética que foi colocada na sociedade (WOLF, 2019) quanto e o efeito que o patriarcado afeta também os homens, que igualmente precisam se adequar ao estereótipo de seu gênero.

Depois a entrevista segue dando detalhes do estado físico de Jane e mostrando como o irmão estava abalado e impactado pela situação, finalizando com a seguinte fala dele: “Eu nunca tinha visto isso com a gente. Nossa família é muito querida, humilde, conhecida. É inacreditável a gente passar por isso”. Essa afirmação nos faz observar como em nossa sociedade não somos incentivados a criar laços de forma mais ampla e a ter um senso de justiça aplicado a todos. As mazelas e violência a que as pessoas são submetidas – físicas, econômicas, laborais, institucionais, midiáticas, territoriais – (GAGO, 2020) só se tornam objeto de revolta quando acontecem perto do sujeito, dentro de seu núcleo familiar. Essa tática foi utilizada para que mulheres não se unissem em prol de um objetivo comum e é também vista a um nível mais geral, a fim de manter o *status quo*.

Apesar de o texto ter sido apresentado quase completamente como uma entrevista, ainda podemos observar as saliências e os silêncios presentes. Foram ressaltados os detalhes da agressão e os seus efeitos na vítima, tanto pelas falas

quanto pela foto, com uma exploração da violência na narrativa. Mesmo que o irmão estivesse de alguma maneira representando a vítima, não podemos dizer que ela realmente foi representada, sua história não foi contada e também não foi apresentado um serviço de utilidade pública com os meios para denunciar uma agressão e a única menção a como reconhecer um relacionamento abusivo é quando o entrevistado alerta a mulher a se distanciar caso o companheiro seja ciumento, chato e enjoado.

Quanto aos quatro pontos propostos por Entman (1993), vemos que o problema foi definido como a agressão sofrida pela vítima; a causa diagnosticada foi o ciúme do namorado causado pela beleza da namorada; os julgamentos morais aparecem quando se diz que as meninas estão perdidas e ao colocar o ciúme como justificativa, numa culpabilização da mulher; a solução sugerida é a de terminar o relacionamento, das mulheres ficarem atentas e se afastarem de parceiros que possam trazer risco de vida.

3.2.1.2 - “Corpo de Jonas Amaral deve ser liberado nos próximos dias no Sul do ES”

A matéria foi publicada no dia 9 de abril, na editoria “Região Sul” e com a retranca “Caso Jane Cherubim”, e não foi assinada por nenhum repórter. Mesmo se o caso não tivesse sido acompanhado pelo leitor, a retranca por si só indicava que era algo que a mídia já havia publicado. Essa é a segunda matéria sobre o caso nesta análise, isso porque houve uma larga repercussão do caso no jornal capixaba e em outros veículos. Ao buscarmos por Jane Cherubim no site A Gazeta aparecem 71 resultados, sendo que 53 eram matérias específicas sobre o caso, os demais são textos onde o caso de Jane foi citado ou quando há o link de uma matéria de seu caso dentro do texto de reportagem como indicação de leitura relacionada.

Antes de fazer uma análise desta matéria específica, devemos nos questionar sobre o motivo deste crime ter recebido tanta cobertura midiática. O Espírito Santo, como já foi dito, chama atenção nos relatórios de violência contra a mulher por ter apresentado as maiores taxas de homicídio feminino no Brasil até 2012, com redução nos anos seguintes e novo aumento nos números de 2016 para 2017. Mas essas taxas não são iguais para todas as mulheres. Segundo o Atlas da Violência de 2019 produzido pelo Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada[20], nos índices de homicídios de mulheres negras a cada 100 mil habitantes, o Espírito Santo liderou em sete anos entre 2007 e 2017, ficando empatado em primeiro lugar em dois anos. O Panorama da violência contra as mulheres no Brasil de 2016[21] aponta que em 2014, a taxa de homicídios de mulheres pretas e pardas foi maior do que de mulheres brancas em todo o Brasil, mas essa diferença no Espírito Santo é marcante visto que a taxa das mulheres negras foi três vezes superior a das mulheres brancas. Houve redução entre 2006 e 2014 desses números, porém a redução da taxa de homicídios de mulheres brancas foi de 50% e a de mulheres negras foi de 11% no mesmo período.

Existe uma guerra travada aos corpos feminizados (GAGO, 2020), mas são os corpos negros quem recebem as maiores violências, não só as previstas em legislação, mas todas as demais que já foram relatadas neste trabalho. O estupro como arma foi utilizado de maneira sistemática com as mulheres escravizadas, que eram objetificadas durante o período escravocrata, mas que mesmo com a dita libertação continuaram a ocupar ou um estereótipo bestializado de força extrema e desumanização ou de hipersexualização (DAVIS, 2016). No Espírito Santo, a partir dos dados, é possível ver a grande diferença que existe nas violências cometidas em mulher brancas e negras. Ainda assim, os casos que ganham grande repercussão são justamente das mulheres brancas, como é o caso de Jane Cherubim. Devemos sempre observar e questionar até que ponto o jornalismo combate o racismo estrutural ou contribui para a sua continuidade, e no que tange ao espaço disponibilizado aos casos de violência contra negras, já se pode perceber que mantêm-se a hegemonia.

A abertura do texto primeiro traz a informação principal, que é o de liberação do corpo de Jonas, e em seguida apresenta fatos que já foram apresentados previamente aos leitores, inclusive colocando links de matérias feitas especificamente sobre esses fatos. Os primeiros parágrafos trazem informações policiais, de que o corpo de Jonas foi identificado e que a Polícia Civil emitiu laudo apontando a causa da morte como suicídio, podendo assim ser liberado após alguns procedimentos burocráticos. Logo em seguida, aparece o subtítulo “O CRIME” e uma foto de quando Jane Cherubim deu entrevista ao Fantástico, programa da TV Globo em horário nobre, ainda com muitas marcas físicas da agressão sofrida, novamente uma forma de utilizar a violência física e suas marcas para chamar atenção do leitor, estratégia que tem funcionado ao longo do tempo no jornalismo (RAMOS, 2007).

---

[20]Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf Acesso em 01/12/2020

[21]Disponível em: http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR.pdf Acesso em 01/12/2020

A partir daí o texto é dividido por datas, escrito em tópicos, de modo a mostrar uma linha do tempo extremamente detalhada dos acontecimentos, que vai de 4 de março – dia do crime – até 23 de março. A matéria informa, mais uma vez, que Jane foi espancada e torturada, "largada" na estrada, e que Jonas enviou uma mensagem de áudio para a então sogra depois da agressão. Jane confirmou que a agressão foi cometida pelo namorado e a justiça emite um pedido de prisão preventiva contra ele, que responderia por tentativa de feminicídio. Os tópicos se dividem entre atualizações da polícia em relação à busca do acusado de tentativa de feminicídio e de detalhes em relação ao estado de saúde de Jane. Culmina com o relato de que o corpo de Jonas foi encontrado e que a família da vítima recebeu a notícia com tristeza.

Algumas minúcias dessa linha do tempo podem ser destacadas a fim de observarmos a orientação dada à matéria. É apontado em três dos dez dias da linha do tempo o emocional da vítima, para além da descrição de seu estado físico. Há relato de que ela desabafa com a mãe que tem medo do agressor entrar no hospital, de que chora diversas vezes e chega a vomitar ao se lembrar do crime, observações que não necessariamente precisariam fazer parte de uma linha do tempo como essa, que se propõe a resumir os principais acontecimentos. Essas características de fragilidade e vulnerabilidade já são costumeiramente vinculadas ao gênero feminino, reforçando uma ideia socialmente construída para manter as relações hegemônicas de poder, onde o homem tem a potência e a mulher a impotência. (SAFFIOTI, 2015).

Além disso, apesar de todos os detalhes sobre a maneira como foi encontrada, em nenhum momento cita uma resistência por parte da vítima, o que reitera também a ideia de que as mulheres aceitam as mazelas que vivem sem nenhuma resistência, o que é mais um ponto da mística feminina (SAFFIOTI, 2013), visto que processos de dominação sempre acontecem com resistência (COUTINHO, 2008). No caso específico das mulheres, ao longo das diversas explorações que sucederam, sempre lutaram para alcançar a liberdade (FEDERICI, 2017), porém sua história foi escondida, também com objetivo de desestimular a formação de consciência e resistência coletiva (LERNER, 2019).

São feitas referências à Polícia Civil, utilizando inclusive falas emitidas por representantes com o avanço das investigações, mas não aparece em algum momento uma referência à Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, que poderia não estar envolvida no caso, mas poderia ser citada como o local mais indicado para fazer denúncias de casos como esse. Essa apresentação apenas dos "fatos" que é defendida como o jornalismo sério, imparcial e que busca a verdade, pode ser contestada ao pensarmos que esses fatos são

selecionados pelos jornalistas e que essa ideia positivista não leva em consideração a complexidade que faz parte do processo de produção de conhecimento (MORETZSOHN, 2007).

A fala de um dos irmãos de Jane, Salvador Cherobim, que fecha a matéria fala em tristeza pela morte de Jonas, defendendo que ele poderia ter cumprido sua obrigação com a justiça, "se recuperar e levar uma vida de harmonia". Concordamos que, até mesmo antes de conseguirmos transformar a realidade de maneira radical com a instituição de um novo sistema socioeconômico, nos enfrentamentos de violência doméstica é preciso ter um planejamento não apenas direcionado à vítima, mas ao agressor, para evitar não só de forma punitivista que ele siga cometendo violências. Porém, é necessário observar se esta fala está embasada neste ideal de maneira igualitária e se ela também seria dita e aceita caso uma mulher tivesse cometido um crime hediondo, visto que somos culpabilizadas por praticamente tudo que acontece (SAFFIOTI, 2013).

Os quatro pontos que formam o enquadramento desta matéria são a liberação do corpo de Jonas como definição do problema, a agressão de Jane como a causa diagnosticada – visto que ele cometeu suicídio após a agressão -, o julgamento moral é de fragilidade da vítima, e a solução apontada aparece na fala final do irmão da vítima ao dizer que Jonas deveria ter tido equilíbrio para não cometer tanto o crime quanto o suicídio. Foram salientados, então, os detalhes jurídicos do caso e de saúde da vítima, e silenciadas vozes ou informações mais relevantes em relação à violência contra a mulher.

3.2.1.3 – "Jovem é abandonada no mato após ter seu rosto desfigurado pelo marido no ES"

A matéria foi publicada no dia 14 de maio, na editoria de Polícia, com a retranca "Violência" e sem assinatura de repórter. O subtítulo traz um resumo dos acontecimentos, contando que uma mulher foi agredida pelo companheiro em Sooretama na frente dos filhos, em seguida abandonada desacordada e devido às lesões precisará passar por cirurgia, situação que faz a família pedir por justiça. Após subtítulo, há uma montagem com duas fotos de Rauliane, a vítima, uma dela ao lado de uma pessoa que teve o rosto protegido e outra dela após a agressão, bastante machucada. Existe neste caso uma exposição desnecessária da vítima, que não teve a imagem deste momento íntimo e sofrido protegida, embora não haja nenhuma foto do agressor. Levantamos aqui a discussão da necessidade de incluir

essas fotos, mesmo que a família tenha autorizado, visto que isso não agrega na informação – que teoricamente é o objetivo do jornalismo – e ainda contribui para vitimizar e revitimizar essa e outras mulheres que passaram por violência. Além disso, fotos do crime podem causar gatilhos emocionais no leitor, quando o foco de matérias como essa deveriam ser o de criticidade e auxílio na disseminação de informação, conscientização e até mesmo combate.

A matéria é embasada na entrevista com uma familiar da vítima, que preferiu ter sua identidade preservada. Sabe-se da dificuldade do jornalismo de hard news de trazer muitas fontes em uma entrevista, principalmente em situações de crime a maioria das pessoas envolvidas não aceita dar entrevistas e além disso, o tempo disponível para trabalhar essa reportagem costuma ser curto, pois é uma notícia factual e o digital tem uma velocidade acelerada de produção (MORETZSOHN, 2002). Os obstáculos impostos ao trabalho do jornalista costumam trazer diversos impactos para o resultado final, mas essa discussão será feita no próximo capítulo, e neste momento de análise vamos nos ater ao conteúdo publicado.

Com as informações fornecidas pela entrevistada, a reportagem conta que o crime aconteceu na casa da sogra de Rauliane, em Sooretama, onde devido a uma “briga do casal” (expressão utilizada pelo jornal e não pela fonte) o marido espancou a companheira até deixá-la desacordada e a abandonou em um mato. A próxima fala reforça o quão machucada a vítima ficou, usando os termos “muito machucada” e “arrebentada”.

Em seguida o texto é separado pelo subtítulo “BRIGA APÓS PEDIDO DE SEPARAÇÃO”, neste trecho a familiar diz que eles “bateram boca”, o homem “quebrou ela na porrada” e levou seu telefone e a chave da casa em Vitória, onde ela morava. Diz ainda que a vítima contou que o companheiro brigou com ela por causa de outra mulher e que foi agredida ao mencionar uma separação. Segundo Saffioti (2015), independentemente do motivo, se é a mulher quem rompe a relação, o homem costuma receber como afronta, e como o macho dominador isso pode chegar a consequências cruéis.

O relato ainda dá detalhes de como se deu o espancamento, ressaltando que as três crianças de outro relacionamento de Rauliane presenciaram tudo. Há um reforço constante da violência física sofrida, com detalhes fortes que estavam, sim,

entre aspas, mas não havia obrigatoriedade do veículo publicar toda essa descrição.

Chama atenção que no próximo parágrafo, há o destaque de que nunca aconteceu uma violência como essa antes, que eles discutiam, mas não dessa forma. Apesar de a Lei Maria da Penha trazer cinco tipos de violência, que incluem moral e psicológica, o que é considerado de fato violência é apenas o físico, quando chega ao extremo e até mesmo à morte. Gago (2020) defende que apesar de o feminicídio ser considerado o ápice da violência, não devemos tratar das violências contra a mulher apenas no entorno dos crimes que tiram a vida, é preciso lutar por todas as outras áreas onde as mulheres são violentadas. Em um plano mais prático, já citamos aqui o ciclo da violência, metodologia bastante utilizada no Brasil, a qual indica que as agressões começam justamente na irritabilidade, nas falas, até nas ameaças veladas que atingem moral e psicologicamente a vítima. E mesmo que as agressões nunca cheguem ao cunho físico, ainda devem ser tratadas com seriedade e igualmente combatidas.

O subtítulo “SUSPEITO AMEAÇA FAMÍLIA” discorre sobre as ameaças que a família estava recebendo do homem, que enviava mensagens do celular que pegou da companheira e dizia não ter medo da polícia, pois ainda que fosse preso, sairia rapidamente. Essa fala mostra a falta de credibilidade das instituições, uma certa segurança que a impunidade em crimes como esse costuma ter e ainda reforça o ideal de poder que o homem detém, quando mesmo em fuga da polícia ainda consegue infligir medo e manter as relações de dominação. A socialização que coloca papéis de gênero masculino como força, proteção e liderança imprimiu através de milênios esse pensamento na psique da sociedade (SAFFIOTI, 2015), e desencadeou não apenas em homens em lugar de poder e tomadas de decisão, mas em uma masculinidade tóxica que grita, ameaça, aterroriza, bate, estupra e mata.

O texto do subtítulo “REDES SOCIAIS” traz a informação de que um irmão da vítima colocou as fotos da vítima agredida em um grupo de Linhares denunciando a agressão. A reportagem cita um dos comentários recebidos: “Isso não é um namorado, é um monstro”. Em crimes onde a violência física é tão gritante, muitas pessoas comentam que isso é um absurdo, que as coisas não podem ser assim e

aparecem também comentários de homens alegando que defenderiam a mulher a qualquer custo. Individualizar o caso e tecer comentários como esses não traz nenhum resultado efetivo para os problemas das mulheres, é preciso entender que a violência está presente nos mais diversos âmbitos e atinge de maneira complexa a depender da classe, da raça, da orientação sexual e até do local onde mora (DAVIS, 2016).

Além disso, quanta mobilização as pessoas fazem para realmente acabar com a violência? Após um crime como esse, que choca, revolta e entristece, normalmente a vida segue, as mesmas posturas continuam e o choque virá novamente no próximo crime que ganhe visibilidade midiática. É necessário conscientizar, unir e agir de forma eficiente e global para conseguir superar um sistema forte e que está disposto a ultrapassar todos os limites para seguir hegemônico.

Por último, a reportagem traz uma nota da Polícia Civil, informando que o caso já estava em investigação em Sooretama e que a vítima, ainda internada, seria ouvida. A polícia não passa mais detalhes para não atrapalhar a investigação e pede ajuda da população indicando o Disque-Denúncia 181. Essa poderia ser uma brecha para o veículo incluir algum serviço, passar orientações para mulheres que estejam vivendo violência ou para quem tenha testemunhado algum caso. Porém, a escolha aparente nas matérias da editoria de Polícia da Gazeta é de apresentar o factual, sem uma profundidade mais crítica.

Neste caso, a definição do problema é a agressão sofrida por Rauliane, o diagnóstico da causa é a briga do casal com pedido de separação feito pela mulher, o julgamento moral não aparece de forma explícita e a solução é que a justiça seja feita, no caso, a prisão do homem que cometeu a agressão. O enquadramento dado pelo veículo é o de ressaltar o relacionamento turbulento e o resultado disso nos detalhes da agressão e do estado físico da vítima após o crime. O nome e a fotografia dela aparecem, mas não é passado nome ou a foto do suspeito, o que legalmente pode ser feito após uma queixa ter sido registrada, o que segundo as informações trazidas pelo veículo havia acontecido, uma vez que a polícia já estava investigando. São apresentados esses fatos sem uma contextualização em relação

à violência contra a mulher e nenhuma representação através de uma entrevista ou de um serviço.

Como as outras duas matérias analisadas eram do caso Jane Cherubim, podemos fazer uma comparação. A violência que aconteceu com as duas foi parecida: ambas aconteceram após uma explosão do companheiro e a agressão foi intensa especialmente no rosto, deixando as mulheres desacordadas, muito machucadas e abandonadas em um local ermo. Fazendo uma busca no site da Gazeta com o nome de Rauliane, encontramos 5 resultados, quatro matérias feitas sobre o caso dela, incluindo a que foi analisada, e uma em que é citada em uma retrospectiva dos casos de violência contra a mulher em 2019. A busca de Jane tinha 73 resultados, 51 com matérias sobre o seu caso.

Em um Estado que mata muito mais mulheres negras do que mulheres brancas, o espaço e a repercussão midiática dada em casos de violência também é bastante diferente. Pode-se questionar que essa não é só uma escolha do veículo, mas também do que o público pede. Primeiro que isso já reforça o peso da audiência, do retorno financeiro e do mercado no momento de escolher as pautas e enquadrar os textos, em um sistema neoliberal que renova o capitalismo para um nível ainda mais intenso e acelerado. (SRNICEK 2017).

No âmbito das teorias da Comunicação, é certo que o público não recebe o conteúdo de maneira passiva e aceita tudo o que a mídia oferece (MATTELART, 2002), mas isso não exibe os veículos e coloca a responsabilidade nas pessoas, sem contar em outros fatores que devem ser levados em consideração, pois como defende Hall (1980), existe um foco muito intenso em emissor/mensagem/receptor e pouca atenção a elementos como produção, reprodução, circulação, distribuição e consumo. E para finalizar, neste caso, é possível enxergar de maneira palpável como gênero, raça e classe não podem ser separados: o caso com dezenas de matérias é de uma mulher branca e de classe média, o caso com violência no sentido criminal parecido mas com uma mulher negra e periférica tem 10% da quantidade de matérias. Qual dessas histórias comoveu e marcou os capixabas?

3.2.1.4 – “Idoso é preso acusado de abusar de amiga da neta em Linhares”

A matéria foi publicada no dia 3 de junho, na editoria de Polícia, com a retranca “Violência Sexual” e não tem assinatura de repórter. O subtítulo diz que o homem de 73 anos foi em flagrante após o “abuso sexual” de uma menina de 8 anos. O texto tem apenas três parágrafos curtos, com uma descrição sucinta do crime. O homem de 73 anos foi preso em flagrante em Linhares, o crime aconteceu no dia primeiro de junho e a vítima era amiga de sua neta. A Polícia Militar enviou uma equipe ao local e a vítima, acompanhada dos familiares, confirmou o crime. A nota da Polícia Civil trazia no texto informe de que ele foi autuado por estupro de vulnerável e foi encaminhado para a Penitenciária de Vila Velha.

Apesar de curto, existem marcadores no texto que permitem visualizar o enquadramento. O uso da palavra “estupro” só foi utilizada ao dar a nota da Polícia Civil. A reportagem chama o crime de “abuso”, “abuso sexual” e usa o termo “molestada”. A Lei 12.015/09 traz alguns artigos referentes aos crimes contra a dignidade sexual[22]. O artigo 213 define o crime de estupro como “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. O artigo 217A trata especificamente do estupro de vulnerável e define como: “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”.

Neste capítulo da lei, não aparece em nenhum momento a palavra “abuso” ou o termo “abuso sexual”. O uso desse termo costuma acontecer em uma tentativa de atenuar a situação, em casos como este, não para proteger o estuprador, mas porque pode parecer muito brutal falar de um estupro de uma menina de apenas 8 anos de idade pelo avô da amiga. Mas muito mais brutal do que dizer abertamente um nome considerado forte é tentar maquiar e esconder o que acontece constantemente também com crianças. Criou-se um mito de que o estuprador é um desconhecido que vai te abordar na rua, mas os dados apontam uma realidade diferente.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019[23] teve acesso aos registros policiais e de Secretarias de Segurança de todo o país nos anos 2017 e 2018 e calculou que 63,8% dos estupros cometidos são contra vulneráveis. Essa é a

[22]Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm Acesso em 01/12/2020

[23]Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf Acesso em 01/12/2020

situação mais comum, apesar de no dia a dia pregar-se que é algo não usual. Percebeu-se também que 5.636 casos aparecem como estupro, mas deveriam ser estupro de vulnerável, pois as vítimas tinham até 13 anos de idade. Do total de crimes, 81,8% tem mulheres como vítimas – o que aponta que é um problema em larga escala de gênero, mas não apenas, pois o estupro tem a ver com dominação e não prazer sexual- e 50,9% tem pessoas negras como vítimas. Meninas de até 9 anos de idade compõe 26,8% das vítimas de estupro, sendo que o auge no sexo feminino é os 13 anos de idade e no caso do sexo masculino o auge dos estupros acontece com 7 anos de idade. Na média entre os dois sexos, os crimes acontecem majoritariamente entre os 5 e os 9 anos de idade. Em relação ao vínculo com o abusador, 75,9% das vítimas possuem vínculo com o agressor.

Para entender o estupro e suas raízes, é preciso fazer uma análise histórica, sem se embasar na justificativa do senso comum de que pessoas que cometem esse tipo de violência são doentes, psicopatas. Saffioti (2015) aponta que apenas 2% dos estupradores, a nível internacional, são doentes mentais, outros têm passagem pela ala psiquiátrica, mas tudo isso daria um total de 4%, o que é pouco significante, o que para ela significa que “O mecanismo da patologização ignora as hierarquias e contradições sociais” (SAFFIOTI, 2015, p. 87).

Federici (2017) explica que a Igreja Católica fez um intenso trabalho de regulação do comportamento sexual em toda a Europa, focando principalmente numa tentativa de retirar os poderes das mulheres, sua vivência erótica e transformar isso em motivo de vergonha. Os chamados hereges tinham doutrinas sexuais diferentes, e a ameaça que isso representava ao pensamento ortodoxo e ao status quo também influenciou na necessidade de manter a vida sexual de todos sob controle. Havia concomitantemente a caça às bruxas e a figura do herege ficou cada vez mais marcada pela imagem da mulher.

Essa política social agora também do Estado continuou, e assim convenceram homens jovens e rebeldes a trabalhar oferecendo sexo e realocando o antagonismo de classe a um ódio de mulheres. Isso foi feito com uma descriminalização do estupro de mulheres de classe baixa e na normalização de estupro coletivo de proletárias. Além de diminuir a solidariedade de classe e trazer

consequências terríveis para as mulheres que eram estupradas, a prática desencadeou um forte sentimento de misoginia, que atingiu todas as mulheres.

Além das mulheres trabalhadoras, as mulheres escravizadas também sofriam de maneira mais intensa com a violência sexual. As punições a elas infligidas não se limitavam a surras e mutilações, incluíam também o estupro, que “era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. Os abusos especialmente infligidos a elas facilitavam a cruel exploração econômica de seu trabalho” (DAVIS, 2016, p. 20). Essa violência não foi interrompida com a emancipação, continuaram de forma cultural, como se as mulheres negras fossem presas dos homens brancos. Esses ataques às mulheres foram estendidos também às mulheres brancas e até hoje vemos essa junção de comportamentos aplicados em uma cultura do estupro.

Apesar dessa cultura do estupro - que sexualiza mulheres, as coloca em posição de passividade e submissão, fortalece e incentiva a atitude dominadora do homem e ainda culpabiliza ou diminui o sofrimento da vítima – essa violência não é comentada, uma espécie de tabu. No caso de estupro de vulnerável, que é a maioria dos casos registrados, o tabu é ainda maior, e existe uma dificuldade em abordar o assunto nos mais diferentes espaços. Essa pode ser uma abordagem que explique a nota curta que foi dada para noticiar o estupro desta menina de 8 anos de idade, pois outras matérias factuais no caderno de polícia tiveram espaço maior.

O enquadramento desta matéria tem como definição de problema o estupro da vulnerável, não há diagnóstico de causa e nem justificativa moral, e a solução foi a prisão do estuprador, que também já aconteceu e aparece logo no título da matéria. Pelo tamanho do texto, não existem muitas saliências, foi ressaltada apenas a prisão do homem, mas os silêncios foram diversos, ignorando contexto, informações sobre o que é este crime, formas de denunciar, alerta a pais e professores, em geral, falta de criticidade que mesmo em matérias factuais em um jornalismo online pode e deve aparecer.

3.2.1.5 – “Criança de 11 anos denuncia padrasto por estupro em Vila Velha”

A matéria foi publicada no dia 27 de julho, na editoria de “Polícia” e com a retranca “Abuso sexual”. Após o título, o subtítulo informa que o estupro também foi

cometido contra a filha do homem, de 14 anos, que fugiu de casa e fez uma denúncia ao Conselho Tutelar. O texto foi escrito sem falas diretas de entrevistados, a jornalista escreveu com suas palavras o que obteve de informação com a família das vítimas.

A menina de 11 anos denunciou o padrasto por estuprar tanto ela quanto a filha dele de 14 anos, crimes que aconteciam quando a sua mãe, esposa do homem, não estava em casa. Os estupros aconteciam há três anos e o último antes da denúncia tinha sido cometido há 15 dias, sempre quando ele estava sozinho com as crianças em casa, e após o crime, oferecia dinheiro ou um pacote de chips. A denúncia não foi feita antes porque a vítima tinha medo de ser afastada da mãe. Aqui já aparecem vários marcadores que são próprios dessa sociedade patriarcal onde reina a cultura do estupro.

Já mostramos aqui os dados que apontam que a maioria dos estupros registrados no Brasil são cometidos por familiares ou pessoas próximas e a maior incidência é em crianças menores de 14 anos, uma maioria de meninas são vítimas, mas os meninos também sofrem com essa violência, muitas vezes invisibilizada pelo próprio machismo que coloca o homem sempre em uma posição de dominação. Saffioti (2015) se debruça sobre o que ela chama de “tabu do incesto”, abordando mais especificamente os estupros que filhas e filhos biológicos sofrem dos pais. Neste caso, podemos também incluir a figura do padrasto, que em muitas vezes ocupa esse lugar patriarcal da casa e é o homem adulto em que a criança mais confia.

A socióloga defende que existem diferenças entre as maneiras de os pais cometerem o estupro de filhas, a depender de seu acesso à educação e classe social. No caso de pais com maior poder aquisitivo e grau de escolaridade, havia uma espécie de introdução da filha ou filho à sexualidade, com carícias que dariam prazer e que poderiam inicialmente ser vistas como afeto inocente, mas que já tinha intenção de se transformar em algo mais. No caso de pais com menos escolaridade, não havia carícias ou paixão, o estupro acontece de maneira mais abrupta, com ameaças através de arma branca ou de fogo, deixando-as sem alternativa. Muitas vezes essas crianças engravidam do próprio pai.

O estudo apresentado por Saffioti (2015) aponta que nenhuma das 63 meninas que viveram essa situação tinham sentimento de culpa, e 11 delas tiveram filhos de seu estuprador. O pai apresentava um sentimento de posse em relação à filha que estuprava, como se não a fosse entregar pra um homem qualquer, e a mãe chegava a dizer que se ela podia aguentar o fardo de satisfazer o marido sexualmente, a filha poderia ajudar. Às vezes, a mãe culpa a filha e pode haver ruptura na relação das duas. O estudo não conseguiu acessar famílias ricas incestuosas para ter dados da mesma forma que teve com famílias mais pobres. No caso das classes econômicas mais altas, costuma-se proteger esse tipo de informação a todo custo, para não manchar o nome da família. Isso acontece com outros tipos de violência doméstica com mulheres adultas também. Por isso, muitas vezes têm-se a ideia de que a violência é parte da vida apenas das classes baixas, o que não é verdade.

A teoria da autora é de que no caso das meninas levadas a essa sexualidade de forma aparentemente mais “carinhosa”, a vítima desenvolve posteriormente um forte sentimento de culpa, como se fosse responsável pela sedução e o pai fosse a vítima: “Obviamente, nenhuma das duas abordagens convém à criança. Em termos de danos psíquicos e distúrbios sexuais posteriormente manifestados, o abuso sexual via sedução é infinitamente pior que a brutalidade do pais menos instruído e menos maneiroso”. (SAFFIOTI, 2015, p. 27)

Nesta matéria sobre estupro de vulnerável, o que chamou a atenção de alguém de fora da casa foi a fuga da filha do acusado, que foi ao Conselho Tutelar. A irmã mais velha da enteada de 11 anos teve uma conversa insistente, até que ela compartilhasse o que vivia dentro de casa, e, assim, a mulher de 30 anos fez a denúncia à polícia, com encaminhamento do padrasto ao Plantão da Mulher.

A matéria traz o subtítulo “PEDIDO DE PERDÃO”, e informa no texto que no Plantão da Mulher o homem foi questionado sobre o estupro da vulnerável e ficou em silêncio, enquanto a mãe da menina de 11 anos relatou não ter ciência do que acontecia, mas que a criança pedia com frequência para ficar com a mãe e a irmão. Disse ainda que o marido pediu perdão a ela. A informação trazida sobre o pedido de perdão pode ser importante por trazer uma confirmação por parte do acusado, mas traz uma suavização de sua figura, aparecendo não como o homem que

estuprava duas crianças, mas como um homem arrependido. Pela nossa socialização cristã que apresenta o arrependimento como salvação, o uso desse termo pode ser recebida pelos leitores como uma rendição.

O último parágrafo diz que o homem foi liberado visto que não houve flagrante, mas que a delegada pediu a prisão preventiva por estupro de vulnerável. A matéria não trouxe os nomes dos envolvidos ou o bairro para proteger as vítimas. Por se tratarem de crianças, existe uma preocupação maior com a divulgação de informação, seguindo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Proteção esta que poderia também ser estendida às demais vítimas de violência contra a mulher.

O enquadramento nesta matéria define o problema como o estupro das duas meninas, diagnostica a causa como o homem ficar em casa sozinho com as crianças, justifica moralmente a ação do estuprador ao dizer que ele pediu perdão, e apresenta como solução a sua prisão. Neste caso, houve uma abordagem maior do caso e citação do Plantão da mulher, além do ponto positivo de não expor as vítimas. Ainda assim, ainda apareceram silêncios significativos, como não explicar o que é estupro de vulnerável e o Plantão da mulher, não oferecer um serviço de como fazer a denúncia ou ter minimamente a fala de um especialista ou da delegada. As rotinas nas redações estão cada vez mais aceleradas e o trabalho dos jornalistas fica mais difícil, porém, alguns detalhes inseridos já fariam bastante diferença em matérias como essa.

3.2.1.6 – “Adolescente é suspeito de estuprar criança de 3 anos em Pinheiros”

A matéria foi publicada no dia 30 de agosto, no caderno de Polícia, com a retranca “Norte do Estado” e com a assinatura “Gazeta Online”. Teve uma edição no dia seguinte, possivelmente devido a alguma atualização fornecida pela polícia. O subtítulo informa que o suspeito do crime tem 17 anos e foi encaminhado para a delegacia da cidade.

O primeiro parágrafo traz as informações principais, o lead, informando que no dia 28 de agosto, na zona rural de Pinheiros, um adolescente de 17 anos foi apreendido com suspeita de estuprar uma menina de 3 anos de idade, já utilizando o termo “estupro de vulnerável”. Em seguida, cita como fonte das informações a Polícia Militar, que explicou o que aconteceu: a mãe da menina a levou ao hospital

dizendo que havia sido estuprada, e disse à polícia que o crime aconteceu em sua propriedade e que o suspeito era o sobrinho de um de seus funcionários.

A reportagem segue informando que a mãe recebeu orientação de fazer exames mais detalhados. A PM fez uma busca na propriedade e encontrou o adolescente, que foi para a delegacia acompanhado de seu responsável e do Conselho Tutelar. O último parágrafo traz a nota da Polícia Civil, apontando que o adolescente responderá por ato infracional análogo ao estupro de vulnerável, sendo encaminhado para o Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo.

Esse caso tem duas particularidades: o estupro de uma menina de apenas três anos de idade e o fato de o suspeito ser um adolescente. Ao citar a idade da menina, é comum haver uma reação de espanto e até incredulidade, reforçando a patologização do estuprador (SAFFIOTI, 2015). Porém, os dados de estupro de 2017 e 2018 apontam cerca de 2 mil estupros registrados de meninas de 3 anos no Brasil. Infelizmente, não é incomum, o estupro de crianças é sistemático. Em relação ao adolescente é importante observar o quanto a socialização de masculinidade e feminilidade começam muito cedo, já na infância, e os padrões de dominação colocados como inerentes aos homens são apreendidos e repetidos por adolescentes. A criação das crianças nesta sociedade já diz às meninas que elas devem se comportar, ser educadas e gentis, femininas e dóceis, comprometidas com os afazeres domésticos e a satisfação de um futuro marido. Aos meninos são dados conselhos de sexualização, de se envolver com o máximo de meninas que for possível, de não assumir relacionamentos com meninas “fáceis”, além de não haver nenhum estímulo a entender os afazeres domésticos por serem “coisas de menina” e um incentivo à força física e até à violência com determinados brinquedos e jogos.

Ainda falando sobre esse processo de socialização, naturalização de determinados comportamentos e um encerramento precoce da infância, ressaltamos os dados referentes ao casamento infantil no Brasil. A legislação define que crianças de até 14 anos de idade são vulneráveis, não têm condições de se engajar em relações sexuais de forma consciente e sem danos, e por isso qualquer atividade sexual com pessoas abaixo dessa idade é considerado estupro, mesmo que a vítima tenha dado consentimento. Apesar disso, os casamentos infantis são frequentes no Brasil, o país ocupa o 4º lugar neste ranking em números absolutos, e está entre os

cinco países da América Latina e Caribe com maior incidência desses casos, segundo o relatório Tirando o véu no Brasil[24]. Em nosso país, esses casamentos têm consentimento, diferente do que acontece culturalmente em países da África e da Ásia, onde meninas são desde pequenas prometidas a homens muito mais velhos.

São considerados casamentos infantis os que acontecem com pessoas abaixo de 18 anos e dos 44 casamentos que foram analisados com entrevistas pelo relatório, 16 foram de meninas entre 10 e 14 anos, o que configura pela lei estupro de vulnerável. É importante ressaltar que existem causas e consequências desse tipo de união, com grande peso da classe social, das necessidades econômicas dessas meninas e de suas famílias:

> As principais motivações para casamentos e uniões forçadas em idade precoce evidenciados neste estudo são, por ordem de prevalência: gravidez não planejada; amor e desejo de constituir família; vivência da sexualidade (perda da virgindade); necessidade de saída de lares conflituosos; desejo pela maternidade; proteção contra violência e sanção da comunidade (julgamento moral). Com isso, aferimos que o poder de concessão e decisão frente ao casamento deve ser relativizado, pois muitas vezes o matrimônio é pautado primariamente pelas necessidades e/ou pela falta de oportunidades do que pelo desejo de uma união; As principais consequências para as meninas evidenciados neste estudo são, por ordem de prevalência: aumento do serviço doméstico; cuidado parental exercido predominantemente por elas; falta de profissionalização; exclusão do mercado de trabalho; atraso e/ou abandono escolar; restrição da mobilidade e da liberdade; (TIRANDO O VÉU, ESTUDO SOBRE O CASAMENTO INFANTIL NO BRASIL, 2019, p. 9)

Voltando a análise da matéria, percebe-se que não há nenhuma menção a essas particularidades e novamente nenhum serviço de utilidade para o cidadão. Apesar dos silêncios e da saliência apenas à denúncia da mãe da vítima, existe o ponto positivo de não haver uma descrição do ato criminal em si, visto que esse tipo de exposição não tem objetivo jornalístico, apenas um apelo sensacionalista. O enquadramento então define o problema como o estupro da criança de 3 anos, diagnostica a causa como a presença do adolescente na propriedade onde a menina estava, não tem julgamento moral e a solução é a prisão do acusado.

3.2.1.7 – “Justiça condena à pena máxima jovem que matou ex com canivete no ES”

[24]Disponível em: https://plan.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Tirando-o-veu-estudo-casamento-infantil-no-brasil-plan-international.pdf Acesso em 02/12/2020

A matéria foi publicada no dia 11 de março, na editoria de “Polícia”, com a retranca “Em Aracruz” e sem assinatura de repórter. O subtítulo complementa a informação trazida no título, adicionando que outros três agravantes foram analisados pelos sete jurados, futilidade, premeditação e feminicídio.

O primeiro parágrafo é um lide, respondendo às perguntas iniciais que acredita-se ser relevante responder no início do texto. O juri popular condenou Yuri Henrique de Carvalho a 30 anos de prisão em regime fechado por assassinar a ex-namorada Taiene dos Reis Souza. Em seguida, repete-se os agravantes que foram reconhecidos unanimemente pelo juri, exceto o de feminicídio, sobre o qual três foram contrários em uma formação de seis mulheres e um homem.

O fato de que ao menos duas mulheres foram contrárias ao agravante de feminicídio pode parecer contraditório, uma vez que a Lei do Feminicídio foi criada justamente para diferenciar e punir esse crime que acontece há tanto tempo devido ao machismo e misoginia do sistema vigente. Ainda assim, muitas pessoas não concordam com essa diferenciação, entendendo que o homicídio é o mesmo para homens e mulheres. Basta acessar a lei que é possível minimamente entender a diferença. A Lei 13.194/15[25], no artigo 121, aponta o feminicídio como homicídio “contra a mulher por razões do sexo feminino”. Em seguida, no inciso 2-A descreve que essas razões seriam violência doméstica e familiar, e menosprezo ou discriminação à condição da mulher.

Simplesmente ser mulher não significa ter consciências das opressões sofridas pelo seu gênero, acompanhado de questões de raça e classe, ou concordar com as lutas que são travadas para dar fim a essas diferenças que diminuem um grupo em relação ao outro. O processo de criação do patriarcado remonta de 5 a 6 mil anos (LERNER, 2019; ENGELS, 2012) e ao longo desse tempo foram diversas investidas a nível econômico, político, social, cultural, religioso dentre outros para que homens e mulheres aceitassem e seguissem os papéis que a eles cabiam. Para Saffioti (2015) a grande maioria das mulheres portam as ideologias dominantes em relação ao gênero.

Logo, uma mulher apresentar comportamentos machistas e misóginos não é o incomum e no caso de mulheres brancas e de classe mais alta, há, ainda, um

[25]Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm Acesso em 04/12/2020

diferencial. Lorde et al (2019) defende que as armas de neutralização de mulheres negras e brancas são diferentes: “as mulheres brancas enfrentam a armadilha de serem seduzidas a se juntar ao lado do opressor sob o pretexto de compartilhar o poder. Essa possibilidade não existe da mesma maneira para as mulheres de cor”. (LORD et al, 2019, p. 243). Já Lerner (2019) ressalta que, por não terem poder e independência econômica, as mulheres costumavam buscar homens fortes para protegê-las, visto que elas poderiam compartilhar privilégio de classes do homem caso estivessem nessa posição de protegidas. Mas esse acordo não era válido para as mulheres de classe baixa:

> em troca de subordinação sexual, econômica, política e intelectual aos homens, você poderá compartilhar o poder dos homens de sua classe para explorar homens e mulheres de classes inferiores. Na sociedade de classes, é difícil para as pessoas que têm algum poder – ainda que limitado e circunscrito – enxergarem a si mesmas também como desfavorecidas e subordinadas. (LERNER, 2019, p. 268)

Retornando à análise da matéria, aparece no texto informação do advogado de defesa, que disse já esperar a condenação do cliente pois este confessou o crime, mas que recorrerá porque enxergava o crime apenas como homicídio simples. É novamente aqui a tentativa de deslegitimar que existe diferença nos assassinatos por questões de violência doméstica ou por desprezo à condição da mulher e por todos os outros motivos possíveis.

O feminicida recebeu a maior pena prevista na legislação brasileira e aparece nesse momento uma fala do pai da vítima, que relata ter tirado um peso das costas, mas que nada feito a partir de agora trará a filha dele de volta. Neste momento há ao mesmo tempo a ideia de que foi feito ao máximo para punir o criminoso e a declaração de que nem a pena máxima traria realmente conforto. Isso porque legislação e prisão são insuficientes para combater a violência contra a mulher. Esse deve ser um trabalho em rede. Para Gago (2020), o sistema traz novos códigos para o feminicídio, pontuando como mais insegurança e por isso necessidade de mais controle, de seguir uma linha mais dura: “As soluções de demagogia punitivistas aparecem, pois, como ‘propostas mágicas’”(GAGO, 2020, p. 98).

O subtítulo “O PARECER” dá detalhes sobre a sentença e o comportamento de Yuri. O crime foi considerado de extrema culpabilidade porque o assassino monitorou os passos da vítima antes de a matar. Os depoimentos do processo caracterizam o homem como controlador, possessivo, agressivo, e tratava a vítima

como sua propriedade ao longo dos dois anos de namoro. A saliência a essas características que são próprias de um relacionamento abusivo onde o homem canaliza e leva ao extremo a relação de dominação que é típica do patriarcado é necessária em matérias como essa. Normalmente usa-se muito o ciúme, como já citado, porém a simbologia desta palavra para a população é relacionada ao amor, ao cuidado, até uma paixão exacerbada que pode levar a momentos de raiva.

Por último, a matéria relembra o caso, uma explicação tanto para lembrar quanto para apresentar o que aconteceu a leitores que não souberam do caso à época. Taiene de Reis Souza, de 20 anos, saiu com amigas, em Aracruz, e na volta foi abordada pelo ex-namorado que a golpeou pelo menos sete vezes com um canivete. Ela terminou o relacionamento por “ciúme excessivo”, e ele não aceitava a decisão. Depois do ataque, foi Taiene foi socorrida ao hospital, mas não resistiu aos ferimentos.

O enquadramento define o problema como feminicídio, a causa diagnosticada é o comportamento possessivo e agressivo do homem, não há julgamento moral e a solução é a prisão com pena máxima. Houve na matéria saliência ao comportamento do machista e controlador do agressor, apontando inclusive a perseguição à vítima, além de não aparecerem traços que poderiam atenuar o que ele fez ou de alguma maneira culpabilizar a vítima. Ainda assim, há o silêncio em relação à violência contra a mulher no sentido de apresentar alguma fala que mostre como isso é sistêmico e estrutural e também um serviço sobre como denunciar e buscar ajuda. Visto que a matéria foi mais longa e trazia não só o factual do julgamento, acredita-se que em relação ao trabalho do repórter no dia a dia seria possível incluir essas informações.

3.2.1.8 – “Caso Thayná: Justiça nega recurso da defesa de assassino”

A matéria foi publicada no dia 25 de abril de 2019, na editoria de “Polícia”, com a retranca “Decisão da Justiça” e assinada por Ricardo Medeiros. O subtítulo informa que a juíza de primeiro grau decidiu que o réu deve ser julgado pelo tribunal do juri e essa decisão foi contestada pela defesa. O próprio título que apresenta o termo “Caso Thayná” já indica, mesmo a quem não tenha em nenhum momento

acompanhado notícias policiais do Espírito Santo, que se trata de um crime que teve repercussão e que a mídia acompanhou.

Antes do texto iniciar, o jornal coloca uma foto do réu ao lado de uma mulher, mas a legenda da foto não traz a identificação de quem ela é. A legenda aponta que o homem da foto é Ademir Lúcio Ferreira, que foi acusado de sequestrar, estuprar e matar a adolescente de 12 anos, Thayná de Jesus Prado, em depoimento na CPI dos Maus Tratos. Na foto, Ademir está sentado segurando um microfone com uma mão, e com a outra segura a cabeça abaixada, ao seu lado, mas sem aparecer o rosto, uma mulher.

Ao ver essa imagem, a simbologia é de uma pessoa triste, desesperada e até arrependida. No caso de um depoimento prestado em uma situação como essa, é comum que réus se apresentem com uma personalidade totalmente diferente de alguém que estupra, agride, mata. A ideia transmitida a quem olha essa foto é um de homem envergonhado, arrependido, sensações que podem ser reais, mas que costumam ser passadas de modo a deixar o réu mais simpático à opinião pública.

A reportagem traz as informações relacionadas ao processo e utiliza termos mais complexos e jurídicos, o que dificulta a compreensão do público em geral. Inicia apontando que Tribunal de Justiça do Espírito Santo negou o recurso feito pela defesa de Ademir, que pedia a anulação da determinação da juíza de um julgamento pelo tribunal do juri. O veículo não explica, mas o Tribunal do Juri é composto pelo juiz que preside a sessão e 25 jurados, sendo que sete são sorteados para afirmar ou negar o crime ao final[26]. É o chamado “júri popular”. A advogado de defesa pede também que toda a sentença da juíza de 1ª instância seja revisada pois para ele não havia comprovação da materialidade do crime.

Aparece então em seguida a fala do desembargador e relator do processo, Adalto Dias Tristão, concluindo que a alegação do réu para anular a sentença em primeira instância é de que foi torturado pelos policiais para confessar, mas que esse fato apareceu de forma isolada nos autos e sem comprovação dessa agressão. Quanto a não existir indícios suficientes para comprovar o crime, o desembargador pontua que há, sim, materialidade, inclusive com vídeos.

[26]Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/tribunal-do-juri Acesso em 08/12/2020

Ele diz ainda que o réu também deve responder pelo crime de estupro de vulnerável, mantém a decisão que foi dada pela juíza da 1ª instância e reitera a urgência do julgamento devido à repercussão do caso, decisão que foi unânime entre os desembargadores. Essa pequena fala é um marcador extremamente importante para análise. Entman (1993) afirma que os pontos que definem o enquadramento jornalístico podem estar em todo o texto ou apenas em uma frase, mostrando que pode ser um trecho o que aponta a saliência. Neste caso, a fala do magistrado não deixa dúvidas de que toda essa comoção judicial se deve à atenção que o caso recebeu, não necessariamente à importância que a justiça deveria dar a todos os casos.

O Fórum de Segurança Pública traz em seu Anuário de 2019[27] os números de mortes violentas intencionais entre 2011 e 2018. O número cresceu entre 2012 e 2017, mas apresentou queda em 2018, totalizando 57.358 mortes. Mesmo com a baixa, é um número alto, que apresenta uma sociedade violenta. Ainda assim, ao olharmos para os números de presos no Brasil, temos 88 mil condenados por crimes contra a pessoa, que envolvem homicídio, aborto, ameaça, violência doméstica, entre outros, número que corresponde a 11,3% do total da população carcerária[28]. A maioria dos presos, 39,4%, cumprem pena por crime relacionado ao tráfico de drogas, 36,7% por crime contra o patrimônio, e só depois com 11% são os crimes contra a pessoa.

Os dados nos mostram que o sistema judiciário e o próprio sistema carcerário não têm condições de julgar e encarcerar todas as pessoas que cometem crimes no Brasil. E que apesar disso, paradoxalmente, temos um país com alto encarceramento, punitivista e que julga e prende principalmente pessoas de um determinado grupo social e raça. Além disso, enxergamos também que para o capitalismo neoliberal é mais importante prender quem cometa crime contra o patrimônio ou que se envolva em tráfico de drogas do que quem cometa crimes contra pessoas.

Como apontam Gago (2020), ARRUZA (2019) e Federici (2019), não é possível acreditar que apenas o julgamento e o encarceramento seja suficiente para

[27]Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf Acesso em 08/12/2020

[28]Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/republica/populacao-carceraria-triplica-brasil-2019/ Acesso em 08/12/20

lidar com as questões de violência contra a mulher. Ainda assim, inseridos no sistema em que estamos, sem pensar em uma transformação ou até mesmo revolução, já se percebe a grande incongruência em punir de forma mais abrangente os crimes que causam dano apenas material e menos abrangente os que causam danos às pessoas. Fica claro o que tem mais valor dentro desta sociedade.

Tratando da especificidade da fala do desembargador, pode-se questionar qual importância e atenção a justiça dá para casos de violência contra a mulher, inclusive vulneráveis, quando estes não recebem repercussão midiática que possibilita uma comoção popular mais expressiva. Aponta-se também o peso que a mídia ainda tem para pautar os assuntos discutidos, mobilizar as pessoas e indiretamente auxiliar em uma resolução (mesmo que a resolução seja a existente na realidade que temos agora e não na que desejamos ter).

Passadas as informações sobre o essa decisão, a reportagem traz uma retrospectiva dos acontecimentos para que o leitor entenda ou relembre o caso. O primeiro dia apresentado, 14/10/2017, traz o relato do estupro a outra criança, que identificou o acusado e auxiliou assim a ter mais provas quanto ao que aconteceu com Thayná. Em um Gol prata, Ademir abordou uma menina de 11 anos, que saiu para ir ao supermercado a pedido da família, e ofereceu uma carona, mas desviou do caminho. Isso aconteceu no bairro Universal, em Viana. Vem então a fala do delegado de proteção à criança da época, Lorenzo Pazolini, dizendo que o homem levou a menina para um galpão de construção.

O então delegado – hoje prefeito de Vitória/ES pelo Republicanos, antigo PRB, que tem como slogan “conservador nos costumes e liberal da economia”, usado também pelo presidente Jair Bolsonaro – afirma que a criança foi estuprada e que eles tem provas, laudos médicos e confirmação de testemunhas. O acusado estacionou o veículo atrás de um monte na área desse depósito, um local ermo. Esse caso reforça o ideal do estuprador que encurrala a pessoa na rua, coloca em um carro e leva pra um lugar escuro para cometer o crime. Casos assim acontecem, mas a maioria esmagadora das vítimas de estupro têm algum vínculo com o agressor, mais especificamente 75,9%, segundo o Anuário do Fórum de Segurança Pública de 2019.

A reportagem segue no formato retrospectiva, mas agora já entra no crime contra Thayná. No dia 17/10/2017 a menina foi vista pela última vez, no mesmo bairro onde a menina de 11 anos foi abordada. Imagens de câmera de segurança mostram o momento em que Ademir para o mesmo carro cinza e leva a criança, imagens essas conseguidas pela mãe da menina em comércio local, não pela polícia. Levantamos aqui o questionamento para reflexão sobre o empenho da polícia em casos com esses, pois durante a investigação não havia nenhuma informação do paradeiro do acusado. O processo pode ser mais rápido se há comoção, como disse o desembargador.

No dia 28/10/2017, Ademir vendeu o carro a um dono de oficina em Vila Velha, mas a polícia só localizou o comprador 10 dias depois, e após depoimento entendeu que esse dono de oficina não tinha relação com o crime. A polícia divulgou o vídeo do momento em que Thayná foi raptada no dia 31/10/2017 e sete dias depois o Gol utilizado nos crimes apareceu em uma oficina de Guarapari com o motor batido. Uma operação maior em Viana aconteceu no dia 10/11/2017, quase dois meses depois do crime, e localizaram a ossada de uma criança do sexo feminino perto de uma lagoa. O padrasto da menina reconheceu o vestido que ela usava, mas o teste de DNA só confirmou que se tratava de Thayná no dia 4 de dezembro.

Ademir foi encontrado por policiais no dia 13/10/2017 no Rio Grande do Sul, foi levado para a delegacia e apresentou detalhes do dia do crime, citando que o corpo da menina estava em um lago em Viana. Isso apresentaria mais uma prova de que ele cometeu o crime, visto que o corpo foi encontrado no mesmo local que ele citou dias antes desse depoimento ser prestado.

Por fim, a reportagem traz uma lista de crimes cometidos por Ademir, que tinha passagens pela polícia por extorsão, sequestro, associação criminosa, estupro e homicídio. O primeiro registro de prisão foi no fim da década de 80 e em 2016 ele saiu da cadeia. A matéria não diz quanto tempo ele ficou preso. Essa informação leva a discussão novamente para o sistema judiciário brasileiro, que pune muito e pouco ao mesmo tempo.

Além da prisão em si, que para a sociedade significa justiça, vemos de forma empírica o quanto o encarceramento por si só não traz resolução ou mudança do

sujeito, pois assim que foi solto, voltou a cometer crimes. Um a cada quatro ex-presidiários voltam a cometer crimes e essa reincidência pode aparecer em percentuais maiores quando se consideram as prisões prévias à condenação[29]. Essa não é uma defesa de um endurecimento da chama segurança por parte do Estado como se costuma argumentar ao analisar dados de criminalidade (SAFFIOTI, 2015) ou de prisão perpétua ou pena de morte, muito pelo contrário, mas um chamado a reflexão sobre a necessidade de um trabalho educacional, uma ressocialização mais efetiva.

Percebemos nessa matéria uma saliência forte aos dados fornecidos pela polícia e pelo sistema judiciário, apontando detalhes do caso contra o réu, ao passo que existe um silêncio em relação à proteção de vítimas como Thayná, de especificidade de dados gerais sobre estupro e assassinato de mulheres (não é apontado como feminicídio, mas consideramos que se trata de um homicídio depois de estupro) e mais uma vez de serviço de denúncia à população. Existem falas de advogados e desembargadores, mas em nenhum momento aparece de alguém que seja envolvido e tenha uma compreensão mais abrangente sobre violência contra a mulher. Como a reportagem é mais longa, não apenas uma nota de característica factual, uma fala como essa poderia ter sido incluída.

O enquadramento da matéria define o problema a negação da justiça ao pedido de nulidade feito pela defesa do acusado, diagnostica a causa como as provas que foram recolhidas pela polícia apontando que há materialidade no caso, faz julgamento moral de forma sutil ao dizer que as duas meninas violentadas por Ademir estavam na rua sozinhas a pedido da família, e a sugestão de solução é um juri que prenda o réu pelos crimes cometidos.

3.2.1.9 - “Acusado de matar namorada com fio de celular no ES é condenado”

A matéria foi publicada no dia 29/05/2019, na editoria “Polícia”, com a retranca 31 anos e 7 meses e sem assinatura de repórter. No subtítulo, a informação de que Rubens Dias Júnior foi condenado a esse tempo de prisão em regime fechado por matar Andrielly Mendonça Pereira dos Santos no dia 4/03/2018.

[29]Disponível em https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2016/07/12/lupaaqui-a-reincidencia-atinge-mais-de-70-dos-presos-no-brasil/ Acesso em 09/12/2020

Após essas informações, aparece uma foto, a principal da matéria, com Rubens e Andrielly abraçados e sorrindo, uma foto de casal. A legenda traz a mesma informação do subtítulo da matéria, mais como uma forma de identificar as pessoas da imagem. Precisamos questionar mais uma vez a necessidade jornalística de trazer em destaque a foto da vítima em uma matéria policial de feminicídio ou de outros tipos de violência contra a mulher. Não tem tom de homenagem, mas sim de exposição.

A foto também traz uma ideia de um casal feliz, de amor, companheirismo, que não necessariamente condiz com a realidade, mas que em algum nível pode ajudar a reforçar a ideia de que agressões são comuns em relacionamentos felizes. Segundo Saffioti (2015), essa rotinização de agressões e entendimento que de que essa fúria é natural do homem e a submissão é natural da mulher são características marcantes da violência doméstica. Essa normalização precisa ser combatida.

O primeiro parágrafo do texto jornalístico traz mais uma vez pontos já apresentadas no título, subtítulo e legenda. O adendo é que a sentença incluiu motivo torpe e asfixia contra a mulher por motivo de gênero. Isso caracteriza feminicídio. O veículo traz agora informações fornecidas pelo advogado da família da vítima, Renato Cintra: o agravante do crime foi o assassinato acontecer na frente da filha de Andrielly, uma criança de apenas dois anos de idade, que ainda foi levada por Rubens após o crime, antes dele se entregar.

Como as agressões costumam acontecer no ambiente familiar, onde muitas vezes há crianças presentes, a violência poderá ser absorvida por elas, trazendo consequências como revolta contra o agressor, sensação de desproteção, vontade de proteger a vítima e sensação de fracasso ao não conseguir e até uma normalização desse ciclo que pode levar a uma repetição desses padrões, por homens e mulheres, ou fuga de relacionamentos. A lei Maria da Penha fala sobre a violência psicológica que a vítima sofre, mas é preciso pensar também nesse mesmo tipo de violência que as crianças sofrem ao verem pais ou responsáveis nessa situação, fora as violências físicas que são direcionadas especificamente às crianças. O território doméstico, que deveria ser de abrigo e proteção, é na verdade de perigo e violência, inclusive para essas crianças.

Antes da sessão do juri, familiares de Andrielly fizeram protesto pedindo justiça e paz. A tia da vítima concedeu entrevista ao veículo e contou que sentiu que a justiça foi feita, mesmo que a vida da sobrinha nunca possa ser restaurada. Disse ainda que o pai dela não foi porque acaba se tornando um momento de reviver a experiência traumática, o que ela considerou melhor visto que o Rubens contou mentiras e isso foi difícil de presenciar. Essa sensação de alívio que costuma ser relatada pelos familiares de vítimas de violência é também explorada pelos veículos de comunicação como uma espécie de desfecho da história, um ponto final com justiça feita. É a repetição do ideal hegemônico (MORAES, 2010) que aponta a prisão como resolução do problema, os casos como individuais, deixando de frisar o mais importante, as questões estruturais que possibilitam a violência e sua continuidade, independentemente da legislação punitivista.

O veículo dá ainda destaque ao choro do acusado durante o julgamento. Coloca a fala da entrevistada de que ele chorou muito, tanto durante o depoimento quanto ao ouvir a sentença. Já pontuamos anteriormente a criação de uma imagem de arrependimento do réu frente ao tribunal, estratégia para uma tentativa de amenizar a pena. Essa informação destacada pelo jornal em mais de um parágrafo é significativa, pois cria também para o leitor essa imagem de arrependimento, intensificando o sentimentalismo e a persona do agressor.

Importante lembrar que a perspectiva marxista da comunicação a entende como parte das relações sociais conduzidas pelo homem e não simplesmente totalizadora e manipuladoras, mas que na sociedade capitalista também transformada em mercadoria, sem se reduzir a isso (GROHMAN, 2018). Assim, esses destaques e enfoques que problematizamos, como o choro e o arrependimento nessa e em outras matérias, é resultado de um conjunto de questões, como o próprio entendimento de mundo e socialização desse jornalista que não tem como passar informações puramente objetivas como ainda se prega (MORETZSOHN, 2017) e a utilização de veículos de comunicação como dispositivo de manutenção da hegemonia (COUTINHO, 2008).

A matéria da Gazeta agora relembra o caso para os leitores que não se lembravam dos detalhes ou não acompanharam a notícia quando o crime aconteceu. Retratam o crime como bárbaro e ressaltam que aconteceu na semana

da mulher, quando Rubens assassinou Andrielly com um fio de celular no pescoço. Normalmente em datas consideradas comemorativas, no caso da pesquisa seria março por ter o Dia da Mulher e agosto pela promulgação da Lei Maria da Penha, os veículos de comunicação costumam dar enfoque a notícias que estejam relacionadas. Levantamos aqui o questionamento sobre o espaço concedido ao caso, se existiria caso o crime não tivesse acontecido na “semana da mulher”, quando a violência contra mulheres costuma ser vista de maneira mais “piedosa”, mesmo que durante todos os dias do ano ela aconteça.

O veículo traz ainda informação apurada com os vizinhos, que relataram que o casal brigava muito, e que na madrugada do crime ouviram pancadas, mas acharam que seria alguém caindo da laje. Não existiu aqui um aprofundamento em relação às “brigas” desse casal. Normalizamos a chamada “brigada de marido e mulher que ninguém mete a colher” e deixamos de enxergar as relações de força e dominação que tendem a deixar a mulher em situação de risco. Essas brigas também são enxergadas como casos individuais, desligados da história que existe de luta para dominação da mulher, luta que sempre teve resistência, mas essa parte da história não costuma ser contada.

Basta olhar para os números de violência doméstica e feminicídio, todos com alto índice de subnotificação, para entender que essas “brigas” constantes são na verdade as violências sistemáticas cometidas no corpo das mulheres. Uma guerra longa e contínua travada em várias fases do capitalismo contra corpos femininos e feminizados, guerra que, como defende Gago (2020), tem várias ramificações, inclusive a que traz uma noção de disputa de poder e não de um “surto” de violência, ou seja, as mulheres podem lutar contra os ataques e não mais silenciar diante deles. A autora defende ainda que essas lutas de mulheres que foram intensificadas nos últimos anos trouxeram a ideia de corpo-território:

> É impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem. Corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo *enquanto* território. (GAGO, 2020, p. 107)

A cena da fuga também foi descrita na matéria, construída a partir do depoimento dos vizinhos. Contaram que ao ouvir o barulho, gritaram pelo vizinho,

mas não tiveram resposta, e viram o homem fugir de carro, sem conseguir alcançá-lo. Só depois conseguiram ver pela janela o corpo de Andrielly no quarto da filha. O depoimento de outra vizinha relata novamente a briga do casal, dizendo que Rubens chegou a olhar pela para ver se havia testemunhas antes de fugir. A fala termina com o destaque de que eles brigavam muito, como se isso fosse uma justificativa para o crime acontecer, apontando novamente a normalização da violência. Em nenhum momento essa ideia foi refutada pelo veículo, na verdade, ela é reiterada, porém com a técnica de utilizar a fala das pessoas e não a voz direta.

Assim, vemos nessa matéria que a definição do problema foi a condenação de Rubens a 31 anos de prisão em regime fechado, o diagnóstico da causa foi o feminicídio cometido pelo homem com agravantes legais, o julgamento moral acontece ao falar repetidamente das brigas do casal numa espécie de divisão da culpa pelo crime, não há expressamente uma solução sugerida pelo veículo, mas pelo julgamento moral podemos inferir que se para o veículo o fim das brigas poderia ter evitado o crime, além de que o julgamento e a prisão costumam ser o desfecho ideal apontado pelo veículo. O enquadramento feito nessa matéria é de normalização e individualização do problema, ajudando ainda a atenuar a imagem do agressor ao insistir em falar de brigas de forma superficial e ainda ressaltar o choro do acusado. Há falta de profundidade, criticidade e até mesmo de informações de fato relevantes para o leitor em relação ao cenário de violência contra a mulher.

3.2.1.10 – “Veja 14 dúvidas e respostas sobre violência contra a mulher no ES”

A matéria foi publicada no dia 19 de junho de 2019, na editoria Grande Vitória, com a retranca Do xingamento à medida protetiva e assinada pelo repórter Pedro Permuy. No subtítulo da matéria já aparecem algumas perguntas que fazem parte das 14 que compõe o texto, como saber se é possível denunciar o marido da vizinha ou se a medida protetiva funciona de fato.

O repórter inicia o texto lembrando um caso de feminicídio, expondo que o marido não aceitava o pedido de separação, começou as agressões até que assassinou a mulher. Pontua que ela é uma de milhares que sofrem violência e que entram na estatística de homicídio de mulheres, ranking em que o Brasil está nas primeiras posições, especificando a situação do Espírito Santo, e para isso utiliza a

frase “Mas, se não bastasse, o Espírito Santo continua com índices altos de feminicídio”. O texto cita rankings e números, mas não especifica, deixando vaga a informação para o leitor, o que não se espera de uma matéria que se propõe a tirar dúvidas, ou seja, uma reportagem mais aprofundada.

Além disso, ao trazer a situação do Estado, utiliza a expressão “se não bastasse”, como se por alguma razão o Espírito Santo devesse ser diferenciado do Brasil, seguir outra tendência. Na verdade, como já exposto neste trabalho, há uma situação atípica em relação ao homicídio de mulheres no Estado, que liderou o ranking durante seis anos e no caso de mulheres negras teve índices ainda piores.

Para introduzir o assunto das dúvidas, o texto indica que muitas mulheres não denunciam e escondem até de pessoas próximas, e para ajudar a combater o problema, entrevistaram a delegada Michelli Meira Costa, gerente de proteção à mulher da Secretaria do Estado de Segurança Pública, que explica o processo de denúncia. O texto foi feito em formato de ping pong, com perguntas e respostas e para facilitar a compreensão, colocaremos aqui todas as perguntas e faremos as análises das respostas individualmente,

“1 – Por que a mulher não leva a investigação à frente?”

A delegada responde que muitas mulheres têm laços emocionais ou dependência econômica do agressor, o que dificulta seguir com o processo. O ciclo da violência doméstica é caracterizado por esses pontos, materiais e emocionais, de forma sistematizada pelo patriarcado e pelo sistema capitalista, que tem na violência a sua base (FEDERICI, 2017). Saffioti (2015) caracteriza o relacionamento onde acontece violência como uma prisão e Gago (2020) corrobora essa afirmação, apontando que Michel Foucault deixou de lado o lar quando citou os tipos de prisão.

“2 – O que aconteceria no mundo ideal?”

A resposta é que o se o relacionamento está tão abusivo que a mulher precise fazer um BO, no mundo ideal ela daria segmento ao processo. Nesse caso, a pergunta que cita um mundo ideal logo após perguntar sobre as investigações que não se concretizam induzem a uma resposta como essa, mas de todo modo, quem atua estudando ou trabalhando na área da violência contra a mulher deveria prontamente responder que no mundo ideal não existe opressão de gênero que leva

aos diversos tipos de violência. Essa seria uma resposta ainda não considerada “radical”. Para o feminismo marxista, as questões de gênero fazem parte de um nó juntamente a raça e classe, de forma intrínseca (SAFFIOTI, 2015). A sociedade que desejamos construir é da abundância e igualdade para todos, para os 99% da população que sofrem com as divisões impostas pelo sistema e que serão superadas lutando em conjunto com todos os grupos anticapitalistas que desejam superar essa etapa da história e chegar à “visão de universalismo: sempre em formação, sempre aberta à transformação e à contestação e sempre consolidando novamente por meio da solidariedade” (ARRUZA 2019, p. 123).

“3 – E o que elas justificam?”

A profissional relata que nos plantões as mulheres que vão fazer a denúncia querem apenas dar um “susto” no agressor, e não terminar o relacionamento, mesmo que o companheiro tenha comportamento violento. Saffioti (2015) aponta quatro motivos para esse sentimento ambíguo da mulher: a relação afetiva; a falta de independência das mulheres e o fato de não fazerem parte do grupo dominante; o homem ser o único provedor da casa; as pressões feitas por familiares, amigos e a Igreja. Além disso, lembra que existem muitas ameaças feitas contra a mulher, filhos e familiares caso ela denuncie as agressões. Acrescentamos ainda a história das mulheres que foi marcada por muita violência, não apenas dentro de casa, mas de forma incisiva também pelo Estado, tirando delas autonomia, poder, dinheiro, dignidade e esperança (FEDERICI, 2017). Essa história não costuma ser contada inclusive porque as mulheres lutaram de volta, mas o pensamento que o grupo dominante tornou hegemônico é o de que os homens sempre foram superiores às mulheres, que não existe outra realidade e que elas aceitam porque é de sua natureza, assim como é da natureza do homem agredir (SAFFIOTI, 2015).

“4 – Querer mudar o comportamento representa risco?”

Mais uma vez a formulação da pergunta feita pelo jornalista induz a uma resposta, é a maneira do veículo fazer o enquadramento que deseja, salientando o que considera efetivo. Michelli responde que querer mudar o comportamento do agressor é justamente o grande risco para a mulher, pois as agressões começam geralmente verbais e vão evoluindo até chegar ao feminicídio. E neste ponto precisamos fazer uma grande ressalva, porque da maneira que foi pontuado o

entendimento é de que não adianta tentar mudar o comportamento violento do agressor. Saffioti (2015) defende que mulheres, pelo papel que as foi designado de criação dos filhos, acreditam que conseguem moldar personalidades e mudar o comportamento dos parceiros, porém só é possível fazer essa transformação quando a pessoa deseja mudar.

Porém, a autora também explica que normalmente o novo e o velho ficam juntos durante um tempo, até que o novo permaneça e o velho tome diferentes formas. Isso também aconteceria nas famílias:

> As relações violentas devem ser trabalhadas no sentido de se tornarem igualitárias, democráticas, na presença, portanto, ainda que contidas, autorreprimidas, das antigas. As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por essa razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima. Sofrendo esta algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece o que sempre foi, mantendo seu *habitus,* a relação pode, inclusive, tornar-se mais violenta. (SAFFIOTI, 2015, p. 71)

Nem os veículos ou outras pesquisas e órgãos costumam abordar o lado do agressor no sentido de possibilidade de mudança, o que evitaria tanto que houvesse evolução da violência no relacionamento atual quanto uma mudança em seu comportamento violento no fim de um relacionamento para que não continue esse ciclo com outras mulheres. Existem alguns programas que trabalham com esses homens agressores para conseguir reduzir a violência doméstica. A Lei Maria da Penha prevê que existam profissionais capacitados para dar suporte não só às mulheres, mas aos homens que cometem a violência. Muitos desses grupos apresentam resultados positivos, como no Paraná, que em 24 grupos atuou com 598 homens e apenas quatro deles voltaram a cometer violência[30]. Alternativas a nível intermediário, pois sabemos que apenas uma mudança estrutural e completa trariam de fato a solução para esse problema, mas que deveriam ser mais citadas, discutidas e efetivadas.

“5 – Atualmente, como a mulher agredida no Espírito Santo começa o processo de denúncia?”

A mulher faz o BO na delegacia especializada e já pode solicitar a medida protetiva, sendo que a Patrulha Maria da Penha, da Polícia Militar, vai até a

[30]Disponível em http://mppr.mp.br/2020/01/22233,10/Grupo-de-recuperacao-de-homens-agressores-reduz-violencia-domestica.html Acesso em 30/12/2020

residência para checar se a medida é cumprida. A polícia faz a investigação e pode participar de programas da prefeitura, caso a cidade tenha. Diz ainda que basta a mulher querer para que seja incluída em todos esses programas. Dizer que basta a mulher querer é trazer para ela uma responsabilização que desconsidera todos os pontos que ressaltamos ao falar da ambiguidade em relação à denúncia, como dependência afetiva e econômica (SAFFIOTI, 2015). Além disso, por ser parte da instituição, a delegada passa a ideia de que todos os equipamentos públicos funcionam de forma plena, sendo que a realidade é muito diferente, principalmente em cidades do interior que contam com muito menos infraestrutura.

"6 – É fácil assim conseguir a medida protetiva?"

Com essa pergunta o repórter questiona justamente essa aparência de pleno funcionamento da segurança pública em relação à violência contra a mulher. A delegada explica que o juiz tem até 48h para expedir a medida, mas que no Espírito Santo isso costuma acontecer em cerca de 24h. E que a Patrulha da Penha vistoria para ver se realmente o homem está cumprindo o que foi determinado. Não foi dito que a depender do nível da violência, 24h ou 48h é bastante tempo para que algo ainda mais grave aconteça com a mulher, até mesmo a morte, e que essa vistoria feita pela polícia não é eficaz como parece. Além disso, é como se a polícia tivesse uma postura crítica e consciente em relação à violência contra a mulher, quando muitas vezes não há, e a própria instituição que deveria proteger acaba julgando e abandonando a vítima à própria sorte.

"7 – E quando a medida não é cumprida?"

A delegada responde que a PM encaminha o agressor para a delegacia caso ele não esteja cumprindo a medida, e que se não for localizado ele passa a ser procurado. Novamente, uma imagem de trabalho eficaz e em conjunto, mas podemos questionar, quantos policiais militares visitam favelas e periferias para fazer essa verificação e proteger a mulher? No caso de mulheres brancas, de classe média ou alta, em bairros mais nobres, a nossa hipótese é de que o trabalho seja feito de forma bastante diferente. Hipótese esta que é baseada nos dados de violência policial, que tem raça e tem classe. Merlino (2018) aponta que houve a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil, a maior parte deles por um agente do Estado. Enquanto o número de homicídios de negros entre 2006 e

2016 cresceu 23,1%, o de não negros diminuiu 6,8%. Entre 2014 e 2016, a jornalista cita que por um estudo feito com ex-policiais, 67% dos mortos por policiais eram negros. É possível dizer que raça e classe são fatores que influenciam de maneira muito intensa a postura dos agentes de segurança.

"8 – Uma vizinha pode denunciar um caso de agressão?"

A profissional responde que se outra pessoa fizer a denúncia e a polícia identificar a lesão, a investigação segue, mas que é muito raro esse tipo de denúncia acontecer. A pergunta pareceu um estímulo para que pessoas próximas também fiquem atentas e ajudem a denunciar, mas a resposta veio como uma falta de estímulo a isso, sem ao menos explicar de forma mais clara como funcionaria esse procedimento. Porém, qualquer pessoa pode fazer essa denúncia[31], basta ter presenciado de alguma forma a violência[32] e isso deveria ser mais incentivado, visto que a mulher muitas vezes sente vergonha e medo, ou nem tem condições de fazer uma denúncia por estar sempre na presença do agressor e até mesmo não conhece os seus direitos.

"9 – O que é mais comum de acontecer?"

Ela responde que a vítima é quem costuma denunciar, e que a central 180, que funciona em todo o país, também tem demanda alta. Quando essas denúncias anônimas são feitas, a polícia vai até o local para investigar. Matéria do portal Terra[33] que entrevistou várias profissionais e ativistas, até uma conselheira que ajudou na elaboração da Lei Maria da Penha, aponta que o disque 180 serve mais como orientação para a mulher, e que essa denúncia não abre uma investigação, repassa a denúncia para os órgãos responsáveis. Essa reportagem traz um contraponto à eficácia da legislação e das instituições, que não aparece na matéria da Gazeta.

Retomamos aqui o pensamento do feminismo marxista que critica entregarmos a questão da violência contra a mulher apenas ao judiciário, apesar

---

[31]Disponível em https://jus.com.br/artigos/75166/lei-maria-da-penha-para-quem-quando-e-como Acesso em 31/12/20

[32]Disponível em https://www.policiacivil.pr.gov.br/servicos/Servicos/Cidadania/Denunciar-violencia-fisica-ou-sexual-contra-a-mulher-0GNA6J38 Acesso em 31/12/2020

[33]Disponível em https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/no-escuro-o-que-acontece-ao-denunciar-violencia-domestica,666eb3b1a608067226d6c92f12cef174my2fgokd.html Acesso em 31/12/2020

desta luta ser por um rompimento completo com o sistema classista, enquanto ainda estivermos nesta sociedade precisamos de mecanismos mais eficientes de defesa:

> Então, as leis que criminalizam a violência de gênero também são uma farsa cruel se fazem vista grossa ao sexismo e ao racismo estruturais dos sistemas de justiça criminal, deixando intactos a brutalidade policial, o encarceramento em massa, as ameaças de deportação, as intervenções militares, o assédio e o abuso nos locais de trabalho. Por fim, a emancipação leal permanece uma casca oca se não inclui serviços públicos, programas sociais de habitação e recursos financeiros para garantir que as mulheres abandonem a violência doméstica e no local de trabalho. (ARRUZA, 2019, p. 42)

"10 – Dessa forma, não há vácuo no processo que coloque a mulher em risco?"

A pergunta dá ao mesmo tempo uma brecha para que a delegada reafirme o poder das instituições e uma possibilidade de apresentar um contraponto. Ela afirma que se houver risco de morte a mulher pode ir para um abrigo e que no Espírito Santo há uma casa com capacidade para 30 mulheres, que muda de local constantemente para manter a segurança das vítimas. As mulheres podem levar seus dependentes de até 14 anos com ela e ficar até no máximo 180 dias. A informação fornecida mostra um programa que aparenta mais eficácia, pois tem profissionais como psicólogos e professores que podem auxiliar a mulher neste momento de ruptura.

"11 – Quantas casas dessas existem no Espírito Santo?"

Responde que apenas uma, mas a delegada diz também que no momento apenas duas mulheres estavam na casa. Pela brevidade da informação, não é possível saber se há falta de incentivo da polícia e de profissionais adequados que forneçam suporte para que essa mulher aceite ir para o abrigo ou se os fatores já apresentados que deixam a mulher em dúvida sobre qual caminho tomar diante deste quadro, sejam emocionais ou econômicos. Não foi informado também se existe neste programa um direcionamento para essa mulher depois do prazo de permanência, para que ela possa reestruturar sua vida com segurança.

"12 – Há um perfil do agressor que a gente consegue traçar?"

Ela responde que as denúncias vêm mais das classes baixas, mas que não existe um perfil a traçar do agressor. Federici (2017) nos mostra através da história da caça às bruxas que a domesticação das mulheres e a supremacia dos homens

foi um processo insistente que durou anos e permeou todas as classes sociais e raças, com a diferença de que mulheres brancas e de classes superiores conseguiam alguns "privilégios" ao aceitar essa dominação através do casamento e da obediência, mas não havia uma diferenciação em relação aos homens. Por exemplo, havia um incentivo ao homem empobrecido para culpar as bruxas por seus sofrimentos, fazendo com que um gênero se voltasse contra o outro: "Os anos de propaganda e terror certamente plantaram entre os homens as sementes de uma profunda alienação psicológica com relação às mulheres, o que quebrou a solidariedade de classe e minou seu próprio poder coletivo" (FEDERICI, 2017, p. 340).

"13 – Na classe alta não há agressão?"

A pergunta é importante visto que a resposta anterior dá a entender que a violência pertence aos pobres, fortalecendo um pensamento hegemônico classista e preconceituoso. Mas com esse questionamento ela aponta que apesar de não terem denúncias, a violência deve acontecer da mesma maneira que nas classes baixas. Saffioti (2015) aponta que a relação entre pobreza e violência não é explicada de forma correta. Ela acredita que a pobreza e a miséria possam desencadear situações de violência por causarem um grande estresse, ou seja, não existe uma cultura de violência entre os pobres, mas uma ocorrência dela devido à situação econômica e suas diversas privações. Porém, destaca que existem violências que são próprias do homem rico, que usa do patrimônio para subjugar a mulher e fazer valer sua vontade. Muitas aceitam as diversas formas de violência pelo medo do empobrecimento. Levantamos ainda o questionamento de quanto o homem rico e poderoso é penalizado pelo sistema e as suas armas para conseguir perseguir e destruir a vida de uma mulher que faça denúncia contra ele.

"14 – E por que faltam denúncias?"

Meira defende que está ligado ao emocional, a não acreditar que isso seguirá acontecendo e também à dependência financeira. Diz que é preciso fazer com que as mulheres denunciem. E pela primeira vez, na última frase, aponta a necessidade de acabar com a cultura da violência. A história das mulheres que já apresentamos neste trabalho nos deixa evidente que essa é uma construção complexa e que a classe dominante segue moldando para manter sua hegemonia, por isso, dizer que

a cultura da violência tem que acabar depois dessa estrevista é extremamente simplista e descontextualizado.

Assim, fazendo um balanço do conteúdo da matéria disposto nas perguntas e respostas feitas pelo repórter e respondidas pela delegada,compreende-se que a definição do problema é a falta de denúncias ou de seguimento nos inquéritos iniciados; o diagnóstico de causa é a dependência emocional e econômica que a mulher tem do parceiro, apesar da informação não ser muito ressaltada; o julgamento moral se dá ao responsabilizar a mulher dizendo que basta ela querer para que todas as medidas protetivas e estruturas existentes no poder público sejam disponibilizadas; e a solução sugerida é de que as mulheres denunciem e sigam com o inquérito, esse seria, segundo a matéria, o "mundo ideal". O objetivo foi fazer uma reportagem aprofundada, com informações importantes passadas por uma profissional da área, mas não conseguiu chegar nesse nível e seguiu superficial, com informações básicas deixadas de lado – como os números de violência no início da matéria e uma clareza maior quanto à denúncia de terceiros e dos programas de acolhimento aos agressores, entre outros já citados na análise. O enquadramento jornalístico foi feito para mostrar o que o Estado oferece a essa mulher, com informações que exaltaram o serviço da polícia e não tiveram criticidade.

3.2.1.11 – "Medida protetiva: a cada hora, uma mulher pede socorro no ES"

A matéria foi publicada no dia 18 de julho de 2019 e teve uma edição no dia 7 de janeiro de 2020, na editoria de Polícia, assinada pelas repórteres Isabella Arruda e Iara Diniz, com retranca "violência contra a mulher". O lide já traz informações em número, apontando que entre janeiro e maio de 2019 foram 3.659 pedidos de proteção no Espírito Santo, sendo que 2.373 foram na Grande Vitória.

O texto inicia informando que a pelo menos a cada uma hora, uma mulher no Espírito Santo busca a polícia pedindo proteção devido a agressões e ameaças de parceiros e não parceiros. A Lei Maria Penha trouxe esse dispositivo, além de outros que tem como objetivo trazer mais rigor às punições de violência contra a mulher, que podem ser físicas, psicológicas ou ameaças. Nesse momento já aparece a menção a um advogado, Ezio Cardozo Miguel, que explica ainda que a Lei Maria da Penha tem como principal foco proteger as mulheres, não punir os agressores.

A matéria já introduz um subtítulo ressaltando que o número de medidas protetivas pode ser maior, uma vez que a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Pessoal contabiliza apenas os pedidos feitos nas delegacias especializadas, embora a solicitação possa ser feita em qualquer delegacia. A reportagem já apresenta aqui uma falha no sistema do Estado, que apesar de todas as regras e processos que faz questão de apresentar, não tem dados totalizados, informações importantes para compreensão e análise do quadro. Em seguida os dados trazidos são do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, que teve registro de 8.592 pedidos em 2017 e 10.828 em 2018, um aumento considerável.

Existem questionamentos e sugestões de que depois de dar mais visibilidade ao assunto da violência contra a mulher, de colocar o assunto na mídia e das mulheres se mobilizarem em luta contra essa opressão, os casos aumentaram. Gago (2020) exemplifica essa tentativa de ligar o aumento dos crimes às mobilizações de mulheres com o movimento #EleNão aqui do Brasil em 2018. Culpabilizaram o movimento pelo crescimento na pesquisa e posterior vitória de Jair Bolsonaro:

> Trata-se de tentativas de desprestigiar a efervescência multitudinária como falsa, enganosa e, sobretudo, arriscada – como o "contágio" de um vírus. É como se a mobilização massiva levasse as mulheres a confir em uma experiência de força coletiva que não faria mais que se revelar perigosa e *ilusória* – e, pior, contraproducente. Ou seja, a estratégia é dupla: culpabilização e impotencialização. (GAGO, 2020, p. 82).

A reportagem explica o que são as medidas protetivas ao leitor, indicando que são ações que obrigam judicialmente o agressor a deixar o lar onde convive com a agredida ou a ficar longe dela em qualquer situação. Com a mudança na Lei Maria da Penha, caso exista risco iminente e não tenha disponibilidade de juiz na cidade, a própria polícia pode conceder a proteção, mas em demais casos, o judiciário recebe o pedido e tem até 48h para expedir.

O advogado aparece novamente no texto quando é levantado o questionamento sobre essas medidas protetivas serem a solução do problema. Ele defende que elas são o principal mecanismo para defender as mulheres, mas que sozinhas não resolvem o problema, dependendo de uma mudança cultural na sociedade e "principalmente no comportamento masculino". É bastante comum que processos históricos complexos sejam colocados como culturais em um sentido de

que é um costume, algo que está no imaginário. Marx (2016) explica que a concepção histórica que propõe entende que cada estágio da sociedade civil pode produzir materialmente a vida a partir do que recebeu da sociedade anterior, sendo ela tanto Estado quanto as formas de consciência e teoria que foram criadas a partir dela, como religião e moral, e isso permite compreender uma totalidade do quadro. Dessa forma, é possível fazer as análises sempre de acordo com a história real, deixando de seguir uma concepção idealista da história:

> Todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na "autoconsciência" ou sua transformação em "fantasma", "espectro", "visões", etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [*realen*] de onde provêm essa enganação idealista; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria. Essa concepção mostra que a história não termina por dissolver-se, como "espírito do espírito", na "autoconsciência", mas que em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros (MARX, 2007, p. 43).

Ainda em relação à efetividade da medida protetiva, a delegada Chefe da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, Cláudia Dematté, ressalta que o objetivo é que as vítimas tenham uma resposta rápida do Estado. A reportagem buscou um contraponto dessa visão institucional com a coordenadora do Laboratório de Pesquisas da Universidade Federal do Espírito Santo sobre Violência contra Mulher, Brunela Vincenzi, que afirmou que essa proteção à mulher nem sempre é efetiva. Ela concorda que a expedição da medida é rápida, mas que o agressor muitas vezes consegue se aproximar da mulher. A vigilância deve ser feita pela Patrulha da Penha, mas ela não tem a rapidez necessária.

A Sesp foi procurada para falar sobre a falta de rapidez da patrulha, e respondeu dizendo que o objetivo é fazer visitas marcadas para verificar se as mulheres ainda estão inseguras e se o agressor está cumprindo o determinado. Que para flagrantes é preciso acionar o 190. Brunela reforça que mais comum que a agressão física é a psicológica ou moral, constantemente humilhando e diminuindo a mulher, e que no caso da agressão física o ciclo pode começar como pequenas ações e evoluir. Informação do CNJ também é colocada neste momento, ressaltando a importância de avisar imediatamente aos órgãos competentes caso a medida protetiva seja descumprida, ação que pode ser feita também por amigos, vizinhos, parentes ou quem presenciar a situação.

Falamos anteriormente da ambiguidade da mulher em fazer a denúncia, e é preciso ressaltar também o medo, pois se o agressor não respeita as medidas judiciais, possivelmente a mulher não sentirá segurança em pedir novamente proteção. Em muitos casos, não haverá tempo para isso, e mesmo quando há, existem os problemas crônicos do próprio sistema, que envolvem não apenas a questão de tempo, mas de machismo, racismo e classismo. Assim, a reportagem volta a falar sobre a insuficiência de ter apenas a medida de proteção. Claudia Garcia, coordenadora Estadual do Núcleo de enfrentamento às violências de gênero em defesa do direito das mulheres (Nevid), reafirma que a medida é considerada pelos especialistas o ponto chave da Lei Maria da Penha, mas que são necessárias outras ferramentas, como Patrulha da Penha, a casa de abrigo para mulheres e uso de tornozeleira eletrônica nos agressores.

Como promotora, apesar de apresentar a necessidade de intensificação das ferramentas, não aponta de forma clara as falhas, pois existe a necessidade de defesa da instituição. A reportagem traz um contraponto às falas institucionais com um exemplo de caso real, o que demonstra uma maneira um pouco mais crítica de apresentar os fatos. Lembrando que nem os fatos são totalmente objetivos pois dependem da dimensão histórica onde estão inseridos, e que não se trata desse duo subjetividade/objetividade, “mas da dimensão ontológica dos *fatos sociais* antes mesmo de serem apresentados sob a forma de notícias ou reportagens” (GENRO FILHO, 2012, p. 45).

O exemplo trazido pela reportagem é o de Maria Madalena, que pediu duas vezes medida protetiva contra o ex-marido, sendo que a primeira foi revogada após um ano e meio e a segunda foi no ano em que foi assassina por ele, sendo que a justiça ainda estava apurando os fatos, mas não em tempo suficiente para evitar a sua morte. É trazida a informação de que a mulher de 38 anos era auxiliar de serviços gerais e morava em Jardim Carapina, na Serra, que já foi considerado um dos bairros mais perigosos não só da cidade, mas de todo o Estado. Uma mulher periférica recorre à polícia duas vezes tentando proteção e encontra apenas a morte. Já existe a ideologia dominante da sociedade capitalista e patriarcal que oprime mulheres, mas como seguimos ressaltando ao longo do trabalho, não é possível analisar as questões de gênero sem alinharmos com classe e raça.

Além dos profissionais, as repórteres entrevistaram também vítimas de violência, que não se identificaram, que contaram sobre o medo de pedir ajuda. A primeira a contar sua história é uma idosa, que começou a sofrer violência quando estava ainda de resguardo da primeira filha, e viveu um relacionamento abusivo e violento durante 13 anos. Ela explicou que o ex-marido ameaçava levar os filhos dela, por isso não conseguia sair da situação, mas quando ele matou um homem e foi preso ela conseguiu sair do casamento e quando teve notícias, seu ex já estava morto.

É muito comum que as mulheres continuem em situações abusivas e de violência para proteger os filhos, prática antiga que foi utilizada a favor dos opressores ao longo da história das mulheres. Lerner (2019) relata indícios de que o processo de escravizar pessoas começou após ver os resultados ao capturar mulheres em guerras e do próprio comércio delas, pois a sua vulnerabilidade física, assim como de crianças, poderia mostrar menos ameaça aos captores do que os homens. Isso fez com que elas tivessem muito medo e o poder dos dominantes tornava-se ainda maior:

> Se uma mulher fosse capturada com os filhos, se sujeitaria a quaisquer condições impostas pelos captores para garantir a sobrevivência deles. Se não tivesse filhos, o estupro ou uso sexual logo a faria engravidar, e a experiência mostraria aos captores que as mulheres suportariam e de adaptariam à escravidão na esperança de salvar os filhos e em algum momento melhorar a sua sina. (LERNER, 2019, p. 114)

A situação de outra vítima já era em um namoro e durante sete meses viveu violência física e verbal, de forma que não conseguia pedir ajuda. Conseguiu terminar o relacionamento em um dia que passou mal, seu pai e seu avô estavam em casa, e ela aproveitou a presença para dizer ao ex que não queria mais o relacionamento. Ainda assim, só dois anos depois conseguiu contar à família o real motivo do término, e ainda assim não fez um relato completo. Uma das consequências emocionais que ficou foi a falta de confiança no parceiro atual.

A dominância masculina que foi praticada ao longo de milênios nos trouxe até o momento histórico atual, quando ainda nos encontramos em um sistema econômico que se baseia na violência e na exploração e temos a herança de uma ideologia dominante de que a mulher é o sexo frágil e precisa do homem para protegê-la, que todo comportamento dentro de um relacionamento é normal porque

é da natureza que isso aconteça e a mulher deve aceitar para não ser vista como desonrada. Saffioti (2013) defende que a mística feminina que foi criada é uma das maneiras de seguir com o controle social e que essas características atribuídas ao feminino e ao masculino gravou essa ideia na psique, e há também uma promoção de ódio às mulheres e desvalorização de suas práticas no processo de caça às bruxas, apontada por Federici (2017) como a “psicose de massa” desenvolvida na época.

Há também a entrevista com uma mulher que pediu ajuda e tentou a medida protetiva com a polícia após anos de agressão em seu casamento. Até a medida sair, demorou um mês, e ela foi agredida novamente, o que aponta aqui as falhas institucionais já mencionadas e que a reportagem mostra através de casos concretos. Após a medida, a mulher não foi mais agredida, mas seguiu durante meses recebendo ameaças, uma das principais armas utilizadas na opressão das mulheres.

A reportagem explica como pedir a medida protetiva, passo a passo, utilizando informações coletadas com a Defensoria Pública Estadual. A mulher pode fazer o boletim de ocorrência e pedir a medida em caso de risco, pedido que é encaminhado para o juiz, e tem até 48h para ser expedido. O STJ decidiu também que não apenas a mulher, mas qualquer pessoa pode fazer a denúncia e pedir a medida. Por último, o texto traz a lista com todas as Delegacias Especializadas em Crimes contra a Mulher no Espírito Santo.

Segundo os quatro pontos propostos por Entman (ano) em seu procedimento metodológico, a reportagem diagnostica como problema o aumento no número de pedidos medida protetiva estipulada pela Lei Maria da Penha, ressaltando que este número deve ser ainda maior; define a causa a violência contra a mulher que é generalizada no Estado; não apresenta julgamento moral; e sugere como sugestão um mecanismo mais eficiente e com mais ferramentas para proteger a mulher. O enquadramento, assim, é feito em relação às falhas existentes tanto na emissão dessas medidas quanto na vigilância no cumprimento delas, mostrando ainda a dificuldade que as mulheres sofrem para fazer a denúncia e pedir a medida. Houve profundidade na matéria ao trazer pluralidade de fontes, dados e uma construção textual que apresentou ponto e contraponto sempre através das entrevistas.

Não há na reportagem um julgamento moral feito ou responsabilização e culpabilização da mulher, mas também não aparece nenhum indício de rompimento com o sistema ou explicação em relação ao machismo e patriarcado. Ao trazer especialistas que estudam a violência de gênero essa explicação poderia aparecer, mostrando que não bastaria para proteger a mulher uma maior eficácia da vigilância ou aumento dela, mas uma mudança muito mais profunda e estrutural. O empoderamento individual e a valorização da vigilância como solução para os problemas faz parte de um pensamento neoliberal, que é inclusive base para uma corrente do feminismo.

Dito isso, entendemos que se trata aqui de um jornal, uma empresa, e de trabalhadores que além de precisarem seguir normas também foram socializados dentro deste pensamento. O jornalismo tem também os seus limites, mas é extremamente importante aparecerem informações e contraposições como foi feito nessa matéria, que não traz um rompimento total como se acredita no feminismo marxista, porém faz um texto mais crítico, plural e que não simplesmente aceita falas institucionais sem buscar outros olhares.

3.2.1.12 - “Crianças vítimas de abuso sexual dão sinais. Saiba como identificá-los”

A matéria foi publicada no dia 22 de agosto de 2019, na editoria de Polícia, com retranca “Mudanças sexuais, na escola e no comportamento devem ser analisadas em conjunto e podem indicar violência, segundo especialistas” e esta mesma frase é utilizada na linha fina. Não há indicação no site do repórter, mas na coleta de dados é indicada a autoria de Iara Diniz.

Logo nos dois primeiros parágrafos é reiterado o que já foi dito na retranca e no título do texto. Aparece então a entrevistada para a reportagem, a doutora em Psicologia Forense Arieli Scarpati, que explica que há reação individual de cada criança que sofreu um abuso, mas que existem reações comuns que podem chamar atenção, e em caso de constatação, deve ser acionada a polícia. Na fala trazida entre aspas, ressalta que um ato isolado não significa que a criança sofreu abuso, por isso é importante analisar o conjunto da situação.

A reportagem traz em tópicos sinais físicos, comportamentais, sexuais e na escola, que juntos podem ligar o sinal de alerta, como dores nas partes íntimas,

hematomas, roupas rasgadas, tristeza excessiva, aversão a contato físico, mudanças alimentares, masturbação frequente, dificuldade na aprendizagem, entre outros. Como já foi citado no trabalho, o Anuário do Fórum de Segurança Pública de 2019[34] aponta que a violência sexual cometida contra crianças representa 63,8% do número total no Brasil, segundo os números oficiais recebidos pelo Estado – importante ressaltar que tratamos dos números oficiais porque este relatório também estima que apenas 7,5% dos casos de estupro sejam denunciados no Brasil. Com esse número tão alto de violência sexual, urge a mudança estrutural desse sistema violento, porém, dentro dos limites existentes neste sistema, é essencial que os adultos que convivam com crianças estejam atentos a esses sinais.

O subtítulo “Pais devem alertar filhos desde cedo” traz uma entrevista com a psicóloga Cláudia Nery, que ressalta a importância do diálogo e de não transformar esse assunto em um tabu dentro da família, pois a criança deve entender o que não deve ser feito e assim relatar aos pais qualquer tipo de violência.

O primeiro ponto questionado é sobre quando os pais e responsáveis devem iniciar o diálogo com os filhos, e a especialista responde que a partir de 1 ano e meio a 2 eles já devem dizer que só eles podem dar banho, que não podem encostar no corpo da criança sem autorização e já ensinar a lavar as partes íntimas dando autonomia. Quando a criança começa a ter mais contato social, esses pontos devem ser reforçados, ensinando ainda que não podem aceitar doces e presentes de estranhos. No caso de momentos de festa, a atenção deve ser redobrada e deve-se dar protagonismo à criança, caso ela não queira abraçar ou beijar alguém, não forçar.

Apesar da resposta não trazer essa indicação, também já trouxemos no trabalho as questões de dominação e subordinação, que segundo Saffioti (2015) é uma dupla que não tem como ser separada. Crianças e mulheres historicamente apresentam mais vulnerabilidade física (Lerner, 2019), o que facilitou em algum nível a violência e exploração. Houve a socialização das pessoas mostrando que existem características femininas e masculinas, e pelo nosso processo histórico as mulheres eram colocadas como subordinadas aos homens em todos os níveis, inclusive o sexual, o que acontecia também no âmbito doméstico, quando a esposa devia

[34]Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf Acesso em 01/12/2020

obrigações sexuais ao marido, o corpo da mulher foi colocado como objeto à disposição dos homens (Federici, 2017). Assim como a dominação das mulheres foi praticada tanto no âmbito doméstico quanto público pelo próprio Estado e as mulheres se viram em geral submissas aos homens, a criança também pode passar por esse processo e perder o protagonismo de seu corpo, que também se torna um território de livre acesso.

Voltando às perguntas feitas à psicóloga, é questionada a importância do diálogo, e a resposta da especialista é de que isso é primordial para que a criança entenda que a violência sexual não pode acontecer. Quanto à ocorrência dessa violência, Claudia aponta que acontece majoritariamente em casa com pessoas próximas, inclusive tios e pais. A repórter questiona então o que fazer, já que os abusadores estão tão próximos, e é respondida que é preciso criar uma relação de muita confiança entre o cuidador e essa criança, além de haver a importância dos profissionais nas escolas, que podem também perceber os sinais e acionar o Conselho Tutelar. Neste momento, lembramos dos apelos de parte da sociedade para que não haja mais a obrigatoriedade da criança estar na escola, podendo ser educada em casa, e do perigo desse afastamento da escola deixar crianças e adolescentes ainda mais isolados em um ambiente violento e sem opções de fazer uma denúncia.

A reportagem fala novamente desses sinais que devem ser observados, como as dores em partes íntimas e uma quietude excessiva da criança. Já em adolescentes, o isolamento, agressividade e até uso de blusas de frio em pleno calor para esconder as marcas da violência. A última pergunta da repórter é como prevenir, e a psicóloga responde que o principal é ensinar a criança os limites, não forçar a ter contatos que não queira e ensinar sobre o seu corpo desde pequeno.

A reportagem assim define o problema como os sinais que as crianças dão quando sofrem abuso, diagnostica a causa como a violência sexual que adultos cometem com crianças e adolescentes, não há julgamento moral e a sugestão de solução é que os pais ou responsáveis consigam entender o conjunto de sinais que podem ser dados nessas situações. O enquadramento então é bastante funcionalista, listando os sinais e indicando como os adultos podem interpretá-los, como se de fato a solução para o problema fosse compreender que a criança sofreu

abuso, a indicação de como evitar aparece em espaço muito menor e ainda coloca a responsabilidade na criança que deve conseguir dizer não ao adulto violento. Nesta reportagem não aparecem dados ou contrapontos, as instruções ficam na fala de uma psicóloga, que não aponta a raiz do problema.

3.2.2 **– Resultado das análises das matérias de 2019**

Analisamos 12 matérias publicadas entre março e agosto de 2019, sendo que 10, a grande maioria delas, na editoria de Polícia do veículo. Só por esse aspecto é possível perceber qual a linha que era seguida para tratar de violência contra a mulher, uma inclinação mais hard news, com informações apuradas nos boletins de ocorrência da polícia ou em cobertura de julgamentos e mesmo nos casos de matérias de cunho mais geral, não apenas de casos específicos, o tratamento era mais institucional. A maior parte dos entrevistados foram delegadas, promotoras, advogados de defesa e nos casos das matérias gerais apareceram psicólogas e uma pesquisadora da Ufes. Isso além de familiares das vítimas e algumas mulheres que passaram por violência, sendo que no caso dos agressores, suas falas foram representadas por advogados ou familiares.

Se observássemos a prática do jornalismo entendendo que existe objetividade e imparcialidade, que as informações trazidas através de fatos apontem uma realidade mais fidedigna e que ao trazer no texto entrevistas com os dois lados da história, as matérias analisadas se encaixariam nestes quesitos para serem lidas como neutras, o resultado do “bom jornalismo”. Mas a linha adotada nesta pesquisa segue o proposto por Moretzsohn (2007), que a objetividade dita desta maneira é simplista e positivista, pois as próprias escolhas de fontes feitas pelos repórter já quebrariam essa aura objetiva. Foi justamente isso que analisamos ao tratar do enquadramento, com as saliências e os silêncios que são dispostos, como por exemplo a própria destaque às falas institucionais governamentais e um silêncio de fala de ativistas e pesquisadoras. Além disso, nota-se também que não são trazidos muitos dados e o serviço sobre onde buscar ajuda em caso de violência só vieram nas matérias gerais que têm como proposta mais profundidade.

Outro ponto importante de ser destacado é o entendimento de que os “fatos jornalísticos” não são ligados a teorias ou filosofias, mas isto também não é possível,

visto que a nossa maneira de produzir informação, principalmente agora nesse momento histórico de capitalismo de plataforma e de vigilância (SNIRCEK, 2017; MARTINS, 2020), parte de uma premissa teórica com objetivos específicos. No caso dos veículos digitais, onde a audiência não é mais medida pelo número de exemplares vendidos, mas pelos cliques, para chamar atenção e seguir com a fidelidade do leitor costuma-se explorar as emoções das pessoas e trazer um conteúdo que já tenha um interesse (FÍGARO, 2020).

Assim, manter a ideologia hegemônica e o *status quo* faz mais sentido do que fazer uma quebra desse ciclo, isso seria arriscar público, espaço e consequentemente dinheiro. Além disso, a Gazeta faz parte de um grupo social dominante que tem benefícios dentro do sistema capitalista, e por isso, também não há necessariamente um interesse em apontar de forma mais profunda as raízes do problema. Sem contar que a socialização (SAFFIOTI, 2015) que tivemos geração pós geração devido ao nosso modo de produção e reprodução é hegemônica, e é preciso um processo de conscientização, e depois disso, de abraçar o otimismo da vontade de Gramsci apesar de entender o pessimismo da razão em uma tentativa de mudar o mundo, transformando as estruturas.

A hegemonia não é uma estrutura fixa, imutável e eterna, na verdade, está sempre em transformação para conseguir se manter no lado dominante das relações de poder. Para isso, segundo Dantas (2008), o grupo dominante não detém apenas a materialidade, mas precisa também ter produção intelectual. A ideologia não é uma farsa, uma manipulação, mas a expressão da socialização e no caso das classes dominantes, elas definem esse modo de viver e pensar que é absorvido pelas classes subalternizadas.

Apesar de se colocar como imutável e universal, existem as transformações para que a produção intelectual e o domínio das instituições continuem aliados à produção material. Com o passar do tempo e o avanço da sociedade, é preciso que essa ideologia absorva determinados pontos para continuar atingindo a maioria das pessoas, o que não significa que grandes mudanças estejam acontecendo em relação às estruturas sociais, mas sim que quem está no poder está sempre criando estratégias para essa manutenção.

Os veículos de comunicação ainda são dispositivos que contribuem para a propagação dessa ideologia dominante, reafirmando os papéis e importância de instituições, apresentando mazelas sociais como se sempre tivesse sido assim e apontando sugestões paliativas e mais individualizadas, como vimos nas reportagens que colocam a prisão e o julgamento do agressor como solução e algumas ferramentas do Estado como a grande estratégia para proteger a mulher.

Das 12 matérias que selecionamos, apenas uma traz um enquadramento mais crítico e que apresenta contrapontos para as falas institucionais que apenas vangloriam o que é feito pelo Estado e tentam criar uma ideia de que há um sistema policial e judiciário perfeitos. Apesar disso, não traz um aprofundamento na raiz do problema, mesmo que na voz de um especialista ou ativista. Isso porque a raiz do problema está no sistema econômico e social vigente, a sociedade capitalista e patriarcal. Não é interessante esse tipo de debate ou defesa para o veículo e também apenas pelo texto não é possível saber qual nível de contraponto existe no pensamento do profissional que escreve.

Assim, a representação da violência contra a Mulher na Gazeta do Espírito Santo aponta para o pensamento hegemônico de naturalização da violência, em muitos pontos de responsabilização individual da mulher e da situação, de descontextualização dos casos como se não houve um processo histórico envolvido e até de exaltação das instituições em grande parte dos exemplos.

Devido à quantidade de matérias sobre o tema que encontramos no espaço de seis meses, 250 no total, entendemos que é um tema frequente apresentado a centenas de milhares de pessoas mensalmente, e que essa repetição ideológica contribui para a manutenção do pensamento social pré-existente. Neste momento não trataremos do papel dos jornalistas, esse tópico será abordado no próximo capítulo quando poderemos entender um pouco mais sobre as relações de trabalho dos profissionais que produzem esse material.

3.3 – PROJETO TODAS ELAS

Quando iniciamos este trabalho, o objetivo era fazer análise de 24 matérias publicadas entre março e agosto de 2019, um corpus que compreenderia uma matéria de cada grande grupo identificado a nível metodológico (agressão, estupro,

feminicídio e geral) de cada mês. Após o processo de qualificação, chegamos à conclusão de que precisaríamos ir além da análise dos textos e decidimos incluir o processo de trabalho das mulheres jornalistas que escreviam essas matérias de violência, e para isso, iniciamos uma busca para entrevistar essas profissionais.

Durante as entrevistas, tivemos acesso à informação de que houve uma mudança na forma de tratar a violência contra a mulher no jornal, e por isso foi criado o projeto Todas Elas. Inicialmente, ele teria começado no início de 2020, mas com a pandemia da Covid-19, começou de forma mais oficial em setembro de 2020. Entendemos que seria necessário incluir também essa mudança para que o trabalho ficasse mais atual e coerente com a realidade do veículo, e por isso, diminuímos a quantidade de matérias em 2019, deixando 12 textos, e analisaremos também 8 textos desse novo modelo, uma quantidade menor devido ao novo capítulo que foi inserido no projeto.

O Todas Elas é uma nova página da Gazeta[35] que traz apenas matérias relacionadas às questões da mulher, não só sobre violência, mas histórias de superação, dados, emprego e autonomia, entrevistas com especialistas e ainda um contador de feminicídio e um formulário de denúncia, uma maneira disponibilizada pelo jornal para que mulheres que sofrem agressão possam pedir ajuda. No próximo capítulo traremos as entrevistas das profissionais com os detalhes sobre o projeto e o trabalho delas nesse percurso. Neste momento, iremos nos ater a analisar o material, a fim de comparar os dois momentos do veículo. Apesar dos temas variados existentes na página, analisaremos as matérias de violência e de informações gerais, do mesmo modo que fizemos com as de 2019, para que a comparação faça sentido e não haja comprometimento no procedimento metodológico.

Para fazer a seleção, primeiro agrupamos os links de todas as matérias que estavam dispostas em lista na página Todas Elas[36], totalizando 188 links. Fizemos então uma limpeza, retirando as matérias que não tratavam diretamente de violência contra a mulher, para seguir a mesma linha da análise anterior. Matérias como participação da mulher na política, cursos disponíveis para mulheres se profissionalizarem e histórias de mulheres que tiveram destaque no mercado de

[35]Disponível em https://www.agazeta.com.br/todaselas Acesso em 12/01/2021
[36]Disponível em https://www.agazeta.com.br/tema/todas-elas Acesso em 16/01/2021

trabalho foram retiradas da seleção, podendo ser analisadas em outro momento futuro. Ficamos com 115 matérias de estupro, agressão, feminicídio e informações gerais sobre violência. Porém, dentre as matérias colocadas na página Todas Elas, havia também matérias das editorias de Polícia, Entretenimento, Revista AG, que não foram feitas diretamente para compor o projeto. Por isso, retiramos também esses links, assim a análise seria focada no que o veículo está fazendo para esta página. Nesta segunda limpeza, ficamos com 30 matérias do Todas Elas, e sorteamos duas de cada grupo classificatório.

3.3.1 – **"Jovem é agredida com socos e pauladas por marido e sogra na Serra"**

A matéria foi publicada no dia 16 de novembro de 2020, com retranca "Covardia" e assinada pelas repórteres Daniela Carla e Larissa Avilez. O subtítulo informa que o crime aconteceu no bairro Parque das Gaivotas, na Serra, onde a mulher de 21 anos, que estava com a filha de 11 meses no colo no momento da agressão, sofreu traumatismo craniano. O título e o subtítulo, como é de praxe acontecer nas matérias jornalísticas de hard news, já trazem um resumo do que aconteceu, ao mesmo tempo deixando o leitor a par a notícia mesmo sem lê-la completa e chamando atenção para saber os detalhes, visto que traz informações que apelam para a emoção, principalmente por envolver uma criança.

O texto começa reiterando o que já havia sido disposto anteriormente, acrescentando que a agressão envolveu socos, pauladas e chutes, e que não foi dita a motivação. Em seguida, entram as informações fornecidas pelo boletim de ocorrência da Polícia Militar, a grande fonte para os jornalistas que cobrem notícias policiais. O documento apontou que a mulher ligou desesperada para o Centro Integrado Operacional de Defesa Social (órgão de atendimento emergencial criado em 2004 no Espírito Santo que integra Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Guarda Civil Municipal de Vitória, Secretaria de Justiça e Polícia Rodoviária Federal)[37], mas a ligação caiu devido à gravidade da agressão. Os policiais conseguiram levantar as informações e foram ao local.

Neste caso, o veículo cita algo que não havia aparecido até o momento, esse centro integrado que é acionado pelo 190 e que funciona 24h, com atendentes que

[37]Disponível em https://sesp.es.gov.br/historia Acesso em 17/01/2021

classificam a urgência do chamado e tecnologia disponível para agilizar as operações. Apesar de não ser um equipamento direcionado ao combate à violência contra a mulher, também se torna disponível para esse tipo de crime, como aconteceu no caso trazido pelo veículo jornalístico.

Já apontamos no trabalho que existem grandes falhas na ação das instituições, principalmente no caso de apoio às mulheres e outros grupos subordinados quando pensamos no no nó de classe, raça e gênero (SAFFIOTI, 2015). Por isso, faz-se necessário entender o sistema no qual estamos inseridos, o processo histórico que nos trouxe até aqui, e o estágio que a geração atual se encontra como resultado das relações com os meios de produção e com as pessoas (MARX, 2007) para assim engrenar em lutas que tragam resultados materiais.

Tratando-se de existência de equipamentos de segurança com tecnologia existentes para amparar os cidadãos, o primeiro passo é minimamente questionar e observar a eficácia dos mesmos, visto que existem massivas reclamações de que a polícia ou não vem quando é acionada pelos bairros periféricos ou demora a chegar, além de ter tratamento diferente às pessoas da periferia[38] e até pode minimizar a situação quando se trata de violência contra a mulher[39][40]. Outro ponto que é importante de questionar é quanto à utilização da vigilância policial para conferir ainda mais poder para o Estado e endurecer e violência contra grupos minoritários com a alegação de que esse endurecimento é a única maneira de proteger a população (SAFFIOTI, 2015).

A matéria segue com relatos do boletim, dizendo que a polícia encontrou a vítima na rua com machucados em todo o corpo, no olho e na testa e com a bebê de 11 meses no colo. Em uma casa estavam o marido e a sogra, que foram apontados como os agressores e não resistiram à prisão. A mulher relatou tontura e dores e foi levada à Unidade de Pronto Atendimento, onde detectaram traumatismo craniano leve.

---

[38]Disponível em https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/08/epoca-negocios-bairro-nobre-tem-abordagem-diferente-da-periferia-diz-comandante-da-rota.html Acesso em 17/01/2021

[39]Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209_obstaculos_violencia_mulher_rm Acesso em 17/01/2021

[40]Disponível em https://ponte.org/vitima-de-violencia-domestica-chama-a-policia-e-apanha-dos-pms/ Acesso em 17/01/2021

O texto não informa se o bebê de 11 meses era filha do casal, mas de toda maneira, vê-se aqui novamente a relação da maternidade, onde é a mulher quem fica com a criança e a protege, costume que foi construído ao longo de milênios. Segundo Lerner (2019), as mulheres precisavam cuidar dos filhos inicialmente porque delas vinha todo o alimento e calor que a criança tinha disponível, ainda não era uma divisão sexual do trabalho da maneira como acontece hoje. Ao longo do tempo, apesar de não ser mais uma questão de sobrevivência, continuou com a mulher a obrigação de cuidar dos filhos, assim como da casa e do marido, sendo atribuída a ela a função de reprodução social (BATTACHARYA, 2013).

Esse laço com os filhos contribuiu para uma escravização da mulher e uma menor resistência à opressão, tanto para proteger seus filhos quanto pelo laço que se cria com o agressor (LERNER, 2019). No caso vê-se tanto a mãe agredida que manteve a filha no colo quanto o extremo da mãe do agressor que auxiliou o filho a agredir a esposa. O ideal romantizado da maternidade que foi colocado às mulheres traz até hoje consequências que contribuem para a manutenção do status quo, nessa hegemonia em que os homens seguem em uma posição dominante, porque é o que interessa para a sociedade capitalista.

No último parágrafo, o texto conclui para o leitor que a TV Gazeta teve informações das autoridades de que o tanto o marido quanto a sogra admitiram a agressão. Ainda assim, a nota da Polícia Civil apontou não ter mais detalhes visto que a ocorrência ainda estava em andamento. Ou seja, mesmo a polícia tendo prendido os agressores em flagrante, ainda há uma demora em informar a acusação e talvez até mesmo em dar seguimento ao processo. Mais um momento para fazermos um questionamento quanto ao funcionamento e os objetivos do aparelhamento de segurança estatal.

Assim, o veículo define como problema a agressão sofrida pela jovem de 21 anos, não traz um diagnóstico da causa nem julgamento moral, e aponta como a solução o encaminhamento dos agressores para a polícia. Percebe-se assim que a matéria individualiza o caso, não traz nenhum tipo de profundidade para além do que foi apresentado pelo boletim de ocorrência, ou criticidade em relação à violência doméstica. Também não foi atualizado com alguma informação posterior em relação ao caso como acontece muitas vezes no veículo. Assim, neste caso, apesar do selo

“Todas Elas”, o texto ficou nas mesmas bases de quando aparecia na editoria de “Polícia”, possivelmente com o diferencial de não expor nome ou foto da mulher agredida, o que é um ponto positivo.

3.3.2 **– “Duas mulheres são agredidas pelos companheiros e salvas pela polícia no ES”**

A matéria foi publicada no dia 23 de dezembro de 2020, com a retranca “Em 6 horas” e sem assinatura de repórter. O subtítulo traz um resumo dos acontecimentos, informando ao leitor que a primeira mulher foi agredida às 23h do dia 22, em Cariacica, onde o companheiro desferiu chutes, socos, arremessou uma botija de gás e a ameaçou de morte. A outra mulher foi agredida por volta das 5h da quarta-feira em Viana. A gravidade da violência cometida é colocada no subtítulo como forma de chamar a atenção e manter o leitor no site.

O primeiro parágrafo da matéria traz novamente as informações que já apareceram no título e no subtítulo, o que também é uma técnica jornalística comum. Acrescenta-se que nos dois casos a polícia foi acionada e os agressores foram detidos. Completa-se assim o lead da matéria, que diz o que, com quem, como e onde aconteceu.

A reportagem passa então a especificar os casos, dando primeiro os detalhes da agressão que aconteceu primeiro. Uma mulher de 46 anos foi agredida pelo companheiro, de 42, com socos e chutes no bairro Nova Canaã, em Cariacica, às 23h da terça, dia 22, chegando a ser atingida por uma botija de gás e receber ameaça de morte. Ela fugiu para a casa de familiares e a polícia foi acionada. Ao chegar ao local, os agentes relataram que o homem tentava fugir de carro e tentou atropelá-los, continuando a fazer ameaças de morte à mulher e aos familiares dela. O homem foi preso.

Vê-se no relato deste primeiro caso de agressão um cenário que nem sempre acontece, a mulher conseguir ir para um lugar seguro e a polícia chegar a tempo de impedir que as agressões continuem ou até mesmo um feminicídio. A rede de apoio, ao menos nesse momento extremo, funcionou, pois a família chamou a polícia para o agressor. O que a socialização (SAFFIOTI, 2015) machista e patriarcal muitas vezes impede de entender é que as ações de um relacionamento abusivo que foram

naturalizadas tendem a levar às agressões físicas e à morte, e não deveria ser necessário aguardar até um momento de risco de vida para oferecer apoio à vítima.

O segundo caso de agressão aconteceu perto das 5h da quarta-feira, 23, em Viana, onde o homem de 34 anos agrediu a companheira de 27. As informações passadas pela polícia dão conta de que ele começou a desferir socos na mulher e ameaçou de jogá-la para fora do carro em movimento. Ele parou o carro às margens da BR 262, no bairro primavera, continuou a agressão e a arrastou para um matagal. Neste momento, uma viatura da polícia passou e viu a cena, impedindo a ação e levando o homem para a delegacia. Nesta situação não houve condição de acionar a polícia, como no primeiro caso, mas houve a coincidência de uma patrulha acontecer na mesma hora e lugar do crime.

A matéria ficou restrita às informações passadas pela polícia militar, apontando basicamente o que costuma ser encontrado em um Boletim de Ocorrência. Não houve exposição dos nomes dos envolvidos, segundo observação da matéria devido a não divulgação pela polícia, então não é possível avaliar se a identidade das mulheres seria protegida pelo veículo caso houvesse acesso ao nome. Ao mesmo tempo, não foi feita também nenhuma problematização, criticidade ou até mesmo acréscimo de números de denúncia. A matéria diz que os homens foram presos, mas não se sabe se continuaram detidos ou se responderam em liberdade, se essas mulheres continuarão protegidas e o que acontece em casos como esse.

O enquadramento feito pela Gazeta salientou a ação da polícia e silenciou todas as demais questões, como a própria estrutura que naturaliza a violência ou as formas de denúncia. O texto define o problema como a agressão que as mulheres sofreram, não traz diagnóstico de causa ou julgamento moral, e aponta como solução a ação da polícia, que aparece como a “salvadora” dessas mulheres. O uso do verbo “salvar” logo no título já indicava o enquadramento escolhido pela reportagem, que exaltou a instituição, individualiza os casos e assim mostra como solução uma resolução simplista e imediata, o encaminhamento dos agressores à delegacia.

3.3.3 **– “Estupradores podem ser pessoas que trabalham, usam transporte público, vão ao supermercado”**

A matéria foi publicada no dia 7 de outubro de 2020, com uma atualização no dia 21 do mesmo mês, com a retranca “Ana Paula Araújo” e o subtítulo que explica que a jornalista pesquisou durante 4 anos e entrevistou mais de 100 pessoas entre vítimas, criminosos e especialistas e aponta que os agressores “estão mais perto do que se pensa”. Não há indicação de autoria desta reportagem feita para o Todas Elas.

O texto inicia com uma observação feita pela jornalista Ana Paula Araújo durante a produção do livo “Abuso – A cultura do estupro no Brasil” de que muitas vezes os agressores sexuais são pessoas comuns e que estão próximas das vítimas, não maníacos que atacam em ruas escuras, como se costuma ter no imaginário. A autora entrevistou mais de cem pessoas, dentre juízes, psicólogos, criminosos, vítimas, dentre outros, sobre casos conhecidos e anônimos, destacando os gargalos existentes nos crimes de estupro no país. A matéria é disposta no formato perguntas e respostas, o famoso ping-pong, técnica utilizada quando se deseja mostrar com maior fidelidade possível a entrevista, sem trazer informações externas a isso. Faremos a análise de cada pergunta para facilitar a compreensão.

A primeira pergunta é em relação ao termo “cultura do estupro”, perguntando do que se trata no livro. Ana Paula responde que é a legitimação de ataques contra as mulheres, culpando suas roupas, dizendo que o comportamento masculino é assim mesmo e que as mulheres deveriam se dar ao respeito, fazendo com o que a vítima seja culpada e o estuprador inocentado. Esse resumo trazido na resposta é o que já abordamos ao longo deste trabalho, quando citamos que o estupro foi utilizado como forma de escravizar as mulheres (LERNER, 2019), normalizado como dominação dos homens principalmente sobre mulheres de classe baixa e que não tinham a proteção de um homem da família (FEDERICI, 2017) e da sexualização e agressão de forma ainda mais brutal no caso das mulheres negras (DAVIS, 2016). Existe na sociedade não apenas um contrato social, mas um contrato sexual que coloca as mulheres como objeto dos homens, e não apenas dos homens desconhecidos, mas dos próprios maridos, sendo que estes tornam-se ainda os agentes com mais poder sobre as mulheres, mais do que os próprios pais

(SAFFIOTI, 2015). A chamada “cultura do estupro” que temos hoje, não é resultado apenas de uma questão de pensamento e que se relaciona às questões sexuais, mas de um processo histórico que iniciou com a instauração da propriedade privada e a dominação do homem sobre a mulher (ENGELS, 2012) e um sistema de produção baseado em violência (SAFFIOTI, 2015) que se beneficia da opressão às mulheres e necessita de seu trabalho de reprodução social (BHATTACHARYA, 2013) para continuar hegemônico. Trata-se de um nó que envolve classe, raça e gênero e que tem e traz diversas imbricações, inclusive o estupro.

A segunda pergunta é sobre como a cultura do estupro é manifestada na vida das mulheres. Araújo ressalta que isso começa na infância, diferenciando a sexualidade masculina e feminina, incentivando a menina a ser recatada e o homem a ficar com todo mundo, fazendo assim com que o homem sinta que tem um domínio sobre as mulheres. Ela ressalta que é “triste” ver as mulheres reproduzindo esse tipo de pensamento, que nós precisamos nos policiar. Acontece que a socialização não é feita de forma separada, toda a sociedade é levada a viver de forma hegemônica e faz parte do processo de opressão das mulheres a ideia de que nós somos subordinadas aos homens. Dantas (2008) explica que o processo de hegemonia trata justamente de fazer com que a classe subordinada siga a ideologia dominante como se fosse sua, dessa forma fica mais fácil de conseguir a dominação. Esse é o mesmo processo que acontece com as mulheres e a dominação masculina. Quanto à fala da jornalista de que precisamos nos “policiar”, o correto é entender que precisamos como sociedade superar esse momento histórico e a herança que recebemos, buscando uma contra-hegemonia e uma nova maneira de viver, como aponta o manifesto do feminismo para os 99%. Na mesma resposta, fala ainda da dificuldade das mulheres ao denunciar, ao se deparar com pessoas da área da saúde, do judiciário e da polícia que questionam a veracidade dos fatos e se realmente vale a pena denunciar. Se toda a sociedade é socializada dessa maneira, os órgãos também são, por isso que seguimos ressaltando neste trabalho que não se deve exaltar as instituições sem criticidade, visto que elas fazem parte do sistema que possibilita a violência.

A terceira pergunta é sobre as vítimas, se existe algo de comum entre elas. A resposta é a de que não existe um padrão, são mulheres de todas as idades, classes, profissões, mas todas tinham em comum a vergonha pelo que aconteceu.

De fato a dominação masculina e a violência contra a mulher acontecem em todos os meios, não existe essa separação. Mas historicamente, as mulheres negras tiveram seus corpos mais sexualizados e violentados, uma herança da escravização (DAVIS, 2016), assim como mulheres de classes mais baixas que não contavam com a proteção de um homem da família (FEDERICI, 2017) e que chegaram a ter seus estupros sem punição. Ainda assim, a violência não acontece apenas dentro dessas categorias, mas é mais comum que dentre as mulheres brancas e ricas isso seja escondido de forma a manter as aparências. No passado, para garantir proteção e status, as mulheres precisavam se submeter a tudo que o marido e a família quisessem (LERNER, 2019), o que de certa forma ainda não mudou.

A quarta pergunta é se os agressores também tem um perfil tão diverso quanto das mulheres agredidas. Ana Paula ressalta que apesar do pensamento de que o estuprador é o bandido que ataca mulheres no meio da rua, mas que a maioria dos estupros acontece entre conhecidos, e que são homens de todos os tipos. Contou que muitos ainda recebem visita das companheiras na cadeia, e apesar de não ter contextualizado a fala, precisamos ressalvar aqui que os relacionamentos abusivos acontecem de diversas maneiras e que os laços emocionais existentes são extremamente complexos, além de dependência financeira e até mesmo ameaças. Além disso, tratando-se de crimes sexuais existe ainda a ideia de que o homem foi seduzido, que não foi culpado, levando novamente essa culpa para a vítima, o que pode contribuir para esse “apoio” das companheiras dos agressores. A resposta traz ainda a frase que aparece no título da matéria de que o estuprador pode ser quem anda de transporte público, que trabalha, que vai ao supermercado. Homens que muitas vezes escolhem como vítimas menores de idade e até criança, vistas como mais fáceis de dominar. Já trouxemos aqui dados de violência sexual no Brasil, onde a maioria dos estupros acontece com vulneráveis.

Na quinta pergunta, a dúvida é em relação ao tratamento dentro da cadeia, se existe algum tratamento para que deixem o comportamento agressor. A resposta é negativa, lembrando que já houve um projeto em São Paulo para diminuir a pena de abusadores que cometiam a agressão em transporte público caso aceitassem assistir palestras conscientizadoras, sendo que o resultado foi extremamente positivo, mas o projeto não teve continuidade. Para conseguir encerrar um

relacionamento violento é preciso vontade das duas partes (SAFFIOTI, 2015) e esse tipo de trabalho com os homens é essencial, mas não costuma ser incentivado. A pergunta seguinte então é se eles entram e saem abusadores da cadeia, e a resposta foi positiva dessa vez, o que também já é o esperado pelos dados que já trouxemos no trabalho.

A sétima pergunta é em relação aos gargalos no momento de buscar ajuda. A jornalista aponta como o primeiro a culpa que a vítima sente e que a faz não denunciar, trazendo o dado de que apenas 10% dos estupros chegam até a polícia. O ideal que foi colocado como feminino no sentido da sexualidade, pintando a mulher ideal como pura e virgem, perfeita para ser esposa e mãe, sendo que o homem tem uma sexualidade aflorada e que não resiste ao corpo feminino (FEDERICI, 2017) fez parte do processo de subordinação das mulheres e culpabilização das mesmas por vários dos problemas sociais, especialmente no período de caça às bruxas, quando a figura da mulher foi associada ao do demônio e a psique social foi direcionada a um ódio contra mulheres que estavam foram do padrão. Esse processo ainda está em curso e o pensamento não foi modificado. A resposta da jornalista segue explicando que na própria polícia a mulher encontra descrédito e acaba desistindo de denunciar, e que se os crimes de homicídio já têm subnotificação, os de estupro ainda mais.

A oitava pergunta pede explicações em relação ao sistema de saúde, se ali também as mulheres encontram dificuldades. A resposta é sim, e pelos mesmos motivos de uma sociedade hegemônica patriarcal e capitalista que socializou as pessoas dessa maneira. As instituições como um todo tendem a seguir o padrão socialmente estabelecido, que é o de duvidar da mulher. Assim, a autora explica que existem dificuldades para fazer o exame, para coletar evidências e que tudo isso intensifica o sentimento de constrangimento da mulher e inibe que mais vítimas procurem ajuda. Cita ainda os casos de gravidez decorrente de estupro quando existe a dificuldade de cumprir o que diz a lei, que permite o aborto. Gago (2020) aborda essa guerra que existe no corpo das mulheres e retoma a discussão de Federici (2017) sobre o papel que a Igreja teve nessa dominação do corpo feminino. As autoras pontuam que o aborto é uma luta muito antiga das mulheres, que tiveram o direito ao próprio parto e às decisões sobre o seu próprio corpo tomados pelo capital, que lucra com essa reprodução na medida em que se estão produzindo

trabalhadores que servirão ao sistema. Um dos crimes atribuídos às bruxas que foram caçadas foi justamente a capacidade de lidar com as ervas e de controlar a gravidez.

A próxima pergunta segue a mesma linha, mas dessa vez questionando sobre as dificuldades no judiciário. Ana Paula Araújo relata que durante sua pesquisa e escrita do livro entendeu que se a sociedade é machista, o judiciário também é – o que falamos sobre a socialização – e que é muito difícil conseguir provar o estupro e condenar o estuprador. Ela disse que encontrou mais casos estereotipados na cadeia, dos que foram considerados o perfil do “maníaco”, ou de pais e padrastos que abusam de crianças e adolescentes e são denunciados por familiares. Citou não ter encontrado universitários, apesar de aparecerem muitos casos de violência sexual no ambiente acadêmico, e acredita que eles sejam abafados. Entram normalmente nesses momentos os privilégios de raça e classe, quando homens ricos e brancos costumam ser muito pouco julgados e culpados por seus crimes e erros, quanto a polícia prende e mata de forma intensiva pretos e pobres.

A última pergunta feita nesta matéria é qual a opinião da autora sobre a solução para esses problemas. A autora responde que é a falta de educação tanto para crianças quanto para adultos, falta de formação sobre violência de gênero, para homens e mulheres. Indica que pessoas que fazem parte das instituições deveriam saber “um pouco melhor” sobre o assunto, e que acredita que a situação esteja mudando aos poucos pois a geração de sua filha de 14 anos já pensa diferente. Seguindo a linha do pensamento feminista marxista que usamos em todo o trabalho, entendemos aqui que a mudança não acontece simplesmente no pensamento em relação à violência contra a mulher, visto que ela faz parte de uma estrutura social e econômica, e que só poderá ser realmente erradicada com uma mudança radical. Vem do feminismo liberal o entendimento de que colocando mulheres no topo e pregando que todas somos iguais sem mudar o modo de produção e reprodução haverá uma mudança, mas não compartilhamos deste entendimento. Seguimos o pensamento de que:

> *Rejeitando a estrutura de soma zero que o capitalismo constrói para nós, o feminismo para os 99% tem como objetivo unir movimentos existentes e futuros em uma insurgência global de ampla base.* Dotadas da visão de que ele é ao mesmo tempo feminista, antirracista e anticapitalista, nós nos comprometemos a ser protagonistas da configuração de nosso futuro. (ARRUZA, 2019)

Assim, observando as informações trazidas a partir das respostas da entrevistada, que compõe a mensagem que o veículo deseja passar pois foi sua escolha de trazer a informação desta maneira, temos a definição do problema como o fato dos estupradores serem pessoas comuns e estarem em todos os lugares apesar do pensamento de senso comum de que o agressor sexual é um maníaco; o diagnóstico de causa é a maneira como homens e mulheres foram educados, com um enfoque machista e patriarcal; o julgamento moral aparece em um momento quando cita que as mulheres precisam se policiar para não contribuir com a culpabilização da vítima, o que fica descontextualizado e mais uma vez acaba culpabilizando a mulher individualmente; e a solução indicada é uma mudança na formação das pessoas, ensinando sobre violência de gênero. O enquadramento feito nesta reportagem tem muito do feminismo liberal, que dissocia os problemas d e gênero das questões de classe, cedendo um pouco na ideologia dominante para não perder por completo a hegemonia e continuar no poder.

3.3.4 **– “Por dia, um caso de estupro é denunciado à polícia no Espírito Santo”**

A matéria foi publicada no dia 12 de outubro, com a retranca “Violência sexual”, assinada pela repórter Elis Carvalho e com subtítulo que traz a informação de que o dado vem da Secretaria de Segurança do Estado, mas que a subnotificação deve ser grande devido à vergonha e ao medo. A matéria inicia com a frase “Toda mulher já sentiu medo de ser estuprada”, o que cria imediatamente uma aproximação com as leitoras e possivelmente uma curiosidade dos leitores. Uma forma interessante de iniciar a reportagem, visto que não individualiza e traz uma frase que pode ser um senso comum por não ter um dado específico, mas que aponta o sentimento resultante do sistema violento no qual estamos inseridos.

A repórter especifica esse medo que abre a reportagem, indicando que ele é sentido na rua, no transporte e até em casa. As mulheres são o gênero que mais sofrem estupro, segundo os dados mundiais, e no Espírito Santo a Secretaria de Segurança Pública registra ao menos uma denúncia diária deste crime, número que ainda é reduzido devido ao medo e à vergonha, como já foi destacado no subtítulo. Foram 210 denúncias de estupro entre janeiro e agosto de 2020 no Estado, número

que caiu durante o isolamento social requerido devido à pandemia da Covid-19. No mesmo período do ano anterior, foram registradas 247 denúncias. Houve discussão durante o período da pandemia sobre a violência contra a mulher, em relação a como se dariam as denúncias e ao maior risco que as vítimas correriam ficando em isolamento com os agressores. Dado que a maioria dos estupradores conhece a vítima, costuma ser inclusive um familiar, retornamos à afirmação de Gago (2020) de que a casa deveria ter sido incluída como uma das clássicas prisões foucaultianas.

A fala trazida pela reportagem da delegada Michele Meira, gerente de proteção à mulher da Secretaria de Segurança, aponta que se esperava uma subnotificação de estupros durante a pandemia porque não havia como fazer a denúncia online, esse tipo de violência requer um exame para conseguir registrar o boletim. Encontra-se aqui, nesta entrevista, uma falha do sistema policial, que pode ter sido evidenciada na pandemia, mas que como um todo dificulta o acesso das mulheres à justiça em casos de violência. Essa manutenção da violência não deve causar espanto, entendemos que a violência de gênero faz parte do sistema capitalista: “Nas sociedades capitalistas, portante, a violência de gênero não é autônoma. Ao contrário, ela tem raízes profundas em uma ordem social que entrelaça a subordinação das mulheres à organização do trabalho com base no gênero e à dinâmica de acumulação do capital” (ARRUZZA, 2019, p. 64).

A fala da delegada continua e detalha que a maioria dos estupros tem mulheres como vítimas e que normalmente as denúncias não são feitas quando os próprios companheiros são os agressores, as mulheres encontram dificuldade em entender a ação como estupro. As denúncias são mais comuns em casos de agressores desconhecidos, que abordam as mulheres nas ruas, e não apenas de madrugada, mas em qualquer horário. Ter esse tipo de estatística oficial contribui para a solidificação do mito do estuprador, um monstro ou alguém com problemas psiquiátricos, o que não corresponde com a realidade. A mística é um ponto importante para a dominação masculina e a manutenção da hegemonia, trabalhada ao longo de séculos para manter as pessoas exatamente onde o sistema as quer (SAFFIOTI, 2013).

A delegada completa sua entrevista dizendo que essa cultura do estupro poderia ser mudada com uma educação diferente, dando outra formação aos

meninos, não a machista que é de praxe, para que eles não se tornem adultos abusadores. A teórica feminista bell hooks defende essa abordagem que traz os homens como aliados da luta e prioriza a educação como uma prática transformadora da sociedade, focando também na importância de proteger e pensar nas crianças, não apenas os meninos, como ressaltou a delegada, mas também as meninas, pois é necessário uma contra-hegemonia que transforme o sistema e mulheres também são socializadas de forma machista, mesmo sendo as que mais sofrem com a violência doméstica.

> Quando homens que tomam conta de crianças internalizam o pensamento e o comportamento antissexistas, meninos e meninas têm oportunidade de ver o feminismo em ação. Quando pensadores e ativistas feministas oferecem a crianças um contexto de educação em que preconceitos antissexistas não são o padrão usado para julgar o comportamento, garotos e garotas são capazes de desenvolver uma autoestima saudável. […] No futuro, estudos feministas registrarão todas as formas de a paternagem melhorar a vida das crianças. Ao mesmo tempo, precisamos saber mais sobre a maternagem e paternagem feministas, sobre como, na prática, podemos criar as crianças em ambientes antissexistas e, o mais importante, precisamos saber mais sobre que tipo de pessoas as crianças educadas nesses lares se tornam. (HOOKS, 2018, 113)

A reportagem traz a abordagem da educação através da fala da delegada, o que já pode ser considerado um avanço em relação às pautas que se focam em enaltecer instituições e relatar apenas o que está descrito no boletim de ocorrência. Porém, deixamos registrado que seguimos uma perspectiva marxista e adotamos o materialismo histórico dialético nesta pesquisa, portanto, entendemos que as concepções machistas e patriarcais não são soltas do sistema econômico e político, não se trata apenas de cultura pensando de forma isolada e essa responsabilização não deve ficar apenas na conta dos pais, no âmbito privado. O momento histórico onde estamos é herança do que recebemos de forma coletiva de outras gerações (MARX, 2007), resultados materiais e imateriais, e a transformação precisa sim de uma mudança na ideologia dominante, mas também na hegemonia como um todo e no sistema capitalista, ou seja, é preciso a aplicação de uma práxis transformadora.

A delegada pondera que quando não é possível evitar que o abuso aconteça, é essencial que a mulher faça a denúncia, pois o estuprador tende a acreditar que não será punido e continua cometendo as agressões. Aconselha que por maior que seja a vontade, não tire a roupa ou tome banho, para que o exame seja feito como é pedido ao denunciar na delegacia, reiterando que a culpa nunca é dela. Aqui

também apontamos o que o sistema impõe às mulheres continuamente, já que após passar uma violência física e psicológica brutal, é preciso reviver tudo o que aconteceu e ainda passar por um exame físico para provar que está falando a verdade. Levantamos o questionamento sobre a sensibilidade e o preparo dos profissionais que irão conduzir tanto o diálogo com a mulher que foi agredida quanto os que fazem o exame físico: é um momento no qual a vítima se sente acolhida e tem um amparo psicológico ou é mais uma violência que já foi naturalizada?

A reportagem encerra a fala mais institucional e insere o depoimento de uma vítima de violência sexual. Trazem o caso do homem é suspeito de estuprar pelo menos 13 mulheres entre 2018 e 2019 na Grande Vitória, estupros em série que teriam chocado até mesmo as autoridades policiais que trabalham cotidianamente com o assunto. Glaupiherle Grasihelo, 36 anos, teria iniciado os ataques a mulheres em situação de rua, em 2018, agindo com um Camaro amarelo, mudando posteriormente de veículo e de modus operandi, utilizando uma picape branca e atacando profissionais do sexo que encontrava através de anúncios. A Gazeta entrevistou uma das vítimas, que por segurança não foi identificada. O relato da mulher vem em voz direta, em um sistema de perguntas e respostas que já foi utilizado em outras reportagens analisadas, uma técnica comum quando se deseja deixar o relato mais fiel ou quando se quer isentar da responsabilidade do que está sendo dito. No caso, a escolha pode ter sido para manter a emoção e não retirar detalhes do relato da mulher vítima de violência.

A primeira pergunta da repórter é em relação à abordagem feita pelo estuprador. A vítima responde que o homem estava em um camaro amarelo e a parou na BR 262 dizendo que era do Rio de Janeiro e que precisava de informação, era um domingo, segundo turno das eleições presidenciais. Ao se aproximar do vidro para dar as informações, ela viu o homem tirar uma arma, mandando que entrasse no carro. Com medo, entrou. Ele passou a perguntar de uma mulher que o teria roubado, e ao responder que não sabia de nada, o homem pediu que provasse fazendo tudo que ele mandasse, e então começaram os abusos. A vítima relata que entendeu que o agressor usava essa história como justificativa para a violência. Vemos aqui a utilização do medo e da ameaça como forma de conseguir efetuar a violência sexual. Mesmo em outros casos de estupro, em situações bastante

diferentes, imprimir o medo é uma tática comum dos agressores, que já iniciam então a violência psicológica, também prevista na Lei Maria da Penha.

A repórter segue pedindo detalhes do crime, e a mulher relatou que os abusos começaram no carro, onde ficaram rodando por cerca de 40 minutos, depois a levou para um imóvel, onde disse que havia outras pessoas, apesar de não ter barulho. Ela relata que ele a estuprou e torturou das piores maneiras possíveis, durante duas horas. Após pergunta da repórter, a mulher relata que foi solta em Cariacica, onde ele tirou a venda de seus olhos e colocou R$20 em sua bolsa, a mandando ir para casa. Conseguiu ainda ver a placa do carro e recebeu ajuda de um rapaz da rua que já a conhecia. Limpou o sangue e decidiu não fazer a denúncia, pois pensou que não daria em nada. A fala dessa vitima mostra o descrédito nas instituições, pois mesmo com todas as marcas da agressão, sangue em seu corpo, entendeu que seu relato não teria credibilidade. A mística feminina (SAFFIOTI, 2013) ainda persiste em nossa sociedade, dando menos valor às mulheres do que aos homens, colocando a mulher em uma forma social com características específicas que precisa cumprir e impedindo seu crescimento, uma forma de controle social. A mulher que não se encaixa nesse padrão ainda é vista de forma inferiorizada e ela mesma sente-se assim, visto que essa foi a sua socialização. A mulher então que sofre estupro pode também se sentir sem valor, visto que esse “valor” foi colocado durante muito tempo na pureza sexual, chegando a mulher estuprada ser obrigada a casar com o estuprador para manter sua honra (LERNER, 2019) e o estupro de mulheres de classe baixa não ser criminalizado durante um período (FEDERICI, 2017). Apesar de termos avançado em alguns níveis, a sociedade ainda recebeu de herança um cenário muito desfavorável às mulheres e esse pensamento é ainda cultivado porque tem valor para a sociedade capitalista, que lucra com o trabalho de reprodução social feito em sua maioria por mulheres, com uma quantidade de mulheres à disposição para trabalhar no mercado a um preço mais baixo, com a venda de produtos de beleza e procedimentos para que as mulheres sintam-se dentro do padrão desejado, entre muitos outros fatores.

A próxima pergunta que é feita à vítima é em relação ao enfrentamento dessa violência nos dias seguintes ao crime. Ela relatou que estava nas ruas por causa das drogas, mas que antes disso tinha uma vida normal, trabalhava, sempre gostou de ler jornal, mesmo tendo estudado pouco, e que começou a pesquisar sobre o

assunto por conta própria. Contou para as pessoas que estavam por perto, até mesmo para alertá-las, e começou a receber muito apoio, o que fez toda a diferença e a ajudou a entender que não era culpada, e sim vítima. Em um churrasco fez esse relato e a amiga da prima disse que era vizinha de um homem com as mesmas características. Quando foi mostrada a página dele no Facebook, o reconheceu imediatamente e viu que tinha vários amigos em comum. A próxima pergunta levou à informação de que o homem agia perto de onde morava, segundo a vítima, ele devia acreditar na impunidade. Relatou ainda que quando ele foi preso, reconheceu que o local onde ele a estuprou era o galpão de sua própria empresa. Juntou provas para levar a polícia e assim não ser desacreditada, pois apesar de ter recebido apoio, também ouviu que a denúncia não levaria a lugar nenhum.

A reportagem traz a pergunta de quando a vítima conseguiu procurar a polícia. Ela reponde que soube que o homem estava atrás dela, e que no início andava até com uma faca na bolsa, mas que foi a delegacia e depois começou a esquecer. Falar com as pessoas e ter tratamento psicológico foi essencial, mas apenas quando viu na televisão que ele estava preso conseguiu sentir alívio. Vemos novamente os efeitos do medo, da violência psicológica, que pode mudar a vida da vítima. A entrevistada responde de forma positiva a última pergunta feita, afirmando que conseguiu sair da situação de vulnerabilidade. Deixou as drogas e vive ao lado do atual marido e dos filhos. Acompanha o processo de longe, com medo dele ser solto, pois tanto ela quanto as outras vítimas dizem saber do que ele é capaz. Ressalta que era um homem “acima de qualquer suspeita”, empresário boa aparência, e que isso é a prova de que o estupro não é sobre sexo, mas sobre violência, sobre fazer as mulheres sofrerem, e que qualquer um pode cometer esse crime.

Essa última fala da entrevistada é importante por trazer algo que não tinha aparecido até o momento, o fato da diferenciação entre sexo e estupro e de que a violência não é sobre prazer. A violência sexual é uma relação de poder, de dominação, uma das relações de dominação existentes na sociedade. Iniciou como uma forma de manter mulheres e crianças prisioneiras de guerra (LERNER, 2019), visto que as mulheres teriam mais chance de se integrar à comunidade e se manter no local sem fugir tanto por medo do estupro quanto por começar a criar vínculos devido aos filhos, tanto que já fossem seus quanto que viessem justamente fruto das

violências. Também foi largamente utilizado nas mulheres negras durante a escravidão (DAVIS, 2016), neste caso ainda com a ideia de que as mulheres escravizadas eram de fato propriedade dos senhores, ideologia que seguiu mesmo após a abolição e passou a atingir também as mulheres brancas.

Assim, ao observar o enquadramento da matéria segundo os critérios de Entman (1993), temos que a definição do problema é o alto número de estupros no Espírito Santo, o diagnóstico da causa é a cultura do estupro existente na sociedade, não há julgamento moral e a indicação de solução é através de uma educação aos meninos. Percebe-se que a abordagem nesta reportagem é diferente, com a saliência de que a culpa não é a da vítima e que existe uma cultura do estupro em nossa sociedade, alertando inclusive que o estupro tem a ver com dominação.

Porém, ainda existem também os silêncios, como uma busca pela raiz do problema da violência sexual e a contextualização com questões históricas, em vez de isolar a violência sexual como algo cultural e "machista" sem apontar de onde isso vem. Além disso, acreditamos em uma abordagem marxista e que segue o materialismo histórico e dialético, entendendo que há um nó nas questões de gênero, raça e classe, portanto a solução do problema da violência não pode ser tratado individualmente quando ele é resultado de um processo material e complexo. Não estamos descartando a importância da educação para transformação, ela é necessária e essencial, apenas apontando que essa transformação faz parte de uma estrutura social que envolve diferentes setores e que ela não tem condições de acontece apenas na base ideológica, mas também material para ser definitiva.

3.3.5 **– "Marido diz que matou mulher na Serra após discussão por ela ter xingado"**

A matéria foi publicada no dia 19 de novembro de 2020, com a retranca "feminicídio", assinada pelo repórter Caique Verli. No subtítulo, a informação de que Isaías Junior Carvalho contou para a polícia que deu um tiro em Mirelle Figueiredo Peruzia, de 27 anos, depois de uma discussão por ela ter deixado o celular cair no chão e o xingado. Logo após o subtítulo, aparece uma foto da vítima, mas não tem nenhuma imagem do assassino. Já levantamos anteriormente neste trabalho o

questionamento em relação ao valor jornalístico de trazer imagens expondo as vítimas de violência contra mulher.

O texto inicia com o clássico lead, informando que o homem de 41 anos confessou à polícia ter matado a atendente de padaria no dia 16, quando ela ia para o trabalho. O motivo do crime é classificado como banal e é até colocado em negrito: o marido repreendeu a esposa por ter xingado ao deixar o celular cair, houve discussão e ele deu um tiro na cabeça dela. As próximas informações vêm de uma coletiva de imprensa da Polícia Civil, que aconteceu no dia 19.

Foi Isaías quem se apresentou à delegacia depois de ver que a polícia estava em seu bairro colhendo informações. A delegada Raffaela Aguiar, responsável pela Delegacia Especializada de Homicídio e Proteção à Mulher, relatou que ele chegou usando duas alianças, a dele e a da esposa, justificando o uso por amar a mulher. A profissional conta que o repreendeu dizendo que “quem ama não mata” e afirmou ainda à imprensa que se tratava de um feminicida clássico, pois tentava justificar o crime desqualificando a vítima. Não é apenas em casos de feminicídio que existe uma desclassificação da mulher, na verdade essa é a regra na sociedade machista e patriarcal. Vimos em Federici (2017) que a caça às bruxas foi “a primeira perseguição, na Europa, que usou propaganda multimídia com objetivo de gerar uma psicose em massa entre a população” (FEDERICI, 2017, p. 299). Houve um projeto de desclassificar as mulheres, colocando-as como “bruxas”, “putas” e até “demoníacas”, instigando a misoginia de forma generalizada. Para a autora, foi um processo tão forte quanto a derrota histórica da mulher citada por Engels (2012), quando a sociedade deixou de ser matrilinear para ser patrilinear.

Essa campanha de ódio contra as mulheres não era desmotivada e nem tinha razões apenas culturais ou ideológicas. Fazia parte da necessidade de retirar as práticas femininas existentes nas sociedades pré-capitalistas que as conferia autonomia e poder, criar o ideal perfeito de esposa que faria todo o trabalho de reprodução social sem reclamar, deixava as mulheres como mão-de-obra reserva barata e disponível, dava poder ao homem operário de subordinar mulheres até sexualmente e culpá-las pelos problemas econômicos existentes, uma vez que eles se encontravam em uma situação financeira difícil e o sistema precisava que culpassem alguém além do capitalismo, visto que há a necessidade de não apenas

violência, mas de consentimento e sentimento de universalidade para que este funcione de forma plena.

Isaías foi preso e levado para o Centro de Triagem de Viana, após confessar o crime e dizer que encontrou a arma na rua perto de casa depois de ser descartada por algum criminoso que queria evitar se encontrado com ela em uma abordagem policial. A prisão aparece, como de costume, como a resolução da situação, e mesmo dentro desse contexto de tentativa de uma abordagem diferenciada da violência contra a mulher, com mais criticidade, não surge, por exemplo, a sugestão de que o homem passe por algum tratamento que possa ajudar e evitar que cometa o mesmo crime se sair da prisão. Reiteramos que essa não é a solução final, como já apontamos, porém pode também fazer parte do processo, principalmente enquanto não existe uma transformação estrutural da sociedade. Se não aparece aqui nem mesmo a questão educacional, certamente não haverá um levantamento de raízes históricas ou de mudanças revolucionárias.

Mas o texto não termina neste ponto, há um subtítulo “relacionamento conturbado”. Nele, há o relato de Wanilson Souza Paulo, cunhado da vítima, apontando que o casal tinha um relacionamento conturbado, mas que não imaginava que chegaria a esse ponto. Isaias teria participado da liberação do corpo da mulher, foi ao velório e ao enterro da esposa. Eles eram casados há 11 anos e tinham uma filha de 7. O termo pode ter sido utilizado pelo entrevistado, mas não existe um contraponto da reportagem de que na verdade tratava-se de um relacionamento abusivo e violento e que o esperado é sim que o feminicídio aconteça justamente depois de outras violências, inclusive verbais e psicológicas, que a sociedade normalizou como parte do tratamento que o homem dá para a mulher. O jornalismo tem maneiras de fazer esse tipo de contraponto de diferentes formas, como trazendo uma entrevista com um especialista, por exemplo. Principalmente tratando-se de um projeto que diz fazer diferente e trazer uma abordagem voltada para as causas da mulher com objetivo de proporcionar mais conscientização e fazer sua parte para mudar essa realidade, a abordagem ficou superficial e hegemônica.

Os quatro pontos de enquadramento trazem a definição do problema como o assassinato de Mirelle, o diagnóstico de causa como a discussão do casal, o

julgamento moral aparece ao dizer que o relacionamento era conturbado o que acaba dividindo a culpa entre vítima e agressor, e a solução apresentada foi a prisão de Isaias. As saliências foram as informações da polícia civil, de como o caso aconteceu, mas o que destacamos são os muito silêncios em relação à violência contra a mulher, às causas, às formas de denunciar e tantas outras abordagens que esperaríamos ver em uma matéria de feminicídio no projeto Todas Elas.

3.3.6 **– "Há dois meses separada, Paloma sonhava em montar casa para viver com filhos"**

A matéria foi publicada no dia 10 de dezembro de 2020, com a retranca "Futuro interrompido", sem assinatura de repórter. No subtítulo, a informação de que Paloma Cristina Pereira, de 28 anos, foi assassinada a facadas pelo ex-marido que não aceitava o fim do casamento, e que deixou três filhos. Título e subtítulo aparecem sobre uma foto de Paloma, estilizada com uma arte representando mãos presas e choro, que interpretamos como o relacionamento abusivo vivido por muitas mulheres.

A reportagem começa de forma diferente do tradicional e não traz o lead informando os pontos principais que normalmente são trazidos em notícias hard news. Traz um pouco da história de Paloma, de 28 anos, filha mais nova da família com três irmãos que saiu do Rio de Janeiro para morar em Ibatiba, no Espírito Santo. Ela tinha três filhos e seu sonho era conseguir ter sua própria casa onde moraria com as crianças. É uma maneira diferente de iniciar uma reportagem de feminicídio, trazendo mais humanização para essa vítima, que não é mais uma, que tinha uma história, família, sonhos...

O texto segue em construção atípica, dizendo que esses sonhos foram interrompidos quando ela foi assassinada pelo ex-marido no dia 6 de dezembro, ele não aceitava o fim do relacionamento. Fabiano Gomes Brito, 32 anos, se entregou à polícia acompanhado de um advogado e foi preso no dia seguinte ao crime. Segundo Saffioti (2015), o homem não consegue lidar com a perda de território simbólico que é o domínio sobre a mulher, por isso não aceita que ela termine um relacionamento, seja para estar com outra pessoa ou por qualquer outro motivo, pois

enxerga isso como uma afronta, chegando aos extremos, que é o caso do faminicídio cometido por Fabiano.

Vem então o depoimento do irmão da vítima, Rodrigo Cassimiro de Oliveira, de 36 anos, que conta que apesar de terem se mudado para o Espírito Santo na infância, a irmã voltou para o Rio de Janeiro na adolescência, tinha 14 anos quando conheceu Fabiano e decidiram morar juntos. Segundo ele, o homem já era ciumento e chegou a ameaçar o ex da irmã com uma faca. O casal saiu do Rio de Janeiro e foram morar em Ibatiba com as crianças. O uso do termo “ciúme”, mais uma vez aparece, já normalizado em casos de relacionamento abusivo. Apesar de ainda ser considerado por muitos como cuidado, como prova de amor, trata-se da relação historicamente construída na qual a figura da família tem um homem que representa força e a mulher que representa fragilidade, sem liberdade, com poucas escolhas e sempre à mercê desta figura masculina (LERNER, 2019).

Em negrito, uma fala de Rodrigo descrevendo Fabiano como frio, calmo e fechado. Que as brigas eram frequentes e o homem teria até agredido a sogra, fazendo Paloma sair de casa, mas que retornou depois de muita pressão do então marido. Rodrigo disse ainda que sempre brigava com a irmã para que terminasse o relacionamento. As diferentes formas de violência que existem em um relacionamento antes de chegar ao feminicídio podem ser um alerta, mas é comum que as mulheres não denunciem e acreditem que o companheiro não chegaria a um ato tão extremo. Nem sempre a família sabe dos detalhes do que acontece, neste caso havia ciência, o que pode ajudar caso seja criada uma rede de apoio que ajude essa mulher a deixar o relacionamento.

O relato do irmão da vítima segue, contando que há dois meses a lavradora havia terminado o casamento e que nesse período sonhava em uma casa onde poderia morar com os filhos. Ela havia conseguido emprego, mas com a pandemia da Covid-19 ficou desempregada e estava recebendo auxílio emergencial. O irmão montou um churrasquinho no bar e a incluía para que tivesse fonte de renda. A dependência econômica da mulher também é projeto do sistema patriarcal, e Federici (2017) aponta que o trabalho doméstico e de reprodução social deixou de ser visto como valioso para a acumulação e foi colocado como “trabalho de mulher” que deveria ser feito de graça e por vocação. Elas também foram retiradas dos

cargos assalariados e passaram a receber muito menos do que os homens. Mão-de-obra gratuita ou muito barata que se via dependente dos homens para sobreviver. Marx dizia que “os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas” (MARX, 2020, p. 56), e é muito coerente que o sistema que queira dominar as pessoas tire-as justamente essas condições de viver, pois sem elas, fica muito mais difícil sair do estado de dominação, mudar as estruturas e transformar o mundo.

Por fim, Rodrigo diz que no último dia de sua vida a irmã estava feliz, teve seu primeiro encontro com um rapaz, passou pelo seu bar e brincou e dançou com amigas. Mas teve a vida interrompida pelo ex-marido. Ressaltar que existe felicidade para além de um relacionamento abusivo é extremamente importante, porque a luta feminista não é apenas para que as mulheres não sofram violência ou que tenham acesso às mesmas oportunidades, mas para que todos tenham uma vida de abundância, que a sociedade chegue ao bem-viver.

O enquadramento desta matéria define o problema como o feminicídio de Paloma, diagnostica a causa como o ciúme de Rodrigo, aponta um julgamento moral ao mostrar que a mulher voltou para o relacionamento mesmo depois de ter sido agredida e ver a mãe também agredida, e como solução apesar de ter aparecido a prisão do feminicida, tem também a sugestão na fala do irmão que era a de terminar o relacionamento. O enquadramento feito pela reportagem foi na história da mulher, mostrando menos os detalhes policiais do crime e dando voz a um familiar para mostrar o lado da vítima, o que é positivo e diferente do que normalmente é feito. Os silêncios são em relação à causa da mulher, mais uma vez às raízes do problema e a uma criticidade em relação ao que foi dito, pois apesar da construção diferente, ainda aparecem julgamentos morais e falta de falas de especialistas que tragam um contraponto.

3.3.7 **– “Ana Paula Araújo: ‘“A cultura é de que a vontade dos homens prevalece sobre a das mulheres’”**

A matéria foi publicada no dia 14 de outubro de 2020, com a retranca “Encontro do Todas Elas” e assinada pela repórter Glacieri Carraretto. O subtítulo

informa que a jornalista e autora do livro “Abuso – A cultura do estupro no Brasil” participou da primeira live do projeto Todas elas explicou que a violência contra a mulher é resultado de uma construção social onde o machismo prevalece.

O início do texto apresenta a convidada da live, a apresentadora do Bom Dia Brasil Ana Paula Araújo, que falou sobre um dos primeiros temas deste encontro promovido pela Gazeta, a cultura do estupro, na noite do dia 13. Participaram também a delegada Michelle Meira, que já apareceu citada em análises anteriores, e a presidente do Movimento Bertha Luz, Vânia Venâncio, e com mediação da repórter Elis Carvalho.

O compilado feito pela Gazeta sobre a live traz a fala de Ana Paula sobre a dificuldade de denunciar um estupro justamente pela cultura, o que se torna ainda mais complexo dentro do casamento, pois segundo ela “os homens se veem no direito e as mulheres no dever de ceder”. Apesar da larga utilização do termo cultura, consideramos importante seguir ressaltando que existe também materialidade nas questões de violência contra a mulher, visto que ao dizer que é cultura ou costume tende-se a ficar em um plano mais imaterial de pensamento, podendo ignorar as questões históricas e materiais que formaram a história da mulher e o sistema que nos trouxe até onde estamos hoje. “Se é verdade que na sociedade capitalista a identidade sexual se transformou no suporte específico das funções do trabalho, o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe.” (FEDERICI, 2017, p. 31).

A fala da jornalista segue afirmando que não conhece uma mulher que não tenha sofrido alguma violência, das mais graves até os “assédios do dia a dia”. Apesar de não ter sido colocado explicitamente, aqui a violência deve se referir às contidas na Lei Maria da Penha, mas neste trabalho consideramos um espectro maior, seguindo principalmente a linha de Gago (2020) que aponta violências estatais, financeiras, institucionais, coloniais, dentre outras. Violências sexuais, físicas e o feminicídio podem ser consideradas essas mais graves, mas é importante também ressaltar que todas elas estão entrelaçadas e que umas levam às outras, portanto não devem ser consideradas leves ou “do dia a dia” pois isso normaliza o que não pode ser normalizado.

Quanto à violência sexual, a autora ressalta ainda que pode ser cometido por qualquer pessoa, homens comuns, que muitas vezes nem se consideram estupradores por terem abusado sexualmente de uma mulher alcoolizada, por exemplo. Para ela, é importante desmistificar essa figura do estuprador. Essa é uma informação importante, apesar de parecer óbvia, mas não é, justamente porque ainda se prega no senso comum que o estuprador é o homem desconhecido que aborda a mulher em uma rua escura, quando a maioria dos estupros é cometida por conhecidos, familiares.

Dividiu suas experiências pessoais, de que já sofreu assédio de entrevistados, e que com o tempo se aprende a reagir a esse tipo de coisa. Sabemos que ela estava apontando a sua história, mas sem um processo de transformação ideológico é difícil conseguir ter essa mudança de postura, que vai acontecer também a depender de questões como raça e classe. Até que ponto uma mulher negra e periférica realmente pode se posicionar e reagir a um assédio no ambiente de trabalho da mesma maneira que uma mulher branca, rica e famosa, caso de Ana Paula Araújo? As estruturas sociais são também determinantes em momentos como esses, por isso a importância da luta coletiva, e não apenas individualizada, para conseguir superar a violência para todas, como nos convida Arruzza (2019).

Vem então o subtítulo “Periferia”, no qual a jornalista relata que os crimes sexuais podem acontecer em qualquer lugar, mas em seguida diz que na favela, com o tráfico, muitos estupradores não entendem a gravidade do crime. Diz ainda que o traficante pode escolher uma menina de 13 anos para ser sua mulher e que até as mais velhas sofrem por não poder dizer não ao “chefe do tráfico”. Cita ainda a existência de estupros coletivos. Dizer que estupros acontecem em todos os lugares e em seguida dar destaque à periferia, à favela e culpabilizar o tráfico apaga o que foi dito anteriormente. Vemos aqui claramente as questões de classe representadas, ao colocar na conta da classe mais baixa a conta pela violência contra a mulher, em especial a violência sexual. Mesmo dentro de um contexto onde a proposta é debater a violência contra a mulher de forma diferente, o discurso hegemônico está presente e forte, mostrando o quão distante ainda estamos de uma contra-hegemonia e muitas vezes até mesmo de contrapontos dentro do jornalismo tradicional brasileiro.

No subtítulo “Mentalidade”, ela defende que é preciso tirar a culpa da vítima do pensamento das pessoas, que isso está generalizado até mesmo no judiciário e na polícia. Essa prática de culpabilizar a vítima acontece de forma geral porque fomos socializados (SAFFIOTI, 2015) nesses moldes, patriarcais, machistas, misóginos, racistas, homofóbicos, dentre outras características que fazem parte da sociedade capitalista.

Aparecem então agora as falas das outras participantes da live. Para Vânia Venâncio, a estratégia é mudar a maneira como os filhos são educados, isso ajudaria a desconstruir a cultura do estupro, visto que os pais repassam aos filhos esses pensamentos, de que a filha não pode certas coisas enquanto o filho pode por ser homem, por exemplo. Já Michele Meira acredita que apenas o autor é responsável pela violência que comete, mas que a sociedade pode contribuir com ações de proteção, citando que a polícia, os hospitais e os centros de referência devem fazer acolhimento, assim como amigos e familiares. Essa responsabilização do agressor ignorando o contexto sócio-histórico é característico também no momento que vivemos como sujeitos neoliberais que são fabricados pela sociedade (DARDOT, LAVAL, 2016).

O texto é finalizado com a fala de Ana Paula Araújo de que é possível não ser pessimista e enfrentar a violência, incentivando as denúncias, impedindo que aconteça e acolhendo as vítimas. Impedir que aconteça é o essencial, mas a solução sempre fica no máximo no âmbito dos pais ensinarem aos filhos, mas não se diz de onde virá essa formação crítica dos pais, por exemplo. Se os próprios jornais que são veículos de informação seguem repetindo o discurso hegemônico que contribui para perpetuar o status quo, dificilmente esta educação sugerida por eles – que por tudo que vimos não tocaria na raiz do problema e sugerir uma mudança estrutural e revolucionária – também não traria um fim da violência. Em conformidade com Gago (2020), acreditamos que seja necessário ter ao mesmo tempo reforma e revolução, com medidas imediatas e pensamento em como mudar de forma mais radical para o futuro, mas devemos sempre abordar os dois caminhos em consonância, o que não acontece nas matérias, mesmo nessas nas quais o objetivo seria fazer um jornalismo diferente que apoie a mulher.

Assim, a definição do problema nesta matéria é a cultura do estupro que impera na sociedade, o diagnóstico de causa é a mentalidade machista, o julgamento moral é de que existe mais violência contra a mulher na periferia e a solução sugerida é a mudança na mentalidade através de uma educação diferente para as crianças dentro de casa. O enquadramento da reportagem salienta a questão cultural que determina a violência contra a mulher, mas silencia a complexidade das relações sociais que fazem parte dessa realidade, deixando o assunto aparentemente mais trabalhado e crítico, mas ainda na superficialidade e de forma mais hegemônica como se tem mostrado as matérias de violência contra a mulher na mídia tradicional.

3.3.8 **– "Como terminar um relacionamento abusivo e não voltar para o abusador"**

A matéria foi publicada no dia 8 de dezembro de 2021, com a retranca "Todas Elas", e assinada pela repórter Aline Nunes. No subtítulo, ressalta-se que se trata de uma tarefa difícil e que envolve não apenas a mulher que é vítima desse relacionamento, mas de uma rede de apoio. Logo abaixo uma foto ilustrativa de banco de fotos para venda em divulgação mostra um homem apontando para a mulher, que está acuada, em uma representação do relacionamento abusivo.

Assim como a matéria que fala sobre violência sexual, esta também inicia dizendo que é comum encontrar mulheres que tenham vivido relacionamentos abusivos, com cenas de ciúmes e que chegam até o feminicídio, onde existe relação de poder e não de respeito. Aponta-se que o abuso pode ser travestido como amor e que apesar de difícil, é possível terminar esse ciclo de violência e não retornar para o agressor. Se retornarmos à história das mulheres fica muito mais fácil de entender o relacionamento abusivo, que tem um nome forte e por muitas vezes não é visto como tal pelas vítimas.

Lerner (2019) aponta que o patriarcado levou cerca de 2.500 anos para ser construído, por homens e mulheres, e que só funciona porque teve a contribuição feminina.

> Assegura-se essa cooperação por diversos meios: doutrinação de gênero, carência educacional, negação às mulheres pela definição de "respeitabilidade" e "desvio" de acordo com suas atividades sexuais; por restrições e coerção total; por meio de

> discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político e pela concessão de privilégios de classe a mulheres que obedecem. (LERNER, 2019, p. 267)

A autora segue explicando que a dominação que existia dos homens sobre as mulheres iniciava em casa, pelos próprios pais, e elas poderiam se ver livres de certa forma ao casar, porém eram submetidas ao poder do marido. Normalizou-se essa subordinação feminina, econômica, política, intelectual e até sexual, e hoje, com a luta pelos direitos das mulheres, alguns atos foram criminalizados, porém a dominação continua, inclusive dentro de relacionamentos amorosos, porém a psique coletiva e a mística feminina (SAFFIOTI, 2015) colocam a mulher como boa quando ela aceita o que for preciso para manter o seu casamento e a sua família. Mulheres que se rebelam contra esse molde e tomam as rédeas da própria vida, buscam conhecimento, vivem de forma alternativa ao sistema patriarcal hegemônico, foram e ainda são chamadas de bruxas, ou demônios, putas, dentre outros nomes pejorativos (FEDERICI, 2017).

Na matéria vem a fala da criadora do grupo Juntas e Seguras e Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais, Renata Bravo, que conta que o grupo foi criado na pandemia para ajudar meninas e mulheres, mostrando que elas não estão sozinhas. Mas ela expõe que existem grandes dificuldades, como a dependência econômica e emocional, e por isso existe a necessidade da sociedade apoiar essas mulheres que precisam sair desse tipo de relacionamento. Ter alguém com quem contar, uma amiga, um parente, pode fazer toda diferença, pois normalmente os abusadores afastam as mulheres de todos, para aumentar a dependência emocional, e por isso é importante não julgar, mas oferecer apoio para quando a vítima estiver pronta para pedir ajuda.

A fala de Renata é confirmada por Mônica Nogueira, Doutora em Psicologia, que lembra do julgamento existente ao haver o término de um relacionamento abusivo, quando muita gente já diz que a mulher certamente voltará para o abusador. Sem uma rede de apoio, esse retorno tem muito mais chance de acontecer. Existe essa necessidade de apoiar mulheres individualmente, mas não se deve perder o foco do coletivo, pois essa propaganda de mulheres que conseguiram e são empoderadas sem um pensamento crítico e um seguimento nas ações de transformação para que todas de fato não estejam mais subjugadas faz parte de um feminismo liberal (GAGO, 2020), que não é a corrente defendida aqui.

São inseridos então os dados de feminicídio no Espírito Santo, 19 dos 81 homicídios de mulheres que ocorreram até 8 de novembro foram assim categorizados pela Polícia Civil, sendo que em 66% dos feminicídios o marido ou ex estavam envolvidos no crime. Mônica ressalta que não se trata de um problema individual, mas de toda a sociedade, tal qual um problema de saúde pública. Apesar da Lei Maria da Penha e das campanhas que já existem contra a violência contra a mulher, as causas das mulheres ainda são vistas como inferiores, menores, frescuras, e isso também faz parte de um projeto político de continuidade do *status quo*. Lembrando que, novamente segundo Gago (2020), a mulher vive um paradoxo, em que é excluída e ao mesmo tempo incluída no contrato.

> Pode-se usar esse esquema justamente para pensar a diferença sexual como hierarquia política: não há um sexo excluído à custa da inclusão do outro; mais que isso, é a exclusão (por exemplo, do trabalho doméstico com relação ao salário) que explica o próprio modo pelo qual a inclusão (por exemplo, o modo como o salário "inclui" o trabalho doméstico como atribuição familiar) está internamente estruturada por modos específicos de exclusão. Aqui voltamos à relação que sustenta o "patriarcado do salário", que é a mesma dinâmica que projeta a diferença sexual como diferença entre espaço público e privado: o espaço público (civil, masculino e branco) reclama atributos e capacidades que implicam a repressão (ou inclusão como exclusão) da esfera privada (natural, de corpos sexuados). (GAGO, 2020, p, 68)

Brunela Vicenzi, professora da Ufes e coordenadora do Laboratório de Pesquisa sobre Violência contra a Mulher, defende que devido à ineficiência de políticas públicas, faz-se ainda mais necessária a rede de apoio, já que mesmo quando a mulher denuncia, não há uma garantia de que o agressor ficará longe. Essa é uma fala que consideramos muito real, algo que nem sempre aparece nas falas escolhidas pelos jornalistas para serem estampadas nos jornais. Apesar da legislação, o poder público não garante a segurança das mulheres, ainda é insuficiente, e como já dissemos amparadas em Arruzza (2019), não deveríamos de fato esperar que polícia e judiciário que também estão inseridos no sistema patriarcal de fato sozinhos dessem conta de resolver a situação da violência contra a mulher. Por isso Bruna indica que as mulheres sempre contem aos familiares e amigos o que passa em casa, pois isso pode auxiliar no momento de deixar o relacionamento abusivo. Acreditamos no feminismo para os 99%, que une as diferentes frentes de luta para garantir um futuro melhor em todos os sentidos, entendendo que a questão de gênero é um dos pontos deste nó que forma a sociedade capitalista.

Renata volta a ter uma fala na matéria, abordando a questão cultural do casamento, que deve ser mantido para sempre, principalmente quando se tem filhos, para seguir o sonho romântico que foi ensinado às meninas na infância. Federici (2019) já dizia que o que a sociedade chama de amor, na verdade é trabalho não remunerado, tratando-se do trabalho de reprodução social. E este sonho romântico de conto de fadas é na verdade apenas mais uma maneira de fazer com que as mulheres cooperem para o prosseguimento deste modelo social, que é lucrativo para uma pequena parcela, construído através de violência e mantido sobre o suor e lágrimas da maioria da população.

Mônica complementa que para a mulher, o término muitas vezes representa o fracasso, seria na análise que estamos fazendo como deixar de cumprir o contrato que a faz ter alguns privilégios na classe social por ser casada (LERNER,2019) e não mais pertencer ao grupo que cumpre a mística feminina (SAFFIOTI, 2015). Lembra que existe a fase da “lua de mel”, na qual o agressor passa a tratar a mulher bem, e muitas acabam cedendo e voltando ao ciclo da violência. Para Mônica, tudo isso entra na conta cultural, do machismo. Já tratamos aqui da importância de não isolar as questões de gênero ou colocá-las apenas como culturais, mas também políticas e econômicas, entendendo que existe além do gênero a raça e a classe a serem consideradas nas análises, nas raízes, no contexto histórico.

A psicóloga segue dizendo que o término de um relacionamento abusivo não é como o de um saudável, é preciso procurar ajuda, de amigos e família ou do poder público, através de um advogado ou diretamente na polícia. Para ela, quem se dispõe a ajudar pode, por exemplo, receber essa mulher em casa ou conseguir uma passagem para que saia da cidade. Por isso ressaltamos que não é apenas cultural, imaterial, existem diversas questões materiais que envolvem essa violência, as maneiras de entendê-la e de fugir dela.

Entra já no fim da matéria mais uma especialista, Conceição de Maria Mendes Andrade, superintendente e cofundadora do Instituto Maria da Penha, que reitera a importância das políticas públicas, pois a mulher pode não ter familiares e amigos com quem possa contar. Para ela, é preciso informar a essas mulheres das estruturas já existentes e oferecer apoio efetivo. Esse termo, “apoio efetivo”, chamou a atenção porque para quem está em um relacionamento abusivo, palavras podem

ajudar, mas é necessário mais do que isso para conseguir um rompimento do ciclo. A fala de Conceição é importante para não tirar a conta do poder público e colocar no indivíduo, o que é uma prática neoliberal que tem se naturalizado bastante. Neste trabalho, tentamos olhar o quadro de forma mais ampla e global, entendendo a necessidade de reforma e revolução, de mudanças individuais juntamente a uma manobra coletiva, de ações civis que cobrem o poder público e de uma tomada de poder popular que construa uma sociedade diferente.

Nos últimos parágrafos do texto da Gazeta, tem a informação de que no Espírito Santo existem 15 unidades especializadas em atendimento às vítimas de violência, além da Casa Abrigo, que recebe mulheres que sofreram agressão ou são ameaçadas com seus filhos de até 14 anos. Mas a psicóloga Mônica Nogueira alerta que para que não se chegue ao ponto de precisar dessas políticas públicas seria necessário uma mudança na educação de meninos e meninas, intensificando no caso das meninas a autoestima e evitando uma fragilidade que pode ser armadilha para o abuso. Notamos que, apesar de incluir meninos e meninas nesta necessidade de educação transformadora, o foco vai para as meninas não serem frágeis e terem autoestima e não para os meninos não serem abusadores.

Assim, o enquadramento traz a definição do problema como a dificuldade das mulheres saírem de relacionamentos abusivos, o diagnóstico da causa como a cultura machista que a faz sentir fracassada se terminar o casamento e que a mantém emocional e economicamente dependente do companheiro, o julgamento moral aparece de forma mais sutil no fim do texto ao dizer que a educação precisa vir focada nas mulheres que devem ter mais autoestima e menos fragilidade, e a indicação de solução é a mudança na cultura machista e a instauração de políticas públicas. O enquadramento do texto salientou que é um problema geral na sociedade e não individual, mostrou críticas às políticas públicas que ainda não dão conta do problema e trouxeram vozes de especialistas que estudam o assunto e atuam nessas causas para falar. Dentre as matérias analisadas, foi a que mais se adequou à proposta que é colocada no Todas Elas, de fazer o jornalismo de forma diferente no que se trata da violência contra a mulher.

3.4 – RESULTADO DAS ANÁLISES DAS MATÉRIAS DO TODAS ELAS

A Gazeta se propôs a modificar sua maneira de relatar as questões da violência contra a mulher criando a página Todas Elas. Analisamos matérias que falam de estupro, de feminicídio, de agressão, da violência como um todo, mas observamos também no momento de coleta que havia muito material sobre empreendedorismo, empoderamento, histórias de superação, vagas de emprego para mulheres, dentre outros conteúdos que seguem esta linha. Entendemos essa vertente como feminismo liberal, que ressalta principalmente as conquistas individuais, que acredita que uma mulher no topo é suficiente para fazer a diferença e que o "empoderamento" que prega que a mulher pode fazer o que quiser é o maior ato revolucionário possível.

Não poderíamos esperar que um grande veículo de comunicação, que tem ligação com o Grupo Globo, com objetivos capitalistas e inserido em um Estado com altos índices de violência contra a mulher, fosse apresentar um projeto de fato revolucionário, com um sentido real de transformação, como se propõe o feminismo marxista, por exemplo. Já apontamos que mesmo com a emergência do digital, as regras do jornalismo seguem as mesmas em muitos sentidos, os grandes veículos continuam com mais audiência e alcance, mas para isso seguem sua fórmula de sucesso, apresentando uma mistura do conteúdo que o público deseja ver com o que satisfaz seus interesses corporativos. No caso da violência contra a mulher, o assunto tornou-se uma espécie de tendência, hoje não é de bom tom virar as costas para as causas sociais, tratar desses assuntos é também em algum nível cumprir sua cota de responsabilidade social e de progresso. O capitalismo se apropria até mesmo dessas pautas para dominá-las e continuar hegemônico, e não necessariamente o sujeito percebe que está ainda reproduzindo aspectos hegemônicos, e foi algo neste sentido que encontramos nas matérias de Todas Elas, que tentaram vestir uma roupagem inovadora, mas seguiram ainda com muitos aspectos do que já era produzido anteriormente.

Existiram, sim, algumas diferenças em relação ao que era feito nas matérias de polícia analisadas previamente, mas alguns textos ainda seguiram basicamente as informações de boletim, bem no estilo hard news, apenas o factual do crime sem nenhum tipo de análise que fosse além. Encontramos mais falas de especialistas, textos maiores e que abordavam machismo e necessidade de cultura e transformação, o que não era visto nas matérias de polícia que faziam parte do

veículo anteriormente. Mas em muitos deles, verificamos os silêncios de falta de dados, pensamento crítico, pluralidade de vozes, indicações de onde fazer denúncias, apresentação de um problema estrutural que tem também viés econômico, não apenas cultural, e a questão racial e de classe não surge como forma de análise, de explicação, apontando que estes fatores também têm influência na violência de gênero.

Assim, percebemos que o veículo traz uma proposta diferente, mas que existem limites para o que pode ser feito dentro de um jornal hegemônico. Algumas saliências deixadas pelos repórteres, como as críticas às instituições e a fala de que este é um problema geral da sociedade, representam os contrapontos que os repórteres muitas vezes conseguem fazer, mesmo que não seja o grande objetivo do veículo. É preciso considerar que esses contrapontos também possam ser até onde a interpretação deste jornalista vai, visto que este profissional também está inserido na mesma lógica capitalista e hegemônica e não necessariamente passou por um processo de compreensão da necessidade de rompimento com este sistema. Mesmo quem tenha já um pensamento mais revolucionário nem sempre consegue inseri-lo em seu texto de um veículo como este, por isso não se pode deixar de considerar sempre que o trabalho desses e principalmente dessas jornalistas têm limite, o que trataremos no próximo capítulo.

O Todas Elas aparece então nesta breve análise que pôde ser feita como um passo dado em uma direção de mais abrangência na comunicação, até mesmo uma possível resposta à demanda por algo diferente do que apenas matérias policiais que possa ter vindo do público. Deve ser considerado como uma melhoria no conteúdo da Gazeta, mas com parcimônia, sem colocar como o modelo a ser seguido ou de fato um conteúdo transformador, mas como uma mudança no formato, uma nova editoria que faz um enquadramento um pouco diferente.

A produção no momento em que esta análise foi feito ainda estava no início e será preciso mais tempo para avaliar o rumo que a página tomará, com o avanço por parte de mais pesquisadores do tema. Comparamos a página com a Universa, da Uol[41], que também trata de temas “femininos”, mas é mais amplo, abordando também beleza, horóscopo, sexualidade, moda, entre outros. Consideramos a

[41]Disponível em https://www.uol.com.br/universa/ Acesso em 21/02/2021

Todas Elas uma página com aspecto mais político, com temas afins que são desdobramentos das questões da violência de gênero. Pode ser uma abertura para que outros veículos ao menos olhem com mais atenção para o assunto e tratem com um pouco mais de profundidade, busquem mais fontes, tragam para o público uma informação que tenha mais criticidade, mesmo que ainda não seja da maneira como defendemos no trabalho. Não podemos desconsiderar os processos históricos que fazem parte do caminho de transformação da sociedade, e sim chamar atenção para eles e utilizá-los a nosso favor na luta em vez de deixar o sistema usurpar essas pautas.

4.– O TRABALHO DA JORNALISTA

Neste capítulo falaremos sobre as relações de trabalho, especialmente na fase do capitalismo em que estamos – um período onde impera o neoliberalismo e o capitalismo de plataforma e de dados. O trabalho do jornalista será o nosso foco, para conseguir analisar de forma mais complexa as matérias de violência contra a mulher que são apresentadas no jornal A Gazeta, pois desta forma é possível investigar não apenas o produto, mas compreender as dinâmicas de como foi produzido e o que pensa esse profissional. Ao fazer a coleta das matérias, percebemos a predominância das mulheres nas assinaturas e optamos por pesquisas justamente o trabalho delas, as jornalistas que escrevem sobre violência de gênero.

A intenção aqui é observar se as condições de trabalho, as diretrizes do veículo e a própria subjetividade das profissionais teria influência sobre o material que é produzido para o jornal. Isso porque partimos da concepção materialista histórica e dialética nesta pesquisa, entendendo que a realidade é construída pelas ações dos seres humanos no momento histórico em que se está, tendo recebido também uma herança histórica das gerações anteriores. É preciso entender que o jornalista não é uma entidade imaterial, mas um trabalhador dentro de uma sociedade capitalista que também precisa vender a sua força de trabalho para produzir uma determinada mercadoria. Apesar de não ser uma mercadoria mais palpável como os exemplos dados por Marx (2017), ao explicar a produção de itens como um casaco ou uma bota, o texto jornalístico ainda assim é um item com valor que foi feito com intencionalidade transformando uma determinada “matéria-prima” em um produto com valor de uso e de troca. Antes do território digital, essas matérias eram literalmente vendidas, pois era necessário comprar o jornal para ter acesso a elas. Agora, a relação comercial continua, porém com o avanço do digital as outras maneiras de monetização são ainda mais intensas, com as propagandas que são colocadas pelos anunciantes em páginas e posts e que tem os resultados medidos por cliques, tornando a corrida pela audiência ainda mais intensa (FÍGARO, 2020).

Buscamos conversar com mulheresjornalistas que trabalham ou trabalharam na Gazeta e que tiveram ligação com as matérias de violência contra a mulher, a fim

de entender o lado delas dessa produção. Conversamos por telefone com cinco jornalistas, tanto as que ainda estão no veículo quanto as que já deixaram o jornal, que aceitaram falar sobre suas experiências e autorizaram a utilização do material coletado na pesquisa. Optamos pelo método qualitativo e não quantitativo, por darmos neste momento prioridade a um relato mais profundo e com mais facetas do que respostas mais simples de mais profissionais. Com as entrevistas feitas no segundo semestre de 2020, foi possível entender um pouco melhor a dinâmica da Gazeta na produção das matérias que analisamos no trabalho.

A fim de conseguir embasar teoricamente essas respostas das mulheres, utilizaremos aqui os autores e as ideias sobre jornalismo e gênero que já foram apresentados nos capítulos anteriores e acrescentaremos um pouco das relações de trabalho em geral, além de especificamente no contexto digital e neoliberal e o de mulheres jornalistas. Feita essa breve introdução, faremos a relação de jornalismo, violência contra a mulher e trabalho ao relato das cinco jornalistas que aceitaram participar conosco dessa construção de pensamentos.

4.1 – AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Antes de falar especificamente sobre as relações de trabalho na atualidade e do trabalho da mulher jornalista, é importante explicitar o que entendemos por trabalho. Marx (2017) aponta que o trabalho no começo precisa ser compreendido a parte das questões sociais determinadas:

> O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht].* A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo sua própria natureza. (MARX, 2017, p. 255)

O filósofo e economista ressalta que sistematizar meios de trabalho é algo específico dos humanos, pois apesar de os animais terem também processos similares, eles não idealizam antes uma determinada coisa em seu pensamento e depois encontram maneiras de materializar, como as pessoas fazem, e essa é a grande diferença. Assim, este processo de trabalho feito pelo homem resulta em um produto, algo que terá uma utilidade para as pessoas, um objeto que incorporou o

trabalho humano, como chama o autor, um “objeto trabalhado”. Podemos chamar este objeto trabalhado de mercadoria, que ainda segundo Marx (2017) é algo que vai satisfazer uma necessidade humana. Para medir o valor dessa mercadoria, que inicialmente era feito por meio da troca de x por y, esses valores precisavam ter um correspondente comum:

> Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria permanece constante se permanece igualmente contante o tempo de trabalho requerido para sua produção. Mas este muda com cada mudança na força produtiva do trabalho. Essa força produtiva do trabalho é determinada por múltiplas circunstâncias, dentre outras, pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. (MARX, 2017, p. 118)

O trabalho do homem, mesmo inicialmente sendo voltado apenas para a sua própria sobrevivência e não à comercialização ou lucro, já era entendido por Marx (2020) como uma atividade exteriorizada de sua vida, e que ao produzirem sua forma de subsistir estavam também produzindo a sua forma material, e que por isso, o que as pessoas são dependia do que elas tinham condição de produzir. O desenvolvimento da vida e da história, ainda de acordo com esta teoria, está intimamente ligado ao que era feito pelo homem, materialmente, e os pensamentos e a realidade surgiam também a partir dessa produção.

Já partindo para o modo de produção capitalista, o filósofo explica que a diferença deste momento para quando o trabalho representava apenas a produção de uma mercadoria que satisfaria uma necessidade é que agora passa a ser produtivo apenas o trabalho que gera mais-valia, ou seja, que deixe um excedente da produção para o capitalista, que aumente, valorize o capital. Ou seja, o capitalismo é o “processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios de extorsão de trabalho não pago” (MARX, 2020, p. 207). O trabalho em si produz mercadorias, mas o trabalho no capitalismo é baseado no lucro, um valor excedente que não vai para o produtor, mas para o detentor dos meios de produção, no caso, o capitalista.

Já apontamos aqui neste trabalho que existe a classe dominante que consegue ter a sua ideologia como a hegemônica na sociedade, tudo isso baseado em autores que interpretam Gramsci. Mas essa ideia já estava presente também em Marx (2020), que apontou para o fato de que a classe dominante detém os meios de

produção material e que, por isso, também controla a produção espiritual, portanto consegue colocar suas ideias como dominantes sobre aquelas que não detém os meios de produção, nem materiais nem espirituais. Um exemplo disso que se relaciona à pesquisa em comunicação é a detenção dos grandes veículos de comunicação, que estão sob posse de algumas famílias de classe alta e que contribuem para a disseminação de ideias e padrões, das músicas que são tocadas, das roupas que são tendência, dos filmes que vendem mais ingressos, dentre outros. Nestes casos, o proprietário ficará não apenas com o lucro, o dinheiro, mas participa também da construção dos pensamentos e escolhas das pessoas, influencia na política, lança moda, ou seja, controla também a produção espiritual.

Ressalta-se ainda que, a classe dominante coloca essas suas ideias não como favoráveis à sua classe apenas, mas como a toda sociedade, como se elas fossem as únicas com validade, ou seja, conferindo às suas ideias uma universalidade. Dessa forma, com o próprio dominado acreditando que aquele sistema lhe é favorável, fica ainda mais fácil de seguir com a dominação a manutenção do *status quo* Para o trabalhador que está inserido na cadeia produtiva capitalista, a ideologia colocada é a de que o trabalho engrandece o homem e que com esta ação será possível chegar ao topo da pirâmide, por isso é interessante dar tudo de si no desenvolvimento de sua atividade. Essa ideia de que o trabalhador faz parte da empresa tanto quanto o dono da mesma e que é preciso defendê-la contribui ainda para o empresário cresça ainda mais pagando ao trabalhador o mesmo, aumentando a distância entre topo e base da pirâmide. Mais uma vez trazendo para a realidade da pesquisa, se o jornalista entende que precisa engrandecer o seu jornal e seguir a sua ideologia para crescer profissionalmente e a maioria dos grandes veículos que empregam jornalistas são capitalistas que tendem a ter o interesse da classe dominante, torna-se mais difícil de termos matérias que vão contra esse pensamento e façam um papel transformador da sociedade. O jornalista apesar de ser visto muitas vezes como uma pessoa totalmente livre e que expressa a sua opinião, também faz parte de uma engrenagem na qual precisa entregar o que lhe é solicitado.

Marx (2020) explica como o capital, a propriedade privada e o processo do trabalho como foi construído levam a uma alienação do trabalho e do próprio homem. Isso porque o trabalho não produziria apenas uma coisa, uma mercadoria,

mas também o próprio trabalhador como uma mercadoria necessária para que esse processo aconteça. Ao nos formarmos e especializarmos em uma área, nos colocamos no mercado de trabalho para sermos contratados, em um processo similar ao produto que é disposto em uma loja. Na rede social Linkedin, o trabalhador expõe suas qualidades e interage de forma a chamar atenção das empresas e ser contratado, com objetivo de produzir algo que gere lucro, ser remunerado por isso e conseguir se manter. O trabalhador produz então algo exterior a ele, algo alienado, que passa a existir independentemente dele e depois passa até mesmo a exercer poder sobre ele na sociedade capitalista. O operário que trabalha em uma fábrica de eletrodomésticos ainda precisa comprá-los em uma loja muitas vezes por um valor que está muito distante do seu salário, o encarregado que atua em uma empresa de energia precisa pagar a conta de luz no fim do mês, o jornalista que escreve matérias para um determinado veículo também é público-alvo de propagandas das matérias que lê ou ouve e assim sucessivamente.

Ainda seguindo a mesma linha teórica, o trabalhador é colocado em uma servidão por só conseguir ser de fato trabalhador à medida que é um sujeito físico, mas para se manter como tal, precisa de meios de sobrevivência, e estes só são alcançados por meio do trabalho. É um ciclo que parece impossível de ser quebrado. Assim, por mais que o trabalho na sociedade pareça intrínseco ao ser humano, o fato de trabalhar para conseguir satisfazer uma necessidade e não pelo ato ser uma satisfação em si aponta para a exteriorização do trabalho, para sua alienação, pois não pertence à sua essência, mas torna-se uma obrigação, uma coação a produzir algo que não lhe pertencerá.

> O trabalho alienado inverte essa relação até que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para a sua *existência*. […] O objeto do trabalho é, portanto, a *objetivação da vida genérica do homem*, na medida em que ele se duplica não só intelectualmente, como na consciência, mas também operativamente (*werktatig*), realmente, e contempla-se por isso num mundo criado por ele. Por isso, na medida em que arranca ao homem o objeto da sua produção, o trabalho alienado arranca-lhe a sua *vida genérica*, a sua real objetividade genérica, e transforma sua vantagem sobre o animal na desvantagem de lhe ser retirado o seu corpo inorgânico, a natureza. (MARX, 2020, p. 326)

É importante ressaltar que é o próprio homem quem tem esse poder de alienar outro homem, é um ser humano quem detém esses objetos produzidos e a quem o trabalhador está a serviço. Assim, é a propriedade privada o resultado desse

trabalho exteriorizado, alienado e portanto, também da alienação do trabalhador, do homem. Os jornalistas também podem passar por esse processo de alienação do trabalho, visto que a sua produção textual ou audiovisual é em sua maioria direcionada pelo patrão, que precisa deste conteúdo a fim de atrair o público e ganhar dinheiro com os anúncios de empresas. As ideias, o pensamento, as informações que este profissional tem se materializam em textos, áudios ou vídeos que são ofertados para as pessoas. Nessa equação entra também o salário, que é a consequência desse trabalho, mas que é oferecido ao trabalhador, e não a quem detém os meios de produção, visto que estes ficam com um valor normalmente superior, o lucro.

Seguindo a linha de pensamento marxista, Harvey (2011) ressalta que o capital é justamente esse processo de enviar dinheiro buscando mais dinheiro e para que isso funcione, o ciclo não pode ser interrompido, deve estar sempre em movimento. O geógrafo já havia tratado em trabalhos anteriores e fala novamente neste sobre a importância de ampliar a aceleração e reduzir as barreiras espaciais, transformando as relações de tempo e espaço, para que o consumo seja maior e o capitalismo continue em expansão. Ressalta que na época medieval, na Europa, houve muita violência e depredação para acumular capital, e com o passar do tempo os sistemas sociais tentaram diminuir essa acumulação excessiva em poucas mãos, porém, essas restrições foram afrouxadas nos Estados Unidos e outros locais a partir de 1980.

Esse período temporal indicado por Harvey (2011), também nos remete ao neoliberalismo, que, segundo Gago (2018), teve sua experimentação na América Latina desde a década de 1970. A autora aponta que de forma geral e resumida podemos elencar como políticas do neoliberalismo as privatizações, diminuição das proteções sociais, flexibilização do trabalho, dentre outros pontos que, neste continente, foram implementados pelas ditaduras e consolidado ao longo das décadas, mas passando por alterações. Defende que esta não é uma política implementada apenas de cima para baixo e que poderia, portanto, ser findada pelo governo de forma simplista com um retorno do estado, visto que está presente também nos territórios e na subjetividade popular:

> Uma primeira topologia: *de cima para baixo,* o neoliberalismo sinaliza uma modificação do regime de acumulação global – novas estratégias de corporações,

> agências e governos – que leva a uma mutação nas instituições estatais nacionais. Neste ponto, o neoliberalismo é uma fase – e não um mero matiz – do capitalismo. E, *de baixo para cima*, o neoliberalismo é a proliferação de modos de vida que reorganizam as noções de *liberdade, cálculo* e *obediência*, projetando uma nova racionalidade e afetividade coletiva. As revoltas durante a crise de 2001 na Argentina marcaram uma ruptura da legitimidade política do neoliberalismo "de cima". (GAGO. 2018, p. 17)

Carcanholo e Baruco (2009) explicam que os princípios do neoliberalismo iniciaram na academia em 1960 e passaram para o meio político com as forças conservadoras em diferentes países na década de 1980, com a desregulação, as privatizações e uma maior abertura comercial. Instituições como o FMI incorporaram também essas políticas e as implementaram principalmente nos países periféricos que dependem delas. A crise dos países comunistas, no fim dos anos 80, fortalece a implementação do neoliberalismo, que aparece com mais força na América Latina, apesar do continente já ter tido as primeiras experiências na década de 1970. Os autores citam que o neoliberalismo passa agora por uma crise devido à incapacidade de continuar com o crescimento econômico nos países que seguiram suas políticas.

> Assim, o neoliberalismo, enquanto discurso e posicionamento político-ideológico também parte da afirmação que a sociedade viveria uma nova era. Este novo mundo, sob a dominação de globalização, seria caracterizado pelo aumento no fluxo internacional de bens e serviços (globalização comercial), expansão das empresas transnacionais e de suas operações em distintos países, afirmação de uma nova (a terceira) revolução tecnológica (estes dois últimos aspectos conformariam a globalização produtiva), e a maior integração e interpenetração dos mercados financeiros (globalização financeira). (CARCANHOLO; BARUCO, 2009, p. 139)

Já falamos anteriormente que quem pode alienar o homem é o próprio homem e esse momento do neoliberalismo não é simplesmente impulsionado pelo "mercado" ou pelo "governo", de forma impessoal e até mesmo levemente mítica, como quando nos referimos à "mão invisível" que rege a economia. Dardot e Laval (2016) explicam que a estratégia de domar os sujeitos para que se tornem mais dóceis e aceitem e sigam o sistema vigente não funcionava mais da mesma maneira e foi preciso adotar uma nova tática, que eles chamaram de criar um "sujeito neoliberal", cuja subjetividade estivesse de fato integrada à atividade que lhe fosse proposta.

Assim, existe uma mudança na relação de trabalho e ela é crucial para entendermos o contexto atual, o trabalho dos jornalistas em geral e especificamente

das jornalistas que trabalham na Gazeta e escrevem sobre violência contra a mulher, que é o foco de nosso trabalho. Neste contexto do neoliberalismo, não se separa mais o trabalhador do homem em sua vida pessoal, mas une-se em um só, para que haja uma entrega total ao trabalho, enxergando-se não como um funcionário que desenvolve uma atividade e recebe um salário no fim do mês para remunerar o que fez, mas como um colaborador que faz parte da história da empresa, que tem um papel importante, tal como o dono (o capitalista) e que por isso deve entregar muito mais do que as horas contratadas.

> Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para a sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir. (DARDOT;LAVAL, 2016, p. 327)

Esse envolvimento com a subjetividade dos sujeitos é que se referia Gago (2018) e que torna o neoliberalismo uma questão complexa e múltipla, com muitos desdobramentos. Para este trabalho, nos importa saber que existe uma relação intrínseca entre neoliberalismo e o trabalho dos jornalistas. Para isso, recorremos a Fígaro (2015), que aponta as matérias jornalísticas como mercadorias, tanto com valor de troca para as grandes empresas que lucram com os veículos de comunicação quanto com valor de uso para os cidadãos que podem se informar. Porém, com o avanço da tecnologia e do digital, que modificou a maneira de acessar informações, houve uma mudança também na maneira de produzir essas informações, passando a ter um interesse menor em pautar o leitor e cidadão e maior em se adequar ao que esse leitor busca, com um perfil bem mais comercial. Ainda segundo a autora, o perfil do jornalista também mudou, e o profissional em geral tornou-se mais jovem, escolarizado, feminizado e que muitas vezes acumula mais de uma função, atuando como repórter assessor. Aumentou o número de profissionais que trabalham de casa, os freelancers, e são na verdade Pessoas Jurídicas, sem vínculos trabalhistas com o empregador, o que é bem característico do neoliberalismo.

Fígaro (2015) aponta que a sua pesquisa encontrou profissionais do jornalismo que ainda não entendem de fato qual é o seu papel social e que a própria

formação acadêmica tem dificuldade em como preparar o profissional para esse momento do jornalismo em que o próprio capitalismo tem uma faceta diferente devido à crise. Genro Filho (2012) apresenta a possibilidade do jornalismo como práxis, um olhar diferente do que é possível fazer na produção noticiosa para além do que propõe a burguesia, já que a atividade nasceu no capitalismo, mas não necessariamente precisa sempre estar a serviço dele. Para o autor, o jornalismo pode estar tanto a favor da visão dominante e hegemônica quanto pode apresentar um contraponto com uma perspectiva revolucionária. Isso porque a comunicação é feita pelos homens e envolve tanto as questões materiais e objetivas quanto a subjetividade histórica.

De Souza (2017) aponta algumas dificuldades que o jornalista trabalhador encontra para conseguir colocar criticidade em sua produção e ser um agente da práxis noticiosa explicada por Genro Filho (2012). O professor destaca os baixos salários ofertados aos jornalistas, as demissões em massa justificadas pela informação disponível na internet, a grande exploração do trabalho e o alto índice de desemprego como fatores que desgastam os trabalhadores e dificultam a concretização de um jornalismo que poderia contribuir para a transformação social. A maior facilidade de produção e distribuição de notícias na internet, que poderia ser um fator a contribuir para essa transformação, na verdade também está a favor da hegemonia visto que a classe dominante é quem tem mais acesso a ela.

> Com a facilidade em adquirir conteúdos, os empresários do setor aproveitam para diminuir custos e maximizar lucros com o enxugamento de trabalhadores. A passividade dos autônomos, motivadas por adesão ideológica, mas também por necessidade de sobrevivência concreta, proporciona maior controle dos empresários, que reestruturam diariamente o parque produtivo no sentido de cimentar seu poder em um negócio fluído e incerto. Alimentar a grande máquina informativa tornou-se a tarefa desses operários da notícia, mas a abundância e gratuidade com que um exército de produtores de conteúdo despejam na rede suas informações, fragilizam o status e a credibilidade do jornalista. (DE SOUZA, 2017, p. 10)

Segundo a pesquisa realizada por Fígaro (2015), a maioria dos jornalistas brasileiros é mulher, até 35 anos, sem filhos, trabalham de 8h a 10h por dia para vários clientes, precisam dominar diferentes plataformas, tem formação superior e especialização e lidam com um salário precarizado. Muitos atuam como freelancer, justamente porque vínculo empregatício formal tem se tornado cada vez mais raro. O sujeito neoliberal também é o jornalista, o empresário de si mesmo, que pode

fazer o seu horário e trabalhar até mesmo de casa neste mundo globalizado e tecnológico. Mas apesar de produzir uma mercadoria que em um capitalismo de plataforma pode se entender como tão valorizada quanto é a informação, na verdade tem se desvalorizado pela abundância de textos, vídeos, fotos e áudios que são disponibilizados gratuitamente na internet. Logo essas notícias deixam de ser importantes e o sistema precisa de mais. Como já apontava Marx (2020), quanto mais o trabalhador produz determinada mercadoria, mais ela se desvaloriza e menos ele recebe. É também o que tem acontecido com o jornalista do século XXI.

Entendendo que a maior parte desses profissionais é mulheres, interessa-nos observar as particularidades do trabalho da mulher e da mulher jornalista. Previamente, falamos sobre a divisão sexual do trabalho, que no início da civilização, como explica Lerner (2019), a mulher carregar a criança para proteger do frio e amamentar enquanto o homem ia caçar foi algo que fazia sentido para aquele contexto histórico. Porém, o advento da propriedade privada e passagem da herança de pai para filho mudou a configuração das relações e com o patriarcado, o trabalho das mulheres foi desvalorizado e até mesmo impedido.

A elas, ficou designado o trabalho doméstico, considerado inferior por não produzir imediatamente valor. Cuidar da casa e das pessoas é um trabalho não pago, mas sem ele, não haveria como dar continuidade à própria produção capitalista, pois os homens – e as mulheres – trabalhadoras não estariam preparados para este papel. Battacharya (2013) indica que existem três processos que reproduzem a força de trabalho: coisas como casa, comida e cuidados emocionais que possibilitam aos trabalhadores ativos retornar para seus postos de trabalho; regenerar trabalhadores não ativos, como crianças e adultos, para que possam integrar o processo de trabalho; criar novos trabalhadores, ou seja, parir seres humanos. O trabalho de reprodução social é essencial para manter o sistema capitalista, mas não é remunerado ou valorizado.

Mas a realidade atual não é de mulheres fazendo “apenas” o trabalho não pago de reprodução social, visto que também precisam vender sua força de trabalho ao mercado. Ainda segundo Battacharya, com a ascensão do neoliberalismo que reduziu as políticas de assistência social, o acesso a creches para deixar as crianças e poder trabalhar ou a uma real assistência para quem sofre violência

doméstica e depende economicamente do parceiro poder se equilibrar economicamente e – com apoio emocional dentre outros pontos – sair do relacionamento abusivo, torna-se muito mais difícil para as mulheres conseguirem um mínimo de dignidade. Assim, seguem ganhando menos do que os homens mesmo tendo mais qualificação, aceitam subempregos e servem como um exército de reserva para a sociedade capitalista. A questão hoje não é mais das mulheres não poderem trabalhar e terem que ficar em casa, como já foi – isso para mulheres brancas de classe média e alta que não tinham o trabalho no mercado como uma realidade desde sempre – mas o acúmulo de trabalho e a alta exploração que desencadeia em outros problemas sociais.

Federici (2017) relata que até o século XVII foi implementado o processo de transformar as mulheres em “não trabalhadoras”, pois o trabalho feito em casa deixou de ser considerado trabalho e perdeu o valor. Seguindo essa tendência, quando era ofertado trabalho no mercado, ou seja, fora de casa, para as mulheres, era pago um valor bem menor do que aos homens, e que elas aceitavam por não ter em muitos casos outra opção, por exemplo situação de mulheres viúvas. A historiadora explica que agora é possível compreender o processo com todas as suas partes: as mulheres foram excluídas do trabalho no mercado, dando mais espaço para os homens, e as limitando ao trabalho doméstico, surgindo a figura da dona de casa que faria todo o trabalho de reprodução social. As mulheres que insistiam em trabalhar fora de casa eram vistas como “megeras”, agressivas, bruxas, e cresceu a onda de misoginia a partir do século XV.

A autora pontua também que existiu uma grande diferença nessa questão do trabalho e da subordinação da mulher ao homem depois da ascensão do sistema capitalista de produção. Isso porque no período pré-capitalista as mulheres tinham acesso às terras e aos bens comuns, mas nessa nova organização do trabalho, elas mesmas viraram os bens comuns, seu trabalho enxergado como algo natural, obrigatório, a que todos tinham direito. As mulheres exerciam para os homens o trabalho de reprodução social, cuidando deles e provendo filhos que os ajudavam na indústria artesanal e quando elas eram contratadas para algum tipo de trabalho remunerado, quem recebia os proventos era o marido.

> Tal política, que impossibilitava que as mulheres tivessem seu próprio dinheiro, criou as condições materiais pra sua sujeição aos homens e para a apropriação de

> seu trabalho por parte dos trabalhadores homens. É nesse sentido que eu falo do patriarcado do salário. Também devemos repensar o conceito de “escravidão do salário”. Se é certo que os trabalhadores homens, sob novo regime de trabalho assalariado, passaram a ser livres apenas num sentido formal, o grupo de trabalhadores que, na transição para o capitalismo, mais se aproximou da condição de escravos foram as mulheres trabalhadoras (FEDERICI, 2017, p. 195)

A discussão avança para o século XX, e Federici (2019) atualiza a problemática apontando que mesmo com uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, o trabalho de reprodução social e as “tarefas domésticas” continuam como uma dificuldade no avanço da libertação das mulheres, uma vez que muitas de nós assumimos jornadas duplas e triplas, trabalhando para o mercado de trabalho, com as atividades domésticas e cuidado com os filhos. Esse trabalho feito em casa ainda é enxergado como amor, o que foi uma grande estratégia do capitalismo, e mesmo as mulheres que não necessariamente precisem executar essas atividades ainda se encontram em uma visão macro, submissas ao mundo masculino. Assim, a reivindicação por salários pelo trabalho doméstico não significa, pela perspetiva das teóricas que defendem, uma vontade de inserir as mulheres ainda mais nessa lógica capitalista, mas sim a importância de negar um papel que foi imposto pelo sistema às mulheres, o de executar trabalho gratuitamente como se fosse algo inerente de seu gênero.

É ressaltada por Federici (2019) que essa divisão sexual tão marcada conferia muito poder ao homem e que principalmente a partir da década de 1970, com a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, essa divisão tradicional passou por transformações, mas não se pode deixar de entender que as mudanças são diferentes para as diferentes classes sociais. As mulheres de classe social mais alta puderam, por exemplo, considerar o trabalho uma realização pessoal e transferir boa parte do trabalho doméstico, porém a realidade da mulher da classe trabalhadora e das chefes de família é a de trabalhar no mercado, fazer bicos para complementar a renda e ainda executar os trabalhos dentro de casa. Por isso sempre destacamos que a nossa perspectiva neste trabalho passa sempre pelo nó de gênero, raça e classe.

Cisne (2015) aborda a chamada feminização do mercado de trabalho, que foi apresentada como uma grande conquista das lutas feministas, com uma presença maior das mulheres no exercício de trabalho remunerado. Porém, é preciso entender

que o capitalismo está constantemente aceitando mudanças em seu modus operandi a fim de continuar hegemônico, e não foi diferente com a questão feminista, aproveitando-se das reivindicações das mulheres para continuar obtendo lucro sobre seu trabalho. Às mulheres foram impostas condições precárias no mercado, com necessidade de exercer diferentes tarefas e de ganhar menos do que o trabalho de fato vale ou minimamente o mesmo que os homens. Essas características estão principalmente ligadas às mulheres da classe trabalhadora e não da classe dominante. Às mulheres, ainda estão ligados trabalhos que envolvem o cuidado, a limpeza, os atos considerados realmente como trabalho de "mulher", e que envolvam ainda sensibilidade e afeto.

> Assim, por meio da divisão sexual do trabalho, os trabalhos de homens e mulheres não são apenas segmentados segundo o sexo, mas, hierarquizados. De tal forma que atividades e profissões consideradas femininas são desprestigiadas, desvalorizadas e mal remuneradas. A ideologia sexista reproduzida por instituições como família, Igreja e escolas, naturaliza papéis conservadores de gênero que faz com que mulheres correspondam à "qualidades", "habilidades", "atividades" e até mesmo "missões sagradas" – como maternidade – como sendo inatas ao ser feminino, portanto, aparentemente, inquestionáveis. É essa ideologia – patriarcal – que leva muitas mulheres a procurarem profissões consideradas do sexo feminino. Elas se sentem mais capazes e são levadas a crer que são mais aptas a determinadas carreiras, geralmente, as que são extensivas às atividades domésticas, vinculadas ao universo da reprodução social. (CISNE, 2015, p. 142)

Partindo dessas premissas apresentadas e entendendo que a nossa realidade é resultado de um compilado de situações históricas, com poder e contrapoder, podemos pensar sobre as características do trabalho da mulher jornalista no Brasil. Como já apresentado anteriormente segundo pesquisa de Fígaro (2015), atualmente a maioria dos jornalistas é mulher jovem e com nível superior. Pesquisa posterior também de Fígaro (2018) traz mais detalhes sobre as relações de trabalho da mulher jornalista, que passou a ter mais espaço no mercado de trabalho a partir da década de 1990. Essa realidade não apresentou-se apenas no Brasil, mas a nível mundial, e ficou ainda mais intensa com o estabelecimento da comunicação através da internet, com os sites e as redes sociais, e o trabalho de freelancer, remoto, feito de casa e sem vínculos trabalhistas, em um modelo neoliberal. As mulheres jornalistas também encontram as mesmas dificuldades no ambiente de trabalho, como a precarização, o recebimento de salário inferior ao dos colegas homens, o recebimento de pautas consideradas mais "femininas" com

assuntos menos complexos e principalmente as diferentes formas de violência, inclusive a sexual praticada por entrevistados, colegas e chefes.

Ainda segundo Fígaro (2018), muitas dessas mulheres jornalistas começaram a buscar maneiras alternativas de realizar a função de forma mais responsável e com menos violência, saindo dos conglomerados de mídia e montando seus próprios veículos, tratando de temas como direitos humanos, política, educação, dentre outros. Apesar dessa busca por fazer um jornalismo “diferente”, fica também explicitado pela autora, pensamento com o qual concordamos, que não basta ser mulher jornalista para automaticamente produzir um conteúdo responsável, mas sim compreender a importância do jornalismo para a transformação social.

> O modo de produção do sistema do capitalismo financeiro e informacional coloca para as mulheres jornalistas o desafio de compreender a luta feminista no contexto e na relação com as lutas gerais por emancipação. Os avanços tecnológicos têm um ritmo de apropriação pelo capital que subsume os direitos e o respeito ao trabalho das pessoas. Todas as problemáticas da discriminação de gênero se mantêm no jornalismo com as novas mídias. A convergência midiática e discursiva pode abrir possibilidades para as mulheres jornalistas, mas não é essa uma característica inerente aos meios tecnológicos, sobretudo, porque esses meios estão sendo apropriados pela lógica mercantil. (FÍGARO, 2018, p. 585)

Assim, as mulheres jornalistas enfrentam as mesmas dificuldades que outras mulheres no mercado de trabalho, da precarização à violência. Para conseguir exercer a práxis jornalística, ter uma perspectiva revolucionária de produção de conteúdo, mesmo que dentro de veículos hegemônicos fazendo sempre que possível contrapontos à lógica dominante, como defende Genro Filho (2012), é necessário que essa jornalista também tenha uma consciência de classe desenvolvida. No caso de nosso trabalho, que trata da violência contra a mulher, seria preciso que a jornalista já tivesse desenvolvido estudo e percepção de todo o contexto que envolve esse tipo de violência, compreendendo que vai além de uma questão de gênero isolada, para a partir daí poder de alguma forma passar isso para o leitor, pautando novos assuntos, buscando fontes com pensamentos mais críticos e fazendo uma abordagem que de fato tire a culpabilização da vítima e aponte as raízes do problema da violência. Apesar disso, também não assumiremos uma postura de responsabilização individual dessas jornalistas, que também passaram por um processo de socialização machista, racista, patriarcal, capitalista, visto que é essa a sociedade onde estamos inseridos. O objetivo é entender como se dá essa relação de trabalhar com matérias de violência contra a mulher especificamente na

Gazeta do Espírito Santo, se existem discussões por trás da produção, se existe tempo hábil para construção de argumentos necessários, se existe algum tipo de interferência por meio do veículo, para que possa ficar um pouco mais compreensível o resultado final que encontramos no jornal e, quem sabe, pensar em novas configurações para esse tipo de produção.

4.2 – JORNALISTAS QUE ESCREVEM SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA GAZETA ES

Ao iniciar a coleta de matérias sobre violência contra a mulher na Gazeta, na primeira fase da pesquisa quandonão havia sido lançado o projeto Todas Elas, percebemos que quando eram assinadas, muitas delas tinham a assinatura de mulheres. Chamou atenção então como se dava essa relação de produção de conteúdo feito por mulheres e que expressam uma violência de gênero. Assim, optamos por esse recorte para analisar e debater as particularidades desse produto final entendendo de onde parte o produtor, a trabalhadora jornalista. Contamos com a colaboração de um colega que indicou duas jornalistas que trabalharam na Gazeta ES e escreveram sobre o assunto, ambas aceitaram participar de nossa pesquisa.

Em conversa com as duas primeiras participantes das entrevistas, tivemos indicação de mais uma jornalista, esta ainda trabalha no veículo. Ela também aceitou participar e concedeu entrevista, além de indicar mais uma colega que escrevia constantemente sobre violência contra a mulher e entenderia bastante a realidade. Esta última repórter conseguiu também colaborar com a indicação de uma editora, que nos conferiria uma perspectiva diferente, de quem está na chefia e lidera de certa forma os processos. Essa editora entrevistada foi a responsável por implementar o Todas Elas na Gazeta, por isso as informações coletadas com ela foram importantes para compreender esse novo momento do veículo. Totalizamos assim 5 trabalhadoras que foram entrevistadas por telefone, devido ao momento de pandemia da Covid-19, que conversaram conosco no segundo semestre de 2020. Ainda tentamos outras entrevistas, com mais editoras que poderiam enriquecer a nossa perspectiva, porém o convite não foi respondido.

Escolhemos a metodologia da entrevista, que é bastante utilizada em pesquisas de Comunicação Social, que segundo Gil (2008) é considerada uma

técnica de excelência, com vantagens como obter dados com profundidade. O autor aponta diferentes categorias da entrevista, uma delas é a entrevista por pautas, na qual existem pontos que devem ser perguntados, mas ao mesmo tempo o entrevistado fica livre para falar a sua experiência, sendo que se há uma fuga do tema, o entrevistador deve fazer um esforço para que o assunto principal volte a ser o foco da conversa.

Duarte (2015) usa o termo entrevista em profundidade, que segundo ele tem o diferencial de buscar intensidade nas respostas, não necessariamente quantidade, e por isso há uma liberdade e flexibilidade para que o entrevistado responda as perguntas em seus próprios termos, é uma técnica qualitativa que busca informações vindas da experiência do entrevistado, ou seja, existe uma subjetividade nas respostas que dependerá de análise crítica do entrevistador.

> A entrevista em profundidade não permite testar hipóteses, dar tratamento estatístico às informações, definir a amplitude ou quantidade de um fenômeno. Não se busca, por exemplo, saber *quantas* ou qual a *proporção* de pessoas que determina determinado atributo na empresa "A". Objetiva-se saber como ela é percebida pelo conjunto de entrevistados. Seu objetivo está relacionado ao conjunto de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema. Deste modo, como nos estudos qualitativos em geral, o objetivo muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas. (DUARTE, 2015, p. 63)

Assim, por mais que tenhamos deixado as entrevistadas livres para responder, houve uma pauta e um norteamento das perguntas. No caso das jornalistas que não trabalhavam mais na Gazeta, perguntamos sobre a experiência no veículo e a rotina de trabalho, focando em saber se as matérias de polícia eram apuradas in loco ou por telefone, se feitas por elas ou via assessoria de imprensa, se havia tempo hábil para apuração e contato direto com as mulheres que sofreram violência. Também perguntamos se havia algum tipo de treinamento oferecido pelo jornal para fazer essas matérias e se o veículo interferia de alguma maneira na rotina de produção ou se as jornalistas tinham mais liberdade para produzir. Questionamos ainda em relação à audiência que essas matérias davam e à continuidade de apuração de uma história, fazendo mais matérias sobre o assunto, e se havia algum tipo de predileção para escrever sobre situações de violência em bairros de classe mais alta. Ou seja, nosso foco foi mais em relação ao trabalho jornalístico em sique resulta nas matérias e menos em relação às condições de

trabalho que o veículo proporcionava, pois isto seria assunto para outra pesquisa que focasse totalmente nas relações de trabalho, a nossa tem um foco maior no conteúdo e o trabalho que gera este conteúdo.

Para as jornalistas que ainda trabalham no veículo, perguntamos basicamente as mesmas questões, mas adicionando também se elas gostariam de fazer um trabalho diferente, se ficavam satisfeitas com o resultado final e se havia perspectiva de mudança. No caso da última repórter entrevistada, foi neste momento que descobrimos sobre o projeto Todas Elas e pudemos entender como estava acontecendo o processo de mudança. Perguntamos então a diferença entre escrever sobre o tema para o editorial de polícia e para o novo editorial e como se deu a preparação para o novo momento. A editora também falou sobre o novo projeto, visto que não trabalhava anteriormente com a editoria de polícia. A ela perguntamos o motivo da mudança, como foi a aceitação, como se dava a rotina produtiva, se houve algum tipo de preparo teórico ou treinamento para os repórteres que integrariam a equipe, os resultados esperados com essa mudança e a receptividade do projeto dentro do próprio veículo.

Para sistematizar essas informações e apontar as particularidades das respostas das profissionais, dividiremos as análises em dois momentos, o primeiro falando sobre a produção de matérias de violência contra a mulher para a editoria de polícia e outras editorias da Gazeta e o segundo falando sobre o processo no Todas Elas, o novo projeto da Gazeta. Dessa forma, fica também mais fácil de promover uma análise entre as matérias que foram analisadas no capítulo anterior, que também foram divididas entre essas duas editorias. Nosso objetivo não é chegar a uma conclusão precisa, mas promover análises, questionamentos e debates, possibilitando um aprofundamento no tema e deixando o caminho aberto para que mais pesquisas sejam realizadas.

4.2.1 **– Trabalho das jornalistas em matérias policiais e outras editorias**

As matérias de violência contra a mulher na Gazeta do Espírito Santo apareciam em sua maioria da editoria de “Polícia”. Em casos de uma matéria mais analítica, profunda, ou uma matéria especial, ela podia estar inserida na editoria “Cotidiano” ou “Cidades”. Para entender como funcionava o fluxo de trabalho que

resultava nas matérias que analisamos, conversamos com repórteres que escreviam esse conteúdo para o veículo, e usaremos pseudônimos para garantir o anonimato das profissionais e evitar qualquer retaliação ou problema a nível profissional ou pessoal. Bruna Rocha (informação verbal)[42], jornalista, foi a primeira profissional que conseguimos entrevistar. Ela atuou no veículo entre 2013 e 2018 e não trabalhava muito em matérias factuais, ou seja, as matérias a partir de boletins de ocorrência não estavam em seu dia a dia, e sim as especiais ou mais profundas.

Mesmo assim, relatou que as rondas nas delegacias eram parte da rotina de trabalho durante seus anos no veículo, e os repórteres tinham acesso aos boletins de ocorrência e neste documento costumavam conseguir o contato da vítima. Ressaltou a importância de construir uma relação mais próxima com os policiais para auxiliar no trabalho diário de coleta de informação sobre o tema, e em seu caso particular, mencionou a construção de um banco de fontes que deixava o trabalho diário mais prático.

> Tinha muita psicóloga e com esse acesso eu entendia o que não deveria falar. A UFES colaborava demais indicando pesquisadores, a assessoria de lá indicava bastante pra gente quem poderíamos entrevistar. Outras excelentes fontes para as matérias de violência contra a mulher eram a Defensoria Pública, as organizações de Direitos Humanos, a OAB. Já tivemos mais coletivos estruturados que também serviam como fonte para matérias. (informação verbal)[43]

A escolha das fontes é um passo considerado muito importante no trabalho jornalístico, na verdade ele faz toda a diferença no resultado final. Moretzsohn (2007) argumenta que a escolha das fontes é inclusive um dos pontos que mostra que não existe uma imparcialidade real no jornalismo, visto que essa própria escolha de quem fala já é a escolha de um lado. Em um texto anterior, Moretzsohn (2002) destaca ainda que as assessorias e as “fontes poderosas” já estão preparadas para falar com os jornalistas e passar informações de acordo com o que será benéfico aos seus próprios interesses. No caso das fontes indicadas pela Universidade, como citado pela jornalista, o interesse poderia variar bastante de acordo com a linha de pesquisa desse professor. Essas informações tornam-se mais críveis a partir do momento em que estão estampadas em um jornal de grande circulação (MORAES,

[42]ROCHA, Bruna. Entrevista 1. [agosto, 2020]. Entrevistadora: Yara Karolinne Sousa Lopes. Vitória, 2020. A entrevista transcrita está no apêndice deste trabalho.

[43]Ibidem 1

2019), mostrando que existe uma relação de interesse mútuo entre o veículo que busca informação e o entrevistado que também ganha visibilidade.

O processo que vai resultar no texto disponível para o leitor envolve várias ações e decisões do jornalista e também do contexto no qual ele está inserido. Pensando no lado do trabalho desse profissional, não é possível desconsiderar a questão do tempo disponibilizado para executar a atividade. Apesar da entrevistada afirmar que era concedido tempo suficiente para fazer o material, é preciso entender que o tempo no jornalismo é bastante diferente do que o tempo no mundo acadêmico ou na escrita de literatura, por exemplo. Se pensarmos no jornal impresso, existe o tempo de entrega do material diariamente para que vá para a gráfica e esteja disponível bem cedo no dia seguinte. Com a intensificação do online, existe uma corrida contra o tempo (MORAES, 2019) e uma necessidade de produção contínua para que a máquina não pare – o que se assemelha bastante ao funcionamento do capitalismo em si e com a aceleração do tempo de giro ressaltada por Harvey (1992).

Ainda sobre essa relação de construir uma ligação com as fontes e de escolher para entrevistas as pessoas que costumam estar preparadas para dar entrevista ou que estão sempre disponíveis, Rocha (informação verbal) aponta que havia um pastor que era sempre utilizado como fonte. Segundo ela, em algumas matérias sobre aborto, o tema era abordado por religiosos, e a fala de um pastor específico aparecia no conteúdo simplesmente porque era o que estava sempre à disposição da imprensa, então era mais prático recorrer a ele do que construir um novo contato. Esse relato aponta sobre o modo de fazer jornalismo, que segundo Moretzsohn (2007) muitas vezes apresenta uma opinião já formada, apenas uma confirmação do senso comum e não a oferta de elementos que possam auxiliar na formação de uma nova ideia, e essa repetição do senso comum ou da hegemonia pode ser confirmada pela fala dessas fontes que os repórteres já conhecem e já até sabem o que irão dizer. Essa relação com as fontes e o tempo disponível para executar o trabalho jornalístico pode trazer também consequências em relação às informações que por fim chegam ao público:

> O caráter imediato do trabalho jornalístico o expõe ao risco permanente de manipulação pelas fontes, tanto maior quanto mais preparada ou qualificada elas forem. A propósito, Gans (1979) já notara que, devido à própria rotina das redações, o mais comum é que as fontes conduzam a sua relação com os

> jornalistas, embora aparentemente seja o contrário; e com o desenvolvimento das técnicas de assessoria de imprensa essas possibilidades são cada vez maiores. […] Desse modo, ter certeza do "texto" produzido pela fonte em seu depoimento, tratá-lo nessa medida como fato, tem significados e consequências distintas para um pesquisador ou um jornalista. E se, no caso do pesquisador, esta certeza é um ponto de partida para investigação, no caso do jornalismo ela representa também, frequentemente, o ponto de chegada. (MORETZSOHN, 2007, p. 200)

Em relação a este senso comum ou a hegemonia que em sua maioria das vezes vemos prevalecer nas matérias de violência contra a mulher, entendendo que para nós trata-se da naturalização da violência e silenciamento das raízes históricas para essas diferenças de gênero, perguntamos se havia no veículo algum tipo de direcionamento em relação ao conteúdo ou algum estímulo à criticidade. A jornalista apontou que era como se o tema de violência contra a mulher estivesse na "moda" e não havia nenhum tipo de obstáculo para a produção de um conteúdo na temática, mas percebia que o senso comum e a falta de criticidade existia até mesmo por parte dos editores e da chefia como um todo, que não conhecia o assunto de forma mais profunda. O veículo chegou a promover, ainda segundo informações coletadas na entrevista, algumas palestras sobre o assunto para os funcionários e uma tentativa de conscientização à medida que o interesse pelo tema crescia de modo geral.

> Percebo que existia muito mais senso comum do que preconceito realmente por parte do veículo. Em meu tempo lá, chegaram a levar uma pessoa para falar só com os jornalistas, a Claudia Garcia, especialista na área e trabalhava na Secretaria de Segurança do Espírito Santo. A fala foi sobre como fazer a matéria, o que deveríamos sempre colocar e o que deixar pra lá. Por exemplo, sempre dar dados completos e nunca julgar a vítima. Eu sempre tentava fazer esse exercício de evitar o senso comum e de nunca julgar a vítima de violência, e as próprias entrevistas com algumas fontes, como psicólogos, me ajudaram nesse processo. (informação verbal).[44]

Após o relato de que o tema estava na moda, de que não havia oposição a escrever sobre e que chegou a existir uma tentativa de conscientização e instrução dos profissionais através da oferta de palestra com uma especialista na área, perguntamos à primeira jornalista que nos concedeu entrevista se havia então um pensamento mais progressista em relação à mulher e à violência sofrida dentro do veículo ou se ela ainda enxergava essa reprodução hegemônica. A resposta foi a de que o clima interno era tenso, havia muito preconceito, mas as pessoas não queriam se reconhecer como preconceituosas, e que quando levantava questionamentos

[44]ROCHA, Bruna. Entrevista 1. [agosto, 2020]. Entrevistadora: Yara Karolinne Sousa Lopes. Vitória, 2020. A entrevista transcrita está no apêndice deste trabalho.

sobre machismo e misoginia, era tachada pelos colegas como “feminista chata” e até já notou que editores acham exageradas ou desnecessárias algumas de suas sugestões de pautas mais profundas ou que apontassem o machismo, visto que o seu trabalho era o de fazer matérias maiores e não tanto as factuais.

As mulheres, apesar de representarem maioria no jornalismo atualmente como já citado previamente neste capítulo, ainda são mais desvalorizadas do que os homens profissionalmente, deixadas a cargo das pautas mais “femininas” enquanto os homens se encarregam de assuntos mais “sérios”. Pode-se perceber pelo relato da repórter que atuou na Gazeta, que dentro das redações a prática machista continua, e que a mulher jornalista ainda precisa travar uma luta que já não mais deveria ser necessária. Fígaro (2018) ressalta que os problemas de gênero que existem em outros ambientes profissionais também estão presentes no mundo jornalístico e as estruturas de dominação que precisam ser rompidas também se repetem com as mulheres jornalistas. Assim, os preconceitos, a tentativa de diminuição, os menores salários e prestígio, e a tentativa de silenciamento não são excluídos do dia a dia da redação, o que mostra que machismo, misoginia, dentre outros problemas inerentes ao gênero permeiam os mais diferentes ambientes.

Percebe-se ainda só por esta primeira entrevista que o ambiente de trabalho jornalístico ainda é machista e misógino e que existe uma dificuldade de realmente transformar este pensamento de forma verdadeira, apesar das pautas que são mais levantadas e do assunto ser discutido hoje em maior quantidade de vezes do que há anos ou décadas. Acreditar que é possível a trabalhadora que entende a necessidade de uma mudança na produção de conteúdo enfrentar essa estrutura sozinha é ingenuidade, apesar de ser possível a produção de algumas matérias fazendo o que Genro Filho (2012) chama de práxis jornalística. Ainda assim, no momento de fazer críticas diretamente ao jornalista, é importante lembrar das estruturas e do contexto histórico que permeiam o trabalho e a atividade.

> Os apelos a um jornalismo crítico – isto é, a um jornalismo como ele deve ser – em geral ignoram os constrangimentos postos pelas rotinas de produção e ainda hoje resvalam para uma responsabilização individual dos jornalistas, de quem se exige espírito de sacrifício e capacidade de resistência aos interesses das empresas nas quais trabalham – e, se não é comum falar-se em covardia, é bem mais frequente a referência à preguiça no diagnóstico condenatório do jornalismo realmente existente. (MORETZSOHN, 2007, p. 114)

Além da dificuldade de enfrentar uma estrutura de trabalho onde existe uma chefia que não necessariamente concorda com um conteúdo mais progressista, há possivelmente uma maioria de trabalhadores que não apenas foram socializados de forma machista, misógina, homofóbica, racista e classista – como todos em nossa sociedade -, mas permanecem com esta linha de pensamento, que dificilmente será dissociada completamente das publicações.

> Todo relato jornalístico, toda notícia ou reportagem, reproduz os fatos através de uma complexa operação subjetiva. O resultado desse processo será, sempre, aquilo que podemos chamar de singular significativo, isto é, o produto de uma modalidade de apreensão subjetiva que supera o particular e o universal no interior da singularidade do fato jornalístico. Por isso, um fato jornalístico não é uma objetividade tomada isoladamente, fora de suas relações históricas e sociais, mas, ao contrário, é a interiorização dessas relações na reconstituição subjetiva do fenômeno descrito. (GENRO FILHO, 2012, p. 127).

A segunda profissional que entrevistamos é Lúcia Pereira, que atuou durante 10 anos na Gazeta, destes, cerca de 7 foram cobrindo a editoria de Polícia, o que garantiu à pesquisa um relato interessante em relação à rotina de trabalho especificamente em relação à cobertura de violência contra a mulher. Pereira (informação verbal)[45] conta que fazia o primeiro plantão do dia, que começava entre 6h e 7h da manhã com uma ronda pelas delegacias da Grande Vitória. Havia um plantão especializado que funcionava 24h para onde iam todas as ocorrências e era o ponto de partida do seu dia de trabalho. No início, houve uma grande dificuldade em ter acesso às informações porque os delegados e escrivães ficavam receosos em relação ao que seria feito com aquelas informações, então foi preciso construir uma relação profissional e também de amizade para que este acesso fosse facilitado, o que já havia sido citado por Rocha (informação verbal)[46].

Diferentemente de Rocha que fazia matérias mais especiais, Pereira trabalhou muitos anos com o factual, que foram as matérias mais analisadas neste trabalho. Explicou que depois de conseguir os contatos nas delegacias, tentava entrar em contato com as vítimas, um estilo de trabalho diferente do que o da colega que entrevistamos primeiro – esta relatou que evitava falar com a vítima por achar que relatar o que aconteceu seria reviver a situação e reabrir uma ferida, e que além disso poucas vítimas aceitavam dar entrevista sobre este assunto. Pereira

[45]PEREIRA, Lúcia. Entrevista 2. [agosto, 2020]. Entrevistadora: Yara Karolinne Sousa Lopes. Vitória, 2020. A entrevista transcrita está no apêndice deste trabalho.

[46]ROCHA, Bruna. Entrevista 1. [agosto, 2020]. Entrevistadora: Yara Karolinne Sousa Lopes. Vitória, 2020. A entrevista transcrita está no apêndice deste trabalho.

(informação verbal)[47] explica que costumava fazer suas entrevistas com as vítimas por telefone por uma questão logística, era mais rápido e mais fácil entrar em contato por telefone. Vê-se aqui uma marca do tempo do jornalista que é diferente do tempo de outras profissões, como o historiador, por exemplo (MORETZSOHN, 2007). Mas este não era o único motivo de escolher ligar para as mulheres: a jornalista quando ia pessoalmente à casa da vítima, tinha medo delas serem expostas porque ia com o carro da reportagem, e este era plotado, então tentava ao máximo não chamar atenção para evitar trazer mais prejuizos a esta vítima.

Isto aponta os detalhes existentes na rotina de reportagem que nem sempre são relatadas quando analisamos a teoria do jornalismo ou do trabalho, e mostra que por mais alienador seja o trabalho (MARX, 2020) e tentativas de que o sujeito faça o que será mais lucrativo para a empresa (DARDOT, LAVAL, 2016), existem ainda tentativas de fazer o que considera correto, independentemente do que o seu patrão o paga para fazer. O trabalhador, apesar de desenvolver a atividade que é pago para desenvolver, não é apenas um robô, mas um sujeito pensante, com um contexto histórico, ideologias, e tudo isso vai influenciar na maneira como este trabalho é desenvolvido.

Esta segunda jornalista que entrevistamos explica que com o passar do tempo atuando na cobertura de violência contra a mulher, começou a buscar por si mesma ler mais sobre o assunto e ficar mais preparada para o que produziria de conteúdo. Seu olhar tornou-se mais empático, havia mais sensibilidade na hora de redigir a matéria, e ela acredita que por isso, passou a receber ainda mais esse tipo de pauta por parte da chefia do jornal. Contou que já reproduziu enunciados machistas em reportagens, dizendo frases como “numa crise de ciúmes” (já tratamos a problemática de frases como essas anteriormente, que justifica a violência praticada), mas percebeu o seu próprio erro e buscou uma evolução em seu trabalho. Este relato pode nos levar a diferentes reflexões dentro do tema de nossa pesquisa. Um deles é a mudança que pode acontecer com o ser humano, levando a um pensamento mais crítico e avançando nas possibilidades de transformação do mundo, que é o que a nossa metodologia do materialismo histórico e dialético entende. A outra é como esta evolução no trabalho do

[47]PEREIRA, Lúcia. Entrevista 2. [agosto, 2020]. Entrevistadora: Yara Karolinne Sousa Lopes. Vitória, 2020. A entrevista transcrita está no apêndice deste trabalho.

profissional é uma responsabilidade individual e que pouco perpassa pela empresa, que tenta incutir a atitude de um “sujeito neoliberal” (DARDOT, LAVAL, 2016) que passa a se enxergar não apenas como um trabalhador, mas como parte de fato da empresa, o que é benéfico para o capital uma vez que este profissional tende assim a produzir mais sem ganhar mais e a cobrar menos direitos, porque muda a ideologia. Para um veículo, é vantajoso ter um profissional que por si só se profissionaliza, busca evoluir, traz um material de mais qualidade, sem precisar que haja um investimento financeiro, mas não devemos nos esquecer de que esta evolução no material não deve ser a ponto de contradizer os interesses da empresa, prejudicando sua relação com anunciantes ou assinantes, e agora mais recentemente com a datificação, com os algorítimos.

Pereira (informação verbal)[48] aponta que tinha um estilo de trabalho diferente a depender de qual era a violência que a vítima tinha sofrido. No caso de violência física, quando ia conversar pessoalmente, fazia questão de pedir desculpas por trazer este assunto e de deixar claro que se ela não quisesse dar entrevista, não havia problema. Não havia identificação da vítima, e isso era compreendido e aceito pela chefia do veículo, e evitava-se também mostrar imagens da violência, porém, em alguns casos, ela considerava importante exibir as marcas para mostrar o que essas agressões podem fazer. Quando eram estes os casos, as fotos eram apenas de algumas partes do corpo, sem identificação, e visto que os fotógrafos que trabalham no veículo na época eram todos homens, ela mesma se dispunha a fazer as imagens em diversas vezes, pois era algo muito íntimo para esta mulher.

A maneira de tratar desses assuntos já foi apresentado em diversos manuais, também previamente citados na pesquisa, e a entrevistada relatou que um deles foi muito importante para a sua evolução como profissional. O material produzido pela ONG Think Olga foi ressaltado por ela como bastante interessante para quem trabalha com esse conteúdo. Além da questão da sensibilidade para tratar com as vítimas, há a indicação também de trazer ao fim da matéria um serviço que indique como denunciar violência ou pedir ajuda, informação que faltou nas matérias analisadas nesta pesquisa e que foi um ponto ressaltado como problemático. Pereira (informação verbal)[49] afirmou que tinha entrado em determinado momento no

[48]PEREIRA, Lúcia. Entrevista 2. [agosto, 2020]. Entrevistadora: Yara Karolinne Sousa Lopes. Vitória, 2020. A entrevista transcrita está no apêndice deste trabalho.

[49]Ibidem 7

automático, apenas relatava a história de alguém nos moldes tradicionais do jornalismo, mas então percebeu que poderia fazer muito mais do que isso, que era possível ir além, e assim, passou a procurar os coletivos de mulheres de Vitória e a fazer matérias especiais e com mais profundidade.

> Lembro especificamente de uma situação, uma mulher casada com um cozinheiro no litoral. Ele chegou em casa bêbado, fez ameaças e quebrando tudo. O filho estava ouvindo Luan Santana e o pai disse que aquilo era coisa de viado, então colocou pra tocar Raul Seixas. O menino riu e o homem o agrediu. A mulher, mãe do menino, chamou a polícia. Fizemos a matéria, mas a mulher virou chacota, foi até o jornal chorando e dizendo que virou piada. Isso porque apesar de não termos identificado com nomes, falamos o bairro e que era um cozinheiro e uma dona de casa, o que possibilitou a identificação do casal. Com isso, passei a ter mais empatia, mudei o jeito de fazer, Fiquei muito mal com isso e passei a ler mais. Nas matérias especiais que tive a oportunidade de fazer, ouvia psicólogas, o que me ajudou demais nas abordagens e na maneira de olhar para esses casos. (informação verbal)[50]

Outro ponto destacado pela repórter sobre a maneira como trabalhava era que em casos de estupro, não entrava em contato com a vítima, deixava o relato restrito ao Boletim de Ocorrência, para evitar que a mulher revivesse o assunto, assim como havia pontuado a nossa primeira entrevistada. Ela também se reservava ao direito de não buscar o lado do agressor, que foi algo também discutido nesta pesquisa no momento das análises, com o questionamento de quer dar visibilidade ao agressor poderia acabar culpabilizando a vítima ou justificando a agressão, que é injustificável. O advogado de defesa também não era procurado pela jornalista, que no lugar buscava psicólogos ou outros profissionais especialistas que pudessem contribuir para uma reportagem mais profunda, mas em geral, a matéria era composta pelas informações contidas no BO e pela fala da vítima, quando havia a entrevista. Nas matérias analisadas, observamos que havia também fala de familiares da vítima e que em alguns casos também de familiares ou advogado do agressor, em uma linha diferente da que a repórter utilizava, o que mostra que era possível seguir em algum nível o seu próprio padrão e não um fixo indicado pelo veículo.

Apesar disso, não se pode afirmar pela fala da jornalista que a produção de material sobre violência contra a mulher era completamente independente, até porque o veículo mantém alguma unidade e interesses próprios, diferentemente de veículos independentes ou blogs pessoais. Assim, relata que os editores não pediam

[50]Ibidem 7

com frequência que um caso fosse repercutido, mas havia essa necessidade quando o público mostrava um interesse maior no que foi veiculado, e neste momento o interesse para dar seguimento ao material crescia. Com o jornalismo online e a possibilidade de medir quais reportagens dão mais cliques e retornos, a forma de trabalhar tornou-se diferente. Zelic e Moreno (2020) destacam que a coleta de dados feita por grandes conglomerados de mídia é uma das principais mercadorias no capitalismo de plataforma, conseguindo criar os perfis de consumo e direcionar também este público. As matérias jornalísticas, segundo Moraes (2019), não têm mais como objetivo trazer informação, mas conseguir audiência, invertendo o processo inicial, deixando de pautar o público e passando em algum nível a ser pautado por ele, assim, o que dá mais audiência deve ser feito mais vezes.

> O quadro que daí resulta costuma ser bastante problemático. Primeiro porque são escassas as contextualizações históricas e sociais dos fatos, suplantadas por manobras discursivas com efeitos políticos ou por processos de espetacularização que intentam transformar notícias em mercadorias vendáveis. Segundo porque a produção noticiosa pode esbarrar em exigências comerciais, em particular as da publicidade, em seu propósito de direcionar hábitos e preferências de consumo. Terceiro porque se acentuam os vínculos de grupos de comunicação com bancos, corporações e megainvestidores, os quais se tornam acionistas (majoritários ou minoritários) em empresas do setor ou viabilizam financiamentos e inversões, ampliando as margens de interferência e os interesses cruzados da financeirização na indústria de informação e entretenimento. (MORAES, 2019, P. 41)

Em relação a esses casos que repercutiam e eram mais explorados pelo veículo, perguntamos para a repórter se havia algum tipo de padrão nessas ocasiões, ao que foi respondido que era possível observar que os casos com pessoas de classe mais alta eram os que tinham mais acesso, audiência, e portanto, acompanhados até o final. Ou seja, como já foi apontado na análise das matérias, é confirmado por quem trabalhou no veículo o impacto de questões de raça e classe na cobertura jornalística de matérias de violência contra a mulher. A jornalista ressaltou também que esse não era um padrão apenas da Gazeta, mas um ponto observado de forma geral no jornalismo: “Ficava todo mundo dos jornais atrás da mesma história, do mesmo furo. Quando eram histórias de médicas, de advogadas, de professoras, ou a depender do local onde tinha acontecido, um bairro nobre, ou de quem era o agressor”. (informação verbal)[51]Ela explicou que na editoria de Polícia, enquanto trabalhava no veículo, a maioria das trabalhadoras eram mulheres,

[51]PEREIRA, Lúcia. Entrevista 2. [agosto, 2020]. Entrevistadora: Yara Karolinne Sousa Lopes. Vitória, 2020. A entrevista transcrita está no apêndice deste trabalho.

e que os homens dificilmente ficavam responsáveis pelas matérias de violência contra a mulher. Quando ficavam, escreviam um conteúdo mais básico, e chegavam a consultar as mulheres na tentativa de fazer um trabalho melhor. Destacamos aqui a importância da escuta qualificada e a busca por conscientização e mudança de comportamento para mulheres e homens, visto que a socialização patriarcal foi feita de forma generalizada:

> Uma pessoa não se torna defensora das políticas feministas simplesmente por ter o privilégio de ter nascido do sexo feminino. Assim como todas as posições políticas, uma pessoa adere às políticas feministas por escolha e ação. Quando as mulheres se organizaram pela primeira vez em grupos para, juntas, conversar sobre questões relacionadas ao sexismo e à dominação masculina, elas foram claras quanto ao fato de que mulheres eram tão socializadas para acreditar em pensamentos e valores sexistas quanto os homens. A diferença está apenas no fato de que os homens se beneficiaram mais do sexismo do que as mulheres e, como consequência, era menos provável que eles quisessem abrir mão dos privilégios do patriarcado. (HOOKS, 2018, p. 25)

Assim, esse pedido de ajuda dos repórteres homens às repórteres mulheres não necessariamente geraria um conteúdo menos sexista ou racista ou classista, a menos que essas mulheres tivessem já um pensamento mais desconstruído. Além disso, no caso do feminismo especificamente, existem vertentes que não abarcam as questões de raça e de classe, e consideram a questão individual da mulher, como o feminismo liberal (ARRUZA, 2019), enquanto nesta pesquisa estamos guiados primordialmente pelo feminismo marxista e pelo materialismo histórico e dialético. Ter esses parâmetros bem definidos nos ajuda a fazer as análises e pontuações importantes. Para Pereira (informação verbal)[52], o veículo A Gazeta buscava um caminho mais progressista, havia uma preocupação com sua imagem e com a publicação desses temas:

> Parte da chefia de reportagem, dono de empresa, tem esse interesse por uma questão mais capitalista, porque tem ganho de prêmios, por exemplo pela campanha de visibilidade gay. No caso da chefia, havia uma preocupação ética, no caso dos donos, era mais a questão capitalista mesmo. Mas não podemos perder a esperança no jornalismo. Acredito que a mídia ainda tenha uma influência sobre as pessoas. As pessoas ainda reconhecem a credibilidade do jornal. Podemos sim em algum nível reforçar discursos e até mesmo mudar padrões. (informação verbal)[53]

Ou seja, havia, segundo a fala da jornalista, um interesse mais financeiro e de reconhecimento, do que de fato a vontade de promover uma transformação social, mudança de padrões, desconstrução social e de *status quo*. Percebe-se pelas falas

[52]Ibidem 10
[53]Ibidem 11

das jornalistas entrevistadas uma preocupação individual em fazer um trabalho mais transformador, em promover de fato a diferença enquanto jornalistas, porém, existe uma estrutura de trabalho que nem sempre possibilita tais ações, além da própria necessidade, primeiro, de uma formação crítica e política individual para posteriormente a mudança em seu trabalho. Porém, não causa espanto que o capitalista, aquele que detém os meios de produção, utilize de temas políticos para aumentar seu prestígio, sua fortuna e a manutenção do *status quo:*

> Então, em geral, o feminismo liberal oferece o álibi perfeito para o neoliberalismo. Ocultando políticas regressivas sob uma aura de emancipação, ele permite que as forças que sustentam o capital global retratem a si mesmas como “progressistas”. Aliado ao sistema financeiro global nos Estados Unidos, ao mesmo tempo que oferece cobertura à islamofobia na Europa, este é o feminismo das fêmeas detentoras de poder: gurus corporativas que pregam o “faça acontecer”, burocratas do sexo feminino que impulsionam os ajustes estruturais e o microcrédito no Sul global, políticas profissionais que vestem terninhos e cobram cachês de seis dígitos para dar palestras para Wall Street. (ARRUZA 2019, p. 39)

Como já argumentamos anteriormente, não podemos perder de vista o fato de que o veículo da grande mídia é uma empresa inserida no sistema capitalista e com objetivo de lucrar. Apesar de ao falar em jornalismo, ou de outras áreas como arte, cinema e música, pensemos mais no objeto e menos na questão comercial, ela está presente e em muitos casos norteia a produção. O jornalista como trabalhador desta empresa segue o que é solicitado pela chefia, apesar de conseguir por vezes inserir algumas discussões e posicionamentos importantes e até contra-hegemônicos. Outro ponto que é importante ressaltar nesta discussão é o fato de ficar a cargo de mulheres tentar inserir uma agenda de gênero nesses debates, mesmo indo não necessariamente a favor do que é pedido pelo veículo. Moreno e Zelic (2020) apontam que o paradigma dominante atua como se não houvesse relações de poder de gênero e de raça que interferisse nas questões trabalhistas, uma vez que não há mais proibição de trabalho para as mulheres. Mas elas ainda recebem menores salários, estão em maior proporção na informalidade e ainda acumulam as atividades de reprodução social. Questionamos, então, se não é ainda mais difícil para essas trabalhadoras jornalistas que já precisam desafiar o sistema com todas as implicações de ser mulher no mercado de trabalho e ainda implementar essas mudanças em um cenário onde a valorização é por outros tipos de discussão e matérias que deem visualizações, e portanto, mais público, publicidade e lucro.

A terceira jornalista que entrevistamos foi uma indicação das duas primeiras, e neste caso, ela ainda atua no veículo, e por isso consegue apresentar uma visão não apenas de como as coisas funcionavam, mas também um comparativo com a atualidade, que é essencial para a nossa análise. Lembrando que adotamos nomes fictícios para não expor as entrevistadas, conforme combinação feita verbalmente antes de todas as entrevistas. Ana Coelho (informação verbal)[54] começou a trabalhar na Gazeta em 2013, iniciou cobrindo férias e em seguida foi colocada para atuar na editoria de polícia, onde ficou por cerca de dois anos. Seus relatos em relação a como funcionava a cobertura de situações de violência coincidem com o que a segunda entrevistada apresentou, o que para a pesquisa é interessante, pois nos ajuda a validar a informação. Ressaltou que enquanto em seu tempo de Polícia havia idas diárias ao plantão da mulher e muitas notícias das ocorrências em si, atualmente a editoria deixou de existir e esse contato pessoalmente com a polícia e as vítimas também não é mais frequente. Citou o Notícia Agora, um jornal popular que foi criado pela Gazeta para concorrer com outros veículos com esse perfil, e as matérias de violência eram a base. No Radar, onde relatou que passou também um bom período antes de ir para a editoria de Política, onde está atualmente, também havia as matérias de violência contra a mulher, mas a editoria envolvia estes e outros factuais.

O que a repórter destaca que mudou muito de quando entrou para o veículo até agora foi a capacidade de apuração, que para ela tornou-se mais limitada. Antes, com mais repórteres e o jornal impresso, as reportagens eram feitas em sua maioria pessoalmente, indo aos locais, conversando de forma mais aprofundada com os envolvidos, enquanto agora, muito é feito por telefone ou até mesmo com o repasse de informações da TV Gazeta, pois é a mesma empresa. Fazer matérias de violência contra a mulher por telefone era evitado por ela, que diz ter optado por conseguir os contatos e endereços e falar com as pessoas pessoalmente sobre um assunto que é mais delicado como este, principalmente no caso da vítima que ao contar o que houve acaba em algum nível vivendo a violência novamente. Na editoria de Cidades, havia uma abordagem diferente em relação à violência de gênero, era possível sair um pouco do factual e fazer matérias especiais, com mais conteúdo. Nestes casos, a entrevistada relata que além da vítima, ouviam também

[54]COELHO, Ana. Entrevista 3. [setembro, 2020]. Entrevistadora: Yara Karolinne Sousa Lopes. Vitória, 2020. A entrevista transcrita está no apêndice deste trabalho.

delegados, psicólogos, especialistas que podiam contribuir com o texto. Mas o que tem mais repercussão com o público são casos mais agressivos:

> Um exemplo que marcou bastante foi o caso de um homem que estuprou várias mulheres na Grande Vitória. Pegava mulheres na rua e introduzia objetos nelas, tinha prazer em ver a dor das vítimas, um caso assustador porque não havia nenhuma relação carnal entre o estuprador e a vítima. Outro foi uma menina estuprada que teve o momento da agressão gravado e enviado para a mãe. Quando esses detalhes sórdidos eram divulgados, ganhava mais repercussão, assim como quando o caso acontecia em um bairro nobre. Pessoas acham que nos bairros nobres esse tipo de caso não existe, mas existe sim, só que não é muito noticiado, as mulheres têm muita vergonha de denunciar, não costumam falar. (informação verbal)[55]

Apontamos anteriormente, no momento das análises das matérias, que havia realmente muito mais coberturas completas de casos de violência contra a mulher quando estas aconteciam com mulheres brancas, ricas, em bairros nobres. Isso foi confirmado por quem trabalhava e ainda trabalha no veículo, apontando, como no caso de Coelho, que havia com frequências casos na Serra, mas a comoção não era intensa, diferente se era um caso em bairros como Praia do Canto. Essa repercussão passou a ser medida de forma mais intensa no online, pois é possível ver o número de visualizações de cada matéria individualmente, o que no impresso não acontecia. Essa busca pelos cliques e as mudanças que o jornalismo passou para garantir a audiência mudou tanto a forma de trabalhar dentro dos veículos como o resultado final que vai para o público. Como pontuado por Moraes (2019) e citado já anteriormente neste capítulo, é invertido o processo de quem pauta dentro do jornalismo, e o público passa a ter muito mais peso na decisão do que vira notícia. Entendendo que fomos todos socializados de forma machista, racista e classista, já seria possível pressupor-se que a dor da mulher negra e periférica tenha menos impacto do que a dor da mulher branca e rica. Esta última tem o estereótipo feminino que deve ser protegido, enquanto a primeira é desumanizada, como se acostumada ao sofrimento. Logo, mulher negra e periférica agredida, estuprada e morta não gera tanta audiência quanto no caso de mulher branca e de classe alta.

Este é um ponto observado do ponto de vista de leitor e pesquisador e também das trabalhadoras que produzem este material. Isso reforça a linha adotada neste trabalho de que não é possível dissociar raça e classe das questões de gênero. Davis (2016) ressaltava que as questões muitas vezes ligadas ao feminino,

[55]COELHO, Ana. Entrevista 3. [setembro, 2020]. Entrevistadora: Yara Karolinne Sousa Lopes. Vitória, 2020. A entrevista transcrita está no apêndice deste trabalho.

como não poder trabalhar fora de casa, não era uma realidade para mulheres negras, que foram escravizadas, e as mulheres pobres, que precisavam trabalhar para sobreviver. Hooks (2019) também defendia que o sexismo não criou uma opressão igual para todas as mulheres, pois mulheres brancas e ricas sempre tiveram opções, diferentemente das mulheres negras e pobres.

No caso do jornalismo, como nos demais âmbitos da sociedade, essas questões de gênero, raça e classe também são constantes. Tratando-se então do trabalho feito por mulheres dentro das redações, questionamos se é possível fazer alguma coisa para mudar, mesmo que minimamente esta realidade. Como resposta, obtivemos que existem tentativas, mas que os resultados dificilmente aparecem:

> Existe uma preocupação com o que vai ter repercussão e assim valer a pena do ponto de vista da empresa. Para quem cobria o assunto no dia a dia era frustrante tentar repercutir um caso e a empresa não dar espaço pra isso. Poucas matérias se aprofundavam, era o fato por si só. Víamos muita gente incomodada, mas poucas vezes conseguíamos a repercussão que gostaríamos, mas não tinha jeito, virava apenas “mais um caso”. Sugeria os especiais justamente por sentir essa superficialidade nas matérias do dia a dia, nos factuais. O fato por si só até comove, mas muito pouco. No facebook e em meu círculo de amizades, comecei a notar mulheres falando de situações que antes não acreditavam que eram violência e que agora entendiam como tal. Fiz matéria sobre como identificar violência, pedir ajuda, mostrando que tinha estupro também no casamento, e acredito que consegui trazer alguma conscientização. (informação verbal)[56]

Este terceiro relato dos cinco que foram coletados nesta pesquisa confirma, assim como os demais, que havia uma tentativa por conta própria, individual, de fazer algo diferente neste tipo de matéria, buscando fontes mais especializadas, sugerindo matérias mais profundas, tentando promover uma mudança de dentro para fora, mas isso esbarrava em vários obstáculos, inclusive no machismo que existia dentro da própria redação. Para Coelho, isso mostrava a importância de ter cuidado com as palavras, com a construção do texto e com a produção de mais matérias que desconstruíssem os pensamentos que são arraigados. Ela acredita ainda que seria importante ter mais mulheres em espaços de poder, nas chefias de redação, porque apenas vindo de repórteres era muito difícil conseguir uma mudança significativa. O pensamento feminista liberal leva a acreditar justamente que com mais mulheres no poder, no topo, a sociedade pode ser diferente, mas o feminismo marxista tem uma linha diferente de entendimento. Acredita-se na transformação da sociedade como um todo, condições de vida diferentes para os

[56]COELHO, Ana. Entrevista 3. [setembro, 2020]. Entrevistadora: Yara Karolinne Sousa Lopes. Vitória, 2020. A entrevista transcrita está no apêndice deste trabalho.

99%, visto que grupos minoritários no topo significa que ainda teríamos um topo e uma base, grupos dominantes e dominados. E não necessariamente mulheres são contra o machismo e negros contra o racismo, visto que a socialização é feita da mesma maneira para todos, inclusive para os oprimidos. A práxis jornalística é importante, como ressaltou Genro Filho (2012), mas esta não será garantida apenas por mulheres na chefia.

Em relação ao novo projeto da Gazeta, a terceira profissional entrevistada pontua que a Gazeta tem se mostrado muito interessada em projetos especiais e este é mais um deles, com o objetivo de atrair mais público. É uma das formas de tratar os temas de gênero e de violência contra a mulher, sendo que este deixou de ser uma prioridade para o veículo. A criação deste quadro coincidiu com a pandemia da Covid-19, que também trouxe muitas mudanças para o trabalho dos jornalistas. Coelho ressaltou que a apuração diminuiu bastante, ponto observado também no trabalho de repórteres mais novos que buscam quantidade e repercussão em detrimento de qualidade, e relata que isso a preocupa em relação ao futuro do jornalismo. Para ela, ainda faz sentido para o veículo criar quadros e manter algumas editorias que conferem credibilidade, porém, no caso das matérias de violência, o público não é tão exigente, por isso, não faria tanto sentido utilizar tempo e esforço de trabalhadores para fazer matérias maiores que renderiam o mesmo clique. O Todas Elas não traz apenas matérias de violência contra a mulher, mas outros conteúdos direcionados ao público feminino de forma geral, o que poderia garantir mais acesso, e isso é o que de fato é a prioridade.

A quarta jornalista entrevistada para a pesquisa atuou na cobertura de matérias de polícia e no período da entrevista estava também fazendo matérias para o Todas Elas. Fernanda Gomes[57] iniciou seu trabalho na Gazeta em 2015, atuava como repórter da editoria Cotidiano e atualmente trabalha na TV da emissora. Ela contou em seu relato que eram cinco repórteres de polícia e que havia sempre a ronda pela delegacia para fazer as matérias sobre violência, confirmando os depoimentos anteriores das outras jornalistas entrevistadas, onde era possível fazer a apuração tanto com os boletins de ocorrência quanto com as informações passadas por policiais e delegados. Em seu caso, buscava contar uma história, mas

[57]GOMES, Fernanda. Entrevista 4. [setembro, 2020]. Entrevistadora: Yara Karolinne Sousa Lopes. Vitória, 2020. A entrevista transcrita está no apêndice deste trabalho.

havia também as dificuldades em ter acesso às vítimas, até mesmo para os jornalistas:

> No caso de violência contra mulheres eu conseguia acesso pelos números da polícia, do boletim de ocorrência. Quando se tratava de crianças, idosos ou se envolvia tráfico eu deixava de lado, era mais complicado conseguir fazer a matéria. Todos os dias eu ia para a Deam buscar conteúdo, percebia que o modus operandi dos crimes eram fúteis e banais. Depois a polícia começou a restringir o nosso acesso ao material que eles tinham, não podiam mais nos passar informação e tínhamos a "sorte" se a vítima estivesse por lá na hora e aceitasse falar com a gente. (informação verbal).[58]

As mudanças no modo de trabalhar dessas jornalistas não aconteceu apenas pela dificuldade colocada pela polícia, mas pelas próprias transformações do próprio veículo. A jornalista também falou sobre como deixar de ter um jornal diário impresso para ter basicamente o online influenciou no dia a dia dos funcionários, relato que também foi destacado pelas outras participantes da pesquisa. Para ela, há o lado positivo e o negativo dessa história, destacando como positivo a possibilidade de economizar tempo e investi-lo em outros materiais e como negativo a perda de contato com as pessoas na rua, o que influencia no material final. Falou sobre a necessidade que existia de tentar algum diferencial na história, para que ela não seja mais do mesmo, um pedido que costumava vir do editor, ou seja, de postos de chefia do veículo. Para ela, a possibilidade de ver quantos acessos havia em cada matéria apontou para o que tinha mais resultado com o público, mais apelo, e com a busca pela audiência, esse tipo de marcador faz com que a maneira de trabalhar também fique diferente:

> Algumas coisas têm mais apelo, como a violência contra uma médica, uma advogada, um crime que tenha acontecido na Praia do Canto. É o caso da Dra Milena, que foi assassinada pelo marido e ele fingiu desespero ao "saber" de sua morte. Teve uma repercussão imensa, mas sabemos que temos milhares de dras milenas por aí. Mas entendo que isso não é algo reservado ao jornalismo, mas à sociedade como um todo: para a sociedade a violência é algo que faz mais parte da pobreza. Às vezes tem uma história muito importante, mas não conseguimos aprovação da chefia para publicar. (informação verbal)[59]

Nesta fala, fica novamente evidenciada a existência de um viés de raça e classe tanto na publicação de matérias quanto no espaço que seria dado para essa história depois de veiculada. Como já argumentamos anteriormente quando essa questão foi abordada por outra jornalista, apontamos que Moraes (2019) já explicava

[58]GOMES, Fernanda. Entrevista 4. [setembro, 2020]. Entrevistadora: Yara Karolinne Sousa Lopes. Vitória, 2020. A entrevista transcrita está no apêndice deste trabalho.

[59]Ibidem 17

que as questões comerciais se sobrepunham ainda mais às informações nos veículos de imprensa, trazendo um novo tipo de fazer jornalismo à tona, bem peculiar ao mundo digital e datificado. Fígaro (2020) destaca que nesse contexto de capitalismo de plataforma a informação já trabalhada é a mais valorizada, e por isso as notícias jornalísticas têm um grande valor de mercado. Mas é justamente esse "valor de mercado", essa intensificação da informação, da matéria como uma mercadoria que traz esses variados efeitos e modos de trabalho que estão sob análise na pesquisa. A pesquisadora ressalta ainda como o valor-notícia muda com ainda mais fluidez nessa realidade digital, e o que é considerado notícia pode ser completamente diferente a depender de qual é a plataforma. Neste último relato da jornalista da Gazeta foi apresentado que para ela, havia matérias de violência contra a mulher que teriam um alto valor noticioso, mas para e chefia, não tinha o mesmo peso. Essa aplicação do que é notícia pode muitas vezes extrapolar a práxis jornalística, visto que o repórter é em sua maioria apenas um trabalhador que precisa seguir a determinação final que vem de quem está acima na questão hierárquica. É possível aqui fazer uma aproximação com o que diz Marx (2020) quando aborda a alienação do trabalho, o afastamento que a pessoa que produz o item tem dele, visto que existia uma intenção da jornalista em fazer uma matéria mais profunda, porém o que era pedido que se produzisse não era isso, e o resultado era um texto seu, mas com o qual não se tinha necessariamente o pertencimento, a autoria, mas um distanciamento, uma alienação.

Isso pode não ser a realidade em veículos alternativos, onde as questões podem ser discutidas de forma mas igualitária, porém, estes meios de comunicação podem até ter a possibilidade de fazer notícia online, pois internet e celular já são muito mais acessíveis atualmente, o que não significa que terão a mesma visibilidade de um grande veículo. Exercer a práxis jornalística pode ser mais fácil em um veículo alternativo, porém, conseguir a audiência ainda é uma dificuldade, existindo mesmo no mundo digital a hegemonia (FÍGARO, 2020).

A jornalista Fernanda Gomes relatou então sobre como se deu o início do projeto Todas Elas, do qual ela participava ativamente no período em que a entrevista foi conduzida. Segundo o seu relato, houve um entendimento por parte da chefia do veículo que era preciso tratar dos temas de gênero de uma forma diferente, e por isso esse projeto foi criado. A previsão era de que no início de 2020

já estivesse no ar, porém, com a chegada da pandemia da Covid-19 houve um atraso nessa organização e as matérias só começaram a ser postadas de forma regular e mais “oficial” no segundo semestre. Assim, ela contou que com essa autorização de fazer as matérias de uma maneira diferente, editores e repórteres trabalharam juntos para colocar no ar o projeto que falaria das mulheres de forma mais empática, não apenas um número, uma ocorrência, mas de fato toda uma vida e uma história com diferentes particularidades.

> A mulher não é só um dado, esse é nosso mote. No projeto há também a ideia de fazer palestras, debates, de promover conscientização. Isso é algo novo no jornalismo capixaba. Não só contar a história, mas conscientizar, mudar a cultura. Os repórteres de polícia já tem muita experiência, conversam com vítimas há dez anos, já tem propriedade neste assunto. A ideia agora é tornar o assunto mais visível, como só ciclos de relacionamentos abusivos, ajudar em ações sociais. (informação verbal)[60]

Esse novo projeto foi passado com muita empolgação pela jornalista, que era no momento responsável por escrever as matérias para ele. A ideia de fato tem um grande apelo depois de analisarmos o material que era produzido principalmente na editoria de polícia, que como citado anteriormente, ainda era muito superficial e até mesmo em alguns pontos com falas estereotipadas. Tratar os casos de violência com empatia e profundidade no jornalismo tradicional de um grande veículo parecia de fato bastante promissor, principalmente com essa perspectiva de promover também debates, cursos e tentar uma mudança na conscientização. Para a repórter, era a oportunidade de escrever as matérias que já gostaria, de tentar mudar um pouco a realidade a partir de sua profissão, exercendo sob o ponto de vista da pesquisa a práxis noticiosa. Porém, entre a ideia e a execução dela, percebemos uma diferença considerável, encontrando nas matérias sobre violência contra a mulher veiculadas em 2020 ainda bastante superficialidade e em uma visão geral sobre os demais conteúdos disponíveis muitas histórias de superação, meritocracia e individualização das questões de gênero. Essa abordagem se assemelha mais ao feminismo liberal, indo no sentido contrário ao que trabalhamos na pesquisa, que entende a necessidade de uma mudança na história das mulheres para todas, na análise do contexto histórico que desfavoreceu e desfavorece mulheres principalmente quando abordamos raça e classe, e não apenas em vitórias individuais.

[60]GOMES, Fernanda. Entrevista 4. [setembro, 2020]. Entrevistadora: Yara Karolinne Sousa Lopes. Vitória, 2020. A entrevista transcrita está no apêndice deste trabalho.

Porém, entendemos que do ponto de vista mercadológico, o projeto faz sentido e deve garantir ao veículo uma imagem progressista que pode ser interessante, garantindo um público que seja importante também garantir. Do ponto de vista de realmente fazer algo que traga um impacto e transforme a maneira como as mulheres são vistas, acreditamos que o que foi executado ainda seja bastante distante dessa idealização que pode até ser a intenção de alguns trabalhadores. Lembrando ainda que a depender da socialização e da maneira como esses trabalhadores enxergam o mundo e a realidade, esse conteúdo pode já considerado de fato “transformador” sob o seu ponto de vista. Por isso entendemos e ressaltamos nesta pesquisa a importância de aprofundar os estudos, dialogar com pessoas que vivem diferentes realidade e buscar uma luta que traga benefícios para a coletividade, que é o objetivo do feminismo marxista.

A última entrevistada para a nossa pesquisa é uma editora, a responsável pela ideia do projeto Todas Elas, que já traz uma visão um pouco diferente das repórteres pela posição hierárquica que ocupa dentro da empresa, um depoimento importante para a análise do trabalho no veículo. Laís Ribeiro (informação verbal)[61] até o momento em que a entrevista foi concedida tinha 5 anos de Gazeta, trabalhando anteriormente no veículo na editoria de economia e mais recentemente em Cotidiano, como editora. Em seu relato, explicou que as matérias de violência contra a mulher podiam aparecer tanto no Radar quanto em Cotidiano, visto que não havia mais a editoria de Polícia como existia anteriormente, sendo que em Radar era abordada a primeira notícia, o quente do momento, e em Cotidiano existia também uma análise mais aprofundada do tema. Como a área policial já foi bastante forte na Gazeta, os repórteres que integravam esta editoria contavam já com bastante experiência de rua de como produzir este tipo de conteúdo, mas havia o costume de fazer uma abordagem de uma determinada forma, como sempre era feito, e segundo ela, ao começar a trabalhar em Cotidiano, passou a ter um olhar editorial para isto, entendendo que as coisas poderiam ser feitas de uma forma diferente.

> Quando via mais uma matéria de violência contra a mulher, comecei a me perguntar “de novo?”. Pensei que existe um caminho até que a violência impetrada contra a mulher chegue ao feminicídio, então como impedir que esse caminho se concretize? Esse não era apenas um incômodo meu, mas geral da equipe. Acredito que nós mulheres temos uma identificação mais direta quando lemos esse tipo de conteúdo, eu tinha. Quando precisava relatar, não era apenas a

[61]RIBEIRO, Laís. Entrevista 5. [setembro, 2020]. Entrevistadora: Yara Karolinne Sousa Lopes. Vitória, 2020. A entrevista transcrita está no apêndice deste trabalho.

> identificação, mas dor e agonia. Entendo que além de relatar, era essencial cobrar e orientar, de fato intervir na situação através da informação, que é o que temos à nossa disposição como jornalistas. (informação verbal)[62]

Ela explicou que houve então uma reunião com a chefia da Gazeta e a editora-chefe concordou com a necessidade de trazer uma abordagem diferente para as matérias de gênero, autorizando a criação do projeto Todas Elas. Diferentemente de outros projetos do jornal, este seria contínuo, e englobaria não apenas as matérias feitas com uma nova perspectiva, mas também ações e projetos, como dar palestras nas escolas e promover ações que ajudariam a sensibilizar e conscientizar a população, a fim de ter uma contribuição mais concreta na transformação da sociedade. Apontado desta maneira, esta parece uma boa perspectiva de uso do jornalismo para a luta das mulheres. Gago (2020) explica como a mídia pode exercer violência ao disseminar o que a mulher sofre dando espaço para a fala do agressor e confirmando “um código de cumplicidade relativo a um modo de exercício da masculinidade” (GAGO, 2020, p. 96). Já Moraes (2019) pontua que mesmo não tomando partido de modo explícito, é comum existirem inclinações ideológicas pelo enfoque da matéria, a maneira como é editada, a escolha das fotos, dentre outras maneiras. Poderíamos dizer que o enquadramento jornalístico seria então feito de uma forma distinta com o projeto Todas Elas, é o que essa fala inicial da editora da Gazeta deu a entender.

A profissional segue explicando o direcionamento jornalístico da editoria, que segundo ela traz as informações também com um caráter de cobrança, contendo até mesmo um contador de feminicídio e também um formulário de denúncia para facilitar que as mulheres tomem essa atitude, que não é fácil. Citou o planejamento que já existia para os próximos meses, nos quais seriam abordados os tipos de violência existentes, histórias de mulheres que sofreram violência e conseguiram superar e agora inspiram outras mulheres e também a possibilidade de com mudança de hábitos diminuir a violência contra a mulher. Defendeu que além disso, planejaram também lives temáticas, com presença de pessoas influentes que levariam essa mensagem a um público maior, e a possibilidade de uma parceria para oferecer oficinas de qualificação para mulheres, assim, haveria chances maiores deste conteúdo chegar a mais pessoas.

---

[62]RIBEIRO, Laís. Entrevista 5. [setembro, 2020]. Entrevistadora: Yara Karolinne Sousa Lopes. Vitória, 2020. A entrevista transcrita está no apêndice deste trabalho.

A editora ressaltou as diferenças na forma de trazer o conteúdo de violência de acordo com a editoria da Gazeta, dizendo que em Radar trabalhava-se mais o factual, porém em Cotidiano havia mais análise, e que o Todas Elas seria uma junção disso tudo, mas com mais profundidade e setorizado, abordando violência contra a mulher e também segurança pública. Ela explicou que não houve um treinamento específico para os jornalistas escreverem este conteúdo da nova forma que o jornal planejou, ressaltando que eles já contavam no quadro de funcionário com uma jornalista com muita experiência e sensibilidade, e que era justamente esta sensibilidade o objetivo deste novo projeto. Ainda ressaltou que havia a possibilidade de errar, sim, mas que o importante era que estavam tentando fazer de uma nova maneira.

Alguns pontos chamam bastante atenção nesta fala em relação ao trabalho dos jornalistas na atualidade e a participação que a chefia dos veículos têm em relação à produção. Fígaro (2020) já defendia que no capitalismo a informação já trabalhada, que é a fornecida pelos jornalistas, é uma mercadoria valiosa que atrai consumidores e anunciantes, porém, o que se vê no mercado de trabalho é uma desvalorização da profissão, com diminuição dos cargos e necessidade de constante reinvenção do profissional. Essa relação que parece contraditória nos leva à Marx (2020), quando inicia sua explicação sobre o trabalho alienado:

> O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas, cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como *mercadoria,* e, a saber, mesma proporção em que produz mercadorias em geral (MARX, 2020, p. 319)

Neste contexto de capitalismo de plataforma e crescimento da produção de conteúdo digital, essa realidade do trabalhador mais pobre fica ainda mais pujante para o jornalista. Existe a vertente que aponta o digital como a salvação dos problemas da informação, possibilitando essa criação a todos, mas já destacamos aqui que o digital é apenas a forma, e caso não seja transformada a sociedade em si, os mesmos grupos continuam dominando os espaços e a hegemonia é perpetuada. Voltando ao trabalho do jornalista, Bellan (2017) relaciona a atividade, o trabalho, o neoliberalismo e a crise, defendendo em seu argumento que com a precarização do jornalismo e a necessidade do profissional fazer cada vez mais atividades em diferentes lugares para conseguir sobreviver, a ética e as práticas

podem acabar comprometidas de acordo com o que é pedido para este trabalhador fazer. É importante sempre lembrar que o jornalista que trabalha para um veículo não escreve simplesmente o que quer, as informações que coleta e o texto que constrói a partir delas servem ao propósito da empresa.

No caso do que disse a editora da Gazeta, a sensibilidade da trabalhadora será utilizada pelo veículo como uma ferramenta para construir uma nova editoria, sem a necessidade de um investimento feito pelo próprio veículo. Ainda assim, não se pode deixar de questionar se essa sensibilidade poderá de fato ser completamente mostrada no texto ou só até a parte que interessará ao contratante. Aqui, voltamos ao que já foi dito pelas jornalistas que atuaram e atuam na Gazeta, quando relataram que por muitas vezes gostariam de fazer uma matéria diferente, com outra abordagem, outro enquadramento, mas que a proposta não era aceita. Uma delas contou com alegria sobre o Todas Elas por acreditar que agora poderia ter o espaço para escrever as matérias de violência contra a mulher que gostaria. Ao entender que o jornalista escreveria por vontade um determinado texto, mas o que escreve como mercadoria, como produto de trabalho, é outro material, mais uma vez é possível criar uma aproximação com Marx (2020), que explica como se dá a alienação do trabalhador, a exteriorização deste processo, que passa por transformação:

> O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se diferencia dela. É *ela.* O homem faz a sua própria atividade vital o objeto da sua vontade e da sua consciência. Tem atividade vital consciente. Não é uma determinidade com a qual ele se confunda imediatamente. A atividade vital consciente diferencia imediatamente o homem da atividade vital animal. Precisamente apenas por isso ele é um ser genérico. Ou ele só é um ser consciente, isto é, sua própria vida é para ele objeto, precisamente porque ele é um ser genérico. Só por isso a sua atividade é livre. O trabalho alienado inverte essa relação até que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para a sua *existência.* (MARX, 2020, p. 326).

Neste raciocínio, o autor diz ainda que o trabalho é alienado justamente porque a pessoa não o exerceria se não houvesse a necessidade, a obrigação. Assim, o texto sobre violência contra a mulher que as jornalistas fariam livremente, se não houvesse uma orientação do empregador, poderia ser outro. O teórico alemão explica ainda que quem faz essa alienação com o trabalhador, é o próprio homem, é outro ser humano quem detém esse poder, esse controle, e este produto exteriorizado do trabalhador, que ao mesmo tempo é também de certa forma o

próprio trabalhador, torna-se propriedade privada, paga por um salário. Unindo o pensamento de Marx (2020) que data do século XIX, com as novas análises do mundo do trabalho do jornalista no capitalismo de plataforma do século XXI segundo as reflexões de Souza (2017), percebemos que apesar de ser comum olhar para o jornalista que fez a matéria e apontar o dedo para o resultado, sem observar que se trata ali também de um resultado estrutural capitalista, uma mercadoria feita e paga. Não trata-se O objetivo aqui não é eximir ou culpar o jornalista, mas tentar analisar e entender os processos históricos existentes, as complexidades e contradições da sociedade atual e as configurações do veículo onde trabalha para assim chegar a um quadro mais amplo e condizente com a realidade.

Ainda em relação à última fala da editora da Gazeta em relação à capacidade técnica da jornalista da casa, vemos que se utiliza os profissionais do jornalismo tanto como um troféu por suas características (experiência e sensibilidade) e ao mesmo tempo como blindagem para os erros, já justificando que é possível sim errar, mas que o importante é que o veículo está tentando fazer um projeto diferente e transformar a realidade. Em relação à audiência e o que é mais publicado de acordo com o interesse do público, a editora admite que existe sim uma medição dos cliques que não era possível no impresso e que os assuntos com mais comoção têm mais cobertura, porém, dispensa o viés de classe e raça:

> No caso de perceber se essa audiência é maior em casos de violência de mulheres de classe mais alta, o que percebemos no Todas Elas é que as matérias de perfil de mulheres que sofreram feminicídio tinham também mulheres de classe mais baixa e ainda assim tiveram boa audiência, então acredito que a maneira de abordar esse conteúdo também faz diferença no consumo dele pelo público, e não apenas com quem o fato aconteceu. (informação verbal)[63]

Existem duas observações que consideramos relevantes a fazer quanto a essa fala da audiência da editora do jornal capixaba. A primeira é considerar que antes do projeto Todas Elas, o veículo não dava espaço suficiente ou escrevia de forma superficial e com pouca atenção sobre os casos de violência contra as mulheres de classe mais baixa, e por isso, o público não tinha interesse em ler este conteúdo. A segunda é pensar como foi feita essa comparação de audiência entre as matérias citadas e se os conteúdos em geral da nova editoria têm uma audiência similar, observando ainda que se tratam de feminicídios, o ápice da violência, que

[63]RIBEIRO, Laís. Entrevista 5. [setembro, 2020]. Entrevistadora: Yara Karolinne Sousa Lopes. Vitória, 2020. A entrevista transcrita está no apêndice deste trabalho.

podem ter um apelo editorial maior. Mas questionamos novamente se esses casos de mulheres de classe mais baixa teriam a mesma continuidade, número de matérias e enquadramento que a de mulheres de classe mais alta. Também questionamos o quanto da emoção é utilizado em casos como esses para garantir a audiência mais alta, espetacularizando o que alguns poderiam chamar de tragédia, mas que na verdade é a realidade estrutural das mulheres brasileiras.

4.2.2 **Aproximações e distanciamentos nos depoimentos das jornalistas**

Para esta etapa do trabalho, conversamos com cinco mulheres jornalistas que atuaram ou atuam com o tema de violência contra a mulher no jornal A Gazeta do Espírito Santo: duas eram repórteres que não estão mais ligadas ao jornal, duas são repórteres ainda ligadas ao jornal e uma é editora também ligada ao jornal. Essa diferenciação é importante para observamos as fases do veículo, as diferenças quanto hierarquia e também a percepção de quem está trabalhando e quem já trabalhou, tudo isso contribui para uma análise mais assertiva de como o trabalho dessas mulheres se dá e sua relação com o resultado final que é levado ao público.

Em relação às aproximações nos depoimentos, foi consenso entre as entrevistadas que existia uma necessidade de melhorar a maneira de fazer o conteúdo de violência contra a mulher, fala que veio até mesmo da editora. Isso reafirma a importância de fazer essa análise científica, de pesquisar os motivos existentes por trás disso, observar as contradições e as possibilidades. Essa necessidade de produzir um conteúdo melhor foi apontado pelas trabalhadoras devido à naturalização, banalização e pouca profundidade em relação ao tema no veículo, especialmente na editoria de polícia, que reunia grande parte dessas matérias.

Também foi unanimidade entre elas ressaltar que com o passar do tempo a forma de trabalhar ficou diferente, tanto pela diminuição dos profissionais da editoria de polícia, que antes contava com 5 a 6 repórteres que saíam diariamente para as delegacias, quanto pela mudança do impresso para o online. Foi destacado também o trabalho individual do repórter, com a relação que precisava ser construída com as fontes para garantir uma resposta mais rápida, um acesso à informação que nem sempre estava disponível e até uma criticidade ou olhar diferenciado ao tema. Essa

relação fonte e jornalista é bastante tratada nas teorias do jornalismo, sob diferentes perspectivas. Moretzsohn (2002) trata sobre a velocidade necessária às redações a produção de notícia, o que também cria uma relação peculiar tratando-se das fontes, explicando que muitas assessorias aproveitam dessa necessidade de rapidez por parte do jornalista para disponibilizar os entrevistados, o que acaba mantendo uma hegemonia das fontes mais poderosas nos veículos, enquanto quem tem menos acesso a essas táticas segue com menos visibilidade:

> A assessora diz que várias vezes ouviu de jornalistas o conselho de que o "movimento" se organizasse de acordo com os horários dos jornais, o que refletia uma lógica perversa, segundo a qual os excluídos seriam os responsáveis por esse aspecto suplementar da própria exclusão (a exclusão do noticiário), incompetentes para se "venderem" como notícia. Lia cita, porém, vários casos em que os eventos foram programados no "tempo" da mídia, que mesmo assim faltava ao encontro: sempre havia outras prioridades. (MORETZSOHN, 2002. p. 70)

Apesar de quase 20 anos terem se passado da publicação deste texto para a atualidade, muito do que foi descrito mantém-se real, até mesmo com os jornais online, que podem não ter o horário de fechamento para ir para a gráfica, mas dependem ainda mais de rapidez pra competir com os demais veículos e com as redes sociais que trazem os fatos praticamente de imediato. Para garantir a audiência, o clique, o compartilhamento, é preciso velocidade, rapidez, e isso muitas vezes significa ouvir a fonte que está disponível. A autora citou isso como perversidade, mas é importante destacar a quem pertence isso, se ao repórter ou ao veículo, e de acordo com toda a estrutura que observamos e analisamos, isto está muito mais ligado à lógica da empresa do que à vontade, ou falta de vontade, do trabalhador, que precisa entregar no tempo solicitado o material. Por isso, é comum que quem dê entrevistas nas matérias de violência contra a mulher seja o advogado que está na delegacia, o parente que foi até lá acompanhar o caso, a mulher que aceita abrir sua vida para a mídia e que é considerada importante suficiente para o repórter ir atrás. A pluralidade de vozes nem sempre é garantida, existindo as figurinhas repetidas que criaram relacionamento com os repórteres e estão sempre disponíveis para dar entrevista, ou seja, a depender da linha que estas fontes seguem, a hegemonia e o *status quo* continuam garantidos através da grande mídia.

Percebe-se também pelas falas das entrevistadas que existe um desejo de romper com o machismo, com o preconceito, e colaborar através de sua profissão

para uma sociedade mais justa e igualitária, mas que existem barreiras no caminho, como as próprias limitações do trabalho, os preconceitos existentes nos colegas de profissão e nos leitores, a falta de interesse da sociedade em matérias mais aprofundadas, a falta de tempo, dentre outros. Elas citaram suas ações para garantir a práxis, a junção da teoria com a prática, tentando implementar mais justiça, sensibilidade, informações importantes e até uma transformação no pensamento, e é neste ponto que precisamos ressaltar que a socialização e o próprio processo de transformação pelo qual elas mesmas passaram irá influenciar nessa tentativa de práxis. Só será possível imputar reflexão e criticidade até onde elas próprias as tenham adquirido, portanto, limitações que foram encontradas no material, mesmo no Todas Elas que tinha a intenção de ser diferente, também se dá pela limitação do ser humano que produz aquele conteúdo.

Em relação à audiência, também foi consenso de que havia um seguimento às matérias, acompanhando a história quando o público consumia mais, quando a audiência era mais alta, e percebia-se que em sua maioria eram casos de pessoas de classes mais altas e bairros mais nobres, havendo até mesmo o relato de que violência contra mulheres negras e periféricas estava banalizado. Neste momento é possível fazer o questionamento sobre quem está formando quem, se o jornalismo dá mais destaque aos casos de mulheres de classe alta e por isso a população responde com mais empatia a eles ou se estes são os conteúdos que têm mais audiência e por isso os veículos publicam com mais cuidado. Não acreditamos que se trata do ditado “quem nasceu primeiro o ovo ou a galinha”, mas de uma construção histórica e estrutural com retroalimentação. Existe a socialização das pessoas que é formada de maneira ideológica principalmente pelos grupos dominantes e o jornalismo é um desses aparelhos essenciais para a formação, como resultado, quando os veículos buscam audiência já se espera de acordo com esses parâmetros o que terá mais resultado, o que não significa que não se possa inverter e mudar esses padrões. Se eles foram construídos, também podem ser destruídos para formar novos conceitos e possibilidades.

A observação de que isso não é algo restrito ao jornalismo esteve na fala de uma das repórteres, que ressaltou tratar-se de uma questão da própria sociedade, e neste ponto concordamos, visto que a socialização no contexto capitalista é baseada em violência, em machismo, racismo e classismo. Apenas a editora fez a

observação de que fazendo um conteúdo de mais qualidade, a audiência respondeu da mesma maneira para matérias de feminicídio de mulheres de classe alta e baixa. Na oportunidade ressaltamos a necessidade de mais dados para fazer tal comparativo, mas destacamos aqui a possibilidade dessa desconstrução e reconstrução de gostos, preferências, pensamentos e costumes.

Quanto aos distanciamentos, encontramos principalmente perspectivas diferentes quanto à parte que caberia ao veículo. Em geral, houve uma defesa do veículo quanto à tentativa de ser progressista e à liberdade para fazer matérias, porém, acreditamos que parte dessa defesa se deu por não querer falar mal do local onde se trabalha ou trabalhou, visto que o campo da comunicação é muito pequeno mesmo em uma capital. Essa percepção se deu pelo fato de no decorrer da conversa terem acontecido observações como a vontade de fazer alguma pauta e a chefia não permitir, ou a pressão editorial para buscar algo diferente na pauta de violência contra a mulher para ela ser aprovada, os comentários machistas que surgiam dentro da própria redação, e até a sugestão de que os editores tinham um desejo mais ético pelas matérias progressistas, enquanto a chefia tinha um interesse mais capitalista porque publicar determinados temas cria uma boa imagem para o jornal.

Podemos também inferir outra interpretação em relação à defesa do jornal feita pelas trabalhadoras, que é a imputação do novo modelo de trabalho neoliberal do homem empresa, a ideia de que o profissional precisa defender o seu empregador, que ele faz parte verdadeiramente da empresa e até mesmo um reflexo dela. Essa ideia pode já ter sido absorvida por muitos profissionais, inclusive os jornalistas, que tendem a defender o veículo onde atua mesmo vendo os problemas e erros cometidos. Nas entrevistas, há essa defesa do veículo não travar reportagens e dar espaço para a discussão de temas de minorias, e ao mesmo tempo com o decorrer da conversa as pontuações de dificuldades existentes por falta de interesse em promover verdadeiramente uma mudança até mesmo interna e pela defesa mais do lucro do que do conteúdo. O trabalhador muitas vezes se encontra nesse território de dualidade, onde defende a pessoa ou lugar que o emprega e remunera e ao mesmo tempo enxerga a exploração e os erros, mas não sabe como encontrar um caminho diferente.

A forma de trabalhar as matérias de violência contra a mulher também eram distintas entre as repórteres, visto que cada uma foi escolhendo uma forma de trazer este conteúdo de acordo com as suas próprias vivências. Assim, é mais fácil entender o motivo de algumas matérias tratarem a violência contra a mulher com mais sensibilidade, responsabilidade, sem julgamentos e com falas de especialistas que podiam explicar o assunto de forma mais profunda enquanto outras se mantinham apenas nos boletins de ocorrência e traziam até algum nível de julgamento moral, sem sair muito do senso comum. Essa diferença existente dentro do próprio veículo acontece, de acordo com o que foi dito pelas trabalhadoras, pelo interesse ou não de cada profissional em tentar uma profundidade e também por questões relacionadas a tempo disponível, pedidos da chefia e disponibilidade dos entrevistados.

Havia quem escolhesse não dar espaço para o agressor falar em nenhuma ocasião, entendendo que ouvir os dois lados não se aplica neste caso dando espaço para o homem justificar o injustificável, enquanto tinha também quem conversasse com o advogado da defesa para conseguir as informações sobre o crime. Se aprofundar no assunto de violência contra a mulher foi também escolha de algumas repórteres, buscando escrever com mais qualidade e criticidade por entender a importância deste assunto, enquanto outras acabaram se distanciando do tema com o tempo e seguindo para outros caminhos.

Entendemos que formar os profissionais para promover um conteúdo sempre de mais qualidade e profundidade não era um interesse da empresa, sendo citado por uma das entrevistadas que as matérias policiais com dados bem básicos já rendiam os “cliques”, logo do ponto de vista empresarial não compensaria investir em tempo do jornalista que poderia fazer várias matérias para fazer apenas uma mais profunda que teria um resultado de audiência similar. Importante salientar que essa liberdade dos trabalhadores em fazer um conteúdo mais ou menos profundo não é ilimitada, logo, existe também uma resistência de profissionais que prezam pela criticidade e que lutam nesses territórios de disputa ideológica para oferecer ao público mais informação e até conhecimento.

De forma geral, percebe-se que há mais consensos do que dissensos entre as repórteres, que relataram entender que o conteúdo ainda poderia melhorar

bastante, que havia uma influência do veículo e da audiência e que uma forma diferente de fazer as matérias seria interessante. Quem estava atuando no Todas Elas apresentou o formato com bastante empolgação e ressaltou que seria de fato um grande progresso para o jornalismo não apenas do Espírito Santo, mas do país, o que é compreensível visto que elas se encontram inseridas em uma tentativa de avanço. Com essas observações, torna-se mais possível compreender o que é publicado pelo veículo quando se trata de violência contra a mulher.

4.3 – A RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO DAS JORNALISTAS E AS MATÉRIAS PUBLICADAS

No capítulo anterior, apontamos os enquadramentos feitos pela Gazeta em matérias de violência contra a mulher em dois momentos diferentes, em 2019, em sua maioria publicadas na editoria de Polícia, e em 2020, publicadas no Todas Elas, projeto novo do veículo. Segundo Entman (1993), o enquadramento jornalístico é caracterizado pelas escolhas de condução de uma matéria, como as saliências feitas, os silêncios existentes, o posicionamento das falas – se mais ao início ou ao fim do texto -, os destaques, o uso de determinadas palavras, dentre outros. Assim, observamos quem eram os entrevistados, o tema que foi salientado e se havia algum tipo de julgamento moral feito em 20 textos do tema, 12 de 2019 e 8 de 2020.

Percebeu-se que nas matérias policiais, havia basicamente as informações indicadas nos boletins ou passadas pelos agentes nas delegacias, apontando mais uma descrição do crime, sem aprofundamento ou criticidade. Em alguns casos, aproveitava-se da emoção, narrando com mais detalhes o que havia acontecido com a mulher, mas sempre focando no crime, dificilmente no que levou até ali. Ainda encontramos utilização da justificativa do ciúme e termos como “tragédia”, como se fosse algo quase impossível de impedir, além de um enfoque maior em casos de mulheres brancas e de classe mais alta.

Nestes casos, já tinha sido feita a relação dessas escolhas devido ao que vemos em nossa sociedade, que ainda é machista, racista e classista. Porém, após entrevistar as mulheres que escreviam este tipo de material, pudemos entender um pouco mais esse resultado, indo além e trazendo o elemento trabalho para esta conta. Segundo os relatos que foram feitos, existia antes mais tempo para fazer as

matérias de violência contra a mulher, indo pessoalmente até as delegacias, colhendo a informação e até indo também até às mulheres que sofreram as agressões para tentar conversar com elas e trazer as suas versões dessas histórias. Porém, isso foi ficando mais raro com o fortalecimento do online, a apuração por telefone e até mesmo a ideia de que este assunto já estava batido, precisando ter algo a mais para conseguir publicar a matéria. Com a diminuição do quadro de funcionários que faziam este trabalho com a polícia, fica também uma sobrecarga maior para as repórteres que ficam, além da necessidade de publicar cada vez mais matérias em menos tempo, o que prejudica a apuração e diminui a possibilidade de uma matéria mais profunda e mais crítica. Os próprios teóricos que analisam esta rapidez, a efemeridade e o esvaziamento que isso traz ao jornalismo também pontuam que existem possibilidades de transformação:

> Portanto, tudo inevitável? Nem pensar. Haverá Twitter, mas há vida para além do Twitter, a notícia não tem que ser a leve impressão, o efêmero da frase sobre o acontecimento, a palavra choque para o classificar, tal como o jornalismo não deve ser condenado a desaparecer com a produção contínua da informação que se deixou contaminar por essa fronteira perigosa da defesa de pontos de vista interessados. A comunicação social sempre se reinventou perante a evolução do seu próprio meio: os jornais sobreviveram ao rádio e o rádio sobreviveu à televisão. A televisão pode sobreviver à internet e ficará ao lado dos jornais e das rádios. Mas não precisava aceitar limitar o jornalismo a uma função de *pivot* de continuidade. (MORAES, 2019, p. 104)

Também foi expresso nas falas das trabalhadoras que qualquer profundidade ou criticidade que pudesse acompanhar os textos vinha delas mesmas, tendo apenas uma citado uma palestra para os jornalistas, dada por uma delegada, porém, visto todo o trabalho que é realizado a iniciativa pareceu tímida demais para conseguir resultar em um efeito considerável. Havendo a necessidade de colocar o pensamento crítico por conta própria, também coube a elas buscar, se aprofundar e neste percurso errar, e esses erros podem ser vistos nas matérias. Foi ressaltada também a falta de conhecimento mais profundo do assunto pelos editores e chefes, que poderiam orientar e até mesmo vetar algum conteúdo que viesse com culpabilização da mulher, reafirmação de pensamentos misóginos e machistas, porém essa falta de conhecimento deixava o veículo mais passível de apresentar ao público enquadramentos que ao invés de possibilitar a transformação, faziam a reafirmação das práticas que levavam à violência.

Neste momento da fala dessas trabalhadoras em relação à falta de conhecimento da chefia do jornal, acreditamos ser importante relembrar que este conhecimento está acessível a eles, mas isso não significa que seja interessante consumir e promover. Segundo Moraes (2019), estudos apontam que 90% dos grandes conglomerados de mídia no Brasil está sob o controle de apenas seis famílias, que conseguem pautar, enquadrar e direcionar as informações para o público. Fala ainda que esta mídia alimenta a violência, o ódio e o medo, com muitos sinais disponíveis no que é veiculado, através do que é salientado e silenciado diariamente nos jornais, reiterando as questões de raça e de classe que são estruturantes no país, e em nosso caso também de gênero:

> Ao naturalizar a violência contra os pobres, mascaram que o que está subjacente é a pobreza numa sociedade das mais desiguais e injustas do mundo. Por essa via, conduzem a opinião pública, mormente a classe média, não só a apoiar a violência institucionalizada contra negros e pobres, mas estatuir e legitimar um estado policial. A expressão *bandidagem* deslocou-se para o lema *bandido bom é bandido morto*, num claro incentivo da mídia ao linchamento por populares e à execução sumária pela força policial do Estado. (MORAES, 2019, p. 77)

Assim, esta falta de conhecimento da chefia pelas questões de gênero e de violência contra a mulher é apenas um desconhecimento ou parte de um projeto que mantém um status quo de culpabilização das minorias e reiteração da miséria de classes mais baixas? Quando os casos de violência contra mulheres periféricas recebe pouca atenção e não tem criticidade ou questionamento, é preciso pensar que não se trata apenas de dificuldade de acesso e falta de conhecimento, mas de falta de interesse em investir em um conteúdo que traga mais libertação e equidade. Apontamos ao longo do trabalho as transformações pelas quais tanto o jornalismo quanto o veículo A Gazeta passaram ao longo do tempo e as adaptações que foram necessárias para este processo, o que aponta para as possibilidades de acordo com o interesse. Foi possível, para atender ao que a empresa acreditava ser necessário, criar a editoria Todas Elas, mas dentro do que o veículo acredita que seja importante e de forma que não perca a sua audiência, que é o principal guia de uma empresa de mídia, e mantenha a sua credibilidade como veículo progressista.

A questão da audiência é extremamente importante nesta relação conteúdo e trabalho das jornalistas do veículo, sendo destacada por elas como um ponto que traz mudanças para a rotina de produção de conteúdo. Como empresa que busca lucro, o veículo de comunicação que antes dependia da venda dos jornais, agora

depende da quantidade de cliques para conseguir anunciantes em suas páginas. A violência já é um assunto que costuma chamar atenção através da emoção e até do sensacionalismo, porém, no caso da violência de gênero, essa atenção é muito maior em casos que envolvam muitos detalhes sórdidos ou – e principalmente – quando acontecem com mulheres de classe alta ou pessoas famosas. As jornalistas ressaltaram que estes casos costumam receber muito mais cliques e importância, como se os casos da periferia já fossem normalizados, e por isso, a cobertura fica mais intensificada e a repercussão torna-se muito maior.

Assim, o caso de Jane Cherubim, que apareceu 36 vezes em nosso levantamento de 250 matérias de 2019 que tratavam de violência contra a mulher, é um exemplo bastante revelador de como se dá a relação da produção desse tipo de conteúdo e o trabalho das repórteres. Mesmo não se tratando de um feminicídio, que é o ápice do ciclo de violência e poderia chamar mais atenção até pelo sensacionalismo. O caso correspondeu a 14,4% da cobertura dos seis meses do veículo, com diferentes tipos de conteúdo. Percebemos aqui o que foi ressaltado várias vezes pelas repórteres e que já havia sido levantado na teoria, o fato de que casos de violência com mulheres de classe mais alta costumam ter mais audiência e repercussão, sendo buscados por toda a imprensa e até disputados para alguma exclusividade e mais cliques. Entendemos ainda que devido ao impacto e influência que a mídia tem, quanto mais ela publica um determinado assunto, mais ele tende a tornar-se hegemônico para a sociedade, fazendo consequentemente com que ela busque cada vez esses assuntos e criando um ciclo de produção e consumo.

Por tratar-se de uma empresa de comunicação, que busca lucro, não causa espanto a exploração de um assunto que vai trazer bastante audiência e consequentemente mais verba. A escolha do trabalhador nestes casos é muito limitada, precisando cumprir o pedido da chefia de trazer a cobertura, mesmo que já tenha sido abordado por várias vezes. O que é possível fazer dentro dessa limitação é modificar o enquadramento, aproveitando a oportunidade do interesse no que aconteceu com Jane Cherubim para tratar o tema com responsabilidade, criticidade e profundidade, trazendo não apenas informação, mas também transformando-a em conhecimento. Porém, o que vimos nas matérias sobre o caso Jane Cherubim foi mais um relato de cada detalha do caso, fotos do resultado físico da agressão, cobertura da procura por Jonas, atualizações constantes como uma espécie de

novela, o que depois de toda a nossa análise neste trabalho não é o que possibilita uma mudança em relação ao status quo de machismo e patriarcado.

Encontramos inclusive nas análises desse material um enquadramento que destaca os acontecimentos, a agressão em si, que aponta o antigo argumento do ciúmes como justificativa para a agressão, uma justificativa moral até mesmo de que o Jonas não era bonito suficiente para a sua namorada Jane, e bastante espaço para mostrar o lado do agressor. Não foram encontradas nesta matéria muitos dados sobre a violência contra a mulher em geral ou o que leva a essa violência em um sentido estrutural em nossa sociedade, de uma forma mais crítica e até mesmo histórica. Acreditamos assim que existe uma junção entre o quesito capitalismo e relação de trabalho, que coloca aos jornalistas as necessidades e prioridades de conteúdos do veículo em relação ao que dará mais lucro e audiência, e também à socialização e posicionamento dos trabalhadores da área, que por vezes não conseguem produzir o conteúdo desejado por falta de abertura do veículo mas que também quando têm abertura não o fazem de forma crítica e profunda por não terem mesmo essa compreensão ou passado por um processo de desconstrução e reconstrução.

Segundo a editora responsável pelo Todas Elas, com os perfis de feminicídio houve a mesma audiência para casos de mulheres de diferentes classes sociais, como já abordamos anteriormente, mas entendemos que há também a socialização das pessoas que consomem este conteúdo, portanto, é preciso analisar todo o contexto e a estrutura. Casos de feminicídio são de fato considerados mais graves e tendem a ter mais atenção das pessoas, além disso, houve também maior detalhamento, o que trabalha a emoção do público leitor. Porém, como já dissemos anteriormente, além da audiência, é preciso analisar o que está dito nesses conteúdos, qual enquadramento é apresentado, quais são as saliências, se existe julgamento moral, se as discussões de raça e classe são postas, se a estrutura que leva até essa violência é discutida, dentre outros pontos.

Percebemos no que está disposto no período analisado do Todas Elas, que os casos de violência contra a mulher trouxeram um enquadramento de contação da história, tal qual foi feito nas editorias de polícia, porém com mais profundidade neste relato, mais detalhes. A narração dos fatos de forma mais contínua, dando

detalhes da vida desta mulher, dos filhos, sonhos, e de como se deu o crime podem de fato ter prendido mais a atenção independentemente de ser uma mulher de classe mais alta ou mais baixa, como relatou a editora. Mas questionamos até que ponto essa narrativa contribui para uma transformação do quadro atual de intensa violência, visto que as histórias individuais em sua maioria não são contextualizadas e debatidas em relação ao contexto histórico, social e econômico.

Percebemos que existe no Todas Elas a tentativa de trazer um conteúdo mais educativo, que vire conhecimento para o leitor, mas isso surge em conteúdos separados e não dentro de matérias sobre casos específicos de violência, o que acaba trazendo um certo descolamento da realidade, sem grande integração e aproveitamento de oportunidades. Pode existir a dificuldade em integrar os assuntos ou até mesmo existirem prazos mais curtos para a entrega de matérias sobre casos, a rapidez do jornalismo principalmente no online costuma dificultar a produção mais profunda no dia a dia. Apesar disso, a proposta da editoria é justamente a de trazer textos com mais profundidade, feitos com cuidado e responsabilidade e de uma forma diferente do que se via na editoria de Polícia e outras que tratavam do assunto, e pelo que foi analisado ainda não se vê uma mudança tão radical no conteúdo como foi proposto.

Os motivos para isso são variados, desde o fato de que não é interesse de uma empresa que busca lucros e precisa tanto atrair leitores quanto agradar os anunciantes apresentar a complexidade e as raízes da violência contra a mulher que se amparam no sistema capitalista, até a própria falta de preparo prévio e estrutura fornecida para as trabalhadoras que fazem parte do jornal, que precisaram encarar um novo projeto mudando basicamente o nome que está disposto no início da página. Ao perguntar a editora o que foi feito para preparar essas trabalhadoras, citou que não houve cursos ou novas contratações, mas a utilização de uma repórter que já tinha sensibilidade na área o que para a proposta que foi feita, está longe de ser suficiente. Por isso é complexo conseguir depois responsabilizar de forma individual apenas a repórter que assina a matéria, apontando as lacunas existentes no conteúdo apresentado ao público sem olhar tanto para o nosso contexto histórico que nos forma dessa maneira quanto para o que existe nos bastidores do jornalismo e do dia a dia de trabalho.

Em relação a enquadramentos que promovem julgamento moral, que ainda salientam preconceitos e que não dão visibilidade à vítima e sim ao agressor, por exemplo, para além do que já foi posto, é necessário relacionar também ao próprio processo de aprendizagem das trabalhadoras. Pontuamos que a criticidade e profundidade existentes vinha, segundo elas, de seu próprio processo de entendimento dessa necessidade de melhoria do conteúdo, o que significa então que esse conteúdo pode evoluir no jornal ao longo do tempo, principalmente porque também nos relatos das repórteres houve o destaque de que não há um entendimento – ou preocupação – da edição para corrigir erros deste tipo que possam vir nos textos.

Se pensarmos na editoria de Polícia, que não trazia apenas violência contra a mulher mas todo tipo de caso que se relacionasse à violência, os responsáveis por corrigir os textos dificilmente teriam uma expertise em questões de gênero, olhando mais para a questão da segurança pública como um todo e pedindo das repórteres mudanças que pudessem enriquecer a matéria do ponto de vista mais tradicional da rotina jornalística, uma entrevista exclusiva, um fato inesperado que pudesse chamar atenção do leitor, alguma reviravolta. Possíveis enquadramentos descontextualizados em relação à história da mulher, preconceitos e julgamentos morais, como as matérias analisadas que utilizaram o ciúme como justificativa, deram voz aos agressores e até ressaltaram que eles se arrependeram do que fizeram – como no caso do homem que estuprava filha e enteada vulneráveis e que no texto há um sub com o pedido de perdão do agressor – enquanto silencia as vozes das mulheres, tanto em relação às vítimas quanto a especialistas que poderiam falar com propriedade sobre a situação, não foram corrigidos ao chegar na edição. Uma chefia mais preparada para isso poderia contribuir para a não veiculação ao menos de determinados termos e erros mais gritantes. Seria de imaginar pela lógica que o Todas Elas, colocado pela Gazeta como um projeto de proposta diferente, teria uma profissionalização da chefia para garantir a não veiculação de erros, mas nas entrevistas coletadas e no conteúdo disposto no próprio site sobre a novidade da empresa, não houve nenhuma menção a uma manobra como essa, o que nos leva novamente a questionar se havia de fato, não por parte das profissionais, mas pela direção do veículo, que lida diretamente com

clientes, repercussões e lucro, a intencionalidade de um conteúdo tão diferente do restante da linha editorial.

Entendemos, então, que existe uma relação intrínseca entre o trabalho do jornalista e o conteúdo que aparece nas páginas do jornal, tendo relevância tanto a consciência e compreensão do mundo deste sujeito quanto os interesses e necessidades do veículo que o emprega. Além disso, não se pode esquecer da própria estrutura complexa da própria sociedade e todo o contexto histórico que nos trouxe até este ponto, com a parcela de contribuição do público, que através dos seus acessos, hoje mais do que nunca também tem condições de guiar o que é produzido pela mídia, é a sociedade pautando os jornais e não simplesmente o contrário. Os interesses e mensagens que existem diariamente nos veículos midiáticos nem sempre são totalmente expressos ou muitas vezes já foram ditos tantas vezes que já não conseguimos identificar como estranheza com facilidade, e essas ideias podem tornar-se cada vez mais hegemônicas.

Porém, este trabalho do jornalista também não é imutável, assim como a construção de novos veículos de comunicação, que tragam diferentes tipos de mensagem e de enquadramento, em novas formas de trabalhar e de ver o mundo. Fígaro (2015) aponta novas configurações do jornalismo no capitalismo de plataforma e a criação de veículos alternativos, como o Jornalistas Livres, apontando como se dá esse processo, que é horizontal, sem chefia para impedir um determinado assunto ou direcionar as pautas, bancado de forma coletiva, o que já tira da conta a necessidade de agradar os grandes anunciantes, e abertamente apoiador das causas minoritárias. Faz parte do capitalismo a universalização dos processos, tentando colocar este sistema e este modo de fazer as coisas como o único possível, e faz parte da luta por um mundo diferente entender que apesar das dificuldades, existem, sim, possibilidades, e isso claramente se aplica à comunicação e ao jornalismo.

5. CONCLUSÃO

O objetivo do trabalho foi entender o enquadramento produzido pelo jornal A Gazeta do Espírito Santo nas matérias sobre violência contra a mulher, analisando tanto os textos de 2019, em sua maioria na editoria de Polícia, quanto de 2020 no novo projeto do veículo, intitulado Todas Elas. Além disso, buscou-se alinhar o conteúdo que é disponibilizado para o público aos bastidores da notícia, e para isso 5 jornalistas que trabalharam e trabalham no jornal e atuaram neste tema foram entrevistadas para relatar os meandros dessa produção.

Ao fazer a análise das 20 matérias que foram selecionadas através de sorteio, divididas entre os temas agressão, estupro, feminicídio e geral, observamos que nas 12 matérias de 2019 há um enquadramento que salienta o *status quo*, o senso

comum em relação à violência contra a mulher e os relacionamentos abusivos. Isso porque se ressalta o ciúme como justificativa para a violência sem apontar que essa é uma forma de dominação da mulher e não de amor ou proteção, fala de meninas que estavam na rua sem a supervisão dos pais quando foram pegas e estupradas, aponta brigas de casal antes do homem cometer a violência física contra a mulher, e apresenta os casos de forma descontextualizada em relação ao país e ao mundo, focando mais nos boletins de ocorrência e informações passadas por parentes ou advogados.

Observamos também uma baixa profundidade em casos de mulheres pretas e periféricas, enquanto mulheres brancas e de classe mais alta tiveram uma atenção maior por parte do veículo, como a diferença de tratamento do caso Jane Cherubim, que foi agredida pelo namorado e deixada na beira de uma estrada, e que teve no período estudado 36 matérias veiculadas e 53 no geral na Gazeta, enquanto o caso de Rauliane, que também foi espancada e deixada em um lugar ermo, teve apenas 5 resultados no site, 4 específicas sobre o caso e 1 inclusa em uma retrospectiva de 2019. Essa diferença no espaço disponibilizado pelo veículo para casos muito similares porém distantes no quesito raça e classe confirma o que a teoria já nos aponta de que a solidariedade com as mulheres brancas e ricas é bastante diferente, sendo que ao longo da história das mulheres, a cor e o poder aquisitivo sempre marcaram os níveis de violência e acesso a possibilidades, o que até hoje é verdade.

Mesmo em matérias gerais e especiais de 2019, quando havia o objetivo de falar sobre a violência de forma mais contextualizada ao invés de relatar um caso individual, percebemos que não se rompia verdadeiramente a superfície limite que a grande imprensa costuma ter em relação a situações como essas. Os veículos de comunicação ainda são territórios de poder e influência, comandado por poucas e ricas famílias brasileiras, e a eles interessa parecer que têm espaço para as causas sociais e que há uma tendência progressista em seu conteúdo, mas sem atrapalhar o seu crescimento, seu lucro ou a pirâmide que os coloca no topo. Informação de qualidade pode ser transformada em conhecimento e ajuda a construir um caminho de novas possibilidades, com mais liberdade e menos opressão, e devemos sempre nos perguntar a quem interessa impedir que este rumo seja tomado pela população. O não esforço para a democratização desse tipo de informação também é um

projeto de manutenção da estrutura da sociedade, que para manter o capitalismo, os privilégios de poucos, a aceitação da grande maioria por condições de vida indignas e o lucro sempre crescente precisa da violência e da opressão.

Mas não acreditamos em um maniqueísmo de “bem” e “mal” simplesmente, mas em estruturas sócio-históricas complexas e em constante transformação a partir das questões materiais e imateriais existentes em nossa realidade e a postura do homem frente a elas. Por isso, entendemos que o enquadramento jornalístico da Gazeta do Espírito Santo que ainda em alguns níveis culpabiliza, responsabiliza e silencia a mulher nas suas reportagens sobre violência fazem sentido em ser assim. Primeiro porque estamos em uma sociedade capitalista que inferioriza mulheres e normaliza a violência contra elas, sendo que fomos socializados também neste sentido, aceitando e até reproduzindo muitos destes padrões que foram instituídos ao longo de milhares de anos. Segundo porque estamos falando de um grande veículo de comunicação, conectado ao Grupo Globo, que prioriza os seus interesses empresariais, deixando isso bem claro inclusive em sua apresentação institucional quando fala de seus objetivos de crescimento, de vendas, do compromisso com o anunciante, ou seja, não podemos esperar que a burguesia teça críticas severas a si mesma e garanta ao proletariado informação de qualidade que leve a uma mudança nessa formação da sociedade.

Falar de agradar ao anunciante e também ao leitor nos leva a pensar em quem é esse público, e voltamos aos dados que mostram o Espírito Santo como um Estado que promove uma grande violência especialmente contra mulheres negras, o que já nos dá indícios dos motivos para os casos de mulheres periféricas e pretas terem menos visibilidade do que o de mulheres brancas e de classes mais altas. Há uma solidariedade maior com as mulheres mais ricas, talvez um espanto ao vê-las passar por violência por existir uma tendência a ligar violência à pobreza e uma romantização dos relacionamentos de pessoas de classes mais altas. Apesar de existirem muitos privilégios de classe, não significa que a violência de gênero deixe de acontecer com essas mulheres, já abordamos as diferenças existentes, mas as possibilidades de controlar e oprimir a mulher existem mesmo entre quem está no topo da pirâmide econômica.

Outro ponto que destacamos nestas matérias é a falta de profundidade, o uso basicamente das informações apuradas nas delegacias, os silêncios em relação aos dados e especialistas em gênero. Como hoje a audiência se mede em cliques, e não na compra completa de um jornal que contém todas as matérias de todas as editorias, mais importante é conseguir que o leitor entre na matéria do que ter um conteúdo mais profundo, voltando ao ciclo que já foi citado de o consumidor pautar o veículo e não o contrário depois de os veículos publicarem e direcionarem as pessoas justamente aos conteúdos mais rasos.

Tudo isso é percebido através das análises das matérias do site, mas buscamos entender o que as trabalhadoras desse veículo têm a dizer em relação a como se dava essa rotina produtiva, visto que poderia haver até mesmo por parte dos pesquisadores uma responsabilização e culpabilização individualizada do profissional que assina a matéria e o nosso objetivo é fornecer uma visão mais ampla em relação ao fenômeno. Sobre as matérias policiais, as jornalistas ressaltaram que existiam muitas dificuldades na coleta de informação, chegando a não terem mais autorização da polícia para acessar os dados dos boletins como anteriormente. Quando havia ainda o impresso e a editoria era mais forte, entre 5 e 6 profissionais atuavam nesta área específica, podendo ir diariamente às delegacias e tentando pessoalmente o diálogo com as vítimas e outros envolvidos.

Com o fim do impresso e reformulação do online, essa rotina mudou, a apuração por telefone tornou-se muito mais presente, soltar a matéria o mais rápido possível uma necessidade constante e reunir o possível para conseguir por no ar era a meta, até para não perder para a concorrência. Vê-se neste caso que a precarização do trabalho do jornalista tem influência no resultado que é apresentado ao público, precisando o profissional fazer cada vez mais em menos tempo, com pouca estrutura e recompensa salarial muito baixa, o que leva a buscar outros trabalhos e ter um comprometimento menor com a reportagem e até menos tempo para a profissionalização continuada.

A profissionalização é outro ponto importante pra tratar em relação à produção deste conteúdo e este questionamento foi feito para as jornalistas que escreviam e escrevem sobre violência contra a mulher na Gazeta. O veículo não promovia por ele mesmo uma promoção de formação continuada para seus

profissionais em relação às questões de gênero e algumas trabalhadoras citaram que o interesse em estudar, buscar criticidade e escrever de forma mais profunda e crítica foi algo que veio delas individualmente, sendo que neste processo, muitos erros ou enquadramentos que não priorizavam a mulher como deveriam apareceram nos veículos. Não havia o exemplo também por parte da chefia, nem na parte profissional em relação a saber pontuar e até corrigir algumas falhas textuais, nem na mais pessoal, visto que segundo as jornalistas, havia muitas brincadeiras de mal gosto e piadas quando elas tentavam ser mais incisivas em relação a alguns comportamentos ou defendiam ideias menos machistas na redação.

Percebe-se então que se trata de uma relação intrínseca e bastante complexa entre veículo e trabalhador, na qual este precisa atender às demandas solicitadas pelo empregador, visto que vende a sua força de trabalho, no caso a capacidade de apurar e escrever sobre determinado caso, para poder sobreviver materialmente. Existem as limitações colocadas pelo próprio veículo, como diminuição no quadro de funcionários e consequente necessidade de produzir mais matérias no mesmo tempo, falta de estrutura para desenvolver uma boa reportagem – precisando apurar por telefone ou pegando as informações disponibilizadas pela equipe de televisão que precisa ir para a rua para captar imagens -, a não formação continuada dos profissionais para que possam produzir um material de mais qualidade para a população, a linha editorial que segue a ideologia dominante por se tratar de um grande veículo de comunicação que está no topo da pirâmide e precisa se manter dessa forma.

Porém, existe também a questão do próprio trabalhador, no caso trabalhadora, que nem sempre passou ou deseja passar pelo processo de desconstrução e conscientização, para que assim possa tentar contribuir com a possibilidade de uma sociedade melhor e mais justa através de seu trabalho crítico, mesmo dentro de um veículo que deseja manter o *status quo*. É comum haver um espanto de uma mulher escrever matérias que culpabilizem outras mulheres em relação à violência, e isso pode acontecer tanto pela socialização que passou na qual normalizou a situação, pelo direcionamento do veículo que a emprega ou simplesmente por não ser uma mulher aliada, até porque ser mulher não significa que há compreensão, solidariedade e vontade de mudança. E é por isso que não defendemos, por exemplo, a colocação de mulheres no topo simplesmente, pois

estas podem estar contribuindo para a continuidade desse sistema opressor, mas buscamos uma sociedade justa e igualitária para todos, não para alguns.

Analisamos também 8 matérias do projeto Todas Elas, de 2020, que foi apresentado como uma maneira diferente de abordar a violência contra a mulher, promovendo mais conscientização, quebrando os padrões que foram impostos e contribuindo para uma mudança da sociedade, tudo isso fruto do incômodo de profissionais do veículo que não concordavam com a maneira como o assunto era abordado ao longo do tempo. Observamos o que o projeto trazia muitas histórias de superação, perfis, empreendedorismo e outras temáticas que foram consideradas relevantes para mulheres e sua real independência. Mas a fim de nos mantermos mais fiéis à pesquisa, selecionamos e sorteamos matérias que abordavam os mesmos temas anteriores, agressão, estupro, feminicídio e temas gerais.

Percebemos que a maior diferença na abordagem dessas matérias de casos individualizados tratava-se dos casos de feminicídio, nos quais eram feitas matérias no estilo de perfil, falando da história dessa mulher, e essa abordagem foi destacada pela editora do Todas Elas como um grande diferencial do projeto. Porém, não percebemos uma criticidade ou profundidade em relação à temática, e sim uma exploração mais intensa dos sentimentos na narrativa jornalística, o que não cumpre com a proposta de contribuição para a mudança no machismo da sociedade. Há também matéria de feminicídio em formato mais tradicional, inclusive ressaltando um relacionamento conturbado do casal, o que de certa forma divide a culpa do crime com a vítima, sem a profundidade que seria esperada nesse projeto novo, sem falas de especialistas e com muitos silêncios em relação às questões que envolvem a violência contra a mulher. Com isso, já notamos que não houve um comprometimento tão intenso por parte da empresa em cumprir com o que foi colocado como objetivo do projeto, levando ao levantamento da possibilidade do projeto até ter sido pensado como uma promoção de mudança mas sem a estrutura necessária para as trabalhadoras e um direcionamento adequado parece ter sido mais uma maquiagem em relação ao assunto.

Porém, houve algumas pontuações interessantes nas matérias analisadas do novo projeto, como a matéria sobre violência sexual que fala sobre a cultura do estupro, a importância de educar os meninos para que não sejam abusadores, a fala

expressa de não culpabilizar as mulheres pelas agressões sofridas e incentivo a não continuar com um relacionamento abusivo. Percebemos que para grande parte dessas contribuições importantes houve a entrevista com mulheres que são especialistas no assunto que trouxeram essas falas relevantes. Assim, deixamos registrada a importância da escolha das fontes, que faz a diferença no enquadramento jornalístico mesmo quando não há tanto conhecimento aprofundado do assunto, ajudando até mesmo ao profissional da área a aprender e buscar mais informação de qualidade para ofertar ao leitor.

Quando falamos em enquadramento jornalístico, os silêncios e as fontes escolhidas são muito importantes, e quando as escolhas são em sua maioria por boletins de ocorrência, policiais que não fazem parte de uma rede de proteção à mulher e a familiares do agressor ou ao próprio agressor, há grandes chances da criticidade ficar comprometida. Buscar fontes qualificadas que possam trazer as raízes dessa violência, explicar de forma acessível os sinais existentes nos relacionamentos abusivos, as formas de buscar e garantir ajuda e desmistificar certos padrões é um grande passo em uma busca por um jornalismo mais democrático e que sirva como promotor de conhecimento de qualidade. Já existem iniciativas de construção de banco de dados com fontes de qualidade, alguns deles formados apenas por mulheres e que podem ajudar jornalistas a passar informações mais precisas para seus leitores mesmo estando em uma rotina mais intensa e com pouco tempo para apuração. São caminhos trilhados em conjunto para auxiliar na transformação do mundo, indo de encontro ao que é colocado pelo capital de que apenas o que está posto hoje é possível e favorável, mostrando que mesmo em um contexto complicado para o trabalhador, ainda existem brechas para a práxis noticiosa.

O que pudemos constatar nesta pesquisa é que ainda temos um enquadramento jornalístico que privilegia as falas dos homens, de instituições mais conservadoras como a polícia – mesmo não se tratando de casos individuais que são informados através dos boletins de ocorrência – e com pouca profundidade. Existem sim matérias que trazem um enquadramento sem julgamento moral, com falas de especialistas no assunto que contribuem para uma discussão mais qualificada do assunto e pautam a violência sob uma ótica mais ampla, porém, estas ainda são a minoria. Isso pela variedade de situações que já trouxemos aqui,

englobando tanto o nosso contexto como sociedade que oprime mulheres quanto o trabalho das jornalistas que passa por diversas dificuldades e crises no setor da comunicação em tempos de capitalismo de plataforma.

Apesar dos resultados que ainda apontam para um jornalismo que contribui com o status quo, as entrevista com as trabalhadoras mostra existem tentativas de fazer uma comunicação diferente e isso aponta para a possibilidade de mudança. Uma comunicação massiva que privilegie de fato a maioria da população e não a minoria que já é privilegiada é essencial para a possibilidade de uma conscientização e então transformação, visto que o proletariado precisa entender que o modelo posto não o favorece e que há sim um novo mundo a nosso alcance. A transformação ideológica é imprescindível para que a luta aconteça no plano material e os veículos de comunicação fazem parte dessa formação. Mesmo que esta disponibilização de informação aconteça de forma mais sutil nos grandes veículos e abra caminho para que os leitores e os próprios jornalistas busquem por mais, já há um resultado positivo. Acreditamos na mudança promovida pelas pessoas e as jornalistas da Gazeta em seus relatos nos mostraram que é possível ser resistência nos mais diferentes contextos e ambientes.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **O iluminismo como mistificação das massas** In: Indústria Cultural e Sociedade. 5ª edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99% um manifesto**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social**. Artigo originalmente publicado em 10 set. 2013 no periódico Socialist Worker. Tradução de Maíra Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi. Disponível em http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf Acesso em 14/08/2021

BIROLI, Flavia. **Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil**. / Flavia Biroli e Luiz Felipe Miguel. – São Paulo: Contexto, 2017.

CARCANHOLO, Marcelo e BARUCO, Grasiela. **Pós-modernismo e neoliberalismo: duas facetas ideológico-políticas de uma pretensa nova era.** Revista Lutas Sociais, PUC, n. 21 e 22, 2009.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

COUTINHO, E. G. Comunicação e Contra-Hegemonia. Rio de janeiro: Editora UFRJ, 2008

DA SILVA, Girley Vieira. **A cobertura do jornal A Gazeta sobre a titulação de comunidades remanescentes de quilombos (1988-2017).** Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós Graduação em Comunicação e Territorialidades, 2019.

DANTAS, Rodrigo. **Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia**. In: COUTINHO, E. G. Comunicação e Contra-Hegemonia. Rio de janeiro: Editora UFRJ, 2008

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Editora Boitempo, 2016

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempi, 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Versão para ebooks ebooksBrasil.com. Maio, 2003. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf Acesso em 14/08/2021

DUARTE, Jorge. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed, São Paulo: Atlas, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENTMAN, M. Robert. **Framing Bias: Media in the Distribuition of Power.** Journal of Communication 57, 2007.

ENTMAN, Robert M. **Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm**. Journal of Communication; Autumn 1993.

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FÍGARO, Roseli. **A comunicação como trabalho no capitalismo de plataforma: o caso das mudanças no jornalismo**. Contracampo, v 39, n1, 2020.

FÍGARO, Roseli. **O MUNDO DO TRABALHO DAS JORNALISTAS:** feminismo e discriminação profissional. Sbpjor, Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2018. Disponível em https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1052/pdf_1 Acesso em 14/08/2021

FÍGARO, Roseli. **JORNALISMOS E TRABALHO DE JORNALISTAS: DESAFIOS PARA AS NOVAS GERAÇÕES NO SÉCULO XXI**. Revista Um Parágrafo, 2015.

FUCHS, Christian. **Em direção a uma problemática marxista de estudos sobre a internet.** Crítica Marxista, n.43, p.67-93, 2016.

GAGO, Veronica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo.** Florianópolis: Editora Insular, 2012.

GENTILLI, Victor.; GUERRA, João. **Jornais capixabas no século XXI: uma guinada ao popular**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 15., 2017, São Paulo. Anais... São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2017.

GIl, Antonio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GROHMANN, Rafael. A **comunicação no marxismo: balizas de um conceit**o. Revista Eptic, v.20, n.3, 2018.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HALL, STUART. **CODIFICAÇÃO/DECODIFICAÇÃO, IN SOVIK, LÍVIA (ORG.) "DA DIÁSPORA: IDENTIDADES E MEDIAÇÕES CULTURAIS"**. BELO HORIZONTE: UFMG, 2003, P.365-380.1980

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Editora Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo** / David Harvey; tradução de João Alexandre Peschanski. - São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, Otavio. **O príncipe eletrônico.** Perspectivas, São Paulo, n.22, p.11-29, 1999.

KOHAN, Nestor. **Gramsci e Marx: hegemonia e poder na teoria marxista.** Publicado em La Izquierda debate. 17 de março de 2001

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens.** São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

LIMA, Venicio A. de. **Mídia: teoria e política.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LORD, Audre … [et al.]; **Pensamento feminista Conceitos fundamentais**. organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Capital da Notícia: Jornalismo como produção social da segunda natureza**. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MARIANO, Isabella. **Jornalismo, narrativas e discursos : Um estudo sobre feminicídio no jornal AGazeta**. Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós Graduação em Comunicação e Territorialidades, 2019.

MARTINS, Helena. **Comunicação em tempos de crise: economia e política**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org.) **Os desafios do feminismo marxista na atualidade** / Danilo Enrico Martuscelli (org.) - 1. ed. - Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capita**l. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **História, Natureza, trabalho e educação.** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

Marx, Karl, 1818-1883 **A ideologia alemã : crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas** (1845-1846) / Karl Marx, Friedrich Engels ; supervisão editorial, Leandro Konder ; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo : Boitempo, 2007

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2001

MERLINO, Tatiana. **Um Estado que mata pretos, pobres e periféricos.** Ponto de Debate, Fundação Rosa Luxemburgo, n 19, 2018. Disponível em https://bradonegro.com/content/arquivo/18062019_231355.pdf Acesso em 14/08/2021

MÉZÁROS, István. **Pará além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Dênis de. **Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci.** Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan-jun, 2010

MORAES, Dênis de. **Poder midiático e Disputadas ideológicas.** Rio de Janeiro: Contexto, 2019.

MORENO, Helena, ZELIC Renata. **Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento: trilhas feministas.** São Paulo: SOF, 2020.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: O fetiche da velocidade.** Rio de Janeiro: Revan, 2007

RAMOS, Silvia **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil** / Silvia Ramos, Anabela Paiva. - Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

PORTO, Mauro. **Enquadramento da Mídia e Política.** IN: XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu: Anpocs, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Expressão Popular, 2015

SALLES, Marilene Lemos Mattos. **Valores em circulação: A Gazeta em sala de aula.** Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism.** Cambridge: Polity Press, 2017.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **O trabalho do jornalista e suas contradições; uma ontologia da crise**. Matrizes, 3, 11, 2017.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **Jornalismo e conhecimento da realidade objetiva no século XXI.** Comunicação, Mídia e Consumo. 2021.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011
WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

APÊNDICE A — ENTREVISTAS COM JORNALISTAS

Bruna Rocha. Entrevista 1. Agosto, 2020

O próprio repórter é quem sugere a pauta, o veículo dá a liberdade de sugerir. Algumas não eram aceitas, mas não acontecia com frequência. A pauta também podia vir do pauteiro ou produtor e até mesmo de cima, de editores.

No caso da violência contra a mulher, o tema estava na moda. Crescia o interesse no tema e dentro da Rede havia ações de conscientização, como palestras sobre para os funcionários. Não havia obstáculo para a produção desse tipo de matéria, costumava dar audiência, existia muitas vezes polêmica em torno dele. Em geral, nunca houve modificação das matérias por parte de editores ou por algum pedido de chefia, ou seja, não havia interferência direta do veículo no conteúdo escrito pelos repórteres.

No entanto, havia uma falta de conhecimento por parte dos supervisores, era notório um grande senso comum e até mesmo preconceitos em relação ao tema de gênero. Eu tinha uma preocupação e um cuidado em não julgar a vítima e não reproduzir o senso comum. Mas acontecia em alguns casos, como por exemplo, em casos de matéria sobre aborto e ter entrevistas com pastores. A fonte escolhida poderia reproduzir esse senso comum, que era o que acontecia no caso de religiosos. Um dos que era muito entrevistado era o Pastor Enok, ele era rápido e atendia a imprensa sempre. Neste caso, não era por preconceito que o escolhíamos, ou pela opinião que ele daria, mas por questão de praticidade. Eu não tinha muito acesso a pessoas que pesquisam o tema, que atendessem na rapidez que o jornalismo diário exige.

No caso do factual, não era muito a minha área, mas todos os dias fazíamos ronda nas delegacias, para além do que tínhamos acesso com as fontes. Os repórteres têm acesso aos boletins de ocorrência e por lá conseguem os contatos das vítimas. O próprio repórter constrói uma relação de camaradagem e trabalho com a polícia para conseguir construir essas matérias. Não via necessidade de ouvir a vítima em muitos casos de violência devido ao constrangimento de fazer a mulher passar de novo pela lembrança do que aconteceu. Os editores costumavam pedir bastante, e quando tínhamos a oportunidade, fazíamos também essas entrevistas,

mas era menos comum. Eu já tinha construído minhas próprias fontes. Tinha muita psicóloga e com esse acesso eu entendia o que não deveria falar. A UFES colaborava demais indicando pesquisadores, a assessoria de lá indicava bastante pra gente quem poderíamos entrevistar. Outras excelentes fontes para as matérias de violência contra a mulher eram a Defensoria Pública, as organizações de Direitos Humanos, a OAB. Já tivemos mais coletivos estruturados que também serviam como fonte para matérias. Eu tinha tempo para conseguir desenvolver o texto, já sabia para quem ligar, o mote mesmo da matéria. Realmente a grande dificuldade era conseguir depoimento de quem é vítima.

Percebo que existia muito mais senso comum do que preconceito realmente por parte do veículo. Em meu tempo lá, chegaram a levar uma pessoa para falar só com os jornalistas, a Claudia Garcia, especialista na área e trabalhava na secretaria de segurança. A fala foi sobre como fazer a matéria, o colocar e o que deixar pra lá, por exemplo sempre dar dados e nunca julgar a vítima.

Cheguei a fazer uma matéria especial que durou uma semana de produção, mas podia durar até meses, que foi o caso de um especial sobre violência sexual que demorou três meses para ser produzido e feito.

Homem fazer matéria sobre mulher na Revista AG, às vezes sugeria a matéria. Demandas de mulher no sexo. Filtro quando a fonte falava besteira.

Havia também muitas questões pessoais, até mais do que profissionais. Externamente havia muitos elogios, mas internamente ouvia comentários do tipo “feminista chata”, sentia isso por parte dos colegas. O clima interno era ruim e eu era rotulada como “chata” por ser muito questionadora. Já houve caso de editor revirando os olhos pra mim ao sugerir pautas que fossem mais aprofundadas ou que pudessem ajudar a enfrentar o machismo. Hoje eu evito ler esse tipo de conteúdo.

Percebo que as pessoas não querem se perceber como preconceituosas, não querem de fato reconhecer seu preconceito. Eu não gostava de acompanhar os comentários dos leitores nas matérias, então não sei exatamente qual era o feedback do público em relação ao que eu escrevia. Mas já aconteceu de me procurarem no privado para agradecer. Até mesmo profissionais, fontes, depois agradeciam pelo que eu havia publicado, porque ajudava a ventilar a informação e também a dar a eles mais credibilidade. Uma mãe que perdeu o filho já havia

contado a história dela muitas vezes, depois me procurou para contar mais coisas de sua história, foi a última matéria que eu fiz sobre o assunto.

Lúcia Pereira. Entrevista 2. Agosto 2020.

Eu pautava a mim mesma, e tinha um olhar mais empático em relação ao tema de violência contra a mulher. Acredito que por isso a chefia acabava passando mais esse assunto pra mim e eu trabalhei com ele durante muito tempo, porque tinha mais tato, mais sensibilidade e isso faz uma diferença na hora da reportagem. Eu cobria o primeiro plantão do dia, que começava entre 6h e 7h da manhã. Fazia uma ronda pelas delegacias. Tinha o Plantão 24h especializado para onde vão todas as ocorrências, por isso era lá onde eu começava. O início do meu trabalho foi muito difícil, as delegadas muito receosas com a exposição da vítima, com o que faríamos com as informações que estávamos solicitando e acessando. Precisei construir de fato uma relação confiança e amizade com delegadas e escrivãs para ter acesso às informações. Olhava as ocorrências e ia atrás das histórias para poder contá-las. Algumas eram giros pequenos, a maioria das vezes entrava em contato com as vítimas e costumava fazer a entrevista por telefone, por questões logísticas. Às vezes ia até o local para falar com a vítima, mas havia medo de exposição dessa mulher, visto que o carro da reportagem é plotado e chama atenção. Eu sempre pedia logo de início desculpas à mulher por estar falando sobre isso e explicava sempre que se não quisesse falar estava tudo em. Os chefes eram compreensíveis em relação a isso, tanto os chefes de redação quanto os editores. Não havia identificação da vítima, pedíamos imagem sem identificação. Mas às vezes mostrar a violência é necessário para que as pessoas de fato entendam a gravidade do que estamos falando. Às vezes eu mesma fazia as imagens porque os fotógrafos que tínhamos na época eram todos homens. Por vezes, era tudo muito íntimo, e tenho a sorte de ter trabalhado com pessoas extremamente sensíveis. As ocorrências de estupro a gente deixava apenas no registro do boletim de ocorrência, não entrávamos em contato com as vítimas. Isso porque elas iriam reviver o que já tinham vivido, então eu seguia em frente e escrevia como era possível.

Comecei depois de um tempo a procurar ler materiais que ajudassem o trabalho, e com isso aprendi muito. Já cheguei a reproduzir coisas do tipo “numa

crise de ciúmes". Fui entendendo o que realmente isso significava e meu trabalho evoluiu. O manual da Ong Think Olga é bastante interessante pra quem trabalha nessa área. Importante fazer um serviço ao fim da matéria, indicar onde procurar ajuda. Entendi que a questão da violência contra a mulher era muito mais do que isso, que não dava pra me ancorar apenas no jornalismo, era preciso ir além. Comecei a conversar com os coletivos da cidade e a fazer as matérias especiais. Eu estava no automático, fazendo o jornalismo de sempre, apenas contando a história de alguém.

Lembro especificamente de uma situação, uma mulher casada com um cozinho no litoral. Ele chegou em casa bêbado, fez ameaças e quebrando tudo. O filho estava ouvindo Luan Santana e o pai disse que aquilo era coisa de viado, então colocou pra Tocar Raul Seixas. O menino riu e o homem agrediu. A mulher chamou a polícia. Fizemos a matéria, mas a mulher virou chacota, foi até o jornal chorando e dizendo que virou piada. Isso porque apesar de não termos identificado com nomes, falamos o bairro e que era um cozinheiro e uma dona de casa, o que possibilitou a identificação do casal. Com isso, passei a ter mais empatia, mudei o jeito de fazer, Fiquei muito mal com isso e passei a ler mais. Nas matérias especiais que tive a oportunidade de fazer, ouvia psicólogas, o que me ajudou demais nas abordagens e na maneira de olhar para esses casos.

Fiquei três meses com a Kati fazendo um especial de Violência Sexual, a Gazeta tinha os Super Especiais, eram 4 dias veiculando o mesmo tema. Falamos até mesmo de aborto, que ainda é um tema considerado tabu.

Essa especialização em escrever sobre violência contra a mulher surgiu de mim mesma. Ao entrevistar e até receber retorno de leitores por e-mail, de mulheres que se sentiram acolhidas, pessoas que quiseram denunciar, tudo isso foi trazendo um retorno que incentivava a ir além. Senti que era possível prestar um papel decente como jornalista. Enquanto eu trabalhava lá, só dois homens trabalhavam na editoria de polícia. Às vezes eles cobriam as situações de violência contra a mulher, mas era de forma mais simples, seguindo mesmo o que estava indicado no boletim de ocorrência. Os meninos às vezes começaram a entender a importância, me pediam para ler o texto deles antes de enviar.

Outro ponto relevante na maneira como eu trabalhava é que não conversava com o agressor, com o outro lado. A maior parte dos homens que cometiam a

violência das matérias que cobri estava presa. Não buscava também o advogado que o defendia, às vezes um psicólogo ou alguém da área que pudesse embasar o assunto, mas o meu texto era basicamente a fala da vítima e as informações do boletim de ocorrência. Não existia uma regra por parte da chefia em relação a repercutir a matéria. A depender da gravidade da história, havia um retorno dos internautas e nestes casos a exploração do tema tornava-se mais intensa. E tem sim questões de raça e de classe nisso tudo, ficava todo mundo dos jornais atrás da mesma história, do mesmo furo, quando eram histórias de médicas, de advogadas, de professoras, ou a depender do local onde tinha acontecido, um bairro nobre, ou de quem era o agressor.

Começaram a ter muitos estupros no mesmo padrão, com prostitutas e usuárias de drogas, usava objetos. Quando descobriram quem era o autor, reparei que até a delegada, que tinha muito senso, disse que era um cara acima de qualquer suspeita, loiro, olho azul, empresário, de família tradicional. Os comentários nessas reportagens foram terríveis. E a mídia também tem papel nisso. Ganhou muita repercussão, começamos a receber as informações. Ele foi preso, o caso ganhou as redes sociais. Eu queria fazer o alerta, mas ainda não tinha sido preso, então podia atrapalhar o trabalho da polícia. É uma relação mesmo de amor e ódio entre polícia e imprensa.

Eu acredito que havia uma tentativa mais progressista por parte do jornal, A Gazeta tem muita preocupação com a imagem dela e com esses temas. Parte da chefia de reportagem, dono de empresa, tem esse interesse por uma questão mais capitalista, porque tem ganho de prêmios por exemplo pela campanha de visibilidade gay. No caso da chefia, havia uma preocupação ética, no caso dos donos, era mais a questão capitalista mesmo. Mas não podemos perder a esperança no jornalismo. Acredito que a mídia ainda tenha uma influência sobre as pessoas. As pessoas ainda reconhecem a credibilidade do jornal. Podemos sim em aglum nível reforçar discursos e até mesmo mudar padrões. Os reconhecimentos pelo trabalho, feedbacks fazem muita diferença.

Ana Coelho. Entrevista 3. Setembro 2020.

Entrou na Gazeta em 2013 no programa de residência e ainda trabalha no veículo. 29 anos. Formada na UFV. Começou cobrindo férias e ficou quase dois anos cobrindo a editoria de polícia no jornal.

Havia muita notícia do fato em si, hoje não existe mais a editoria de polícia e não tem mais a ida diária no plantão da mulher. Tinha equipe, cerca de 5 a 6 repórteres de polícia no veículo e isso foi diminuindo com o passar do tempo. Quando ainda existia o Notícia Agora, as matérias de polícia eram praticamente a base do jornal. Criaram o Radar, que tinha factual, de polícia ou não, onde fiquei durante um tempo antes de migrar para Política. Até a capacidade de apuração mudou no veículo, passamos a fazer mais por telefone, não íamos mais para a rua, e isso acaba interferindo na qualidade da matéria. Antes íamos a todos os locais, e no caso de matéria de violência contra a mulher fica um pouco difícil fazer o trabalho por telefone, eu evitava esse tipo de abordagem. Antes eu conseguia pegar o endereço e ia ao local, mas a polícia começou a restringir esse acesso. Quando conseguia ai ao local, sempre tentava falar que era repórter e tive acesso ao boletim, falava que não divulgaria o nome ou qualquer coisa que a expusesse, e procurava saber como elas estavam, se estavam seguras. Deixava para perguntar o que tinha acontecido por último, se era o marido, namorado, se já tinha acontecido outras vezes. Reviver a violência é muito difícil. Algumas não queriam falar, eu explicava que a matéria era para ajudar. Muitas se arrependiam, tinham medo do que seria publicado. Entrei para cobrir polícia, o meu TCC foi sobre violência contra mulher em vitória, a cidade tinha altas taxas de violência.

Consegui criar um contato próximo com o pessoal da polícia, com as fontes, até 2015, quando estive na editoria. Depois, em 2016, migrei para Cidades, sem a parte dos factuais, eram mais reportagens especiais. Fazia ronda ligando para delegacias e ia depois pessoalmente. Atualmente, as matérias de mulher são na área de polícia, que é muito diferente das outras editorias onde já trabalhei. Fiz algumas matérias especiais sobre o tema, como denúncia de casos de violência sexual nas escolas e também sobre mulheres presidiárias. Hoje existe uma demanda muito maior pela velocidade por ser tudo online, o impresso é apenas nos

fins de semana. Online exige muita agilidade, tem menos tempo. Em política, a cobrança pela velocidade é bem menor porque fazemos muitas análises e isso realmente requer tempo. Foi possível, por exemplo, falar sobre o número de vereadoras eleitas em Vitória nos últimos 50 anos, conversando com elas e com especialistas.

No caso das matérias factuais de violência contra a mulher, geralmente ouvíamos apenas as vítimas. Em especiais entrevistávamos também delegadas, psicólogos. Quando tínhamos ainda acesso dado pela polícia, tentava ouvir o agressor, mas a polícia passou a proibir, então eu procurava os advogados. Os casos que ganhavam mais repercussão eram os mais chocantes. Um exemplo que marcou bastante foi o caso de um homem que estuprou várias mulheres na Grande Vitória. Pegava mulheres na rua e introduzia objetos nelas, tinha prazer em ver a dor das vítimas, um caso assustador porque não havia nenhuma relação carnal entre o estuprador e a vítima. Outro foi uma menina estuprada que teve o momento da agressão gravado e enviado para a mãe. Quando esses detalhes sórdidos eram divulgados, ganhava mais repercussão, assim como quando o caso acontecia em um bairro nobre. Pessoas acham que nos bairros nobres esse tipo de caso não existe, mas existe sim, só que não é muito noticiado, as mulheres têm muita vergonha de denunciar, não costumam falar. Recentemente divulgamos o caso de mulheres que foram agredidas por homens que conheciam no tinder, e isso acabou servindo de alerta e outros casos passaram a ser divulgados em outros estados.

Percebíamos que houve uma normalização da violência e até do feminicídio com mulheres negras, de periferia, era comum. Na serra eu ia praticamente todo dia e não se sentia mais aquela mobilização. Agora se havia um caso assim na Praia do Canto, por exemplo, era um escândalo. Considero muito complicado porque o repórter até tem essa preocupação, enxerga essas nuances, mas a empresa não vê desse jeito. A repercussão acontece também em caso de algumas profissões, como policiais, médicos, universitários (viés claro de classe). Quando ainda tínhamos impresso, o espaço era muito reduzido, então existia uma análise mais criteriosa do que entrava e o que não. Isso não acontece no online, tudo pode entrar, mas neste caso existe uma preocupação com o que vai ter repercussão e assim valer a pena do ponto de vista da empresa. Para quem cobria o assunto no dia a dia era frustrante tentar repercutir um caso e a empresa não dar espaço pra isso. Poucas

matérias se aprofundavam, era o fato por si só. Víamos muita gente incomodada, mas poucas vezes conseguíamos a repercussão que gostaríamos, mas não tinha jeito, virava apenas “mais um caso”. Sugeria os especiais justamente por sentir essa superficialidade nas matérias do dia a dia, nos factuais. O fato por si só até comove, mas muito pouco. No facebook e em meu círculo de amizades, comecei a notar mulheres falando de situações que antes não acreditavam que eram violência e que agora entendiam como tal. Fiz matéria sobre como identificar violência, pedir ajuda, mostrando que tinha estupro também no casamento, e acredito que consegui trazer alguma conscientização. As análises tinham que ser feitas no próprio dia, recebia a pauta 14h e às 20h o material precisava estar pronto. Criei assim uma rede de fontes especializadas em violência contra a mulher. Já entrevistei fontes homens e ouvi deles uma contestação do caso, um desmerecimento da violência, e eu não incluía isso na matéria porque acredito que precisamos sim fazer algum tipo de filtro.

Uma matéria de assédio em uma escola na Serra impulsionou outros relatos de estudantes que eram assediadas e 23 outros professores foram depois denunciados, segundo um balanço divulgado pela Secretaria de Educação. Lembro que busquei um corregedor da educação e ele disse que era um frenesi das estudantes denunciar professor e então perguntei com que imparcialidade ele julgaria esses casos se já acreditava que as vítimas estavam em frenesi. Os locais de poder ainda são muito masculinos e isso nos traz várias consequências que percebíamos justamente nesses momentos de produção de reportagem. A deam aqui no Espírito Santo era composta basicamente de mulheres, mas quando ia para a delegacia comum, via muitos agentes desmerecendo as denúncias das mulheres.

Dentro da própria redação me deparava com comentários machistas. Entendi que era necessário um cuidado extremo com a construção do texto, com as palavras que eram utilizadas, e em mínimos detalhes poderíamos reproduzir o machismo, muitas vezes sem nem perceber. Era uma construção e desconstrução diária. Tinha casos que mexiam demais com a gente, com muita repercussão, muito contato com a família. Me lembro de uma mulher que foi assassinada pelo namorado PM e primeiro o corpo simplesmente sumiu. A mãe na delegacia acreditava que a filha estava viva. Os detalhes muito sórdidos eu não colocava e tudo dependia muito do caso. Outro caso pesado foi um chefe do tráfico que raspou a cabeça da menina em Cariacica e a fez andar pelo bairro, filmou tudo e divulgou o vídeo, isso era uma

punição comum no tráfico. Algumas pessoas podem ter gatilhos com certos conteúdos e eu sempre pedi para colocarmos um alerta de gatilho, mas minha solicitação nunca foi atendida. Ainda falta cuidado da redação, temos sim repórteres despreparados, nunca houve uma profissionalização oferecida por parte do veículo, tinham que aprender com os mais experientes e acabava reproduzindo muito machismo.

Acho que precisamos de pessoas no poder pata ter mais conscientização. São poucas mulheres nas chefias de redação e nem sempre são mulheres com esse olhar mais sensível e crítico. A redação tem muito machismo, eu sempre falava e uma chefe o chefe chegou a perguntar o motivo disso. Não adianta só o repórter pensar no machismo, se a chefia não enxergar essas estruturas, saem coisas inacreditáveis. Não tem curso, não tem preparação para lidar com esses assuntos. Não tem alguém para dizer que a matéria é machista? Mesmo com alerta, às vezes passa sim. Matérias com poucas fontes mulheres, mesmo em matérias sobre mulheres era comum. Homem visto como profissional com mais credibilidade. Tentava emplacar matérias elucidativas, sobre as vereadoras explicando a importância, contribuir de alguma forma com a sociedade porque percebia que o factual não trazia transformação. Na matéria de estupro coletivo de uma menina do Rio de Janeiro vimos como ainda é grande a culpabilização da mulher. Nas matérias tentava deixar claro que a culpa não é da vítima e sair do senso comum, mas via nos comentários esse tipo de coisa.

O Todas Elas têm assunto sobre mulheres, normalmente quando fala da violência faz de uma forma diferente, como um perfil, uma matéria mais profunda. Esse é um dos quadros especiais que a Gazeta tem, algo que a empresa tem investido bastante nos últimos tempos na tentativa de atrair o público. Hoje esse assunto não é mais uma prioridade para o veículo, antes íamos fisicamente, agora apuramos pelo telefone e dependemos muito do material que o pessoal da TV faz e os contatos que eles passam, o que deixa o material completamente diferente porque televisão tem tempo muito reduzido. Hoje o veículo daria ênfase a uma matéria de violência contra a mulher se fosse um feminicídio em bairro nobre, cometido por um policial, com pessoas muito conhecidas ou algo bem brutal. A prioridade hoje do veículo é o que dá clique, o que chama atenção, então se pauta

muito pelo que está repercutindo na internet e o que a concorrência está dando. Além disso, ainda tem as editorias que a empresa considera importantes, como a de política, que no dia a dia não tem muitos acessos, mas são leitores que prestam muita atenção aos detalhes, que procuram a credibilidade do veículo.

Com a mudança para o jornal online mudou muita coisa. A equipe foi reduzida, a apuração se tornou muito mais rápida e percebe-se isso no trabalho das pessoas mais novas, que hoje vão atrás de quantidade e coisas que repercutem e menos nos detalhes que buscávamos quando tinha o jornal impresso, isso interfere na qualidade e preocupa sobre o futuro do jornalismo. Os funcionários precisaram acumular funções, é normal cobrir mais de uma editoria porque falta profissional naquela área para desenvolver o trabalho. Normalmente trabalhamos 8h seguidas com 1h de almoço. São horários diferentes de plantão. É comum que o repórter faça freelas para complementar a renda porque a remuneração é muito baixa. Muita gente dobra o plantão, eu já fiz muitas vezes isso, mas não compensa tanto financeiramente e fica muito desgaste o dia inteiro no veículo. No anos passado passei a dar aulas de inglês três vezes por semana para ajudar mesmo a renda. Um colega que tinha um histórico muito interessante pediu demissão pelo desgaste e pela baixa remuneração. Essa questão da gente não mais pautar, mas ser pautado pelo que as pessoas querem ler é muito complicada, agora com a possibilidade de saber o que realmente é lido, que no jornal impresso não dava para mensurar. Em um dia, a matéria mais lida foi a de um cachorro que tinha fugido.

As matérias de polícia tem um histórico de render clique, mas os leitores não são tão exigentes quanto os de política, por exemplo, então para a empresa não compensa muito fazer algo tão complexo se algo simples irá resolver. Muitas vezes vemos crítica ao material nas redes sociais, mas ainda assim não percebemos uma mudança na postura, não parece que damos esse feedback ao leitor.

Fernanda Gomes. Entrevista 4. Setembro 2020.

Trabalha na Gazeta desde 2015, repórter de cotidiano, agora está na TV Gazeta

Tínhamos o conteúdo de violência contra a mulher em cotidiano e no radar, mas em cotidiano o assunto era dado com mais profundidade e no radar com mais superficialidade. Com o fim do impresso, vieram muitas mudanças, como uma seleção maior dos temas. No jornal poderia sobrar espaço, precisava complementar, o que não acontece no online. Havia uma cobrança caso a concorrência desse algo naquele dia e a gente não desse, agora não é bem assim. Não vamos mais direto para as delegacias como íamos muito, em contrapartida, passamos a ter uma busca muito maior da população por contato, fazendo denúncia. Existe o lado positivo e o negativo em não mais fazer a ronda presencial nas delegacias, o positivo é a economia de tempo e a possibilidade de investir em outras coisas, e o lado negativo é que perdemos o contato da rua que nos aproxima de outra realidade. Antes, era cada um fazendo o seu, mas depois passou a existir uma cobrança de que todos se ajudem, como rede mesmo, até mesmo o pessoal da TV nos ajudando na redação do online. Só vamos para a rua agora se realmente algo vai render pra gente, caso não, contamos com a ajuda da televisão com as informações. Tínhamos em polícia cinco repórteres, equipe sempre ia para a delegacia de homicídios, não apenas aqui da Gazeta, mas a imprensa capixaba como um todo. Recebíamos uma resenha do que tinha acontecido, mais as informações do policial ou do delegado. Ia então até o bairro e normalmente a população colaborava com o nosso trabalho. Eu costumava investir em uma história. No caso de violência contra mulheres eu conseguia acesso pelos números da polícia, do boletim de ocorrência. Quando se tratava de crianças, idosos ou se envolvia tráfico eu deixava de lado, era mais complicado conseguir fazer a matéria. Todos os dias eu ia para a Deam buscar conteúdo, percebia que o modus operandi dos crimes eram fúteis e banais. Depois a polícia começou a restringir o nosso acesso ao material que eles tinham, não podiam mais nos passar informação e tínhamos a “sorte” se a vítima estivesse por lá na hora e aceitasse falar com a gente.

Quando estamos dando uma mesma história, mais do mesmo, o editor costuma pedir alguma coisa diferente, mais interessante, importante. Fazemos todo tipo de história, mas algumas podem ter o poder de transformação. Não é falta de interesse no assunto, mas existem dificuldades que impedem o trabalho, até mesmo esses relatórios inconclusivos da polícia. Pelo número de acessos agora ou pela quantidade de jornal vendido percebemos que algumas coisas têm mais apelo,

como a violência contra uma médica, uma advogada, um crime que tenha acontecido na Praia do Canto. É o caso da Dra Milena, que foi assassinada pelo marido e ele fingiu desespero ao “saber” de sua morte. Teve uma repercussão imensa, mas sabemos que temos milhares de dras milenas por aí. Mas entendo que isso não é algo reservado ao jornalismo, mas à sociedade como um todo: para a sociedade a violência é algo que faz mais parte da pobreza. Às vezes tem uma história muito importante, mas não conseguimos aprovação da chefia para publicar.

Entra em cena o projeto Todas Elas. EM 2019, a redação da Gazeta viu a necessidade de rever a forma como tratava a violência contra a mulher, pois houve uma banalização, uma naturalização. Editores, repórteres, sentaram para criar um projeto focado nisso para ajudar a mudar essa realidade. Costumamos a trazer os nomes das mulheres que foram assassinadas por serem mulheres. Matérias mais empáticas, que mostrassem as mulheres e suas histórias por trás dos números. Desde o início de janeiro de 2020 começamos, mas a pandemia deu uma desacelerada. A mulher não é só um dado, esse é nosso mote. No projeto há também a ideia de fazer palestras, debates, de promover conscientização. Isso é algo novo no jornalismo capixaba. Não só contar a história, mas conscientizar, mudar a cultura. Os repórteres de polícia já tem muita experiência, conversam com vítimas há dez anos, já tem propriedade neste assunto. A ideia agora é tornar o assunto mais visível, como só ciclos de relacionamentos abusivos, ajudar em ações sociais. Fizemos a matéria de uma mulher que sofria violência há 15 anos e que por pedido dos filhos depois de um episódio muito mais intenso, com a perda dos dentes, aceitou denunciar. Aprendeu a fazer bolos e vender, tornou-se independente financeiramente e realmente mudou sua vida. A Gazeta agora quer ajudar a mulher a dar cursos e mudar ainda mais. Antes do projeto, eu já queria fazer essas matérias, mas não tinha muita oportunidade. O repórter pode sugerir, mas muitas vezes já existe uma pauta pronta para o dia. Tem a vontade dos repórteres, mas editores podem priorizar outras coisas.

Laís Ribeiro. Entrevista 5. Setembro 2020.

Trabalha há 5 anos na Gazeta, iniciou na editoria de economia e atualmente é editora de Cotidiano.

Tanto em cotidiano quanto em Radar a gente consegue fazer as matérias factuais que abordam a violência contra a mulher. Atualmente, não tem mais a editoria de polícia da forma como tinha antes, nunca trabalhei diretamente nesta área policial especificamente, mas os repórteres já eram acostumados a cobrir os fatos policiais e a tratar os temas de uma determinada forma. Quando migrei de economia para cotidiano, comecei a ter um olhar editorial para isso, justamente para a maneira com a qual os conteúdos de violência eram trabalhados no veículo. Quando via mais uma matéria de violência contra a mulher, comecei a me perguntar “de novo?”. Pensei que existe um caminho até que a violência impetrada contra a mulher chegue ao feminicídio, então como impedir que esse caminho se concretize?

Esse não era apenas um incômodo meu, mas geral da equipe. Acredito que nós mulheres temos uma identificação mais direta quando lemos esse tipo de conteúdo, eu tinha. Quando precisava relatar, não era apenas a identificação, mas dor e agonia. Entendo que além de relatar, era essencial cobrar e orientar, de fato intervir na situação através da informação, que é o que temos à nossa disposição como jornalistas. As ideias então foram surgindo e ficando mais concretas. Conversei com a editora executiva, que comprou a ideia e isso foi essencial para que desse certo. Ficou definido que esse seria um projeto contínuo da Gazeta, não temático com prazo definido para acabar como vários outros que já foram realizados pela empresa. Pensamos em políticas de como abordar o assunto da violência contra a mulher de forma diferente e que pudesse caminhar para de fato uma mudança na sociedade. Pensamos em ir às escolas, falar com meninos e meninas sobre o tema, entendendo que os pensamentos e costumes que levam à violência devem ser combatidos desde a infância. A pandemia acabou interrompendo os nossos planos, lançamos o Todas Elas em janeiro e relançamos no segundo semestre agora. O Todas Elas é um projeto da Gazeta que conta com matérias jornalisticas, mas não só isso, como eventos e ações, com objetivo de informar e sensibilizar a população em relação à violência contra a mulher. Entendemos que seria interessante ter como subtemas os Diretos da Mulher, a Segurança Pública e também a independência financeira, que é essencial para que o ciclo da violência possa ser rompido. A participação das mulheres na política também é algo que entendemos como necessário de abordar no projeto e com destaque, além de ser

um direito é também uma necessidade para que as mudanças em prol do gênero aconteçam formuladas por quem de fato entende esta realidade. Temos um calendário de pautas, então não trabalhamos apenas com o factual, mas cumprindo um roteiro que acreditamos ser importante para a diversidade da problemática. Criamos uma ferramenta que acreditamos ser muito importante, o contador de feminicídios, que está sempre atualizado. Queremos que a sensação seja de que "hoje morreu mais uma de nós", que isso sensibilize, conscientize, e não que tratemos como só mais um caso sem importância. Também enxergamos como uma ferramenta de cobrança, pois podemos olhar quantas mulheres perderam a vida devido à violência e cobrar quais são as políticas públicas que o governo está desenvolvendo para mudar essa realidade. Não queremos tratar do ponto de vista jornalístico como um número, mas contar a história dessas mulheres, com as suas particularidades. Fazemos um perfil, colocamos o nome dessa mulher e batalhamos para que essas histórias não sejam esquecidas, naturalizadas, banalizadas. Esse é um dos grandes diferenciais do Todas Elas, entender e mostrar para o leitor que existe uma pessoa por trás daquela vítima, não deixar que a agressão que ela sofreu apague a sua história, seus sonhos, suas lutas, tudo que a faz quem é. Esbarramos em algumas dificuldades diárias, isso é normal, como conseguir acesso às vítimas, fazer essa abordagem, mas estamos nos organizando ainda mais e continuamos tentando, faz parte do trabalho. Queremos que toda matéria de feminicídio seja o perfil da mulher, com o nome dela no título, como forma de deixar sua história marcada de uma forma diferente, mas nem sempre essa abordagem é possível. Outra ferramenta que temos disponível é um formulário para envio de uma denúncia contra violência contra a mulher. Muitas vezes a pessoa não irá a uma delegacia ou ligar para as centrais de denúncia, mas lendo as matérias pode se sensibilizar e denunciar sua situação ou a de alguém que conheça. Ter essa possibilidade ofertada aos nossos leitores é pra gente muito importante.

Agora com a pandemia, começamos a fazer lives temáticas, visto que os eventos presenciais não podem acontecer para evitar a disseminação do vírus. Convidamos grupos com influência para ajudar o assunto a espalhar de forma mais rápido, a chamar a atenção devido à pessoa que está participando e então o conteúdo atingir mais gente. Em outubro já temos planejado falar sobre mulheres que inspiram outras mulheres, são as mulheres que sofreram violência, conseguiram

sair desse ciclo e agora ajudam de diferentes formas para que essa violência seja rompida em outros lares. Em novembro, abordaremos os vários tipos de violência existentes, alertando para o fato de que muitas vezes o ciclo começa em frases, gestos, até chegar em violência física. Em dezembro, faremos uma abordagem mais educacional, mostrando que é possível salvar a vida de mulheres com a transformação de alguns hábitos, envolvendo a população nessa luta contra a violência contra a mulher. Queremos fechar parcerias para poder oferecer cursos gratuitos de qualificação para essas mulheres, a fim de que tenham independência financeira e com isso mais possibilidade de sair de uma situação de relacionamento abusivo, de violência. Esse é um projeto pensado para ter continuidade, para de fato fazer a diferença.

Existem diferenças na maneira como o tema da violência contra a mulher era coberto pelo veículo até mesmo de acordo com a editoria onde a matéria seria publicada. Os factuais policiais no Radar por exemplo era dada a primeira notícia, o quente, o que se sabia na hora. Já em Cotidiano, existe mais aprofundamento, é como uma cobertura factual e também analítica. Agora para o Todas Elas é como se juntássemos tudo isso. Os temas são setorizados nesse novo projeto, abordamos violência contra a mulher e também a segurança pública, além dos outros assuntos que já falamos. Uma de nossas repórteres já tinha bastante sensibilidade e vivência com essas questões de escrever sobre violência contra a mulher, e essa sensibilidade ao reportar era algo que buscávamos desde que pensamos no projeto pela primeira vez. Podemos errar em algum momento? Sim, com certeza. Mas o nosso intuito é dar atenção a este tema e tentar fazer as coisas de uma maneira diferente.

As matérias de feminicídio que fizemos até o momento priorizou contar as histórias de todas essas mulheres; podemos esbarrar em questão de acesso a essas informações na hora de produzir, mas a nossa intenção é a de fazer de fato um perfil de cada uma delas.

Em relação à audiência, existe uma maneira diferente de responder de acordo com cada conteúdo, essa audiência é monitorada pelo veículo. Assuntos que causam mais comoção do público têm uma cobertura mais contínua, fazemos mais matérias, algo que no impresso era mais difícil de conseguir diferenciar, porque se vencia o jornal inteiro, não dava pra saber qual matéria específica teve mais efeito

no público, o que agora no online é completamente possível e analisado. No caso de perceber se essa audiência é maior em casos de violência de mulheres de classe mais alta, o que percebemos no Todas Elas é que as matérias de perfil de mulheres que sofreram feminicídio tinham também mulheres de classe mais baixa e ainda assim tiveram boa audiência, então acredito que a maneira de abordar esse conteúdo também faz diferença no consumo dele pelo público, e não apenas com quem o fato aconteceu. As matérias da forma como estamos fazendo agora são mais longas, demoradas, investimos tempo na produção, escrita e edição, para que tenhamos um resultado de qualidade, com profundidade e também muito respeito pelas pessoas. É isso que queremos.

ANEXO A — MATÉRIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Vendedora afirma ter sido espancada pelo namorado, diz irmão

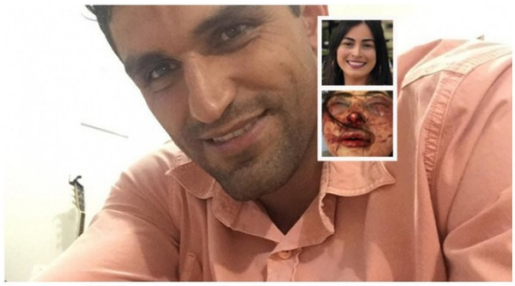
Jane Cherubim

Vendedora confirma ter sido espancada pelo namorado, afirma irmão

A informação foi dada ao Gazeta Online pelo irmão da vítima na manhã desta quarta-feira (06)

Laila Magesk
lmagesk@redegazeta.com.br

Publicado em 06/03/2019 às 11h22



Jane Cherubim (em destaque) confirmou que foi agredida por Jonas Amaral . Crédito: Reprodução

" estado dela é estável. Já levantou e foi ao banheiro, conversou, está melhorando, graças a Deus. Está desinchando. Agora o foco é achar ele. Se Deus quiser as polícias vão fazer um bom trabalho e encontrá-l"

Irmão da vítima
Cargo do Autor

O empresário contou que a família está o tempo todo com a vendedora, mas não faz muitas perguntas, pois a prioridade é a recuperação dela. Com o rosto ferido, Jane ainda não enxerga.

PRISÃO DECRETADA

A Justiça decretou a prisão do vendedor Jonas Amaral, de 34 anos, acusado de ter espancado a namorada, a vendedora Jane Cherubim, de 36 anos, em Dores do Rio Preto. O pedido de prisão foi feito pelo delegado Ricarte Teixeira, que investiga o caso.

Jonas Amaral, acusado de espancar a namorada em Dores do Rio Preto . Crédito: Reprodução/Instagram

O crime, que teria sido cometido por causa de ciúmes, aconteceu na madrugada desta segunda-feira (04). Depois de muita procura, Jane foi encontrada pelos irmãos perto de uma curva, seminua, desmaiada e torturada, na estrada que dá acesso ao Parque Nacional do Caparaó pelo Espírito Santo.

JANE CHERUBIM: ESPANCADA E LARGADA NA ESTRADA, MAIS UMA MULHER AGREDIDA

Uma cena de horror que se repete. Nos últimos dias, a imagem da paisagista **Elaine Caparroz**, de 55 anos, agredida pelo estudante de Direito Vinícius Serra, de 27 anos, chocou o Brasil. Nesta segunda-feira (4), tamanha violência volta a acontecer, desta vez, na pacata **Pedra Menina**, em Dores do Rio Preto, Região do Caparaó, no **Espírito Santo**.

A vítima, a vendedora Jane Cherubim de 36 anos, saiu por volta das 3h da madrugada de uma cervejaria, onde trabalhava no carnaval com o namorado Jonas Amaral, de 34 anos. Os dois estavam juntos há pouco mais de um ano.

> **" gente precisa alertar outras mulheres. Precisamos mostrar as imagens dela machucada para que vejam a gravidad"**
>
> **Cleiton Cherobin, irmão da vítima**
> Cargo do Autor

Depois de muita procura, ela foi encontrada pelos irmãos perto de uma curva, seminua, desmaiada e torturada, na estrada que dá acesso ao Parque Nacional do Caparaó pelo Estado.

Nesta terça-feira (05), internada em um hospital de Carangola, cidade mineira perto de Dores do Rio Preto, ela ainda não fala, não enxerga e tem marcas de roxo por todo o corpo.

Infelizmente, Jane não foi a única mulher agredida neste feriado de carnaval no Estado. No domingo, a **jovem Maikelly Rodrigues da Silva**, de 28 anos, foi encontrada morta, amarrada, sem roupas e com cinco tiros na cabeça na Serra. Na madrugada de segunda, **um ex-marido ateou fogo na casa da ex** e quatro pessoas precisaram pular do segundo andar para escapar das chamas.

DEPOIMENTO

Sem conseguir dormir e tirar da cabeça as imagens da irmã, que achou estar morta de tão machucada, o empresário Cleiton Cherobin*, 33 anos, conversou com a reportagem do **Gazeta Online** sobre os detalhes que antecederam o crime, como a encontrou e como era a relação de Amaral com a família. "O cara era muito, muito atencioso. Só tinha um porém: ele era ciumento ao extremo". Abaixo, Cleiton descreve o terror que ainda estão passando.

*A grafia do sobrenome se diferencia por um erro de digitação na identidade da irmã

O que aconteceu?

Eles estavam trabalhando à noite junto comigo. A noite toda todo mundo bem, trabalhando. Quando foi perto de 3 horas da manhã, fomos embora. A gente desce à direita para Espera Feliz (MG) e ele não desceu. Ele subiu para Forquilha do Rio. A minha esposa comentou comigo o que o Amaral iria fazer lá uma hora dessa.

Ele estava com a sua irmã no carro.

Sim. Temos filmagens, temos tudo. Os dois saindo do trabalho e entrando no carro. Subiram para estrada Parque. Aí a minha esposa fez o comentário. Aquilo me preocupou. Resolvi ligar para a minha irmã. Liguei duas vezes e ela não atendeu. Ela não era de fazer isso, aí que eu fiquei mais preocupado ainda. Fui ligando, ligando e ele atendeu o celular dela. Muito nervoso, falando que ele tinha brigado com ela, e ela tinha jogado a chave do carro fora, que ele queria a chave para ir embora. Eu falei para ele se acalmar e perguntei onde ele estava. Ele disse que estava perto de Espera Feliz no asfalto. Eu falei que ia buscá-lo, ele disse que não precisava e imediatamente desligou o telefone.

O que você fez?

Virei o carro e fui para Espera Feliz. Rodei a cidade toda, fui na casa da minha irmã, porque ela mora em Espera Feliz. Ela não estava, só estava o filho dela dormindo. Ele acordou e entrou comigo no carro. Fui à Delegacia de Espera Feliz. Voltamos e fomos para a casa do pai do agressor. Aí ele ligou querendo falar com o pai dele. O pai dele ficou gritando: 'Não faz isso não, Amaral. Volta pra casa'. Eu acho que naquele momento ele já tinha confessado para o pai dele que tinha agredido a minha irmã. Eu voltei para Pedra Menina. Antes disso, chamei o meu irmão no sítio dele. A minha esposa foi com o meu carro e eu no carro com o meu irmão. Subi para a Forquilha do Rio. Quando estava subindo, encontrei outro funcionário que entrou no carro para ajudar a gente.

Cena de horror.

A gente andou uns quatro quilômetros subindo.

"uando a gente saiu de uma curva, ela já estava espichada no meio da rua. Toda ensaguentada, seminua, sem calcinha, toda ralada, o rosto todo deformado, sangue, a orelha dela toda inchada, cabeça toda cortada, as unhas... Arrancou a unha del"

Cleiton Cherobin, irmão da vítima
Cargo do Autor

Toda destruída. E o carro dele estava logo na frente abandonado. Eu acho que ele achou que ela estava morta, colocou ela no meio da estrada, perto de uma curva, para alguém vir de carro, não ver e atropelar. Mas Deus foi tão bom que eu achei ela. Coloquei ela no carro e levei para o hospital.

Ela estava acordada ou desacordada? Conseguiu falar alguma coisa?

Não. Ela não tem como falar. Ela estava desmaiada. Nem hoje ela consegue falar. Você não tem noção. Ela está com o nariz quebrado, a boca toda cortada. Ela tinha um rosto fininho. Vou te mandar uma foto de antes e outra dela agora. A gente precisa prender esse vagabundo. A gente precisa alertar outras mulheres. Precisamos mostrar as imagens dela machucada para que vejam a gravidade. Gente, essas meninas estão perdidas.

"e viu que o companheiro é agressivo, chato, enjoado, ciumento, larga. Sai fora. Não fique correndo risco de vid"

Irmão da vítima
Cargo do Autor

Ele já tinha algum histórico de agressão, algum comportamento estranho?

Não. A gente abraçou ele na família como se fosse um irmão. O cara era muito generoso, bacana. Muito atencioso. Só tinha um porém: ele era

ciumento ao extremo. A minha irmã é muito bonita e ele é um cara feio. Então ele era muito ciumento. A gente ouviu dizer que ele já bateu em outra mulher, mas a gente não sabia disso, a gente só ficou sabendo agora.

Foto com declaração de amor publicada no Instagram do principal suspeito de ter agredido a namorada no Caparaó. Crédito: Reprodução/Instagram

Eles estavam juntos há quanto tempo?

Acho que por volta de um ano.

O filho dela não é dele?

Isso. É de outro relacionamento.

Ele é da região?

Ele é de Espera Feliz, Minas.

O que você sentiu quando viu a sua irmã naquela situação?

Simplesmente achei que a minha irmã estava morta. Senti uma aflição muito grande. Minha irmã estava toda ensaguentada. Foi a coisa mais horrível que aconteceu na minha vida.

"ão consigo dormir. Aquele filme fica na minha mente. O sentimento é de como pode ter uma pessoa tão brutal, tão sem amor ao próximo para fazer uma crueldade dessa"

Irmão da vítima
Cargo do Autor

A única coisa que pensei foi em pegá-la e socorrê-la. Levamos para o hospital de Espera Feliz e hoje ela está em Carangola, que é um hospital melhor.

Corpo de Jonas Amaral deve ser liberado nos próximos dias no Sul do ES

Caso Jane Cherubim

Corpo de Jonas Amaral deve ser liberado nos próximos dias no Sul do ES

A família iniciou o processo de liberação do corpo do vendedor nesta terça-feira (09)

Publicado em 09/04/2019 às 12h43

Jonas Amaral, acusado de agredir a namorada Jane Cherubim, em Dores do Rio Preto . Crédito: Reprodução/Instagram

O advogado Osmar Aarestrup, que representa a família de Jonas Amaral, está nesta terça-feira (09) em **Cachoeiro de Itapemirim**, no Sul do Estado, para iniciar o processo de liberação do corpo do vendedor. Jonas foi encontrado morto dias após ter agredido a então namorada Jane Cherubim da Silva, 36 anos, no dia 4 de março deste ano na localidade de Pedra Menina, em Dores do Rio Preto, na região do Caparaó.

O corpo de Jonas foi encontrado no dia 23 de março, 19 dias após a agressão, em uma plantação de café próximo ao local do crime. Nove dias depois, a Polícia Civil divulgou o laudo do exame cadavérico que **apontou suicídio como causa da morte do vendedor**.

O identificação do corpo **foi confirmada na última sexta-feira (05)**. Segundo o delegado José Maria, o o corpo de Jonas deve ser liberado nos próximos dias. Para a liberação do corpo é necessário pegar um documento no Serviço Médico Legal e apresentar no Fórum.

O CRIME

Jane Cherubim, em entrevista à TV Globo. Crédito: Reprodução | TV Globo

04/03

A vendedora Jane Cherubim, de 36 anos, foi espancada às 3 horas da madrugada, após sair do local de trabalho com o namorado Jonas Amaral, de 34 anos. Após a agressão, foi largada em uma estrada de Dores do Rio Preto. Por volta de 5h20 da manhã, foi encontrada pelos irmãos, seminua, desmaiada e torturada. Foi levada para um hospital de Carangola (MG). Depois de espancar a namorada, Jonas enviou um áudio por aplicativo para a sogra.

05/03

- Em recuperação no hospital, Jane conseguiu falar e confirmou que foi espancada pelo namorado.

- Justiça decretou a prisão do vendedor Jonas do Amaral, companheiro de Jane, acusado de tê-la espancado. Ele vai responder pelo crime de tentativa de feminicídio.

06/03

- Jane já respirava sem aparelhos, conseguiu falar aos poucos, e permanecia muito inchada devido ao espancamento, ainda sem conseguir abrir os olhos. Em desabafo com a mãe, ela temia que o agressor

entrasse no hospital.

- O pai de Jonas disse à Polícia que o rapaz telefonou para ele logo após cometer o crime, dizendo que "sua vida não valia mais nada".

07/03

- A Polícia de Minas Gerais foi alertada para ajudar na localização de Jonas. Fotos de Jonas e a cópia do mandado de prisão foram distribuídas por várias equipes. Uma equipe foi checar uma denúncia em Pedra Menina, mas não obteve sucesso na prisão.
- A família de Jonas ajudou nas buscas do vendedor, que segue foragido da Justiça. Grupo de 40 pessoas se reuniu para procurá-lo na estrada que dá acesso ao Parque Nacional do Caparaó e nas proximidades.

- A Polícia acreditava que Jonas possa ter tido ajuda para fugir.

- No hospital, Jane se levantou da cama pela primeira vez e se viu no espelho.

08/03

- Jane apresentou significativa melhora no quadro clínico, e seguia internada.

- Força-tarefa da Polícia do Espírito Santo e de Minas Gerais foi organizada para localizar Jonas Amaral.

- A Polícia afirma que iria pedir a prisão temporária do pai e do irmão de Jonas, suspeitos de terem alterado a cena do crime e ajudado o suspeito a fugir.

- Jane recebe a visita do advogado e do delegado, presta depoimento à polícia, chora muito, e passa mal em seguida, após relembrar o crime.

09/03

- No hospital, Jane continuava a ter vômitos e dores de cabeça, após ter prestado depoimento no dia anterior.

- O pai, o irmão e um amigo de Jonas foram ouvidos

na Delegacia Regional de Alegre durante três horas. Polícia desiste de pedir a prisão deles.

- O advogado da família de Jonas acompanhava novos depoimentos prestados, e afirmou que os parentes do vendedor está sofrendo perseguição e ameaças na cidade de Espera Feliz (MG).

- A Polícia Civil pede para a delegacia de Imigração da Superintendência da Policia Federal do Espírito Santo travar a saída do vendedor Jonas Amaral nos aeroportos de todo país.

10/03

- Cerca de 50 pessoas fizeram passeata em Espera Feliz, Minas Gerais, cidade de Jane Cherubim, pedindo justiça e respeito a todas as mulheres. Familiares da vendedora também participaram.

- Jane Cherubim recebe alta hospitalar e vai para casa com familiares.

13/03

A Polícia Civil não descarta a possibilidade do vendedor Jonas Amaral, de 34 anos, estar morto. “Diligências estão sendo feitas para verificar todas as possibilidades. Não descarto a possibilidade dele estar morto, mas acredito que ele está vivo e se escondendo” disse.

Também nesta quarta, Jane Cherubim, 36 anos, prestou um terceiro depoimento à polícia.

14/03

O delegado José Maria Simão, responsável pela investigação da agressão sofrida pela vendedora Jane Cherubim, 36 anos, informou que Jonas do Amaral, de 34 anos, pode ter cometido suicídio após agredir a vítima. Ele é considerado foragido da Justiça desde o dia 05 de março, um dia após o crime que ocorreu na localidade de Pedra Menina, em Dores do Rio Preto, na região do Caparaó.

23/03

A notícia de que o corpo de Jonas do Amaral foi encontrado em Forquilha do Rio, em Dores do Rio

Jovem é abandonada no mato após ter seu rosto desfigurado pelo marido no ES

Violência

Jovem é abandonada no mato após ter rosto desfigurado pelo marido no ES

Caso aconteceu em Sooretama, no sábado (12). Rauliane Souza Silva está internada e vai passar por cirurgia em um hospital de Colatina. As agressões aconteceram na frente dos filhos da vítima. Após a violência, o acusado abandonou a diarista desacordada em um mato. Revoltada, família pede por Justiça

Publicado em 14/05/2019 às 11h10

Rauliane Souza Silva teve o rosto desfigurado após ser agredida pelo marido. Crédito: Divulgação/Arquivo pessoal

Uma jovem de 25 anos teve o maxilar quebrado e ficou com o rosto desfigurado depois de ser agredida pelo marido, em **Sooretama**, região Norte do Estado. A diarista Rauliane Souza Silva estava na casa da sogra quando tudo aconteceu, no último sábado (13). Ela ficou internada em Linhares e, nesta terça-feira (14), foi transferida para um hospital de Colatina, onde vai passar por cirurgia. Os três filhos da vítima presenciaram toda a violência.

Segundo uma parente de Rauliane, que pediu para não ser identificada, a agressão aconteceu após uma briga do casal. “Ela mora em Vitória e veio para cá por conta da festa de Dia das Mães, foi direto para a casa da sogra em Sooretama. No sábado ela também ficou por lá, não foi para a casa da mãe dela. Por volta de 21 horas, aconteceu a briga. O

marido espancou a Rauliane até deixá-la desacordada e depois jogou ela no meio do mato", contou.

Durante a madrugada de domingo (14), a vítima foi encontrada no mato onde foi abandonada. Ela foi levada ao Hospital Geral de Linhares (HGL) por populares. "Ela está muito machucada no rosto e não consegue falar, só na manhã de domingo ligaram para a mãe dela, avisando que a filha dela estava toda arrebentada no HGL", afirmou a parente.

BRIGA APÓS PEDIDO DE SEPARAÇÃO

Além da agressão, o suspeito ainda levou o celular da mulher. "Aconteceu o bate-boca entre os dois, ele quebrou ela na porrada e aí sumiu com o telefone dela e a chave da casa dela em Vitória. O pouco que a Rauliane conseguiu contar é que estava sentada e ele chegou brigando com ela por causa de outra mulher. Ela disse que já que ele não a queria mais, era melhor separar. Então ele começou a bater nela", explicou.

> Mulher é esfaqueada pelo marido na frente do filho em Vila Velha

A familiar da vítima também revelou que a diarista tem três filhos pequenos de outro relacionamento e as crianças presenciaram as agressões sofridas pela mãe. "Ela não está bem. Pela manhã ela foi para Colatina para fazer um exame e deve passar por uma cirurgia no hospital de lá. O rosto dela está todo deformado, quebrou o maxilar dela todinho. As crianças viram tudo: quando ele chutou a cara dela, viu a hora que ele estava batendo nela e arrancou o cabelo dela com couro cabeludo. Foi horroroso. A menina dela está até traumatizada", lamentou.

De acordo com a parente, é a primeira vez que acontece essa violência. "Brigar eles brigavam, mas desse modelo não, com essa violência toda não. Eu fico com dó das crianças e da Rauliane, que está sofrendo demais", disse. O casal estava junto há seis anos.

SUSPEITO AMEAÇA A FAMÍLIA

A família afirma que tem recebido ameaças do acusado. “Ele está nos ameaçando. Ele ficou com a celular da Rauliane e manda mensagem para a mãe dela. Fala que não tem medo da polícia, que se for preso daí uns dias ele sai”, contou a parente da vítima, com medo.

Agora, os amigos e parentes da diarista pedem justiça. “Está todo mundo revoltado com essa covardia que o marido fez com a Rauliane. Eu quero justiça, porque é muito feio o que ele fez, mulher nenhuma merece isso”, disse a familiar, emocionada.

> Mulher é esfaqueada por companheiro ao pedir separação na Serra

Os parentes não sabem qual o paradeiro do suspeito. “Não sabemos se ele fugiu ou se está em Sooretama. Só sabemos que ficou com o celular dela e fica online, vendo tudo o que está acontecendo”, ressaltou.

REDES SOCIAIS

As fotos de Rauliane bastante ferida estão circulando nas redes sociais. Um irmão da diarista fez uma postagem em um grupo de Linhares, denunciando a agressão, e colocou as imagens. Nos comentários, muitas pessoas se mostraram indignadas com a violência. "Isso não é um namorado, é um monstro", diz um dos comentários.

POLÍCIA CIVIL

Em nota, a Polícia Civil informou que o caso é investigado pela Delegacia de Polícia de Sooretama e a vítima, que está internada, ainda será ouvida para dar andamento nas investigações.

"Até o momento o suspeito não foi detido, e outras informações não serão passadas, no momento, para não atrapalhar o andamento das investigações. A Polícia conta com a colaboração da população e qualquer contribuição para identificação de suspeitos podem ser feitas por meio do Disque-Denúncia 181 ou pelo disquedenuncia181.es.gov.br. O sigilo e anonimato são garantidos", diz a nota.

Idoso é preso acusado de abusar de amiga da neta em Linhares

Criança de 11 anos denuncia padrasto por estupro em Vila Velha

Abuso sexual

Criança de 11 anos denuncia padrasto por estupro em Vila Velha

O homem também teria abusado da filha, de 14 anos, que mora na mesma casa. A vítima teria fugido de casa na semana anterior e denunciado o caso ao Conselho Tutelar, segundo a família

Publicado em 27/07/2019 às 19h06

Plantão da Mulher, em Vitória. Crédito: José Carlos Schaeffer

Uma menina de 11 anos denunciou o padrasto por abusar sexualmente dela e da irmã, de 14 anos, em **Vila Velha**. De acordo com a criança, o homem aproveitava quando a mãe não estava em casa para praticar os **estupros**.

Os abusos começaram há aproximadamente três anos e o último teria acontecido há duas semanas. De acordo com a menina, sempre que a mãe saía de casa, o padrasto a levava para o quarto e cometia o crime. Logo após, ele dava dinheiro a ela, cerca de cinco reais, ou um pacote de chips.

A criança ainda contou que sabia que o padrasto também abusava da filha dele de 14 anos, que mora na mesma casa. Segundo a menina, ela nunca teve coragem de contar o que acontecia por medo da polícia retirá-la de perto da mãe.

A denúncia foi feita na noite desta sexta-feira, no Plantão Especializado da Mulher (Pem), em Ilha de Santa Maria, Vitória, após a menina relatar os abusos à irmã mais velha, de 30 anos. Segundo a irmã da vítima, ela desconfiou que algo estivesse acontecendo após a filha do suspeito, de 14 anos, ter fugido de casa e ido até o Conselho Tutelar. Ao pressionar a criança, ela teria confessado que sofria abusos por parte do padrasto. Com isso, ela acionou a polícia.

PEDIDO DE PERDÃO

O padrasto foi encaminhado ao Plantão da Mulher, junto com a mãe da criança. Ao ser questionado sobre o estupro de vulnerável, ele ficou em silêncio. Já a mãe da criança disse nunca ter desconfiado dos abusos, mas que a criança frequentemente pedia para sair com ela ou ficar na casa da irmã. Ela ainda contou que, ao questionar o marido sobre o crime, ele pediu perdão à ela.

Após ser conduzido à delegacia, o suspeito foi liberado, já que não houve flagrante, visto que o último estupro teria acontecido há 15 dias. Contudo, a delegada de plantão na delegacia pediu a prisão preventiva dele por estupro de vulnerável.

*O nome do suspeito e o bairro onde a violência ocorreu não serão divulgados para não identificar as vítimas.

Adolescente é suspeito de estuprar criança de 3 anos em Pinheiros

responsável por ele.

Procurada, a Polícia Civil informou, por meio de nota, que o adolescente responderá por ato infracional análogo ao crime de estupro de vulnerável e foi encaminhado ao Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo (Ciase).

Justiça condena à pena máxima jovem que matou ex com canivete no ES

Em Aracruz

Justiça condena à pena máxima jovem que matou ex com canivete no ES

Além da condenação base, três agravantes foram analisados pelos sete jurados: futilidade, premeditação e feminicídio

Publicado em 11/03/2019 às 19h31

Fórum João Gonçalves de Medeiros em Aracruz. Crédito: TV Gazeta Norte

Em júri popular realizado nesta segunda-feira (11), Yuri Henrique de Carvalho Barboza foi condenado a 30 anos de prisão em regime fechado por ter assassinado a ex-namorada Taiene dos Reis Souza. O julgamento, com duração de aproximadamente oito horas, aconteceu no Fórum João Gonçalves de Medeiros, em **Aracruz**, no **Norte** do **Espírito Santo**.

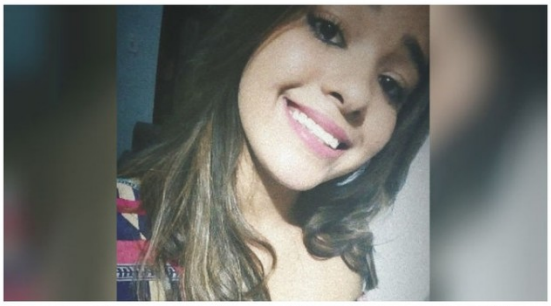
Além da condenação base, três agravantes foram analisados pelos sete jurados: futilidade, premeditação e feminicídio. Todos foram reconhecidos de forma unânime, com exceção do último, que recebeu três votos contrários do júri, que era formado por seis mulheres e um homem, selecionados aleatoriamente pela Justiça.

Advogado de defesa, Selso Ricardo Damacena afirmou que já trabalhava com a condenação de Yuri, tendo em vista que este já havia confessado a autoria do crime. Porém, ele também garantiu que irá recorrer da decisão, já que entende a ocorrência como um homicídio simples, sem qualquer

qualificador.

O período de reclusão aplicado a Yuri é o máximo permitido pelas leis brasileiras, e também o desejado pelo pai da vítima, Edivaldo José de Souza. “De certa forma, tiraram um peso das minhas costas; mas, infelizmente, nada do que foi feito vai trazer minha filha de volta. Esse é um sofrimento que nunca vai passar”, declarou.

O PARECER



Jovem chegou a ser socorrida com vida, mas morreu no hospital. Crédito: Facebook

Conforme consta na decisão assinada pelo juiz Tiago Fávaro Camata, da 1ª Vara Criminal de Aracruz, a culpabilidade de Yuri é extremamente elevada, já que o crime fora cometido de maneira planejada, com monitoramento da vítima iniciado por volta das 16h40 em áreas movimentadas da cidade e realizado às 22h35 em via pública.

Há ainda trechos de depoimentos que definem Yuri como uma pessoa agressiva em ambientes social e doméstico. Bem como dono de um temperamento extremamente possessivo e controlador, que o fazia tratar a vítima como um objeto de sua propriedade, durante os dois anos de relacionamento amoroso.

RELEMBRE O CASO

Família de Taiane dos Reis Souza veste camiseta pedindo justiça durante julgamento em Aracruz. Crédito: TV Gazeta Norte

O crime aconteceu no dia 30 de março de 2018 na rua da casa de Taiene de Reis Souza, de 20 anos, em Aracruz, para qual ela voltava após sair com as amigas. Sem aceitar o fim do namoro há cerca de uma semana, Yuri Barbosa, de 23 anos, golpeou a jovem com, pelo menos, sete golpes de canivete, fugindo de bicicleta em seguida.

A vítima chegou a ser socorrida pelo **Corpo de Bombeiros** e levada com vida ao Hospital São Camilo, onde sofreu paradas cardiorrespiratórias e acabou falecendo. Segundo depoimento de uma amiga na época, ela havia rompido o relacionamento por causa dos ciúmes excessivos por parte do Yuri.

Caso Thayná: Justiça nega recurso da defesa de assassino

Decisão da Justiça

Caso Thayná: Justiça nega recurso da defesa de assassino

A defesa pedia a nulidade da decisão da juíza de primeiro grau, que determinou que o réu seja julgado pelo tribunal do júri

Ricardo Medeiros
online@redegazeta.com.br

Publicado em 25/04/2019 às 16h52

O acusado de ter sequestrado, abusado e matado a adolescente Thayná de Jesus Prado, de 12 anos, em novembro de 2017, Ademir Lúcio Ferreira, depôs na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos. Crédito: Carlos Alberto Silva

Ademir Lúcio Araújo Ferreira, acusado de ter estuprado e assassinado a menina Thayná Andressa de Jesus do Prado, de 12 anos, **em outubro de 2017**, teve um recurso negado pelo **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** nesta quinta-feira (25). A defesa pedia a nulidade da decisão da juíza de primeiro grau, que determinou que o réu seja julgado pelo tribunal do júri.

O defensor público que atuou na defesa de Ademir se manifestou, requerendo a nulidade, bem como a de todos os atos praticados após a fase de instrução e que precedem a sentença concluída pela juíza de 1ª instância. O advogado de defesa de Ademir afirma que a sentença da juíza deveria ser revisada, "uma vez que não existem comprovações de materialidade do delito".

O desembargador Adalto Dias Tristão, relator do processo, concluiu que a alegação apresentada pelo réu, pedindo a nulidade de sentença de pronúncia, pelo fato de o acusado ter sido supostamente torturado em sede policial, com a finalidade de confissão do crime, se mostrou totalmente isolada nos autos. "Inexiste no caderno processual comprovação de conduta agressiva por parte dos servidores públicos atuantes no caso", analisou o magistrado.

Quanto ao mérito do recurso, no qual a defesa de Ademir alegou ausência de indícios suficientes de autoria do crime, o desembargador entendeu que a materialidade e os indícios de autoria foram confirmadas e que, inclusive, conta com filmagens do dia do acontecimento.

Diante do conjunto probatório coligido aos autos, em conformidade com o entendimento da magistrada de 1° grau, que agiu com perfeição ao pronunciar o recorrente, vez que as provas apontam claramente indícios de autoria e materialidade, restou superada a hipótese de absolvição sumária ou impronúncia como requer a defesa

Relator do processo

Ainda, o magistrado concluiu que o réu deve ser pronunciado também pelo crime conexo de estupro de vulnerável, segundo a pronúncia do acusado no artigo 217-A, previsto no Código Penal, que será melhor analisado, posteriormente, pelo Tribunal do Juri.

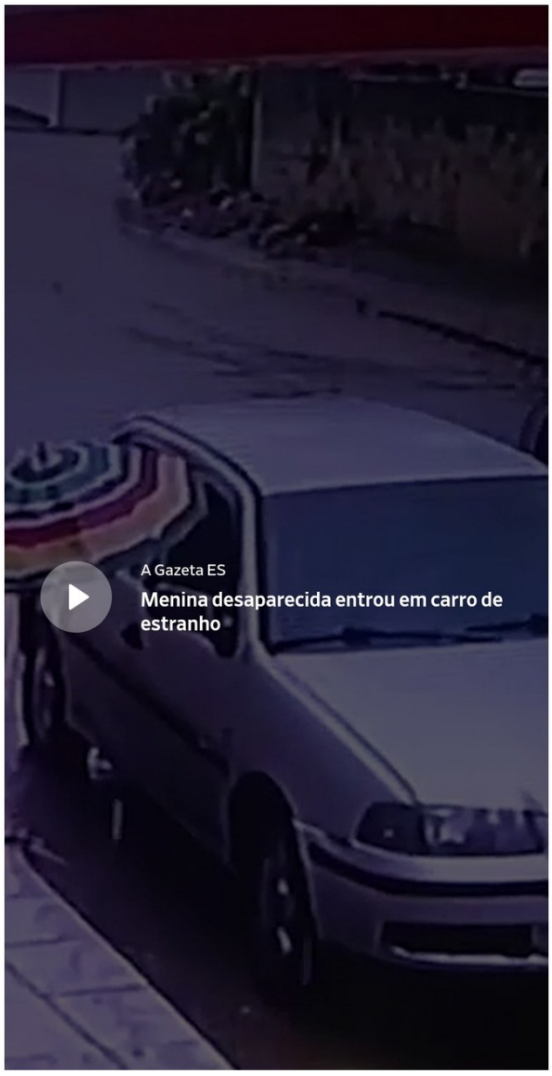
Em seu voto, o relator conheceu do recurso, contudo negou provimento ao mesmo, mantendo a decisão de 1° instância. O Desembargador Adalto Dias Tristão terminou seu voto determinando urgência para o julgamento do réu pelo Tribunal do

Júri, tendo em vista a ampla repercussão do caso. A decisão foi acompanhada, à unanimidade, pelos demais desembargadores.

RELEMBRE O CASO

Segundo consta dos autos, Ademir abordou a menor de apenas 12 anos de idade, no bairro Universal, em Viana. Ao ser abordada, a menina teria dito que estava procurando caixas de papelão para fazer uma mudança. O denunciado, então, ofereceu carona para ela, sob o pretexto de ajudá-la a encontrar o material. A menor aceitou a carona, mas foi estuprada e assassinada. Câmeras flagraram o momento em que ela entra no carro de Ademir.

VEJA VÍDEO



Após a menor entrar no carro, Ademir a levou a local ermo, no bairro de Areinha, onde iniciou o abuso sexual, praticando atos libidinosos, utilizando a mesma forma de agir com a qual **praticou estupro de outra menor de idade**, crime cometido apenas alguns dias antes.

Em seguida, para assegurar a impunidade do crime de estupro, Ademir iniciou o crime de homicídio contra a menor ainda dentro do veículo, deixando **vestígios de sangue no banco traseiro do carro**. Após a morte, o denunciado ocultou o corpo em um alagado próximo a um matagal, ateando fogo para encobrir os rastros do crime de estupro e homicídio.

Ainda segundo a sentença de pronúncia, Ademir, utilizando documento falso com outro nome, **fugiu para o Rio Grande do Sul**, se passando por outra pessoa para não ser encontrado pela polícia.

RELEMBRE

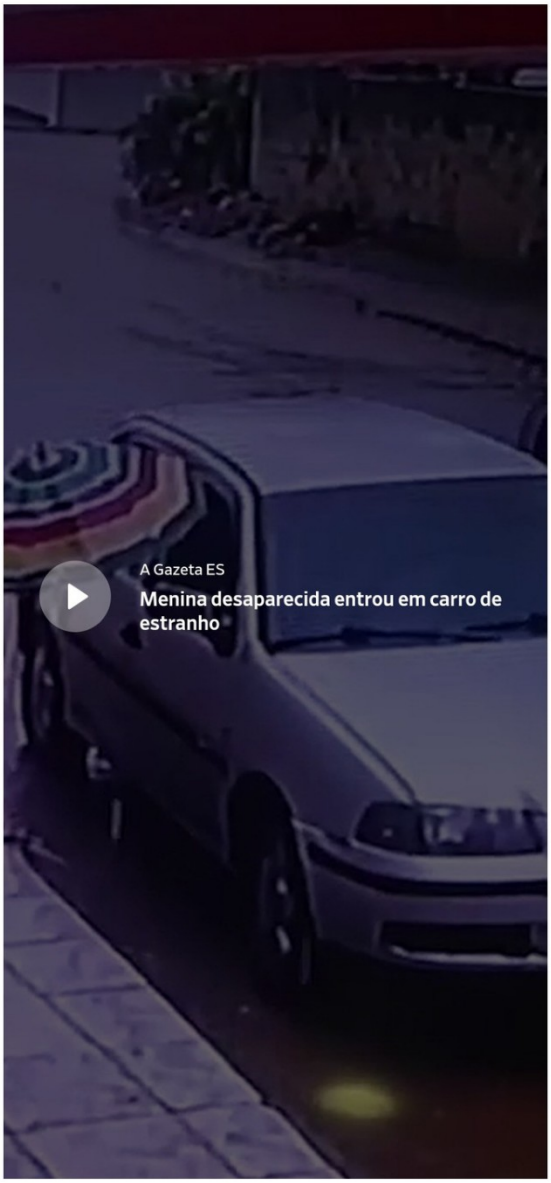
14/10/2017

Com um Gol prata, no dia 14 de outubro de 2017 Ademir Lúcio Araújo Ferreira, 55, abordou uma menina de 11 anos em Universal, Viana. A vítima tinha saído para ir ao supermercado a pedido da família e o suspeito, na rua, ofereceu uma carona, mas logo depois desviou o caminho.
Na época, o delegado Lorenzo Pazolini, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), contou que o acusado levou a vítima para um galpão em construção.

"Ela foi estuprada. Nós temos a confirmação, nós temos laudo do DML, temos também o reconhecimento de testemunhas. Então não temos dúvida nenhuma da autoria (do crime) porque ele foi reconhecido pela vítima, foi reconhecido por testemunhas presenciais. Ele levou a menina para um local ermo, um local onde está sendo construído um galpão no município de Viana. Aí ele estacionou o carro em um local onde tem uma grande depósito de material e esse depósito forma monte. Atrás desse monte, ele estacionou o veículo - era uma área oculta do restante do terreno", relatou o delegado.

17/10/2017

Thayná de Jesus Prado, de 12 anos, foi vista pela última vez na manhã de 17 de outubro, também no bairro Universal. Imagens de uma câmera de videomonitoramento flagraram o momento em que a menina entrou em um carro cinza.



A própria mãe da menina, Clemilda de Jesus, correu atrás das imagens em comércios próximos e entregou a polícia. Durante as investigações, mesmo com o apelo e protestos da mãe, não havia informações sobre o paradeiro do acusado.

28/10/2017

No dia 28 de outubro Ademir vendeu o carro usado nos crimes para o dono de uma oficina, em Cobilândia, Vila Velha. O comprador, que só foi localizado dez dias depois, informou à polícia que negociou a compra do veículo por R$ 5 mil, pagou R$ 2 mil na hora e combinou com Ademir que acertaria o restante depois. A polícia Civil acredita que ele tenha feito a compra de "boa fé", e não teria ligação com o sumiço da Thayná.

31/10/2017

No dia 31 de outubro, o vídeo que mostra o momento em que Thayná era raptada foi divulgado pela polícia. Sete dias depois, o carro utilizado no crime foi encontrado com o motor batido, em uma oficina de Guarapari.

10/11/2017

No dia 10 de novembro uma megaoperação da polícia foi realizada em Viana, onde, perto de uma lagoa, foi encontrada a ossada de uma criança do sexo feminino. Apesar de o padrasto ter reconhecido o vestido como sendo de Thayná, o DNA que apontou oficialmente que o corpo era mesmo da menina Thayná só saiu no dia 4 de dezembro.

13/11/2017

Policiais militares do Rio Grande do Sul prenderam durante a madrugada do acusado de sequestrar a menina Thayná Andressa de Jesus Prado, 12 anos, e estuprar a menina de 11 anos. Ademir Lúcio Araújo Ferreira foi encontrado na Rua Comendador Manoel Pereira, no Centro de Porto Alegre. A ação contou com o auxílio de policiais civis do Espírito Santo, que ajudaram nas buscas ao foragido. Ademir foi levado para a 2ª Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento da Polícia Civil, localizada em Porto Alegre.

Ademir contou, em vídeo após ser preso, detalhes do dia do crime. Durante a gravação, ele disse que o corpo da menina estava dentro de uma lagoa em Viana.

FICHA CRIMINAL

Passagens por extorsões, sequestros, associação criminosa, homicídio e estupro compõem a extensa ficha criminal de Ademir Lúcio Araújo Ferreira. Ele possui registros de prisões desde o final da década de 1980, tendo passado mais da metade de sua vida infringindo leis, e saiu da cadeia em dezembro de 2016.

Prisões em flagrante (no Rio Grande do Sul)

27/09/2007 - Receptação e extorsão

17/04/2008 - Uso de documento falso

26/03/2008 - Extorsão

07/04/2008 - Extorsão

08/07/2009 - Ameaça

22/07/2009 - Sequestro e formação de quadrilha

14/01/2010 - Sequestro

21/04/2012 - Facilitou a entrada de telefone em presídio

10/08/2013 - Descumpriu decisão judicial

Setembro de 2013 - Extorsão

12/11/2013 - Ameaça

27/03/2014 - Tentativa de estelionato

11/02/2016 - Ameaça

Prisões por mandados

Outubro de 1988 - Estelionato

Outubro de 1989 - Estelionato

Março de 1996 - Homicídio

Abril de 1997 - Roubo

Julho de 2014 - Roubo (Porto Alegre)

Fevereiro de 2015 - Roubo

Outubro de 2017 - Estupro de Vulnerável

Acusado de matar namorada com fio de celular no ES é condenado

31 anos e 7 meses

Acusado de matar namorada com fio de celular no ES é condenado

Rubens de Almeida Dias Junior foi condenado a 31 anos e 7 meses de prisão, em regime fechado, na tarde desta quarta-feira (29). Andrielly Mendonça Pereira dos Santos foi morta no dia 4 de março do ano passado

Publicado em 29/05/2019 às 17h26

Rubens de Almeida Dias Junior, de 23 anos, acusado de matar com um fio de carregador de celular a companheira Andrielly Mendonça Pereira dos Santos, de 20 anos, no dia 4 de março de 2018. Crédito: Acervo pessoal

Rubens de Almeida Dias Junior, de 23 anos, acusado de matar a namorada **Andrielly Mendonça Pereira dos Santos**, no dia 4 de março do ano passado, foi condenado a 31 anos e 7 meses de prisão, em regime fechado, na tarde desta quarta-feira (29). Rubens foi sentenciado por motivo torpe, asfixia, contra mulher por razões do sexo feminino.

> "Ela tava respirando", diz namorado em mensagem ao pai de Andrielly

0:00 / 0:00

De acordo com o advogado da família da vítima, Renato Cintra, a pena de Rubens teve agravante porque ele assassinou a namorada Adrielly na

frente da filha dela, uma criança de 2 anos, na casa em que eles moravam, no **Bairro Planalto**, em **Vila Velha**. Na época, Rubens fugiu com a criança e chegou a enviar mensagens para o pai da vítima, **mas se entregou à polícia dias depois**.

O **julgamento começou por volta de 9h desta quarta-feira** e o acusado chegou ao local em um carro da **Secretaria de Estado de Justiça (Sejus)** por volta de 8h40. Familiares de Andrielly fizeram um protesto antes da sessão iniciar pedindo justiça e paz.

A tia de Adrielly, Juciara Pereira dos Santos, de 37 anos, acompanhou o julgamento e relatou o sentimento de justiça.

"A sensação é de que a justiça foi feita, mesmo sabendo que isso não vai trazer nossa menina de volta".

Segundo a tia da menina, pai de Adrielly não acompanhou o julgamento porque estava muito abalado. "Ele não foi para lá, e para nós foi até melhor. Nós revivemos toda aquela dor, pensar no sofrimento que ela passou é muito ruim. Além disso, o Rubens contou muita mentira, foi complicado presenciar aquilo", destacou.

ACUSADO CHOROU DURANTE JULGAMENTO

Durante o depoimento e condenação, Rubens chorou diante do tribunal. "Enquanto ele estava depondo, além de mentir muito, ele chorou. Chorou enquanto dava o depoimento dele e chorou muito quando saiu o resultado da pena", pontuou.

Renato Cintra, advogado que representou a família de Andrielly, disse que Rubens chegou a confessar o crime e também alegou legítima defesa.

O CASO

Na semana da mulher, mais um crime bárbaro foi registrado no **Espírito Santo**. Andrielly foi morta com um fio de carregador de celular no pescoço.

Segundo vizinhos que moravam no mesmo prédio, o casal costumava brigar e morava havia três meses no local. Na madrugada do crime,

moradores do prédio acordaram por volta da 1h da madrugada, ouvindo pancadas. Mas como o barulho era muito alto, acharam que alguém tivesse caído da laje.

FUGA

Rubens de Almeida Dias Júnior suspeito de assassinar a namorada Andrielly Mendonça Pereira dos Santos se entregou à polícia. Crédito: Carlos Alberto Silva

Sem saber o nome das pessoas que viviam no apartamento, os moradores começaram a gritar 'vizinho, vizinho', mas ninguém respondia. Em seguida, eles viram o suspeito de cometer o crime saindo da casa com a criança. Ele teria saído de carro. Neste momento, os moradores tentaram correr atrás de Rubens, mas não conseguiram alcançá-lo.

Depois de ver o homem ir embora, o vizinho chamou a polícia. Ele bateu na porta da casa da jovem, mas ninguém atendeu. Por uma janela, o morador conseguiu ver o corpo da jovem caído ao lado da cama no quarto da filha dela.

"ELES DISCUTIAM BASTANTE", DIZ VIZINHA

Outra vizinha ouviu a briga do casal antes do crime acontecer e viu quando o acusado foi até a janela do quarto da criança, olhou para ver se tinha alguém vendo a cena e fugiu. "Eles discutiam bastante. O casal passou algum tempo fora de casa e retornou havia cerca de uma semana para a casa", disse.

De acordo com a polícia, a causa da morte da Andrielly foi esgorjamento, ou seja, corte do pescoço.

Andrielly Mendonça Pereira dos Santos, de 20 anos. Crédito: Reprodução

Veja 14 dúvidas e respostas sobre violência contra a mulher no ES

Do xingamento à medida protetiva

Veja 14 dúvidas e respostas sobre violência contra a mulher no ES

Você pode denunciar o marido da vizinha? O que a mulher que denuncia tem de garantia de que o marido não irá mais machucá-la? A medida protetiva realmente funciona?

Pedro Permuy
pvarga@redegazeta.com.br

Publicado em 19/06/2019 às 19h36
Atualizado em 06/04/2020 às 17h23

. Crédito: Pixabay

Na última quarta-feira (19), a auxiliar de serviços gerais Maria Madalena dos Santos, de 38 anos, foi vítima de agressões do marido que a levaram à morte. Ele não aceitava a separação que a mulher havia pedido, chegou a ameaçá-la e em seguida partiu para a violência até matá-la. Maria Madalena é uma das milhares de mulheres que compõem a estatística que torna o Brasil um dos países que mais mata mulheres – sem nem contar com os números de violência doméstica.

Mas, se não bastasse, o Espírito Santo continua com índices altos de feminicídio. Dentre os casos, há mulheres que retiram queixas, outras que decidem nem levar a reclamação à polícia e outras

que escondem as agressões até de vizinhos e família com medo de que algo pior possa acontecer.

Mas o que o cidadão comum e as vítimas podem fazer para denunciar e tentar combater o problema? O Gazeta Online conversou com a delegada Michelli Meira Costa, que é gerente de proteção à mulher da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Espírito Santo (Sesp) para tirar as dúvidas mais comuns e explicar como é o processo de denúncia no Estado.

> Mulher morta pelo ex na Serra pediu medida protetiva duas vezes

> Preso um dos 10 mais procurados do ES por feminicídio

"A maioria não solicita medida protetiva", diz ela, por exemplo, indicando que o feminicídio só será combatido com uma ação conjunta entre vítima, sociedade e polícia para investigar os casos. De acordo com a delegada, muitas mulheres ainda têm medo de denunciar, mas quanto mais recursos de proteção são criados, mais coragem elas têm de levar as queixas à frente.

Por que a mulher não leva a investigação à frente?

Muitas vítimas até procuram a delegacia, mas por diversos motivos decidem ou retirar a queixa ou não ir à frente com o inquérito. Temos que entender que muitas delas são envolvidas emocionalmente com os agressores ou dependem deles para sobreviver, já que em alguns casos elas são dependentes até financeiramente dos maridos e companheiros.

O que aconteceria no mundo ideal?

A gente entende que quando o relacionamento está abusivo a ponto de ela ir à delegacia fazer o BO, o ideal é que ela continue o processo de alguma maneira. Quando elas chegam à delegacia a orientação é dada, mas a decisão é muito pessoal. No mundo ideal, elas dariam continuidade a todo o processo.

E o que elas justificam?

Já trabalhei muito em plantão e elas falavam que queriam só que déssemos um susto no agressor para ele mudar. Muitas querem continuar no relacionamento, porque gostam dele, mas ele por diversas vezes manifesta um comportamento violento.

Querer mudar o comportamento representa risco?

A violência é progressiva. Querer mudar o comportamento do agressor é o grande risco dessas situações. Muitas vezes tudo começa com um xingamento. Depois ele toma o celular ou a proíbe de sair, depois parte para a agressão física e muitas vezes é nesse ciclo que se chega à morte.

Atualmente, como a mulher agredida no Espírito Santo começa o processo de denúncia?

A mulher sofre a violência, vai à delegacia especializada e faz o BO. Nesse momento ela já pode solicitar a medida protetiva. Ela também é informada sobre a Patrulha Maria da Penha, que a Polícia Militar (PM) vai à casa da vítima para verificar se a medida protetiva está sendo cumprida. Ela pode ser incluída em todos esses programas, só depende da vontade dela. E a gente instaura o inquérito e começa a investigação. Nesse momento a mulher também é encaminhada aos serviços das prefeituras, se houver.

É fácil assim conseguir a medida protetiva?

A polícia solicita o documento ao juiz, que tem 48h para proferir a medida. Mas aqui no Espírito Santo geralmente isso é bem rápido, em questão de até 24h. E o homem tem que cumprir aquilo que o juiz determina na medida, que pode ser não fazer contato por qualquer meio ou não se aproximar da vítima em tantos metros ou quilômetros. E a polícia garante que isso seja cumprido nesse projeto Patrulha Maria da Penha.

E quando a medida não é cumprida?

Caso veja que não está sendo cumprida a medida protetiva, a PM encaminha o agressor diretamente

à delegacia. Se houver descumprimento e o agressor não for pego em flagrante ou localizado depois do episódio, é preenchido um formulário que é encaminhado à delegacia e o delegado representa pela prisão preventiva desse agressor, que passará a ser procurado.

Uma vizinha pode denunciar um caso de agressão?

Se a denúncia vier de uma pessoa que não a vítima, uma vizinha, por exemplo, se a lesão corporal for laudada, a polícia seguirá com investigação. Mas isso não é muito comum. É raro uma pessoa de fora ir à delegacia falar sobre casos assim.

O que é mais comum de acontecer?

A denúncia da vítima, mas o disque-denúncia (181) também tem uma demanda alta. Pela denúncia anônima pelo telefone, a equipe de investigadores vai até o local do fato, conversa com a vítima, com vizinhos e prossegue a investigação dependendo do que tiver acontecido.

Dessa forma, não há vácuo no processo que coloque a vida da mulher em risco?

Bom, quando o BO declara risco de morte é oferecido um abrigo a essa vítima. Aqui no Espírito Santo há uma casa, com capacidade para 30 mulheres, que é mantida pela Sesp especialmente para esses casos. Ela muda de local com frequência, inclusive, por segurança. E essa mulher, que decide ir para essa casa, pode levar os dependentes, ou seja, os filhos de até 14 anos. Ela pode ficar lá por até 90 dias, podendo prorrogar a sua permanência por mais 90 dias. Nessa casa nós temos professor, atendimento com psicólogo e estamos fechando um convênio para termos assistentes sociais.

Quantas casas dessas há no Espírito Santo?

Apenas uma, com capacidade para 30 mulheres e seus dependentes. Nós não revelamos nenhum vestígio do local por segurança, mas atualmente ela está abrigando duas mulheres e 10 dependentes dessas vítimas.

Há um perfil do agressor que a gente consegue traçar?

A maioria das denúncias vêm de pessoas de classe social média para baixa, mas não há um perfil atualmente que consiga ser traçado para identificar um agressor ou vítima.

Na classe alta não há agressão?

Sim. A gente acredita que haja tanta violência quanto nas mais baixas, mas não é denunciada. A gente chama de cifra negra, que são as agressões que não são registradas, mas acredita que exista.

E por que faltam denúncias?

Está muito ligado à questão emocional. As pessoas não acreditam que aquilo possa acontecer com elas, acham que conseguem controlar a situação e a questão financeira geralmente tá envolvida. Mas o grande desafio é fazer essas mulheres denunciarem. O maior dos desafios é acabar com essa cultura, claro, da violência como um todo.

Medida protetiva: a cada hora, uma mulher pede socorro no ES

Violência contra a mulher

Medida protetiva: a cada hora, uma mulher pede socorro no ES

De janeiro a maio deste ano, 3.659 mil mulheres pediram por proteção no Espírito Santo. Somente na Grande Vitória foram registrados 2.373 requerimentos

Isabella Arruda
iarruda@redegazeta.com.br

Iara Diniz
iaragfdiniz@gmail.com

Publicado em 18/07/2019 às 17h48
Atualizado em 07/01/2020 às 21h43

São pelo menos 24 pedidos de medida protetiva por dia no Estado. Crédito: Pixabay

A cada hora, pelo menos uma mulher busca por ajuda policial e da Justiça temendo pela própria vida. Com medo, vítimas de agressões ou ameaças de companheiros ou ex-parceiros, procuram delegacias para conseguirem medidas protetivas contra agressores, mecanismo trazido na Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha entrou em vigor em setembro de 2006 com a intenção de tornar mais rigorosa a punição para agressões contra a mulher no âmbito doméstico e familiar. De acordo com o criminalista Elcio Cardozo Miguel, o instrumento assegura à mulher a proteção contra agressões físicas e psicológicas, além de possíveis ameaças pelos agressores.

"Nos artigos da lei, também é possível verificar a criação de mecanismos de proteção, como as medidas protetivas e os atendimentos psicossociais".

> **"uitas pessoas pensam que a lei visa apenas a punição do agressor, mas o ponto principal é a proteção da mulhe"**
>
> **Nome do Autor da Citação**
> Cargo do Autor

NÚMERO PODE SER AINDA MAIOR

Apesar de alarmante, esse número pode ser ainda maior, já que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp) concentra apenas dados dos pedidos de medidas protetivas realizados em delegacias especializadas em crimes em razão de gênero. No entanto, mulheres que passam por riscos também podem fazer o requerimento nas delegacias regionais.

De janeiro a maio deste ano, 3.659 mil mulheres pediram por proteção no Espírito Santo. Somente na Grande Vitória foram registrados 2.373 requerimentos, de acordo com dados da Sesp, que consideram apenas os registros em delegacias especializadas.

Em 2018, de acordo com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), 10.828 medidas protetivas foram concedidas. Em 2017, foram 8.592 concessões, em evidente crescimento de violência doméstica no Estado. O TJES não tem dados atualizados sobre os pedidos autorizados judicialmente em 2019.

O QUE SÃO MEDIDAS PROTETIVAS

As medidas, concedidas judicialmente, são ações que podem obrigar os agressores a se afastarem do lar ou mesmo proibi-los de manter qualquer contato com a vítima.

Os pedidos podem ser iniciados na delegacia, sendo que, com alteração recente na Lei Maria da Penha, a partir deste ano, a própria autoridade policial pode autorizá-los, sem necessidade de encaminhamento ao Judiciário, caso haja grande risco e sejam feitos em municípios que não têm juiz imediato para o atendimento. Caso a solicitação seja levada ao magistrado, ele terá o prazo de 48 horas para analisá-la.

De acordo com a Polícia Civil, por meio da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher (DIV-Deam), está sendo realizado um levantamento, em todo o Espírito Santo, dos municípios onde a lei ainda será aplicada.

MEDIDA PROTETIVA É A SOLUÇÃO?

De acordo com o advogado criminalista Elcio Cardozo Miguel, as medidas protetivas são os principais mecanismos de prevenção à violência de gênero.

> **"ela nova lei de 2018, o homem que descumprir uma medida protetiva poderá ser preso preventivamente. Por outro lado, apesar da importância, as medidas, sozinhas, podem ser ferramentas paliativas. Para a diminuição dos índices de violência, é necessária uma mudança cultural da sociedade, principalmente no comportamento masculin"**
>
> **Nome do Autor da Citação**
> Cargo do Autor

No mesmo sentido, a delegada Chefe da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, Cláudia Dematté, explicou que a ideia por trás da criação das medidas é de garantir resposta rápida às vítimas em situação de risco próximo.

A delegada Chefe da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, Cláudia Dematté. Crédito: Ricardo Medeiros | GZ

"Essas medidas possuem natureza cautelar, sendo que uma vez solicitadas pela vítima, a autoridade policial possui 48 horas para encaminhá-las ao juiz, que possui igual período para analisá-las. Hoje também há o crime de descumprimento de medida de urgência, sendo que esse delito tem pena de detenção de três meses a dois anos, e, se o agressor for preso em flagrante, o crime será inafiançável na esfera policial", informou.

QUAL É A EFICÁCIA DA MEDIDA PROTETIVA

Conforme explicou a coordenadora do Laboratório de Pesquisas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) sobre Violência Contra Mulheres, Brunela Vincenzi, nem sempre as instituições garantem efetividade na proteção às vítimas.

"O que temos percebido é que mesmo com medidas protetivas em vigor ou já concedidas contra o agressor, de alguma forma ele consegue se reaproximar da mulher e cometer um ato de violência até mais grave. A medida protetiva é concedida pela Justiça, e isso tem sido relativamente rápida e eficaz. Todavia a vigilância do cumprimento dessa medida se dá aqui pela Patrulha Maria da Penha. Essa forma de vigiar não é rápida o suficiente para evitar completamente a violência, embora tenha contribuído para a redução dos casos", afirmou.

Sobre a crítica de a Patrulha não ser rápida, a Sesp reforça que o objetivo dela é realizar visitas tranquilizadoras marcadas previamente por vítimas que possuem medidas protetivas em aberto. "O

objetivo é dar à vítima a oportunidade de conversar e dizer se ainda sofre ameaças, ou se sente insegura, para que o agressor seja responsabilizado e possa ser preso, por descumprimento da medida. Em casos de flagrante, o 190 deve ser acionado e uma viatura será enviada imediatamente ao local".

Brunela Vincenzi reforça que a violência mais comum, apesar de a agressão física ser a mais propagada, é a psicológica ou moral, que são os constantes atos de humilhação da mulher com comentários depreciativos sobre o corpo dela, conhecimento intelectual e a capacidade para realizar tarefas do lar.

Quanto à violência física, a especialista narra que pode se iniciar com pequenos atos aparentemente inofensivos, mas que vão aumentando em gravidade com o tempo.

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO APÓS MEDIDA PROTETIVA

De acordo com recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), "da mesma forma que pode pedir pessoalmente as medidas protetivas, a mulher (ou alguém próximo, parente, amigo) também deve avisar à Justiça quando essas medidas estiverem sendo burladas. Vale ressaltar que o aviso deve ser feito o mais rápido possível, para que a mulher não fique à mercê de um novo episódio de violência. O aviso pode ser feito na delegacia, na vara especializada, na Defensoria Pública, ou mesmo pelos telefones de denúncia (180) ou da polícia (190)".

"SÓ A MEDIDA PROTETIVA NÃO É SUFICIENTE"

A medida protetiva é considerada por especialistas uma das ferramentas mais importantes de proteção à mulher estabelecida pela Lei Maria da Penha. Apesar disso, em muitos casos, não garante a proteção integral da vítima de violência doméstica. “Só a medida protetiva não é suficiente”, diz a coordenadora Estadual do Núcleo de enfrentamento às violências de gênero em defesa dos direitos das mulheres (Nevid), Claudia Santos Garcia.

" Lei Maria da Penha é o manto protetor da mulher em situação de violência, estabelecendo caminho de proteção integral. Ela criou diversos mecanismos de proteção, e a medida protetiva é uma das ferramentas mais importantes. Mas a mulher que está em risco físico e psicológico precisa também de outras medida"

Nome do Autor da Citação
Cargo do Autor

Entre essas medidas, estão a casa abrigo, local que recebe vítimas e é monitorado 24 horas, a Patrulha Maria da Penha, grupo da Polícia Militar que monitora situações de medida protetiva e, até o uso de tornozeleira eletrônica nos agressores.

Claudia explica que a ida para a casa abrigo, por exemplo, a mulher pode requerer tanto na Polícia Civil, quanto no Ministério Publico e nos centros de referência do município. Dependendo da situação, já sai da delegacia para o endereço, que não é divulgado para ninguém. No local, existe vigilância 24 horas. Porém, é apenas uma unidade no Estado e não é informado o número de vagas.

A promotora destaca que é preciso potencializar os serviços oferecidos, e cita o número de determinações de colocação de tornozeleiras eletrônicas. “Deve-se pensar em ferramentas integradas, uma vez que de forma isolada são mais fracas.”

Um caso que recente no Espírito Santo que mostrou que a medida protetiva ou seu pedido nem sempre garantem a segurança foi o da auxiliar de serviços gerais Maria Madalena dos Santos, de 38 anos. **Ela foi assassinada pelo ex-marido com cinco tiros em Jardim Carapina, na Serra, em junho**.

Maria Madalena tentou por duas vezes obter medidas protetivas contra ele. A primeira foi pedida no mesmo ano da separação, em 2015, mas foi revogada um ano e meio depois. A segunda foi em maio deste ano, mas o processo até sua morte ainda estava aberto para apuração dos fatos.

MEDO DE REPRESÁLIA

A reportagem conversou com vítimas de violência, as quais preferem não ser identificadas, que lidaram com companheiros agressivos e tiveram dificuldade de sair da situação ou mesmo de procurar ajuda policial e judicial por meio de medidas protetivas, o que reflete o medo que muitas mulheres sentem de represália dos agressores.

Uma delas, já idosa, contou que foram 13 anos de ameaças, agressões físicas e verbais. "Eu sofri muito com a violência doméstica. Meu marido, hoje falecido, me batia, me pegava de faca para matar. Inclusive perdi uma das vistas por agressão dele. Comecei a apanhar dele com 15 dias de resguardo da minha filha mais velha, depois de muito tempo não aguentei mais", confidenciou.

"Eu era jovem, me casei com 19 anos. Com 26 já tinha quatro filhos porque ele não deixava eu tomar remédio. Ele dizia que mulher tomava remédio para não ter filho e ficar bonita para arrumar homem na rua. Eu era uma jovem velha, que só usava roupa comprida. Uma vez pintei a unha em casa, ele chegou e viu, pegou o canivete, raspou minhas unhas todas e falou que daquela vez ia só raspar as unhas, mas na próxima cortaria as cabeças dos meus dedos. Ele também já pegou faca e corda para tentar me matar. Suportei todo esse tempo porque ele me ameaçava de tomar meus filhos. Um dia ele matou um homem, foi preso, e eu tomei a rédea da situação. Decidi que não voltaria mais, se ele tivesse que me matar, me mataria. Foi até que ele foi morar em Minas, quando tive notícias, ele já estava morto. Chorei de alegria", revelou.

Outra vítima resumiu a situação que viveu com um namorado durante sete meses. A jovem disse que não encontrava forças para pedir ajuda e que só conseguiu contar os episódios para a família depois de dois anos do término do relacionamento.

"oda vez que eu não cedia ao que ele queria, ele se transformava em um ser extremamente agressivo. Me agredia verbal e fisicamente. Por conta das ameaças, não consegui falar tudo o que aconteceu. Uma vez passei mal e aproveitei a deixa, já que meu pai e avô estavam em casa, e terminei com ele. Só esse ano tomei coragem para contar para os meus pais o que realmente aconteceu. Tenho trauma e não consigo confiar no meu parceiro atua"

Nome do Autor da Citação
Cargo do Autor

O RELATO DE QUEM PEDIU POR SOCORRO

Uma dentista de 38 anos, que preferiu não se identificar, solicitou a medida protetiva em junho do ano passado. Esse foi a medida encontrada por ela para tentar se livrar das agressões do marido que foram se agravando ao longo dos anos. Para ela, é uma ilusão pensar que a pessoa pode mudar.

Casada por quatro anos, contou que as agressões começaram ainda no namoro e só pioraram após o casamento e com o consumo excessivo de bebida alcoólica do ex-marido.

"oram diversas as chances com a esperança de que aquela situação mudasse. Eu achei que depois do casamento ele não iria me

bater, mas só piorou. Até quando eu estava grávida ele me agrediu, só faltava ele me matar porque apanhei de todas as maneira"

Nome do Autor da Citação
Cargo do Autor

Ela conta que ela deu um ponto final na relação após ser agredida na rua. O fato ocorreu após sair com uma amiga para conversar, algo que quase não fazia por ter de cuidar da filha pequena e por ter se afastado das pessoas.

Ao denunciar, ela conta que não foi fácil. Apesar de algumas pessoas apoiarem, outras foram contra. A mulher que mora numa cidade bem pequena no Norte do Estado disse que o trâmite do pedido da medida protetiva até ser concedida judicialmente demorou cerca de um mês. Nesse período sofreu mais uma agressão.

Dentista relata agressões do ex-marido. Crédito: Arquivo Pessoal

Após a medida ser concedida, ele nunca mais foi agredida, mas continuou, até dezembro, recebendo ameaças pelo celular. “Ele fala que vai colocar fogo na casa, fogo no carro. Uma vez chegou a falar que só iria sossegar no dia que me visse com duas moedas de prata em cima dos olhos, ou seja, morta. Ele só parou depois que arrumou outra mulher” conta.

COMO FAZER O PEDIDO DE MEDIDA PROTETIVA

De acordo com recomendação da Defensoria Pública Estadual (DPE), qualquer pessoa que presencie situação de violência, pode ir ao Distrito Policial de Atendimento à Mulher do município para fazer o Boletim de Ocorrência e solicitar, se for o caso, medida protetiva de urgência.

Na análise do advogado Miguel, até alguns anos atrás, somente a mulher agredida poderia solicitar medidas. "O STJ decidiu de forma diversa ao que a lei previa e, atualmente, qualquer pessoa pode relatar um caso de agressão a uma terceira, solicitando inclusive as medidas protetivas", explicou.

Em situação de flagrante é possível ligar para o 190 para que a polícia vá até o endereço indicado.

Segundo o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), o pedido de medida protetiva, realizado por meio da autoridade policial ou do Ministério Público, será encaminhado ao juiz. De acordo com a lei, há o prazo de 48 horas para análise judicial e concessão de liminar.

Para tratar de violência ainda é possível buscar diretamente a Vara Especializada na Justiça, a própria Defensoria Pública, o Ministério Público ou o telefone de denúncia 180.

Crianças vítimas de abuso sexual dão sinais. Saiba como identificá-los

Mudanças sexuais, na escola e no comportamento devem ser analisadas em conjunto e podem indicar violência, segundo especialistas

Crianças vítimas de abuso sexual dão sinais. Saiba como identificá-los

Mudanças sexuais, na escola e no comportamento devem ser analisadas em conjunto e podem indicar violência, segundo especialistas

Publicado em 22/08/2019 às 03h29

Adultos que convivem com crianças devem ficar atentos aos sinais que vítimas de abusos sexuais costumam manifestar. Mudanças físicas, sexuais, no comportamento e na escola podem apontar a existência de algum tipo de violência.

A doutora em Psicologia Forense Arielle Scarpati ressalta que **cada criança reage de uma forma à violência sexual**, mas alguns indicativos são comuns, e, quando analisados em conjunto, servem como alerta. Caso o abuso seja constatado, a polícia deve ser procurada.

"É importante que as pessoas interpretem esses sinais em conjunto e não de forma isolada. Se a criança apresenta um comportamento sexualizado, por exemplo, não quer dizer que ela foi vítima de um abuso, pode ser que ela esteja só descobrindo o próprio corpo. Agora se além disso ela passa a apresentar outras mudanças no comportamento, na escola, pode ser que ela tenha sido vítima de algum tipo de violência", pondera.

FIQUE ATENTO AOS SINAIS

Físicos

- Roupas rasgadas

- Manchas de sangue

- Dificuldade para caminhar

- Dores nas partes íntimas

- Hematomas

- Infecções

Comportamentais

- Xixi na cama

- Aversão a contato físico

- Choro excessivo sem motivo aparente

- Mudanças alimentares

- Agressividade

- Tristeza profunda

Sexuais

- Masturbação frequente

- Apresentação de comportamento muito sexualizado

Na escola

- Queda ou aumento excessivo e pontual na frequência

- Pouca ou nenhuma participação nas atividades escolares

- Dificuldade de aprendizagem

- Apego muito grande a uma figura de proteção, como o professor.

PAIS DEVEM ALERTAR FILHOS DESDE CEDO

. Crédito: Pixabay

Para a psicóloga Cláudia Nery, falar sobre violência sexual não pode ser tabu no ambiente familiar. O diálogo é fundamental para que a criança entenda que aquilo é errado e se sinta a vontade para relatar qualquer tipo de atitude que viole o corpo dela.

> Quase duas crianças são vítimas de abuso sexual por dia no ES

Com ajuda da psicóloga, o **Gazeta Online** preparou um tira dúvidas para auxiliar os pais, ou responsáveis pelas crianças, a abordar o assunto com os filhos.

Qual a idade que os pais podem começar a dar essas orientações?

A partir de 1 ano e meio e 2. Falar que só papai e mamãe pode dar banho. O responsável tem que falar que só pode encostar se a criança autorizar. Os pais têm que verbalizar para a crianças quem são as pessoas que podem tocar nelas. Ensinar a própria criança a lavar as partes íntimas para estimular a autonomia.

E quando a criança começa a ter os primeiros contatos sociais, quais os cuidados?

É com cinco a seis anos que a criança começa a ficar na creche e os pais têm que continuar a estimular o protagonismo e autonomia dela. Se tiver alguém oferecendo presentes, balas, doces tem que contar para o papai e a mamãe.

E em outros locais como festas de aniversário?

É muito importante a supervisão dos pais porque pode ter muita gente estranha. Muitas vezes a criança chega numa festinha e pai quer obrigar a criança abraçar. A criança tem que ser a protagonista. Se ela não quiser abraçar, não se deve insistir.

O diálogo é importante?

O ponto primordial é o diálogo. Esse assunto não pode ser tabu em casa. Se não tiver um diálogo entre eles, dificilmente a criança vai entender que aquilo é errado.

Onde acontece a maioria dos abusos?

Em casa com pessoas próximas, vizinhos, tios, pais. Existem pesquisas sobre isso.

Já que a maioria dos abusadores está próximo o que fazer?

A pessoa que cuida da criança precisa dar a orientação para que a criança não tenha vergonha de falar. Tem que estabelecer uma relação de confiança para que o cuidador saiba o que fazer.

Se a família é negligente, é na escola que se pode perceber também os sinais. E os educadores devem acionar o Conselho Tutelar. Por isso que eles precisam também estar atentos aos sinais.

Quais seriam esses sinais?

É importante que o pai o conheça: a criança estar acuadinha, quieta demais, ela pode sentir dores nas partes íntimas. Se for menina, verificar se ela tem alguma brincadeira sexualizada com a boneca. Se está chorando muito

E quando são adolescentes?

O isolamento social, agressividade, perda do apetite. Se o adolescente se tiver marcas, pode usar uma blusa de frio. São atitudes fora do contexto.

Como prevenir?

Respeitar o desejo da criança. Não forçar a criança a abraçar desconhecidos. Se a criança desde pequena conhecer o corpo dela ajuda bastante.

Jovem é agredida com socos e pauladas por marido e sogra na Serra

Todas Elas

Covardia

Jovem é agredida com socos e pauladas por marido e sogra na Serra

A vítima, que tem 21 anos, estava com a filha de 11 meses no colo e teve um traumatismo craniano após a agressão. Crime aconteceu na madrugada desta segunda-feira (16), em Parque das Gaivotas, na região de Jacaraípe

Daniela Carla
dsouza@redegazeta.com.br

Larissa Avilez | Repórter
lavilez@redegazeta.com.br

Publicado em 16/11/2020 às 13h27

/ítima tinha hematomas pelo rosto e pelo corpo, em lecorrência das agressões. Crédito: Divulgação

Uma jovem de 21 anos foi espancada pelo marido e pela sogra em Parque das Gaivotas, na região de Jacaraípe, na Serra. As agressões com socos, chutes e pauladas aconteceram na madrugada desta segunda-feira (16) e causaram um traumatismo craniano leve na vítima. A motivação do crime não foi revelada.

De acordo com o boletim da Polícia Militar, a mulher ligou para o Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes) desesperada, mas as agressões teriam sido tantas que a ligação acabou interrompida. Ainda assim, os policiais conseguiram as informações mínimas necessárias e foram até o local.

Em uma rua do bairro Parque das Gaivotas, eles encontraram a vítima – que estava bastante machucada, com escoriações pelo corpo e hematomas no olho esquerdo e na testa – segurando a filha de apenas 11 meses. Enquanto isso, dentro de uma residência, estavam o marido e a sogra, apontados como autores das agressões. Sem resistir, ambos foram levados para uma delegacia.

No caminho para a delegacia, a mulher agredida se queixou de tontura, enjoo e dores. Por isso, ela foi deixada na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Castelândia, onde a vítima foi diagnosticada com traumatismo craniano leve e ficou sob observação médica. Já os agressores foram levados à Delegacia de Plantão Especializado da Mulher, em Vitória.

Para as autoridades, de acordo com a **TV Gazeta**, o marido admitiu ter socado e chutado a mulher e a sogra também confessou ter agredido a nora com um pedaço de madeira. Por nota, a Polícia Civil afirmou, no final da manhã desta segunda-feira (16), que a ocorrência ainda estava em andamento, por isso, ainda não possuía detalhes.

Duas mulheres são agredidas pelos companheiros e salvas pela polícia no ES

Todas Elas

Em 6 horas

Duas mulheres são agredidas pelos companheiros e salvas pela polícia no ES

Por volta das 23h desta terça-feira (21), uma mulher levou socos e chutes do companheiro, teve uma botija de gás arremessada contra ela e sofreu ameaça de morte em Cariacica. Por volta das 5h desta terça (3), outra mulher foi agredida em Viana

Publicado em 23/12/2020 às 09h16
Atualizado em 23/12/2020 às 09h16

Viatura da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo. Crédito: Carlos Alberto Silva

Duas mulheres foram agredidas pelo companheiro na Grande Vitória entre o fim da noite desta terça-feira (22) e a madrugada desta quarta-feira (23), com cerca de seis horas de diferença. Nos dois casos, a polícia foi acionada e os agressores foram detidos.

O primeiro caso aconteceu em Nova Canaã, em Cariacica, por volta das 23h dessa terça-feira. Uma mulher de 46 anos foi agredida pelo companheiro dela de 42 com socos e chute. Até uma botija de gás ele jogou em cima dela, além de ameaçar matá-la.

Ela correu para casa de parentes e eles chamaram a polícia. A Polícia Militar foi ao local e encontrou o suspeito tentando fugir com o carro. Segundo a polícia, esse homem tentou atropelar os policiais com o veículo. Mesmo na frente dos policiais, o homem continuou ameaçando matar a mulher, os parentes dela e até mesmo os próprios agentes de segurança. Ele acabou preso.

MULHER É ARRASTADA PARA MATAGAL

Já nesta quarta-feira (23), por volta das 5h, outra mulher, de 27 anos, foi agredida pelo marido de 34 anos em Viana. Segundo a polícia, ele começou a discutir com a mulher dentro do carro e, além de bater na companheira com socos, ameaçou jogá-la para o lado de fora do veículo em movimento.

Ele parou o carro e continuou batendo nela, às margens da BR 262, no bairro Primavera. O homem começou a puxar a mulher para um matagal. Foi nesse momento que uma viatura da PM passou e os militares viram a mulher ser arrastada para o meio do mato. Os policiais socorreram a mulher e levaram o suspeito para a delegacia.

Nos dois casos, os nomes dos envolvidos não foram divulgados pela polícia.

Com informações de Daniela Carla, da TV Gazeta

Estupradores podem ser pessoas que trabalham, usam transporte público, vão ao supermercado

"Estupradores podem ser pessoas que trabalham, usam transporte público, vão ao supermercado"

Após quatro anos de pesquisas e mais de 100 entrevistas com vítimas, criminosos e especialistas, jornalista aponta que agressores estão mais perto do que se pensa

Jornalista Ana Paula Araújo escreveu livro sobre estupro no Brasil

Publicado em 07/10/2020 às 14h47
Atualizado em 21/10/2020 às 12h09

O colega de trabalho, o vizinho de porta, o amigo da família ou até os próprios parentes. Diferente do que se costuma imaginar, a maioria dos estupros não é cometido por maníacos que atacam à noite em um beco escuro. Os agressores sexuais muitas vezes são pessoas comuns, próximas das vítimas.

Essa foi uma das observações feitas pela **jornalista e apresentadora do Bom Dia Brasil Ana Paula Araújo** durante o processo de pesquisa para o livro **"Abuso – A cultura do estupro no Brasil"**, lançado recentemente pela Globo Livros.

"Entrevistei vários agressores, de jovens a pessoas de mais idade, profissionais, pais de família. Inclusive, na cadeia muitos ainda recebem visitas das esposas, mesmo depois de muitos anos e mesmo quando condenados por inúmeros estupros. Acho que não tem muito um perfil. Existe o maníaco que ataca no meio da rua, claro, mas o que mais tem é o que ataca dentro de casa. Que escolhe a vítima menor de idade, mais fácil de dominar", conta.

A jornalista fez mais de cem entrevistas com vítimas de violência sexual e seus familiares, criminosos, juízes, desembargadores, psiquiatras, psicólogos e outros especialistas.

Analisando casos famosos e anônimos, Ana Paula aborda ainda os inúmeros gargalos que fazem com que esses crimes nunca cheguem às autoridades. Quando chegam, em muitas ocasiões, a vítima só encontra descaso, deboche, despreparo e quase nunca a punição para os agressores.

O termo cultura do estupro é, às vezes, mal compreendido. Do que você fala quando trata dele no seu livro?
Basicamente são comportamentos da sociedade que justificam e quase legitimam o ataque sexual, especialmente contra as mulheres. Quando se diz que "homem é assim mesmo" ou que "a mulher tem que se dar ao respeito", quando se tem a ideia completamente equivocada de que as roupas de uma mulher e a atitude dela podem induzir a esse tipo de crime, são mecanismos que acabam inocentando os estupradores, jogando a culpa nas vítimas.

De que formas a cultura do estupro se manifesta na vida das mulheres?
Desde pequena isso é colocado na cabeça das mulheres. Meninas ouvem que têm que se comportar, que para os meninos é legal sair ficando com todo mundo, já elas precisam ser mais recatadas. Esse tipo de pensamento cria uma diferença entre a sexualidade de meninos e meninas, de homens e mulheres, e acaba produzindo no fim essa ideia de que os homens podem ter um certo domínio sobre o corpo das mulheres, que eles podem mandar no comportamento delas. O triste é ver que mulheres também acabam incorporando isso. As próprias mulheres têm que se policiar para não reproduzir essa mentalidade de que a vítima de estupro sempre tem uma parcela de culpa. Peguei muitos depoimentos de mulheres que criaram coragem para denunciar e se depararam com aqueles questionamentos, seja na polícia, na Justiça, seja na rede de saúde: "você tem certeza?", "você não pensa que vai acabar com a vida desse homem?", "será que você não facilitou?". É uma pressão muito ruim sobre as mulheres.

Você entrevistou centenas de vítimas de violência sexual. Essas mulheres tinham algo em comum?
Não havia padrão das vítimas. Elas tinham todas as idades, classes sociais e profissões. Mas havia um padrão de sentimento. Todas tinham muita vergonha, se sentiam muito culpadas. Desde as que são mais bem resolvidas com o assunto, que superaram, como as que vivem as consequências do trauma até hoje. Noto esse sentimento de culpa, de vergonha, inclusive em mulheres que foram violentadas quando crianças e, na época, nem sequer tinham noção do que estava acontecendo.

Os agressores, que você teve a oportunidade de entrevistar, também têm o perfil tão diverso?
Há uma visão de que o estuprador é o bandido no meio da rua, que sai de trás do matagal, de noite, e pega a pessoa desprevenida. Mas o que acontece é que a maioria dos estupros acontece dentro de casa. Entrevistei vários agressores, de jovens a pessoas de mais idade, profissionais, pais de família. Inclusive, na cadeia muitos ainda recebem visitas das esposas, mesmo depois de muitos anos e mesmo quando condenados por inúmeros estupros. Acho que não tem muito um perfil. Existe o maníaco que ataca no meio da rua, claro, mas o que mais tem é o que ataca dentro de casa. Que escolhe a vítima menor de idade, mais fácil de dominar. De modo geral, podem ser pessoas que estão circulando no meio da gente, que trabalham, andam de transporte público, vão ao supermercado, e eles se acham no direito de cometer esses crimes.

Eles recebem algum tipo de tratamento nas cadeias para impedir que voltem a estuprar quando soltos?
Não recebem nenhum tratamento. Tinha uma iniciativa bacana que já até acabou por falta de verba. O Tribunal de Justiça de São Paulo fez um programa para abusadores de transporte público. Todos aqueles que eram flagrados tinham a opção de reduzir a pena assistindo palestras sobre violência de gênero, direitos das mulheres e outras coisas básicas que todo mundo tinha que saber. Nesses casos, a taxa de reincidência foi zero. Claro que eles podem simplesmente não ter sido flagrados, mas não deixa de ser um bom presságio. Dentro da cadeia não existe isso. Existe, na verdade, a segregação porque os outros

criminosos têm muita raiva deles, e qualquer rebelião na cadeia eles são os primeiros a serem assassinados ou agredidos.

Eles entram abusadores e saem abusadores, então...
Entrevistei alguns que haviam sido presos mais de uma vez. Um deles estava preso pela terceira vez pelo crime de estupro. Ele cometia os crimes, era preso e, quando saía, fazia de novo.

Voltando a falar das vítimas, quais são os gargalos que elas encontram quando vão buscar ajuda?
O primeiro é a culpa da vítima. Elas ficam com tanta culpa que a maioria não denuncia. Apenas 10% dos casos de estupros chegam à polícia. Então, aí já é o primeiro e gigante gargalo. As pessoas não denunciam por achar que não têm como provar ou por achar que não dá em nada, e muitas vezes não dá em nada mesmo. Na polícia, é muito comum as mulheres encontrarem descrédito por parte dos policiais. São raros os locais com Delegacia da Mulher, onde ela encontra um atendimento mais acolhedor. Não é raro que ela seja desacreditada, desestimulada a fazer a denúncia, que seja tratada até com deboche, com ironia. Então, muitas desistem ali e, mesmo quando ultrapassam isso, bancam a denúncia, a polícia praticamente não investiga. Nos casos de assassinato no Brasil, o índice de investigação já deixa a desejar. Imagine um crime de estupro, que não é tão combatido, que não tem tantas provas.

Os serviços de saúde também são um problema?
Na rede de saúde, a primeira questão é que muitas mulheres ficam com vergonha de ir e demoram a buscar atendimento. Quando vão, às vezes já está tarde para tomar uma pílula do dia seguinte. Outros tratamentos para doenças sexualmente transmissíveis também precisam ser administrados em pouco tempo e, quanto mais demora, menor a eficácia. Se a partir do atendimento de saúde ela quiser coletar provas para um processo judicial, dependendo do tempo, não consegue. Apesar de haver regra do Ministério de Saúde sobre fornecimento de protocolos em caso de estupro, muitos locais não têm nem o conhecimento sobre o protocolo, dificilmente encaminham para um lugar onde ela terá um atendimento adequado. Quando é caso de gravidez

decorrente de estupro... Vimos nos casos recentes a dificuldade que é encontrar no Brasil um hospital que faça o que diz a lei.

Esses gargalos também continuam no Judiciário?
Na Justiça, elas têm dificuldade de provar porque é um crime que muitas vezes não deixa provas. Uma das provas possíveis seriam marcas de luta, mas muitas vítimas paralisam na hora do ataque, então não têm marcas. Fica a palavra da vítima contra a do agressor. O que permeia tudo isso também é o machismo da sociedade que está presente nas instituições. Então, em uma sociedade machista, a gente vai ter o juiz machista, o policial machista, o médico machista. Acho que é um percentual ínfimo de caso que há de fato uma condenação do estuprador. Pelo que eu entrevistei nas cadeias, acho que só vão mesmo para cadeia aqueles casos de psicopatas, de pessoas que atacam no meio da rua, ou casos de padrasto ou pai denunciados, que alguém na família flagra e resolve denunciar. Não entrevistei um estudante universitário e são muitos casos denunciados de estupro dentro das universidades, em festas. Não encontrei um de idade universitária, de classe mais alta. As famílias abafam, não denunciam, não procuram a polícia.

Do seu ponto de vista, por onde passa a solução para esses problemas?
Passa pela educação, em todos os níveis, desde as crianças aprenderem mais sobre respeito, entenderem o que é violência de gênero, porque é importante para homens e mulheres que isso seja combatido. Até a educação de nós, adultos, nas instituições. Falta uma formação melhor dos nossos policiais, médicos, autoridades judiciárias para lidarem um pouco melhor com o tema. Está muito enraizado na maneira como criamos meninos e meninas. Mas eu vejo que a geração da minha filha, que tem 14 anos, já pensa completamente diferente. Acho que a mudança virá a partir de agora. É aos poucos, é lenta, mas já consigo ver isso acontecendo.

Por dia, um caso de estupro é denunciado à polícia no Espírito Santo

Violência sexual

Por dia, um caso de estupro é denunciado à polícia no Espírito Santo

Os dados são da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp). Mas esse número pode ser ainda maior, já que muitas vítimas não denunciam o crime por medo ou vergonha

Elis Carvalho
ycarvalho@redegazeta.com.br

Publicado em 12/10/2020 às 06h20

Crédito: Pixabay

tOdas elas

Toda mulher já sentiu medo de ser estuprada. Seja ao andar em uma rua, ao entrar em um táxi, ao sair para um primeiro encontro ou até mesmo dentro de casa - onde grande parte dos abusos sexuais ocorrem. Esse medo, constante e diário, tem um porquê. Além de enfrentarem assédios no dia a dia, as mulheres representam o gênero que mais sofre com estupros no mundo.

Ao todo, 210 mulheres denunciaram terem sido estupradas de janeiro a agosto de 2020 no Estado. O número teve uma grande queda durante os primeiros meses de isolamento social - uma das principais medidas para evitar a disseminação do novo coronavírus. Enquanto em fevereiro foram 31 casos, em março foram 27, e em abril o número caiu para 12. Nos meses seguintes, os registros foram voltando a crescer gradualmente até agosto, quando foram registrados 36 casos.

De acordo com a Sesp, 247 casos foram registrados em 2019, de janeiro a agosto, o que representa uma denúncia por dia.

SUBNOTIFICAÇÃO

A gerente de proteção à mulher da Secretaria de Segurança (Sesp), **delegada Michelle Meira**, conta que por medo, ameaças, vergonha ou julgamentos, muitas vítimas não denunciam esse tipo de crime. Essa subnotificação dos casos, inclusive, pode ter sido intensificada nos primeiros meses de isolamento social devido a pandemia do novo coronavírus.

"Ainda não há um estudo comprovando, mas a gente entende que pode, sim, ter havido uma subnotificação, principalmente em casos de violência sexual, que naturalmente acontece muito mais do que é noticiado. Durante a pandemia, não houve a opção de registro de ocorrência online para casos de estupro, pois é um tipo de crime que demanda exames presenciais. Então se já era delicado denunciar em períodos comuns, pelo sentimento de vergonha ou culpa, nesse período isso ficou pior", afirma.

COMO AGEM

A delegada completa que a grande maioria das vítimas é do sexo feminino. Já os estupradores normalmente são homens e muitas vezes acima de qualquer suspeita, com empregos, família e filhas. Entre os abusos não registrados, Michele Meira destaca os casos de mulheres que são vítimas dos próprios companheiros, que não conseguem identificar que foram estupradas por acreditarem que são obrigadas a ter relação sexual com os

parceiros.

Delegada Michelle Meira conta experiência no combate aos casos de estupro. Crédito: Marcelo Prest

Já sobre os casos notificados, a delegada conta que na maioria das vezes a mulher é abusada por homens desconhecidos, que normalmente utilizam algum veículo e afirmam estar armados para render as vítimas. E diferente do que muita gente pensa, os casos não acontecem apenas pela noite ou madrugada, mas em qualquer horário, inclusive pela manhã, quando as pessoas saem para trabalhar.

CULTURA DO ESTUPRO

Para Michele Meira, uma forma de tentar mudar essa realidade é mudando uma cultura através da educação de meninos, para que eles não tornem-se abusadores no futuro.

"A gente ainda cria nossos jovens e crianças em um modelo muito machista, às vezes até sem perceber. Enquanto essa educação não mudar, teremos a reiteração de comportamentos de violência contra o gênero feminino", afirma.

CULPA NUNCA É DA VÍTIMA

Mas quando já não há tempo de prevenir e o abuso sexual acontece, a delegada orienta que a vítima deve procurar a delegacia para registrar um boletim de ocorrência. Nesses casos, ela faz um alerta: É muito importante que a mulher não tome banho ou troque de roupa, embora esse seja um impulso natural após sofrer a violência. Isso porque serão necessários exames para tentar coletar material do criminoso no corpo e na roupa da vítima.

"O estuprador age achando que nunca vai ser descoberto e se não denunciarem, ele realmente vai sair impune e continuará em circulação, fazendo outras vítimas. Sabemos que a sociedade ainda julga muito a vítima, a roupa que ela estava vestindo ou lugar onde ela estava frequentando. Mas é importante que as mulheres entendam que a culpa nunca é delas", disse.

Glaupiherle Grasielo Rocha foi preso por suspeita de oito estupros. Crédito: Reprodução

VÍTIMA DE ESTUPRO: "NUNCA SENTI TANTA DOR"

Entre os abusos sexuais contra mulheres que mais chocaram o Espírito Santo e até mesmo a delegada Michelle Meira estão os estupros em série que ocorreram na Grande Vitória entre 2018 e 2019. Glaupiherle Grasihelo Rocha, 36 anos, é suspeito de violentar pelo menos 13 vítimas.

A reportagem de **A Gazeta** conversou com uma das vítimas do acusado. Segundo ela, que por segurança não será identificada, Glaupiherle teria começado a agir em série, atacando mulheres em situação de rua, em 2018. Na época, ele agia com um Camaro amarelo, que ficou conhecido na região de Cariacica devido os relatos de ataques violentos. Depois, o agressor teria mudado de veículo e a forma de agir, passando a usar uma picape branca e estuprado garotas de programa que ele encontrava através de anúncios.

Como ele te abordou?
Ele me abordou na rua, na BR 262, me pedindo informação e dizendo que era do Rio de Janeiro. Era por volta 21h30 de um domingo, segundo turno das eleições para presidente, lembro bem. Ele estava em um Camaro amarelo e bem vestido.

Quando fui para perto do vidro, para orientar como ele chegaria na Rodovia do Contorno, ele apontou uma arma pra mim e disse: "Não corre! Entra no carro se não eu atiro". Com medo, eu entrei. Aí ele começou a me questionar sobre uma mulher que teria roubado ele. Respondi que não sabia de nada. Aí ele falou que eu teria que provar e para isso, tinha que fazer tudo que ele mandasse. Foi quando os abusos começaram e eu entendi que aquela era uma história fantasiosa que ele inventou para justificar a violência.

O estupro aconteceu dentro do carro?
Começou no carro. Até o momento que consegui enxergar, ele me levou em direção à Rodovia do Contorno. Rodou comigo por uns 40 minutos e depois me levou para um imóvel.

Você conseguiu ver e ouvir alguma coisa?
Ouvi o barulho do cadeado, do portão, e depois ele me tirou do porta-malas, me mandando ficar de cabeça abaixada. Disse que havia várias pessoas na casa, mas não tinha som de outras pessoas. Dentro do imóvel, ele me estuprou e me torturou das piores formas. Eu nunca senti tanta dor na minha vida.

Como essas torturas terminaram?
Eu fiquei no poder dele por umas duas horas.

Como você foi solta?
Ele me colocou de volta no carro, botou R$ 20 na minha bolsa e disse que era para eu voltar pra casa. Quando chegamos na praça de Jardim América, em Cariacica, ele tirou minha venda e eu fui embora. Mesmo com a visão ofuscada, eu conseguiu ver e gravar a placa do carro. Um rapaz da rua, que já me conhecia, me ajudou. Me limpei do sangue e, nesse primeiro momento, não chamei a polícia. Achei que minha denúncia não daria em nada.

Como você conseguiu enfrentar os dias seguintes da violência?
Eu fui parar na rua por uma fraqueza das drogas. Mas antes disso eu tinha uma vida normal, trabalha... Eu estudei pouco, mas sempre gostei de ler jornais, estar atualizada. Então comecei a pesquisar sobre o assunto por conta própria. Também contei para todas as pessoas que estavam por perto. Como forma de proteção e

também como alerta pra quem estava na rua. Recebi muito apoio, isso me deu força. Fui colocando no meu pensamento que eu não tinha feito nada de errado e que o problema estava com ele, que ele era o único culpado. Numa dessas, eu estava contando a história em um churrasco e a prima da minha amiga falou que era vizinha de um homem com as mesmas características, que tinha um Camaro amarelo. Ela me mostrou o perfil no Facebook e eu não tinha dúvidas que era ele. Jamais ia esquecer o rosto dele. Descobri que tínhamos vários amigos em comum.

Então ele agia na mesma região que ele frequentava e morava?
Sim. Ele acreditava tanto na impunidade que até postava foto com o carro que praticava os abusos. Depois, descobri que o lugar que ele me levou era galpão da empresa dele. Quando vi a foto do portão, durante a prisão dele, reconheci o lugar na hora. Mas antes dele ser preso, eu consegui reunir várias informações sobre ele para levar para a polícia. Porque aí ninguém ia poder duvidar de mim. Mas ainda assim demorei para ir porque muita gente dizia que não daria nada.

Quando conseguiu procurar a polícia?
Depois de saber que ele estava atrás de mim. No início, eu achei que ia enlouquecer. Andava com uma faca na mão, dentro da bolsa. Fui na delegacia e com o tempo fui esquecendo. Falar com as pessoas e denunciar me ajudou nesse processo. Tive muito apoio dos amigos, fiz tratamento psicológico, mas alívio mesmo eu só tive quando vi a cara dele estampada na TV, no dia da prisão.

Você conseguiu sair dessa situação de vulnerabilidade?
Sim. Logo depois disso eu me libertei crack e já tem uns dois anos que tenho uma nova vida, ao lado dos meus filhos e do meu atual marido. Acompanho o processo de longe, com muito medo que ele seja solto. Eu e as outras vítimas sabemos o que ele é capaz, ele não pode viver em sociedade. Um homem, aparentemente acima de qualquer suspeita, empresário, visto por muitas pessoas como um cara bonito, bem arrumado, que poderia ficar com qualquer mulher... É nessas horas que a gente vê que estupro não é sexo, é violência. O prazer do estuprador é, nitidamente, fazer com que

as mulheres sofram. Meu caso mostrou muito bem isso. E mostrou também que estuprador não tem cara. Pode ser qualquer um.

Marido diz que matou mulher na Serra após discussão por ela ter xingado

anos e foi morta com um tiro na cabeça, na segunda-feira (16), quando seguia para o trabalho no bairro Camará.

A discussão, segundo relato de Isaías, foi por um motivo banal: **ele disse que a repreendeu porque ela teria xingado após deixar o celular cair no chão**.

A Polícia Civil deu mais detalhes sobre o caso durante coletiva de imprensa que aconteceu na manhã desta quinta-feira (19) na Chefatura da Polícia Civil do Espírito Santo, em Vitória. Foi o próprio Isaías que se apresentou na delegacia nesta quarta-feira (18) após perceber que os policiais estavam no bairro colhendo informações sobre o caso.

Segundo a titular da Delegacia Especializada de Homicídio e Proteção à Mulher (DHPM), delegada Raffaella Aguiar, responsável pelo caso, Isaías chegou à delegacia usando a aliança dele e da vítima.

Questionado pela delegada sobre o motivo do uso, ele respondeu que amava a esposa. A titular da DHPM disse que rebateu. "Falei com ele que quem ama não mata". Raffaella Aguiar também afirmou durante a coletiva que o assassino "é um feminicida clássico porque ele tenta justificar o crime bárbaro tentando desqualificar a vítima", comentou a delegada.

Após confessar o crime, Isaías Júnior Carvalho foi preso e levado para o Centro de Triagem de Viana. Isaías contou que achou a arma usada no crime na rua, depois que um criminoso a descartou perto da casa do casal antes de uma abordagem policial.

RELACIONAMENTO CONTURBADO

Um cunhado da vítima, Wanilson Souza Paula, aponta que o casal tinha um relacionamento conturbado, mas que não imaginava que poderia chegar a esse ponto. O marido da atendente de padaria chegou a liberar o corpo de Mirelle e a participar do velório e do enterro da esposa, segundo familiares dela. Isaías e Mirelle eram casados há 11 anos e tinham uma filha de 7 anos.

Mirelle foi sepultada no Cemitério de São Diogo, no mesmo município, no início da tarde de terça-feira (17), data em que a padaria onde a vítima trabalhou por cinco anos não abriu as portas, em luto pela perda da funcionária

Correção
19 de Novembro de 2020 às 22:30

O nome da vítima de feminicídio é Mirelle Figueiredo Peruzia, e não Mirela, como informado originalmente pela reportagem. O texto foi alterado.

Há dois meses separada, Paloma sonhava em montar casa para viver com filhos

de um advogado.

Irmão mais velho de Paloma, Rodrigo Cassimiro de Oliveira, de 36 anos, conta que a irmã ainda criança veio morar no Espírito Santo, mas no início da adolescência voltou a residir no Rio de Janeiro. “Nesta época, por volta dos 14 anos, conheceu Fabiano. Decidiram morar juntos por lá um tempo. Ele já era ciumento e chegou a brigar com um ex de Paloma, ameaçando o homem com faca”, relata. Depois que deixou o Rio de Janeiro, o casal foi morar em Criciúma, localidade de Ibatiba, com as crianças.

"Fabiano era um cara frio, calmo, fechado. Eles tinham brigas, chegou a agredir minha irmã e quase agrediu minha mãe também. Depois disso, Paloma foi morar com a mamãe, mas ele vivia perturbando e eles reataram. Eu brigava com ela, para dar um basta nisso"

Rodrigo Cassimiro de Oliveira
Irmão da vítima

Há dois meses, finalmente, a lavradora colocou fim à relação com Fabiano. "Nesses dois meses, que estava separada, sonhava em montar a casinha dela para morar tranquila com as crianças, sem violência", conta Rodrigo.

Recentemente Paloma também conseguiu um trabalho como auxiliar no transporte escolar, mas, por conta da pandemia do novo coronavírus, o trabalho foi suspenso e estava recebendo auxílio emergencial. “Montei um churrasquinho no bar, fazia algumas coisas para sempre incluir ela e oferecer um trabalho", acrescenta o irmão.

No dia do crime, Rodrigo lembra que Paloma estava feliz. Havia saído pela primeira vez com um rapaz. Com ele, chegou a passar pelo bar de Rodrigo, na localidade de Santa Clara, dançou e brincou com amigas que estavam no comércio do irmão. Mas logo depois teve os sonhos e a vida interrompidos pelo ex-marido.

Ana Paula Araújo: “A cultura é de que a vontade dos homens prevalece sobre a das mulheres”

de gênero. O encontro virtual – realizado na noite desta terça-feira (13) – contou com a participação de **Ana Paula Araújo**, jornalista, apresentadora do Bom Dia Brasil e autora do livro "Abuso - A cultura do estupro no Brasil".

Com a mediação da repórter **Elis Carvalho**, também reforçaram a discussão a delegada **Michelle Meira** e a presidente do Movimento Bertha Lutz, **Vânia Venâncio**.

Ana Paula conta que o próprio meio social já possui uma cultura que favorece aos homens e a não denúncia dos crimes sexuais. "A nossa cultura de modo geral é de que os desejos e vontades dos homens prevalecem sobre a vontade das mulheres. Estupro dentro do casamento é ainda mais difícil, pois muitas vezes nenhum dos dois lados percebem que está ocorrendo o crime. Os homens se veem no direito e as mulheres no dever de ceder. Se denunciar um estupro é difícil, denunciar alguém que é seu companheiro, seu marido que está dentro de casa e que a mulher é dependente é ainda mais difícil", afirmou.

A jornalista disse não conhecer uma nenhuma mulher que não tenha um registro de violência, desde as mais graves até os assédios do dia a dia. Já sobre os abusadores, ela afirma que qualquer homem pode ser um deles, não sendo necessariamente uma pessoa aparentemente louca ou má.

"São homens completamente normais que circulam tranquilamente pela sociedade, têm famílias e que recebem visitas na cadeia mesmo condenados por estupros. Isso faz com que até homens que são estupradores não se vejam como tal, que acreditem que apenas forçaram a barra ou que aconteceu o crime porque a mulher tinha bebido, por exemplo. Precisamos desmitificar isso, são homens comuns e que estão convivendo com a gente", pontuou.

"Já sofri assédio por parte de entrevistado, com piadinha inapropriada ou com uma mão no ombro incômoda durante uma entrevista. Infelizmente, todas nós mulheres sabemos o que é isso. Com o passar do tempo, passamos a conseguir nos impor e a não ter medo e reagir a esse tipo de coisa "

Ana Paula Araújo
Jornalista e apresentadora

PERIFERIA

A jornalista explicou que os crimes sexuais contra mulheres ocorrem em qualquer faixa social. Nas favelas, onde há a presença do tráfico, muitos estupros acontecem e os agressores não reconhecem a gravidade dos crimes.

"O traficante escolher uma menina de até 13 anos na comunidade para ser 'esposa' dele, e isso já é estupro. Ou quando mais velha, as meninas não têm escolha, pois como dizer 'não' para o chefe do tráfico? Além disso, há registros de casos de estupro coletivo, que é visto como diversão entre amigos ou inserção do garoto na vida sexual", aponta Ana Paula Araújo.

Violência contra Mulher. Crédito: Pixabay

MENTALIDADE

A mudança da mentalidade tem que estar em todos, em especial parar de culpar a vítima. "As mulheres cresceram ouvindo todas as histórias machistas. Mesmo com perfis completamente diferentes, as vítimas sentiam a culpa. E isso todos, homens e mulheres, vão incorporando isso, inclusive a polícia e o judiciário, o que dificulta ainda mais as denúncias", ponderou.

Uma alternativa da presidente do Movimento Bertha Lutz, Vânia Venâncio, para desconstrução da cultura do estupro deve começar dentro de casa, para que não se crie abusadores. "Temos que observar que a mãe que educa dizendo que o filho pode e a filha não pode, constrói um muro entre homem e mulher e o futuro dos relacionamentos. Essa mãe repete o que ela aprendeu, que o homem tem o poder. Se não começarmos a mostrar que pode ser diferente, pode chegar a violência contra mulher. Precisamos encerrar os ciclos de violência", destacou.

A violência contra mulher é de responsabilidade única e exclusiva do autor. No entanto, a sociedade em geral pode colaborar com ações de proteção, como explicou a delegada Michelle Meira, gerente de Proteção ã Mulher da Secretaria de Segurança do Estado. "O enfrentamento é da polícia, dos hospitais, dos centros de referência social que devem acolher. Assim como os vizinhos, os amigos devem denunciar e oferecer ajuda. A violência doméstica para uma mulher dar um basta é muito mais complicada, precisamos retirar essa vítima do ciclo e não julgá-la", observou.

Ana Paula é objetiva ao apontar a necessidade de encorajar as vítimas a procurar ajuda e que seja atendida adequadamente em todas as esferas do poder público. "Ainda acredito que dá para ser menos pessimista se nos unirmos e lutarmos juntas para impedir que isso aconteça e acolheremos as vítimas", completou.

Como terminar um relacionamento abusivo e não voltar para o abusador

Todas Elas

Todas Elas

Como terminar um relacionamento abusivo e não voltar para o abusador

A tarefa não é simples, tampouco diz respeito apenas à mulher vítima da violência. Para conter essa situação, é preciso uma rede de apoio

Aline Nunes | Repórter de Cotidiano
anunes@redegazeta.com.br

Vitória
Publicado em 08/12/2020 às 09h22
Atualizado em 08/12/2020 às 09h22

A relação abusiva não se caracteriza exclusivamente por agressões físicas. Gritos, xingamentos e ameaças também sinalizam a violência. Crédito: KamranAydinov/Freepik

tOdas elas

Difícil encontrar uma mulher que não tenha vivenciado uma relação abusiva. Das cenas de ciúmes ao feminicídio, essas são marcas de relacionamentos sustentados no poder de um sobre o outro, em vez de afeto e respeito. Também não é fácil o caminho para sair de um enredo de violência, muitas vezes naturalizado ou forjado

como ato de amor. Mas é, sim, possível mudar o rumo dessa história e não voltar para o abusador.

Pôr fim a um relacionamento abusivo, porém, não está nas mãos apenas da mulher vítima da violência. Ela precisa de suporte, tanto da família e amigos quanto do poder público. Com acolhimento, sem julgamentos.

Renata Bravo, mestra em Direitos e Garantias Fundamentais e idealizadora do coletivo Juntas e Seguras, diz que o grupo criado para dar apoio a meninas e mulheres na pandemia é uma alternativa, inclusive com indicações de locais para buscar ajuda.

"O nosso papel é mostrar o que acontece a outras mulheres e dizer 'você não está sozinha!' Querendo e podendo, tem como sair desse relacionamento abusivo"

Renata Bravo
Mestra em Direitos e Garantias Fundamentais e idealizadora do coletivo Juntas e Seguras

Renata, que também é articulista em **A Gazeta**, reconhece, no entanto, que não se trata de uma tarefa supersimples.

Renata Bravo observa que a forma de saída de um relacionamento abusivo depende em boa medida de uma rede de apoio. Crédito: Acervo pessoal

“Não é só arrumar as coisas e sair de casa porque, além da dependência emocional, muitas vezes também há a dependência econômica; é ele quem controla o dinheiro. A forma de saída para essa mulher é mais um movimento externo que dela. O que quero dizer é que toda a sociedade, os coletivos, a mídia, como neste projeto Todas Elas, têm que dizer ‘se está em um relacionamento abusivo, tem muita gente para te apoiar’.”

REDE DE APOIO

A mulher, orienta Renata, deve sempre ter uma amiga, uma colega de trabalho de quem seja confidente e possa contar o que se passa na relação. O problema, na maioria das vezes, é que em uma união marcada por abusos, um dos atos de violência é justamente afastar a companheira da família e amigos, a deixando isolada.

“Sendo amiga ou parente de uma mulher numa relação abusiva, é importante que se faça presente, ainda que não concorde com o relacionamento. Nossa tendência é nos afastar, afirmando ‘estou falando e ela não enxerga’. Mas é fundamental mudar essa postura e dizer ‘quando precisar, estou aqui.’ A rede de apoio não é só do Estado, de quem é dever amparar, mas somos todos nós”, frisa.

Doutora em Psicologia e professora da Faesa, Mônica Nogueira ratifica esse posicionamento, ao comentar a dificuldade de se quebrar o ciclo de violência.

“O término é um momento crucial da relação abusiva e digo que, sem intervenção social, sem apoio, a mulher não vai conseguir. Em geral, as pessoas não entendem e julgam: ‘vou ajudar e amanhã vai estar com ele de novo’”, afirma.

FEMINICÍDIOS

Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) apontam que, dos 81 assassinatos de mulher até o dia 8 de novembro registrados no Espírito Santo, 19 foram validados como feminicídio pela Polícia Civil. Na maioria das ocorrências, o companheiro (38%) ou ex-marido (38%) estiveram envolvidos nas mortes.

"Isso não é um problema individual da mulher; a violência é como um problema de saúde pública, da sociedade. Se não houver intervenção, muita mulher ainda vai morrer. Está todo mundo envolvido e, tantas vezes tiver que ajudar, se meter, não julgar, acolher, é isso que precisa ser feito"

Mônica Nogueira
Doutora em Psicologia e professora universitária

Essa demonstração de apoio e de estar presente é imprescindível para a mulher se sentir fortalecida a sair do relacionamento. Brunela Vincenzi, professora do Departamento de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e coordenadora do Laboratório de Pesquisa sobre Violência contra Mulheres (LAPVIM) da instituição, atesta que esse é um contexto que muitas vezes se mostra mais seguro para as vítimas, uma vez que, em sua avaliação, o poder público não tem conseguido garantir a proteção permanente.

"Se houvesse uma estrutura de segurança completa, a melhor coisa, ao primeiro sinal de violência, seria ir à delegacia e fazer a denúncia, pedir ordem de afastamento. Mas eu tenho percebido que, mesmo com a possibilidade de denúncia, tem-se optado por outra estratégia porque não há estrutura para proteger a mulher depois. Não tem ninguém que garanta que o agressor vai ficar afastado ou que, se em algum momento chegar perto, não vai matá-la", analisa.

Prisões em flagrante de agressores de mulheres aumentaram na pandemia

Assim, Brunela é mais uma especialista que recomenda que as mulheres não deixem de contar para a família e amigos se estiverem vivenciando alguma situação abusiva. Às vezes, o silêncio, por vergonha ou medo, é o que também favorece a violência e dificulta a tomada de decisão pela saída

do relacionamento. Contando com uma rede de apoio, a vítima se sente em melhores condições para dar o passo em direção a uma vida sem abusos físicos e emocionais.

CULTURAL

Contudo, o que muitas vezes ocorre é que a mulher, mesmo numa união marcada pela violência, precisa enfrentar a pressão social para que mantenha a relação, principalmente quando há filhos envolvidos. É sobre os ombros dela que fica o peso de garantir o "felizes para sempre", ainda que seja constantemente agredida. Há uma questão cultural, o machismo prevalecendo na conduta da sociedade, constata Renata Bravo, do Juntas e Seguras.

"Desde pequenas, as mulheres são construídas para viver um sonho de princesa, sonho de casamento, reproduzido por gerações, e não se veem saindo desse papel. Na nossa cultura, casamento é sagrado e para sempre."

A psicóloga Mônica Nogueira avalia que a cultura machista reforça condutas violentas. Crédito: Acervo pessoal

A psicóloga Mônica Nogueira completa: "ela se sente envergonhada porque não quer manter a violência, mas o relacionamento. Terminar representaria o fracasso. É preciso sair dessa idealização, que também coloco na conta da cultura; uma reprodução da cultura machista. Mas, quando se fala em sair do relacionamento abusivo e não voltar, parece algo como 'ela que lute!' Na verdade, é preciso mudança de comportamento dos agressores, da sociedade."

No ciclo do violência, lembra Mônica, ainda tem a fase da “lua de mel”, que é aquele momento em que o agressor se declara arrependido. Diante da própria vulnerabilidade e falta de suporte, somadas às pressões para restabelecer o relacionamento, muitas mulheres acabam cedendo aos apelos do ex-companheiro.

“Quando se tem uma vida conjunta, é muito mais difícil dizer esse ‘não’. O término do relacionamento é o maior ‘não’ que a mulher diz para o agressor, e ela precisa de apoio para fazer isso”, sustenta.

PODER PÚBLICO

Terminar uma relação de abusos não é igual ao final de um relacionamento saudável. É preciso colocar o pé no chão, diz a psicóloga, sair da emoção e entender que está em uma situação de perigo, que precisa buscar ajuda, seja se abrindo com alguém, seja procurando o poder público ou um advogado.

E quem se dispuser a ajudar, talvez tenha que pagar uma passagem para esta mulher sair da cidade, por exemplo, ou recebê-la em casa por um período. “Por isso, repito, se não há intervenção, apoio, dificilmente a vítima de violência consegue sair dessa relação. E, importante que se diga: como o término não é de forma amigável, também não é possível ficar mantendo contato com o ex”, adverte Mônica Nogueira.

Conceição de Maria Mendes Andrade, superintendente e cofundadora do Instituto Maria da Penha (IMP) - organização voltada ao combate à violência contra a mulher -, acrescenta que as vítimas também precisam de políticas públicas para acabar com os abusos, porque o ciclo não vai se romper por si só.

“Às vezes, ela está distanciada da família e amigos, não consegue nem se abrir, ou quando fala, muitas vezes é desacreditada. Isso é muito grave também. Acreditar nos relatos dessa mulher é o primeiro passo para ajudá-la a romper com o ciclo. Também é preciso ter políticas públicas e informá-la sobre a sua existência; acompanhá-la em centros de assistência da mulher; dar apoio efetivo”, relaciona.

No Espírito Santo, há 15 unidades especializadas da